



# RIO

# PUC

Dissertação de Mestrado

## **Eles que amam o passado**

Os direitos sexuais e reprodutivos na  
implementação da Agenda antigênero pela  
Direita Radical brasileira

**Darcília do Prado Barbosa e Silva**

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
Centro de Ciências Sociais  
Instituto de Relações Internacionais

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2026



Pontifícia  
Universidade  
Católica do  
Rio de Janeiro

Dissertação de Mestrado

## **Eles que amam o passado**

Os direitos sexuais e reprodutivos na  
implementação da Agenda Antigênero pela  
Direita Radical brasileira

Darcília do Prado Barbosa e Silva

Orientação: Professor(a) Paula Drumond Rangel Campos

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2026



Pontifícia  
Universidade  
Católica do  
Rio de Janeiro

## **Eles que amam o passado**

Os direitos sexuais e reprodutivos na implementação da  
Agenda Antigênero pela Direita Radical Brasileira

Darcília do Prado Barbosa e Silva

**Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da  
PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:**

**Professor (a) Paula Drumond Rangel Campos**  
Orientador (a)  
Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

**Professor (a) Paula Orrico Sandrin**  
Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

**Professor (a) Isa Lima Mendes**  
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - UERJ

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2026



Pontifícia  
Universidade  
Católica do  
Rio de Janeiro

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

## Darcília do Prado Barbosa e Silva

Graduada em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). É assistente da Diretoria Acadêmica do grupo de pesquisa em Gênero e Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (MaRIas IRI-USP). Foi bolsista de pesquisa do CNPq entre 2021.1 e 2022.2, pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Seus interesses de pesquisa incluem estudos de gênero, direitos sexuais e reprodutivos, teoria feminista e interseccionalidade, América Latina, além do estudo da extrema-direita e seus impactos nas políticas globais.

### Ficha Catalográfica

Silva, Darcília do Prado Barbosa e

Eles que amam o passado : os direitos sexuais e reprodutivos na implementação da Agenda Antigênero pela direita radical brasileira / Darcília do Prado Barbosa e Silva ; orientação: Paula Drumond Rangel Campos. – 2026.

191 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2026.

Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais – Teses. 2. Direitos sexuais e reprodutivos. 3. Agenda antigênero. 4. Direita radical brasileira. 5. Análise de discurso. I. Campos, Paula Drumond Rangel. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

CDD: 327

Para aquelas que não puderam escolher.

## Agradecimentos

Esta dissertação é uma declaração de amor às mulheres que me inspiraram e me inspiram todos os dias. À minha mãe, agradeço a confiança e a empatia depositadas na minha vontade de entender o mundo por meio do feminismo. Obrigada por crer na minha aspiração de levar o conhecimento da ciência das Relações Internacionais às salas de aula que ainda sonho em pisar. Ao meu pai, obrigada por me fazer ter esperança de que existem homens incríveis e aliados que podemos confiar. Obrigada por ter me apresentado o Rio de Janeiro e me incentivar a sempre ver esta cidade com seus olhos. Sem vocês, esse título não seria possível. Obrigada por fazerem o possível e o impossível para eu continuar sonhando com a carreira acadêmica.

Às minhas avós, que privilégio seria tê-las em vida para testemunhar o meu privilégio de ser a primeira mulher da família a se tornar mestra. À minha avó Darcília (*in memoriam*), que passou uma vida ansiando pela vontade de estudar e de se graduar em direito, mas teve o azar de ser atingida pelo patriarcado latente da Goiânia dos anos 1960. Seu sonho ainda é combustível para me lembrar que preciso fazer com que o *nosso nome* seja conhecido e reconhecido por esse mundo. À minha avó Marly (*in memoriam*), obrigada pelo privilégio de proporcionar um lar cheio de conversas animadas que me fizeram ansiar pela capacidade de debater e argumentar sobre os problemas e questões mais complexas do mundo.

Ao meu eterno colega de sala, do mestrado, da vida pessoal e acadêmica, Lucas. Obrigada por ser combustível das minhas inquietações e torná-las nossas. Obrigada por permanecer, na graduação e no mestrado, como meu primeiro leitor e incentivador dos mais diversos planos que tive e ainda terei. Sobreviver ao primeiro ano de mestrado e a tudo que 2024 nos fez passar foi a mais sincera prova de amor que já testemunhei. Agradeço à nossa ciência por ter te colocado no meu caminho e me colocado no seu. É um sonho dividir a vida com você em Goiânia, no Rio de Janeiro e por onde essa vida nos levar.

É impossível falar de mulheres inspiradoras sem citar o IRI. Pela primeira vez como estudante e constante aprendiz das Relações Internacionais, foi neste departamento que pude finalmente ver com meus próprios olhos a beleza das Relações Internacionais quando pensadas por mulheres. Aqui, agradeço

especialmente à minha orientadora, professora Paula Drumond, que me ensinou a tratar minha pesquisa e os debates sobre feminismo nas RI com a seriedade e a maturidade que esses temas merecem e demandam. Obrigada pelas leituras detalhistas e atenciosas e, principalmente, obrigada por acolher minha pesquisa e minhas inquietações.

Dos presentes que o Rio de Janeiro e o IRI me deram, agradeço à Valéria Oliveira, conterrânea goiana que fez questão de proporcionar o acolhimento que toda goiana no Rio precisa. Artur, obrigada pelas trocas que começaram no 432: da Gávea a Copacabana, de Minas a Goiás, obrigada por ser um irmão da vida acadêmica. Para a carioca que se esforçou aos montes para me fazer ver o Rio com a doçura de um lar, Victória Louise, obrigada por ser você. Aos colegas de sala do mestrado, Carol, Juliana, Nayara e Eduardo, obrigada pelos almoços, trocas e acolhimentos mais do que necessários para a nossa sobrevivência nessa jornada desafiadora da academia.

Agradeço também aos amigos das Relações Internacionais de Goiânia, João Rafael, Ana Luísa, Ana Maria, Maria Clara, Carlo, Pedro Paulo e Gabriela Amui. Obrigada por permanecerem e por se fazerem presentes, cada um à sua maneira, na dinâmica difícil da amizade a distância. Marinanda, obrigada por ter se apaixonado pelas RI de tal maneira que me acalma o coração saber que a diplomacia estará nas mãos de uma mulher incrível e inspiradora. Aos amigos da medicina, Juan, Nicole e Marina, obrigada por aplaudirem as conquistas do lado de cá — das Ciências Humanas — e pelas trocas produtivas e sinceras sobre os tópicos da saúde da mulher que me proporcionaram o aparato científico da medicina para muitos pontos essenciais da argumentação desta dissertação.

E, claro, impossível esquecer daqueles que estão comigo desde sempre e para sempre. Felipe, obrigada por sempre acreditar na minha pesquisa e falar pelos quatro cantos do mundo que admira o que faço, obrigada por permanecer por mais de duas décadas torcendo por mim. Gabriela, que sempre acolheu e respeitou minhas aspirações, obrigada por me inspirar a ver o mundo com a sua determinação e coragem.

Esta dissertação e este título foram costurados a muitas mãos. Obrigada por fazerem meu sonho de ser *mestra* acontecer.

## Resumo

Darcília do Prado Barbosa e Silva. Campos, Paula Drumond Rangel (orientadora). **Eles que amam o passado: Os direitos sexuais e reprodutivos na implementação da agenda antigênero pela Direita Radical brasileira.** Rio de Janeiro, 2026. 191p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A pesquisa busca analisar o papel específico dos direitos sexuais e reprodutivos no processo de implementação da agenda antigênero no Brasil, bem como as retaliações sofridas por esses e outros direitos de gênero e sexualidade no contexto da ascensão da Direita Radical. A pergunta que norteia a pesquisa é: como os discursos da Direita Radical brasileira mobilizaram os direitos sexuais e reprodutivos como estratégia de consolidação de uma agenda antigênero e de que forma essa mobilização contribuiu para o avanço dessa agenda? A partir disso, o estudo tem o objetivo de mapear e analisar o enquadramento e a mobilização dos direitos sexuais e reprodutivos pelo projeto político da Direita Radical no Brasil, com foco no governo Bolsonaro (2019–2022). Argumenta-se, assim, que o governo Bolsonaro articulou uma retórica discursiva baseada na "ideologia de gênero", associando-a a discursos morais e religiosos que reforçam valores patriarcais e excludentes. Essa estratégia funcionou como uma reação conservadora articulada desde as conquistas dos direitos sexuais e reprodutivos no plano internacional e doméstico, consolidando uma política antigênero que restringe e criminaliza direitos e pautas feministas e LGBTQIAPN+. A pesquisa adotará a análise de discurso, partindo do pressuposto de que o discurso reflete disputas de poder e é, em si, um instrumento de produção de realidades e de significados. Serão examinados pronunciamentos públicos e documentos governamentais vinculados ao governo Bolsonaro (2019–2022). Ao desvendar as estratégias de mobilização antigênero, a pesquisa busca fortalecer a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos fundamentais.

**Palavras-chave:** Direitos Sexuais e Reprodutivos; Agenda Antigênero; Direita Radical Brasileira, Análise de Discurso.

## **Abstract**

Darcília do Prado Barbosa e Silva. Campos, Paula Drumond Rangel (Adviser), **Those Who Love the Past: Sexual and Reproductive Rights in the Implementation of the Anti-Gender Agenda by the Brazilian Radical Right.** Rio de Janeiro, 2026. 191p. Dissertação de Mestrado, Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This research aims to analyze the specific role of sexual and reproductive rights in the implementation of the anti-gender agenda in Brazil, as well as the retaliations suffered by these and other gender and sexuality rights in the context of the rise of the Radical Right. The guiding question of the research is: how did the discourses of the Brazilian Radical Right mobilize sexual and reproductive rights as a strategy for consolidating an anti-gender agenda, and how did this mobilization contribute to the advancement of this agenda? Based on this, the study aims to map and analyze the framing and mobilization of sexual and reproductive rights by the political project of the Radical Right in Brazil, focusing on the Bolsonaro government (2019-2022). It argues, therefore, that the Bolsonaro government articulated a discursive rhetoric based on “gender ideology”, associating it with moral and religious discourses that reinforce patriarchal and exclusionary values. This strategy functioned as a conservative reaction articulated since the achievements of sexual and reproductive rights at the international and domestic levels, consolidating an anti-gender policy that restricts and criminalizes feminist and LGBTQIAPN+ rights and agendas. The research will adopt discourse analysis, starting from the premise that discourse reflects power struggles and is, in itself, an instrument for the production of realities and meanings. Public pronouncements and government documents linked to the Bolsonaro government (2019-2022) will be examined. By uncovering the strategies of anti-gender mobilization, the research seeks to strengthen the defense of sexual and reproductive rights as fundamental human rights.

**Keywords:** Sexual and Reproductive Rights; Anti-Gender Agenda; Brazilian Radical Right; Discourse Analysis.

## Sumário

1.	Introdução.....	1
1.2	Notas Metodológicas.....	16
1.3	Estrutura da dissertação .....	23
2	O passado: mapeando a luta pela inserção dos direitos sexuais e reprodutivos no debate internacional .....	25
2.1	Uma gênese do desejo de decidir.....	27
2.2	Os direitos sexuais e reprodutivos no internacional .....	36
2.3	“Ideologia? Eu quero uma para viver” - a criação da ideologia de gênero.....	52
2.4	Conclusão .....	60
3	A Agenda Antigênero: Os direitos sexuais e reprodutivos e a Ascensão da Direita Radical no Brasil .....	63
3.1	Agenda Antigênero na América Latina .....	64
3.1.1	Do catolicismo ao neopentecostalismo: a correlação entre os cristãos e o ataque ao gênero pela Direita Radical .....	65
3.2	A Ofensiva Conservadora: da Agenda Antigênero à Ascensão da Direita Radical no Brasil.....	74
3.3	A Direita Radical no Brasil: um processo generificado.....	83
3.4	O Governo Bolsonaro e o discurso antigênero: uma análise generificada da estrutura político-institucional .....	97
3.4.1	Estrutura institucional antigênero e a política doméstica antigênero do Governo Bolsonaro .....	102
3.4.2	Estrutura institucional antigênero e a política externa antigênero do Governo Bolsonaro .....	108
3.5	Conclusão .....	113
4.	A consolidação discursiva da agenda antigênero durante o Governo Bolsonaro (2019-2022).....	116
4.1	Identificando o papel dos DSR na consolidação da agenda antigênero da Direita Radical brasileira: a análise dos discursos .....	117
4.1.1	Discurso de posse de Jair Bolsonaro.....	118
4.1.2	Discurso de posse do Ministro das Relações Exteriores .....	122
4.1.3	Discurso de abertura do Segmento de Alto Nível da 40ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas .....	125
4.1.4	Semana Nacional de Prevenção à Gravidez na Adolescência	127
4.1.5	Discurso do Ministro Ernesto Araújo na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados .....	133

4.1.6 III Cúpula Demográfica de Budapeste.....	137
4.1.7 Discurso do Ministro Ernesto Araújo no lançamento dos compromissos voluntários do Brasil no contexto da candidatura do país ao Conselho de Direitos Humanos da ONU.....	142
4.1.8 Cerimônia de assinatura do Consenso de Genebra em 2020	145
4.1.9 Portaria sobre aborto legal durante a pandemia em 2020 .....	150
4.1.10 Discurso de Ângela Gandra na <i>Política Network for Values</i> em 2021	154
4.1.11 Discurso de abertura da 77ª Assembleia Geral da ONU em 2022	159
4.2 Conclusão .....	162
5. Considerações finais .....	164
6. Referências bibliográficas .....	168

## **Lista de figuras e quadros**

Quadro 1 - Discursos do Governo Bolsonaro (2019-2022) a serem analisados	20
Figura 1 - O poder de um post de Bolsonaro	79
Figura 2 – Tabela de eficácias dos métodos contraceptivos modernos	131

## **Lista de abreviaturas e siglas**

AGU – Advocacia Geral da União

ANAJURE - Associação Nacional dos Juristas Evangélicos

CDH – Conselho de Direitos Humanos

CIPD - Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas

DSR – Direitos sexuais e reprodutivos

EUA – Estados Unidos da América

FEBRASGO - Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia

FPE - Frente Parlamentar Evangélica

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis

MEC – Ministério da Educação

MMFDH – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

MRE – Ministério das Relações Exteriores

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OEA – Organização dos Estados Americanos

OIC - Organização da Conferência Islâmica

ONU – Organização das Nações Unidas

PL – Projeto de Lei

PNDH - Programa Nacional de Direitos Humanos

PNE – Plano Nacional de Educação

PT – Partido dos Trabalhadores

SUS – Sistema Único de Saúde

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas

*“Recorri à teoria desesperada, querendo compreender, para entender o que estava acontecendo ao meu redor e dentro de mim [...] Vi na teoria, então, um caminho para a cura.” – bell hooks*

## 1. Introdução

A discussão que será empreendida nas próximas páginas aborda uma das temáticas mais sensíveis e íntimas dentro da pauta feminista. Os direitos sexuais e reprodutivos são catalisadores de diversas lutas, públicas e privadas, que mulheres tiveram de enfrentar muito antes de que me fosse permitido estar aqui escrevendo essas palavras na pós-graduação.

Detentora de um privilégio imensurável, fui criada em um lar onde debates de temas ditos espinhosos – como os que serão aqui abordados sobre aborto, por exemplo – sempre apareciam nas mesas de lanche e jantar, quando minha família paterna costumava se reunir na casa da minha avó. Todos esses anos observando o quanto esses homens, dentro e fora da minha família, se sentiam confortáveis, inteligentes e legitimados para opinar sobre dinâmicas que não dizem respeito a eles e assistindo, de camarote, à possibilidade de teorização feminista sobre aquelas situações me inspiram a estudar os direitos sexuais e reprodutivos.

As páginas a seguir são, acima de tudo, uma tentativa de ser ouvida como uma estudiosa das Relações Internacionais e um clamor por todas aquelas mulheres, dentro e fora da minha família, que não tiveram a oportunidade de falar.

Os direitos sexuais e reprodutivos (DSR) têm sido base de diversas ações excludentes operadas pela Direita Radical no Brasil, seja de maneira discursiva, seja mediante estratégias institucionais. Tais ações são aqui entendidas como parte da consolidação da chamada agenda antigênero, que se materializa em “ações estratégicas em disputas de poder, mas também seu papel articulador de diversos atores sociais na busca de projetos coletivos. Neste caso, ações e reações a mudanças na ordenação de gênero e sexualidade” (Serrano; Corrêa, 2021, p. 7).

A implementação da agenda antigênero tem raízes em dinâmicas que surgiram no século XX, durante debates na arena internacional, no âmbito das conferências internacionais, período em que surgiram tanto resistências quanto retaliações ao entendimento dos direitos sexuais e reprodutivos como parte fundamental dos direitos humanos em instrumentos internacionais. Assim, o presente trabalho parte do entendimento de que os direitos sexuais e reprodutivos são parte imprescindível da consolidação da agenda internacional de direitos humanos, uma vez que “com esse reconhecimento, diferenças de gênero, geração,

classe, cultura e outras passam a ser consideradas, ao mesmo tempo, em que são reconhecidas necessidades sociais específicas” (Corrêa; Petchesky, 1996, p. 7).

O reconhecimento internacional dos DSR como direitos humanos fundamentais ocorreu, sobretudo, a partir de dois marcos normativos fundamentais: a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), realizada no Cairo, em 1994, e a Plataforma de Ação de Pequim, em 1995. Foi na CIPD que se consolidou a definição de direitos sexuais e reprodutivos:

[...] (DSR) reconhecido direito básico de todo casal e de todo indivíduo de decidir livre e responsabilmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de seus filhos e de ter a informação e os meios de assim o fazer, e o direito de gozar do mais alto padrão de saúde sexual e de reprodução. Inclui também seu direito de tomar decisões sobre a reprodução, livre de discriminação, coerção ou violência, conforme expresso em documentos sobre direitos humanos (CIPD, 1994, p. 64, tradução nossa<sup>1</sup>).

Entretanto, a definição que orienta a presente pesquisa parte do entendimento de Corrêa e Petchesky (1996) que coloca os DSR como parte de uma abrangente gama de direitos inerentes ao corpo e à sociedade:

Definimos o terreno dos direitos sexuais e reprodutivos em termos de poder e recursos: poder de tomar decisões com base em informações seguras sobre a própria fecundidade, gravidez, educação dos filhos, saúde ginecológica e atividade sexual; e recursos para levar a cabo tais decisões de forma segura. Este terreno envolve necessariamente as noções essenciais de "integridade corporal" ou "controle sobre o próprio corpo". No entanto, também estão em questão as relações que se têm com filhos, parceiros sexuais, membros da família, a comunidade e a sociedade como um todo. Em outras palavras, o corpo existe em um universo socialmente mediado. (p.3)

Ademais, é importante explicitar que a luta pela consolidação desses direitos diz respeito não somente a casais, mas também a indivíduos, uma vez que esta pesquisa busca se aproximar da experiência daquelas e daqueles que são

---

<sup>1</sup> No original: recognized basic human right of every couple and every individual to decide freely and responsibly on the number, spacing and timing of their children and to have the information and means to do so, and the right to enjoy the highest standard of sexual and reproductive health. It also includes your right to make decisions about reproduction, free from discrimination, coercion or violence, as expressed in human rights documents.

diariamente impedidos de exercer sua liberdade sexual e reprodutiva. Os DSR não dizem respeito apenas àqueles direitos exercidos por mulheres cis, mas também por toda a gama da população LGBTQIAPN+, que deve exercer o direito à autonomia reprodutiva e à liberdade sexual. Assim, mesmo na Conferência de Cairo de 1994, os DSR não foram descritos apenas como direitos intrínsecos às mulheres, e sim de todo indivíduo.

Entretanto, o mesmo processo de reconhecimento internacional que consolidou os DSR como direitos humanos fundamentais também gerou resistências organizadas por parte de atores conservadores. A chamada “ideologia de gênero” – termo criado justamente no contexto da consolidação dos DSR no plano internacional – emergiu como uma reação aos avanços das pautas de gênero e sexualidade, articulando-se como um inimigo comum a ser combatido por forças que se opunham à ampliação desses direitos. A mobilização de pautas antigênero pela Direita Radical foi se intensificando ao longo dos anos no Norte Global e, com a eleição de Jair Bolsonaro no Brasil em 2018, essa movimentação ganhou destaque no contexto brasileiro.

No Brasil, a ascensão da Direita Radical trouxe consigo a continuidade e reverberação da mobilização da “ideologia de gênero” como pauta central do projeto político-ideológico do governo Bolsonaro. Por meio de um discurso de combate à ideologia de gênero, Bolsonaro reiterou que o plano de ação de ministérios como o da Mulher, Família e Direitos Humanos, bem como o Ministério das Relações Exteriores, deveria passar a adotar oficialmente políticas alinhadas a essa visão, promovendo medidas como a retirada de menções a gênero e diversidade sexual de materiais educacionais e programas sociais. Ou seja, o discurso não foi apenas retórico, mas se traduziu em ações concretas do governo federal nos primeiros anos de mandato.

Nesse contexto, a inserção da guerra à “ideologia de gênero” tornou-se parte de políticas públicas, proposições legislativas e práticas institucionais que vão além de políticas de moralidade. São exemplos, nesse sentido, a proibição do uso de uma linguagem inclusiva e a substituição do termo “gênero” por “sexo biológico” em documentos oficiais (Chade, 2019). A partir dessa dimensão, percebe-se a mobilização discursiva da Direita Radical no apagamento de toda uma dimensão de identidades de gênero, baseada em uma concepção binária e excludente. Essas e outras medidas a serem exploradas ao longo desta pesquisa revelam uma construção

de um pânico moral relacionado ao gênero ao longo da ascensão da Direita Radical no Brasil..

Diante do exposto, é possível perceber que a democratização dos direitos sexuais e reprodutivos, a ascensão da Direita Radical no Brasil e no mundo e a criação do inimigo comum da ideologia de gênero estão interconectados. Ainda que a discussão sobre políticas antigênero tenha ganhado crescente destaque na literatura, cabe analisar o papel específico dos direitos sexuais e reprodutivos na consolidação de agendas conservadoras da Direita Radical. Isso se manifesta em diversas frentes, que vão desde a proibição da educação sexual nas escolas<sup>2</sup> a projetos de lei que visam proibir a distribuição de métodos contraceptivos no Sistema Único de Saúde (SUS)<sup>3</sup> e a movimentos que atacam a descriminalização e legalização do aborto no Brasil.

É fundamental, portanto, delimitar o que esta pesquisa compreende por Direita Radical. Cas Mudde (2019) alerta sobre a necessidade de entendermos a direita extremista a partir de dois principais termos: a extrema-direita e a Direita Radical. Segundo o autor, o primeiro termo se refere àqueles atores que rejeitam a essência da democracia e exemplifica tal grupo mencionando figuras autoritárias como Adolf Hitler e Benito Mussolini, que protagonizaram regimes que conseguiram subverter a ordem democrática vigente por meio de processos revolucionários.

Nesse sentido, adotamos o termo Direita Radical como ideal para descrever o Governo Bolsonaro, a partir do momento em que Mudde (2019) descreve que esses atores aceitam a essência da democracia — no caso de Bolsonaro, que chegou ao poder por vias democráticas —, mas rejeitam “elementos fundamentais da democracia liberal, principalmente os direitos das minorias, o Estado de Direito e a separação de poderes” (Mudde, 2019, p. 7, tradução nossa<sup>4</sup>). Dessa forma, entendemos o Governo Bolsonaro como opositor da ordem liberal democrática ao

---

<sup>2</sup> PL 4844/2023 - O projeto visa proibir qualquer ensino sobre aspectos biológicos do desenvolvimento do corpo humano, emoções e sentimentos relacionados à sexualidade e papéis sociais de gênero. Justificativa: entende-se que a família é o principal responsável pela educação sexual. (Elas no Congresso, 2023, online)

<sup>3</sup> PL 261/2019 – “Deputado do PSL quer proibir anticoncepcionais no Brasil. De acordo com o deputado Márcio Labre, o veto a métodos seguros como o DIU e a pílula do dia seguinte ‘visa proteger a saúde da mulher’” (Oliveira, 2019, online).

<sup>4</sup> No original: but opposes fundamental elements of liberal democracy, most notably minority rights, rule of law, and separation of powers.

concretizar esses ideais por reformas e movimentos que não representaram rupturas institucionais claras<sup>5</sup> durante os anos aqui estudados (2019-2022).

Tendo em mente o contexto geral, é interessante destacar como a literatura sobre a ofensiva antigênero tem se avolumado nas últimas décadas, demonstrando que tais movimentações inserem-se em um contexto mais amplo de reação conservadora aos avanços feministas e LGBTQIAPN+. Autores como Serrano e Corrêa (2021, p. 7) conceituam a agenda antigênero como “ações estratégicas em disputas de poder, mas também seu papel articulador de diversos atores sociais na busca de projetos coletivos [...] ações e reações a mudanças na ordenação de gênero e sexualidade”. Essa definição é particularmente útil para esta pesquisa, pois permite compreender as movimentações da Direita Radical brasileira não como fenômenos isolados, mas como parte de uma articulação mais ampla que envolve diferentes atores e estratégias.

No contexto latino-americano, a região tem sido palco do desmantelamento de direitos relacionados a pautas feministas e LGBTQIAPN+ pela Direita Radical desde o fim da “onda rosa”, caracterizada pela:

ascensão de partidos, movimentos e lideranças de esquerda a governos nacionais [...] constitui em si mesma um processo sócio-político único, que pode ser compreendido em seu conjunto [...] com diversas características coincidentes – mas com suas especificidades locais. (Silva, 2010, p. 2).

Assim, Hoffmann e Cruz (2024) argumentam que as contestações por atores conservadores aos temas relacionados à igualdade de gênero, mais especificamente sobre direitos sexuais e reprodutivos, contribuem para o desmantelamento da democracia liberal ao colocar tais temas como uma ameaça à “vontade da maioria”, enquadrando as questões de gênero como estratégia ideológica da minoria da população (mulheres e população LGBTQIAPN+).

No que tange à literatura referente à imbricação de gênero e Direita Radical na região latino-americana e no Brasil, autores fazem a correlação entre a grande ameaça da “ideologia de gênero” e as movimentações de entidades católicas para a

---

<sup>5</sup> No caso brasileiro, é possível exemplificar ações revolucionárias, nos termos de Mudde (2019), com o ato antidemocrático e golpista de 8 de janeiro de 2023, quando, após o fim do Governo Bolsonaro e após a posse de Luiz Inácio Lula da Silva: “O flerte com a ruptura institucional insuflado por Jair Bolsonaro e seus apoiadores atingiu o ápice em 8 de janeiro de 2023, quando golpistas invadiram o Palácio do Planalto, Congresso e Supremo Tribunal Federal” (O Globo, *s.d.*, online).

consolidação do termo e sua ameaça, principalmente na virada do século (Vaggione, 2020, 2022). Por mais que olhar para a influência de entidades católicas na consolidação de políticas antigênero no Brasil seja mais do que relevante, como tem sido feito por Corrêa (2018) e Miskolci e Campana (2017), principalmente considerando o histórico colonial da sociedade brasileira, que hodiernamente ainda permeia, é interessante também ir além dessa dimensão e entender a coalizão político-ideológica entre os atores católicos e evangélicos neopentecostais no Brasil.

Miskolci (2017) aponta que, em 1990 – década de extrema importância na consolidação dos DSR como direitos humanos –, houve um afastamento da Igreja Católica de entidades intelectuais de esquerda por conta da sua agenda moral, que agora – com a colocação da ideologia de gênero como vilã da tradição – se aproximava ainda mais dos neopentecostais. Sendo assim, os autores reiteram que “a política sexual religiosa, nos países latino-americanos com maior presença dessa vertente protestante, tende a aproximar católicos e neopentecostais em uma espécie de aliança circunstancial pela moral e os bons costumes” (Miskolci, 2017, p. 734).

Essas alianças respondem a um movimento mais profundo de reorganização das forças conservadoras no continente. Vaggione (2020; 2022) tem demonstrado como o ativismo religioso conservador se profissionalizou e se articulou em redes transnacionais para incidir sobre políticas de gênero e sexualidade, utilizando-se de estratégias jurídicas, parlamentares e midiáticas. O conceito de “ideologia de gênero” funciona, nesse contexto, como um dispositivo articulador que permite a convergência de diferentes atores em torno de um inimigo comum, ainda que suas motivações e estratégias possam ser diversas.

Para além da análise das alianças religiosas, a literatura internacional tem oferecido chaves interpretativas importantes para compreender a centralidade do gênero nos projetos políticos da Direita Radical. Graff e Korolczuk (2022, p. 17) argumentam que o “gênero é o nome da direita para o que a esquerda chama de emancipação sexual, modernização e igualdade”. Essa formulação é particularmente elucidativa, pois revela o caráter metalinguístico da disputa: o termo “gênero” é ressignificado e transformado em um termo vazio que pode ser preenchido por diferentes medos e ansiedades sociais.

Nessa mesma linha, Dietze e Roth (2020) buscam entender a “obsessão com o gênero” e a sexualidade pela direita em diferentes arenas, demonstrando como

temas de gênero e sexualidade se tornaram centrais para a mobilização política conservadora contemporânea. As autoras argumentam que essa obsessão não é acidental e responde a uma estratégia deliberada de construção de inimigos e de mobilização de afetos políticos.

Tendo em mente o caráter afetivo e de mobilização de medos que a obsessão com o gênero possui, a obra recente de Judith Butler (2024), *Quem tem medo do Gênero?*, oferece contribuições fundamentais para esta pesquisa, pois a autora analisa como os movimentos de direita radical exploram os medos de destruição – do poder patriarcal, da unidade familiar heteronormativa, das ondas de migração – em favor dos seus próprios objetivos. A autora chama a atenção para o movimento em que “quando o 'gênero' absorve uma série de medos e se torna um fantasma totalizante para a direita contemporânea, as variadas condições que de fato dão origem a esses medos perdem seus nomes” (Butler, 2024, p. 16). Em outra passagem igualmente elucidativa, Butler (2024) afirma:

O autocrata que procura atizar as paixões fascistas sabe muito bem que o medo da destruição já se alastra entre quem viu a destruição do clima, do ambiente, dos sindicatos e das perspectivas de segurança financeira. Quando esse medo é inflamado e organizado pela sintaxe do fantasma, a “destruição” é localizada externamente, em pessoas ou línguas estrangeiras, em poderes de elite, ambos embutidos no “gênero”, que ameaça invadir e destruir. O ataque ao gênero mobiliza lógicas conspiratórias milenares para sustentar regimes antidemocráticos. (Butler, 2024, p. 344)

Essa perspectiva é fundamental para compreender como a construção discursiva do gênero como ameaça opera não apenas no nível das ideias, mas também na produção de afetos e na mobilização política. O “fantasma do gênero” funciona como um dispositivo que desvia a atenção das reais causas da precariedade e da insegurança, localizando a ameaça em corpos e identidades específicas.

No que se refere especificamente à análise da reação conservadora aos direitos sexuais e reprodutivos, é comum nos depararmos com a ideia de *backlash* quando se fala de reações conservadoras às políticas de gênero (Anduiza; Rico, 2024; Biroli; Caminotti, 2020). A ideia se refere ao aumento do sexismo em contextos de conquistas feministas, fazendo com que tal reação seja chave para a emergência da direita radical em muitos contextos (Anduiza; Rico, 2024).

Contudo, para os propósitos da presente pesquisa, que busca realizar uma análise feminista pós-estruturalista dos discursos, busco ir além da noção de

*backlash*, ao concordar com o argumento de Selis, Mateo e Felix (2025), que discorrem sobre a insuficiência de interpretar o movimento antigênero apenas como *backlash*, jogando luz sobre como essa noção implica uma concepção de temporalidade linear limitante. Nesse sentido, as autoras propõem analisar duas temporalidades interconectadas, com base em Almeida (2017): o “tempo da política”, que se refere aos momentos de aceleração, oportunidades contextuais e estratégias circunstanciais, em que uma decisão judicial ou uma política governamental específica desencadeia uma reação imediata e organizada; e o “tempo da democracia”, que se refere aos processos históricos de longa duração, às lutas lentas e complexas pela hegemonia na ordem democrática, como a trajetória de décadas do conservadorismo religioso brasileiro, sua inserção gradual no sistema político, a construção de sua base social e a elaboração paciente de seu arcabouço discursivo e institucional.

A estrutura discursiva antigênero constitui-se, assim, no ponto de convergência entre essas duas temporalidades. Ela se apropria do repertório simbólico e da infraestrutura material erigidos ao longo do “tempo longo da democracia”, como as teologias, as instituições eclesiais, os aparatos midiáticos e o capital político de suas lideranças, para intervir de modo eficaz e contundente no “tempo curto da política”, aproveitando-se estrategicamente de crises, ciclos eleitorais e debates públicos emergentes (Selis; Mateo; Félix, 2025). Tendo isso em mente, faço referência a uma “reação conservadora” na tentativa de incorporar a complexidade dessa dinâmica.

A análise proposta partirá também do que Castro e Morais (2025) dissertam sobre a produção e reprodução da ordem conservadora patriarcal no discurso político pela Direita Radical no Brasil. Os autores argumentam – por meio de um debate sobre memória, mito e imaginários históricos do corpo feminino no Brasil – que a reprodução dessa ordem conservadora e patriarcal é baseada na necessidade de controle das questões reprodutivas das mulheres, fazendo com que haja a mobilização de questões acerca da reprodução na atualização do discurso neoliberal sobre seus pressupostos acerca da função da reprodução da mulher na sociedade.

Por fim, é importante situar esta pesquisa no campo das Relações Internacionais a partir de uma perspectiva feminista. Cynthia Enloe (2014) reitera, em seu livro *Bananas, Beaches and Bases*, que o "pessoal é internacional e o internacional é pessoal" a partir do momento em que:

A ideia de que o internacional é pessoal implica que os governos dependem de certos tipos de relações supostamente privadas para conduzir seus assuntos externos. [...] Para operar na arena internacional, os governos buscam o reconhecimento de sua soberania por outros governos; mas também dependem de ideias de dignidade masculinizada e sacrifício feminizado para sustentar esse senso de autonomia nacional (Enloe, 2014, p. 351, tradução nossa<sup>6</sup>).

A partir disso, uma análise feminista da questão proposta é enriquecedora, pois, muito além de entender as relações de poder dos governos e suas políticas, as investigações feministas demonstram que a construção e a manutenção das relações políticas internacionais exigem muito mais poder do que geralmente se reconhece, uma vez que essa lente analítica rejeita as barreiras artificiais entre os estudos de segurança e a economia política internacional, por exemplo, ao compreender que as dinâmicas políticas de gênero atravessam e interligam essas áreas constantemente (Enloe, 2014).

Partindo do pressuposto de que prestar atenção séria às mulheres, às suas experiências, às suas ações e às suas ideias, em toda a sua diversidade, é exercer uma curiosidade feminista (Enloe, 2004), a presente pesquisa se utiliza dessa curiosidade para tecer uma crítica contundente às ações e estratégias que desmantelam direitos humanos básicos da pauta feminista e da pauta LGBTQIAPN+. Partir de uma curiosidade feminista significa, portanto, exercer o poder de questionar a operacionalização da masculinidade em seus mais diversos níveis, sejam eles burocrático-institucionais, sejam eles de ordem simbólica, por meio do pânico moral, para que essas dinâmicas violentas possam ser vistas e questionadas com a devida clareza política.

Com isso, análise proposta evidencia que a importância do estudo dos direitos sexuais e reprodutivos no campo das Relações Internacionais reside na sua capacidade única de desvelar a dinâmica transnacional de constituição de fenômenos políticos que, embora se manifestem em arenas domésticas, são moldados por articulações, gramáticas e alianças que ultrapassam as fronteiras

---

<sup>6</sup> No original: “The international is personal’ implies that governments depend on certain kinds of allegedly private relationships in order to conduct their foreign affairs. [...] To operate in the international arena, governments seek other governments’ recognition of their sovereignty; but they also depend on ideas about masculinized dignity and feminized sacrifice to sustain that sense of autonomous nationhood”

nacionais. Argumentamos ao longo da pesquisa que a agenda antigênero no Brasil não apenas pode ser compreendida como uma reação puramente local, mas também como o resultado de um processo de tradução e (re)contextualização de uma narrativa global que elege o controle do corpo e da reprodução como eixo central para a construção de projetos políticos de matriz patriarcal. Dessa forma, o estudo dos DSR a partir de uma lente internacionalista se justifica por exigir a superação da análise compartimentalizada entre o doméstico e o internacional, revelando que é justamente na interface entre essas esferas – na ponte onde uma gramática abstrata global se traduz em disputas concretas por políticas de saúde, educação e legislação – que se consolidam projetos de poder. Ignorar essa dimensão transnacional, portanto, implicaria não apenas uma compreensão incompleta do fenômeno, mas também a obliteração dos mecanismos globais que historicamente têm pautado a autonomia feminina como campo de batalha político-ideológico.

Apesar do crescente destaque conferido à discussão sobre políticas antigênero na literatura, observa-se uma lacuna significativa no que tange ao papel específico que os direitos sexuais e reprodutivos ocupam nessa dinâmica. Embora os DSR sejam frequentemente mencionados como alvo das ofensivas conservadoras, permanece pouco explorado como esses direitos são discursivamente enquadrados e estrategicamente mobilizados pela Direita Radical como elemento estruturante de sua agenda política.

Esta lacuna torna-se ainda mais relevante quando consideramos que os DSR dizem respeito a direitos fundamentais diretamente relacionados à autonomia corporal, à integridade física e à liberdade de decisão sobre a própria vida. Atacar esses direitos não é apenas uma questão simbólica, mas tem consequências materiais diretas na vida de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+. Portanto, compreender como esses direitos são enquadrados discursivamente pela Direita Radical é essencial para desvendar os mecanismos pelos quais se legitima a exclusão e se promove o desmantelamento de políticas públicas.

Chamando atenção para o caráter discursivo da estratégia antigênero, Gal (2021, p. 2, tradução nossa) argumenta que:

a luta pelos direitos reprodutivos e pela igualdade no casamento tem envolvido de forma crucial modos de expressão em protestos, batalhas jurídicas e debates públicos. O pessoal

continua a ser político; o discurso – incluindo o nosso próprio – é crucial para ambos.

Tendo isso em mente, ao buscar traçar o papel dos DSR nas práticas discursivas da Direita Radical no Brasil, o trabalho contribui com tal literatura ao preencher a lacuna que existe na compreensão das práticas, processos e categorias produzidas e reproduzidas quando os direitos sexuais e reprodutivos são abordados por esses atores no contexto brasileiro.

Por fim, é importante destacar que a presente pesquisa busca ir além da mera identificação da existência de discursos antigênero, propondo-se a analisar como esses discursos operam, que estratégias retóricas mobilizam, que afetos buscam despertar e que sujeitos produzem. Trata-se, portanto, de uma análise que busca compreender a produtividade do discurso – ou seja, o que ele faz e não apenas o que ele diz.

Assim, a perspectiva feminista pós-estruturalista, ancorada em autoras como Hansen (2006) e Butler (2024), oferece as ferramentas teóricas necessárias para empreender essa análise. Hansen (2006) parte do entendimento de que a linguagem não apenas descreve a realidade, mas a constitui, compreendendo o discurso como um conjunto de signos que não possuem significados fixos, mas dependem de relações de diferenciação que produzem categorias hierárquicas capazes de moldar políticas e identidades. Além disso, Butler (2024) permite compreender como o gênero é transformado em um fantasma totalizante que mobiliza medos e sustenta regimes antidemocráticos.

Dessa forma, compreender como o enquadramento discursivo dos DSR como ameaça opera é fundamental, pois permite evidenciar como as ofensivas antigênero atuam na consolidação de um projeto político que, por meio de um conservadorismo moral, restringe direitos fundamentais e enfraquece os avanços democráticos. Hoffmann e Cruz (2024) são enfáticas ao afirmar que a resistência ao desmantelamento democrático-liberal na região latino-americana deve abordar a promoção de políticas de igualdade de gênero e direitos sexuais e reprodutivos, fazendo com que seja urgente combater a retórica antigênero em movimentações que se somarão às ações dos movimentos sociais. Assim, lutar pelos temas de gênero e direitos sexuais e reprodutivos significa lutar pela manutenção da democracia.

A presente pesquisa dialoga com essa movimentação teórica a partir da intenção de traçar a reação conservadora aos DSR pela Direita Radical, feita discursivamente, buscando entender a consolidação dessas percepções na política antigênero do governo Bolsonaro. Mais especificamente, a análise generificada da ascensão e consolidação desses atores é rica para a presente pesquisa, pois lida com um elemento essencial da ação política desses sujeitos: o ataque ao gênero. Dessa forma, será possível identificar como os direitos sexuais e reprodutivos são mencionados nos discursos da Direita Radical, buscando entender como esses atores atribuem significados a esses direitos ligados ao gênero e à sexualidade.

Assim, a argumentação da pesquisa contribui com a literatura citada a partir do momento em que se propõe a entender o papel dos direitos sexuais e reprodutivos na luta contra a “ideologia de gênero” no Brasil, uma vez que a Direita Radical brasileira é parte de um movimento global de contestação de políticas relacionadas ao gênero, fazendo com que a discussão sobre tais direitos também faça parte da urgência de pensar os DSR como direitos fundamentais.

A presente pesquisa concentra-se na análise de uma dimensão específica das políticas antigênero da Direita Radical: a colocação discursiva dos direitos sexuais e reprodutivos como ameaça ao molde de família dito ideal, como parte da reação aos avanços que a consolidação desses direitos como direitos humanos basilares trouxe. Compreender como esse entendimento dos DSR torna-se eixo estruturante das políticas antigênero permite evidenciar, portanto, como as ofensivas antigênero atuam na consolidação de um projeto político que, por meio de um conservadorismo moral, restringe direitos fundamentais e enfraquece os avanços democráticos.

Assim, o estudo tem como problema de pesquisa a colocação discursiva dos direitos sexuais e reprodutivos como ameaça enquanto elemento basilar na consolidação de políticas antigênero pela Direita Radical no Brasil. Analiso, então, os retrocessos e as implicações políticas decorrentes dessas ações por meio de uma perspectiva teórica feminista pós-estruturalista, buscando compreender o papel específico que os DSR ocupam nesse processo.

A partir disso, as perguntas que guiam a pesquisa são: como os discursos da Direita Radical brasileira mobilizaram os direitos sexuais e reprodutivos como estratégia de consolidação de uma agenda antigênero? Como essa mobilização contribuiu para a consolidação de sua agenda antigênero?

A partir das perguntas acima, sustenta-se o argumento central de que o Governo Bolsonaro, por meio da retórica discursiva da “ideologia de gênero”, articulou discursos morais e religiosos associados à ordem natural e à família tradicional, colocando os direitos sexuais e reprodutivos como inimigos dessa ordem, utilizando a retórica contra o aborto e as liberdades sexuais, por exemplo, como parte de uma reação à consolidação dos direitos conquistados pelas lutas feministas em prol das igualdades de gênero tanto no plano internacional quanto no doméstico. Por meio de discursos que associam os DSR a uma ameaça moral aos valores tradicionais associados à família e à ordem, essa reação à consolidação justifica a elaboração de políticas públicas excludentes e o desmonte de estruturas de proteção social existentes. Assim, é possível notar que a menção aos DSR e sua ligação à ameaça da “ideologia de gênero” são catalisadores de um projeto de nação baseado em políticas conservadoras que buscam restaurar hierarquias patriarcais e cis-heteronormativas por meio de lógicas de controle da sexualidade e da autonomia reprodutiva.

Assim, a pesquisa busca entender a mobilização discursiva dos direitos sexuais e reprodutivos como parte da reação à consolidação desses direitos como essenciais, entendendo essa movimentação como um projeto de nação alinhado a políticas conservadoras e excludentes. Por meio do combate à chamada e inventada “ideologia de gênero”, tais direitos relacionados ao gênero, bem como os DSR, foram sistematicamente atacados por estratégias discursivas e institucionais — tanto no plano doméstico quanto internacional —, sendo representados como ameaças à preservação da chamada família tradicional.

Dessa forma, argumenta-se que o enquadramento discursivo dos direitos sexuais e reprodutivos como ameaça pela Direita Radical promove o cerceamento de políticas que visam tratar das mais diversas faces da equidade de gênero e demandas relacionadas ao tema, inclusive os próprios direitos sexuais e reprodutivos. Dessa forma, a pesquisa busca destacar que o constrangimento de políticas de gênero abrange consequências tangentes às experiências tanto femininas quanto da população LGBTQIAPN+, sendo essa parcela da população vulnerável à consolidação dessas normas excludentes e conservadoras, consolidadas por meio de discursos que visam minar o exercício da autonomia reprodutiva e das liberdades de sexualidade.

Assim, a pesquisa argumenta que toda essa movimentação, a partir da colocação discursiva dos direitos sexuais e reprodutivos enquanto ameaça aos interesses da Direita Radical na retórica da ideologia de gênero, faz parte do que entendemos como agenda antigênero, tornando-se latente a partir da consolidação dos DSR conquistados na década de 1990 por meio das conferências internacionais supracitadas. Nesse sentido, a investigação tem como hipótese que a consolidação dos direitos sexuais e reprodutivos tem um papel de protagonista no surgimento da Direita Radical nos mecanismos internacionais e domésticos, entendendo que essa reação à consolidação dos DSR é um dos principais pilares do sucesso da Direita Radical neoconservadora no aparato político brasileiro a partir do Governo Bolsonaro (2019–2022).

O presente estudo tem como objetivo geral mapear e analisar como os direitos sexuais e reprodutivos estão enquadrados e são mobilizados pelo projeto político da Direita Radical no Brasil. Pretende-se, com isso, compreender os mecanismos discursivos pelos quais tais direitos são transformados em ameaça no âmbito da retórica da “ideologia de gênero”, investigando como esse enquadramento opera na legitimação de políticas públicas excludentes e no desmonte de estruturas de proteção social voltadas para questões de gênero e sexualidade.

No que tange aos objetivos específicos, a pesquisa organiza-se em cinco frentes complementares de investigação. Primeiramente, busca-se mapear a trajetória de reconhecimento e consolidação internacional dos direitos sexuais e reprodutivos no cenário internacional, com ênfase nas conferências da década de 1990 – notadamente a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994) e a Plataforma de Ação de Pequim (1995) – que estabeleceram os DSR como parte integrante dos direitos humanos. Este mapeamento inicial é fundamental para compreender o contexto em relação ao qual a reação conservadora se constitui, uma vez que é justamente o avanço desses direitos no plano internacional que desencadeia as resistências organizadas que viriam a conformar a agenda antigênero. Em segundo lugar, pretende-se situar historicamente o movimento antigênero à luz dos debates e avanços dos DSR no plano internacional, investigando como a categoria “ideologia de gênero” emerge precisamente como reação a esse processo de consolidação e como se articulam,

nesse contexto, as primeiras redes transnacionais de ativismo conservador voltadas ao combate às pautas de gênero e sexualidade.

Em terceiro lugar, a pesquisa busca entender o avanço da Direita Radical no contexto brasileiro e sua relação com a agenda antigênero, buscando compreender o lugar específico que os direitos sexuais e reprodutivos ocupam nesses movimentos. Trata-se de investigar como a mobilização contra o gênero se torna um elemento central dos projetos políticos da direita radical contemporânea em diferentes contextos nacionais e como os DSR – particularmente temas como aborto, contracepção e educação sexual – funcionam como catalisadores dessa mobilização. Em quarto lugar, o estudo propõe mapear quais atores políticos e institucionais utilizam discursivamente os direitos sexuais e reprodutivos no período pré-Bolsonaro, buscando identificar continuidades e rupturas na trajetória da reação conservadora no Brasil. Este mapeamento permite compreender que a ofensiva antigênero não emerge com o governo Bolsonaro, mas insere-se em um processo histórico de mais longa duração, que envolve a atuação de atores religiosos, parlamentares e movimentos sociais conservadores ao longo das décadas anteriores.

Por fim, a pesquisa dedica-se a analisar as estratégias discursivas e político-institucionais no Governo Bolsonaro, buscando identificar o papel dos direitos sexuais e reprodutivos na retaliação a esses e outros direitos relacionados ao gênero e à sexualidade. Este objetivo específico concentra-se no período de 2019 a 2022 e investiga como os discursos governamentais, as proposições legislativas, as políticas públicas e as práticas institucionais mobilizaram os DSR como elemento central da agenda antigênero. A análise busca, assim, compreender como os direitos sexuais e reprodutivos foram discursivamente enquadrados como ameaça, que estratégias retóricas e afetivas foram acionadas nesse processo e como tais enquadramentos se traduziram em ações concretas de desmonte de políticas e estruturas de proteção social voltadas para questões de gênero e sexualidade, bem como em proposições legislativas e práticas institucionais que visavam conter e reverter os avanços conquistados pelas lutas feministas e LGBTQIAPN+ nas décadas anteriores.

Assim sendo, pensar direitos sexuais e reprodutivos nas Relações Internacionais é urgente, visto que o acesso ao aborto, bem como toda a gama de direitos sexuais e reprodutivos, é entendido como obrigação ativa em relação a

tratados internacionais e obrigações de direitos humanos. A resistência ao desmantelamento democrático-liberal na região latino-americana deve abordar a promoção de políticas de igualdade de gênero e direitos sexuais e reprodutivos, tornando urgente combater a retórica antigênero em movimentações que se somarão às ações dos movimentos sociais.

## 1.2 Notas Metodológicas

Tendo em mente que um dos principais objetivos desta pesquisa é entender o papel dos direitos sexuais e reprodutivos nas ações discursivas no contexto da consolidação de políticas antigênero pela Direita Radical no Brasil, o aparato metodológico se baseará na análise de discurso a partir das contribuições de Jennifer Milliken (2001) para o instrumento da Análise de Discurso nas Relações Internacionais. Nesse sentido, a Análise de Discurso (AD) é uma ferramenta da área da linguística, incorporada pelas Relações Internacionais a partir da consolidação dos debates do Construtivismo relacionados à virada linguística e das teorias pós-estruturalistas. No contexto do Construtivismo, Epstein (2010) chama atenção para a necessidade de repensar conceitos que até então eram tidos como permanentes para pensar as Relações Internacionais (como a própria ideia de Estado), a partir do contexto social e político em que esses conceitos foram construídos.

No que tange ao pensamento pós-estruturalista de maneira geral, Foucault destaca que (1996, p. 10): “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear-nos.” Assim, o intuito de analisar esses discursos nas RI parte da ideia de pluralidade de atores relevantes no sistema internacional, que podem ir além da ideia tradicional do que é ou não considerado um ator da nossa ciência (Epstein, 2010).

Nesse sentido, Jennifer Milliken (2001) aborda os discursos como estruturas subjacentes que orientam como as pessoas compreendem e categorizam o mundo, atuando como um pano de fundo que permite a atribuição de qualidades a objetos e sua correlação entre eles mesmos, muitas vezes de modo tácito, ou seja, sem questionar pressupostos. Assim, é entendido pela autora que os discursos não são entidades independentes da prática humana, mas, sim, se realizam por meio do uso

contínuo por parte das pessoas, seja em interações cotidianas, seja em interações institucionais. Dessa forma, os discursos adquirem significância diante das práticas linguísticas ou em outras formas de significação (como em símbolos e imagens), fazendo com que sejam utilizados por aqueles que os recebem de modo quase automático, sem uma reflexão explícita. Nesse sentido, a análise de discurso que Milliken (2001) propõe visa ir além da simplicidade e linearidade de elencar categorias ao questionar como as oposições identificadas no texto se organizam em torno de hierarquias.

Assim, o estudo do discurso nas Relações Internacionais é abordado por Milliken (2001) a partir de três entendimentos: o discurso como sistema de significação, a produtividade do discurso e os discursos como ações da prática. No que tange aos discursos como sistemas de significação, a autora aborda um ponto-chave para o presente estudo: a apresentação dos discursos como sistemas capazes de alterar as realidades sociais. Assim, a autora argumenta que, ao contrário do pensamento positivista, as coisas não emanam significado a partir da materialidade do mundo e, sim, os indivíduos constroem os significados das coisas a partir dos discursos. Ao exemplificar essa dinâmica, a autora recorre ao trabalho de Derrida (1996), que discute como os discursos são construídos em forma de oposições binárias como educado/ignorante, moderno/tradicional, ocidente/“terceiro mundo”. Assim, os discursos já teriam uma relação de poder e hierarquia pré-estabelecida, na qual um elemento nessa oposição binária é, então, privilegiado no entendimento do receptor da mensagem (Derrida, 1996 *apud* Milliken, 2001).

O entendimento de discursos como sistema de significação pode acontecer por meio da análise de predicado, segundo Milliken (2001). Nesse contexto, a análise de predicado é ideal para analisar elementos linguísticos de predicação, como verbos, advérbios e adjetivos ligados a substantivos que podem construir significados. No que tange à produtividade do discurso, a autora afirma que é necessário ir além da análise de predicados e entender como o discurso analisado produz nosso mundo e nossa realidade (*Ibid.*). Apoiando-se no trabalho pós-estruturalista de Campbell, a autora chama atenção para a importância de entender como os sentidos inferidos pelos discursos modificam e legitimam ações políticas de determinados tomadores de decisão e, ainda, como essas implementações mudam a vida de cidadãos comuns, ao ponto de se consolidarem como senso comum ao longo da história (Milliken, 2001).

Aqui, identificamos a importância da Análise de Discurso para o objetivo desta pesquisa, uma vez que o entendimento feminista da problemática, atrelado a esta metodologia, nos permite entender como as políticas excludentes baseadas na reação conservadora aos direitos sexuais e reprodutivos se deram e foram legitimadas, mas também pensar as consequências de quando essa racionalidade transborda para o cotidiano da sociedade e toca o senso comum.

Ademais, a autora afirma que é necessário focar em um ponto nas Relações Internacionais para executar tal abordagem, sendo eles: estudos de política externa, teorias de relações internacionais e organização da diplomacia internacional. Porém, tendo em mente o objetivo do estudo de compreender como a racionalidade antigênero foi constituída a partir da Direita Radical brasileira, é necessário abordar também os discursos em âmbito doméstico e suas consequências, além das ações na política externa. Isso se deve à necessidade de entender como a estrutura discursiva antigênero se consolida precisamente na ponte entre essas duas dimensões: ela é alimentada por uma gramática global, mas adquire força mobilizadora ao ser aplicada a disputas nacionais específicas, nas quais os DSR funcionam como o elo material que conecta o abstrato (“ideologia de gênero”, como abordado no capítulo 1) ao concreto (uma cartilha escolar, uma lei, uma política de saúde, como mencionado no capítulo 2). Portanto, compreender a centralidade dos DSR nesse processo exige um olhar que percorra constantemente a fronteira entre o doméstico e o internacional, revelando como um é constitutivo do outro na formação do projeto político antigênero.

Por fim, Milliken aborda a AD como Ações da Prática, momento da pesquisa dedicado a compreender como um discurso dominante produz a realidade social e a sociedade. Tendo em mente a maleabilidade dos discursos, a autora argumenta sobre a importância de “tratar não apenas sobre a ordem e constituição da sociedade internacional, mas em como essa ordem é inerentemente duvidosa, significando que sua organização deve ser bem trabalhada para que ocorra” (Milliken, 2001, p. 241, tradução nossa<sup>7</sup>). Assim, a autora sugere três métodos centrais para analisar criticamente os discursos em Relações Internacionais, entendendo-os como práticas que constroem a realidade, e não apenas a descrevem.

---

<sup>7</sup> No original: “needs to address not just the orderly constitution of international society, but how this order is inherently contingent, entailing that its orderliness needs to be worked for it to be reproduced.”

A priori, o *método desconstrutivo* busca mostrar que nenhum discurso é neutro ou contém uma verdade única, desmontando um texto ou fala para revelar como ele privilegia certos significados e esconde suas próprias contradições e incertezas. O objetivo é demonstrar que leituras dominantes são instáveis e que é sempre possível “deslocar” uma suposta verdade para revelar outras possibilidades de interpretação. Em seguida, o *método da justaposição* busca confrontar uma verdade dada por um discurso específico com outros eventos, problemas ou perspectivas que essa mesma narrativa ignora ou não consegue explicar. Ao justapor realidades diferentes, o método expõe as ambiguidades e os interesses políticos por trás de discursos que se apresentam como absolutos. Por fim, o *método dos conhecimentos subjugados* aprofunda a justaposição ao citar perspectivas alternativas de passagem e entender como esse conhecimento historicamente resiste ao poder e como o discurso hegemônico age para excluí-lo. A partir desses direcionamentos, as análises dos discursos abarcarão os passos sugeridos pela autora.

Acerca das escolhas dos discursos, Milliken (2001) argumenta que um único texto não consegue dispor da análise crítica e metodologicamente rigorosa desse discurso, por não ser capaz de representar um corpo social amplo. Considerando a intenção deste trabalho de evidenciar como discursos conseguem produzir e reproduzir realidades sociais, é necessário selecionar textos de diferentes enunciadore e de diferentes contextos para ser possível identificar convergências de produção de estruturas de poder e hierarquias. Ademais, o esforço ao longo da pesquisa não busca inferir que os discursos analisados são necessariamente uma análise sistemática do governo Bolsonaro, mas são parte de um recorte imprescindível para compreender o papel discursivo dos DSR nos momentos selecionados.

Dessa forma, a análise será empreendida em torno dos seguintes movimentos:

DATA	EVENTO	TEMA ABORDADO	ENUNCIADOR (A)
Janeiro de 2019	Discurso de posse de Jair Bolsonaro	Proteção da família	Jair Bolsonaro

Janeiro de 2019	Posse do Ministro das Relações Exteriores	Ideologia de Gênero e oposição ao aborto	Ernesto Araújo
Fevereiro de 2019	Abertura do Segmento de Alto Nível da 40ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas	Ideologia de Gênero e oposição ao aborto	Damares Alves
Fevereiro de 2019	Semana Nacional de Prevenção à Gravidez na Adolescência de 2019	Ideologia de gênero e abstinência sexual	Damares Alves
Agosto de 2019	Debate na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados	Ideologia de gênero e oposição ao aborto	Ernesto Araújo
Setembro de 2019	III Cúpula Demográfica de Budapeste, na Hungria	Ideologia de Gênero e oposição ao aborto	Damares Alves
Outubro de 2019	Lançamento da publicação dos compromissos voluntários do Brasil para a candidatura do país ao Conselho de Direitos Humanos da ONU	Oposição ao aborto	Ernesto Araújo
Outubro de 2020	Cerimônia de assinatura do Consenso de Genebra	Oposição ao aborto	Ernesto Araújo e Damares Alves
2020	Portaria sobre aborto legal	Oposição ao aborto	Eduardo Pazuello
2021	Discurso da Secretária Nacional da Família na Plataforma <i>Political Network for Values</i>	Ideologia de Gênero	Ângela Gandra
Setembro de 2022	77ª Assembleia Geral da ONU	Ideologia de Gênero e oposição ao aborto	Jair Bolsonaro

Quadro 1: Discursos do Governo Bolsonaro (2019-2022) a serem analisados. Elaboração da autora.

Para mapear e analisar como a reação conservadora aos direitos sexuais e reprodutivos está enquadrada e foi mobilizada nestes discursos, a seleção empreendida buscou abarcar os quatro anos do governo Bolsonaro (2019–2022). A

seleção dos onze discursos que compõem o corpus desta pesquisa foi cuidadosamente orientada pelos objetivos do trabalho, buscando garantir a pertinência e a representatividade do material analisado para o mapeamento e a análise do enquadramento e da mobilização dos direitos sexuais e reprodutivos pelo projeto político da Direita Radical no Brasil. Em primeiro lugar, a opção por abarcar a totalidade do governo Bolsonaro (2019–2022) atende ao objetivo específico de analisar as estratégias discursivas e político-institucionais ao longo de todo o período, permitindo identificar continuidades, rupturas e intensificações na retórica antigênero e no lugar ocupado pelos DSR nessa retórica. A diversidade de tipos de discurso selecionados – pronunciamentos oficiais disponibilizados no site do Governo Federal, entrevistas, falas em eventos nacionais e internacionais, documentos oficiais como portarias – responde à necessidade de compreender como a agenda antigênero se materializou em diferentes gêneros discursivos e em distintas arenas de atuação governamental, desde as cerimônias de posse que inauguraram o projeto político do governo até os fóruns internacionais onde o Brasil era representado oficialmente.

Assim, partindo do entendimento de Milliken (2001) de que é necessário buscar discursos proferidos por mais de um enunciador, analisaremos discursos de diversos atores do governo em questão, como o próprio presidente à época e os dois principais ministros responsáveis pela manutenção e disseminação discursiva da agenda antigênero, como foi o caso de Ernesto Araújo e Damares Alves. Além disso, a escolha de analisar a portaria sobre o aborto legal, documento aprovado pelo então Ministro da Saúde Eduardo Pazuello, se justifica a partir do momento em que é necessário entender as consequências diretas dos discursos antigênero, que também estão presentes em documentos oficiais e vão além de discursos públicos.

Os discursos de posse, tanto de Bolsonaro como o de Araújo, no começo do ano de 2019, foram selecionados devido à necessidade de compreender como aquele governo estava inaugurando sua agenda antigênero a partir daqueles discursos. Os discursos de Damares Alves na 40ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos e na III Cúpula Demográfica de Budapeste foram selecionados partindo da necessidade de analisar as suas falas antigênero em momentos em que ela representava formalmente o Brasil no exterior, com base na coleta feita por Santos (2024).

Ademais, a fala de Damares na Semana Nacional de Prevenção à Gravidez na Adolescência de 2019 foi selecionada por representar um discurso antigênero no contexto nacional. As falas do ministro Ernesto Araújo no contexto do Debate na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados foram selecionadas a partir do que Drumond e Rebelo (2024) apontam: que tal discurso foi proferido quando o então ministro foi questionado sobre o posicionamento antigênero do Brasil em fóruns internacionais. Nesse sentido, analisaremos tal discurso com o intuito de compreender como o alto representante da diplomacia brasileira à época justificava tais posicionamentos. Ademais, o discurso de Ernesto Araújo no contexto do lançamento da candidatura brasileira para o Conselho de Direitos Humanos da ONU será analisado com o intuito de identificar como a retórica antigênero era consolidada e justificada na gramática de Direitos Humanos da ONU.

Os discursos de Ernesto Araújo e Damares na Cerimônia de assinatura do Consenso de Genebra são analisados partindo do que Drumond e Rebelo (2023) argumentam sobre “a conexão entre os valores familiares tradicionais e as visões antiaborto nas normas brasileiras os esforços de desconstrução atingiram sua faceta mais visível com o lançamento da ‘Declaração de Consenso de Genebra’” (Drumond e Rebelo, 2023, p. 9, tradução nossa<sup>8</sup>). Ademais, a participação de Ângela Gandra no governo Bolsonaro é analisada, uma vez que, de acordo com o informe do Sexuality Policy Watch (2022) para a equipe de transição do MRE, a então Secretária protagonizou uma trajetória de diplomacia paralela ultraconservadora.

Apesar de os quatro discursos de Jair Bolsonaro na cerimônia de abertura da Assembleia Geral da ONU entre 2019 e 2022 serem discursos antigênero, a escolha de analisar o discurso no último ano de sua gestão se dá a partir de duas razões. A primeira se refere à relevância de identificar como Bolsonaro se coloca discursivamente no ano que foi o último de sua gestão, uma vez que é possível observar uma continuidade na retórica antigênero desde seu primeiro discurso em 2019 (Santos, 2024). A segunda razão diz respeito à relevância do discurso deste enunciatador, uma vez que, naquele contexto — setembro de 2022 —, o Brasil estava

---

<sup>8</sup> No original: intricate connection between traditional family values and anti-abortion views in Brazil’s norm spoiling efforts reached its most visible facet with the launch of the ‘Geneva Consensus Declaration

a pouco mais de um mês das eleições presidenciais, fazendo com que a figura de Bolsonaro se tornasse ainda mais relevante para o senso comum naquele contexto.

Por fim, aqueles discursos que estão disponíveis no formato de vídeo, tais como a entrevista de Damares no contexto da Semana Nacional de Prevenção à Gravidez na Adolescência de 2019; a fala de Ernesto Araújo na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados; o discurso de Damares na III Cúpula Demográfica de Budapeste; a Cerimônia de assinatura do Consenso de Genebra; bem como o discurso de Ângela Gandra na plataforma *Political Network for Values*, foram transcritos com a ajuda da ferramenta *TurboScribe*.

### **1.3 Estrutura da dissertação**

Para mapear e analisar como os direitos sexuais e reprodutivos estão enquadrados no projeto político da Direita Radical no Brasil, a dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo tem como principal objetivo mapear a trajetória de reconhecimento e consolidação internacional dos direitos sexuais e reprodutivos no cenário internacional e situar historicamente o movimento antigênero à luz dos debates e avanços dos DSR no plano internacional, destacando as reações conservadoras a esses avanços da pauta feminista. Assim, buscamos entender as bases que legitimaram a estratégia discursiva da criação da ameaça existencial e geradora de pânico moral que ronda a “ideologia de gênero”, termo presente de maneira recorrente nas políticas que caracterizaram a agenda antigênero da Direita Radical no Brasil.

A partir disso, o segundo capítulo busca elucidar quais atores políticos e institucionais manejam discursivamente os direitos sexuais e reprodutivos no período pré-Bolsonaro, chamando atenção para os governos petistas que antecederam a ascensão da Direita Radical no Brasil. Assim, o capítulo percorre a história da implementação da agenda antigênero no continente latino-americano, tendo como foco o contexto brasileiro. Dessa forma, o capítulo busca compreender as mais diversas faces da obsessão com o gênero dos atores conservadores na região, dando destaque para como essa retórica ganhou força a partir da mobilização católica e, mais recentemente, neopentecostal em torno de políticas sobre o gênero e as sexualidades, bem como os próprios direitos sexuais e reprodutivos.

Por fim, o terceiro e último capítulo, dedicado à análise dos discursos selecionados, tem o objetivo de analisar estratégias discursivas e político-institucionais no Governo Bolsonaro no âmbito antigênero, a fim de identificar o papel dos direitos sexuais e reprodutivos nesta dinâmica. Os onze discursos analisados percorrem os quatro anos de gestão do Governo Bolsonaro e, de alguma forma, mencionam ou aludem a temas que abarcam os direitos sexuais e reprodutivos, como a ameaça existencial da “ideologia de gênero”, retóricas antiaborto e falas que buscam ressignificar a sexualidade e a autonomia reprodutiva. Dessa forma, identificamos o papel central que os direitos sexuais e reprodutivos têm quando se fala da implementação discursiva da agenda antigênero pela Direita Radical brasileira

## 2 O passado: mapeando a luta pela inserção dos direitos sexuais e reprodutivos no debate internacional

“Esta fonte é para uso de todos os sedentos.

Toma a tua parte.

Vem a estas páginas  
e não entres seu uso  
aos que têm sede.”

- Cora Coralina

A poetisa goiana Cora Coralina, em seu poema *Aninha e Suas Pedras* (sem data), clama a importância da resiliência e a urgência de se reerguer quando tudo parece perdido. A conquista dos direitos sexuais e reprodutivos (DSR) para a luta feminista é símbolo de resiliência e persistência no clamor pelo direito de escolher, decidir sobre a própria sexualidade e reprodução, bem como pelo direito de acesso às informações para fazê-lo. Vários foram os empecilhos para a consolidação dos DSR na agenda internacional, e é sobre eles que abordamos a seguir. O presente capítulo tem o objetivo de mapear e discutir o processo de reconhecimento dos DSR em âmbito internacional, destacando os avanços e os pontos passíveis de crítica na consolidação desses direitos.

Por meio de uma revisão bibliográfica de literatura secundária sobre a história dos direitos sexuais e reprodutivos, a presente discussão visa, em um primeiro momento, entender como o desejo de escolher sobre a própria reprodução e sexualidade foi nomeado como um direito, não somente de mulheres, mas de uma parcela da população invisibilizada e negligenciada, a exercer o direito de escolha sobre a sua reprodução e o exercício da sua liberdade sexual. Neste momento, a argumentação visa destacar como a luta pelo reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos básicos teve de resistir a uma série de retaliações desde quando foi idealizada. A partir disso, reflexões acerca das problemáticas da criação e popularização da pílula anticoncepcional na primeira metade do século XX serão abordadas, bem como sua conexão com as entidades conservadoras e cristãs à época.

O segundo momento do capítulo será dedicado a uma análise das conferências mais emblemáticas na luta pelos direitos sexuais e reprodutivos: a

Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas (Cairo, 1994) e a Plataforma de Ação de Pequim, de 1995. Ademais, demonstraremos esforços anteriores a esses momentos, como a Conferência de Teerã, em 1968. Como mostrado na introdução desta dissertação, foi na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada em Cairo no ano de 1994, que passaram a ser considerados direitos humanos:

decidir livre e responsabilmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos [e] ter acesso à informação e aos meios para decidir e gozar do mais elevado padrão de saúde sexual e reprodutiva, livre de discriminações, coerções ou violências (Ventura, 2009, p. 38).

A Plataforma de Ação de Pequim, realizada no ano seguinte, inseriu os DSR na arena internacional não apenas como uma questão de controle populacional, mas como parte dos direitos fundamentais das mulheres.

O último momento do capítulo será dedicado a argumentar como a chamada “ideologia de gênero”, um dos principais termos mobilizados pelos discursos da direita radical contemporânea no processo de desmantelamento de políticas de gênero, emergiu nessa época como uma reação à consolidação dos DSR em fóruns multilaterais. À luz da análise discursiva de Lene Hansen (2006), argumenta-se que os direitos sexuais e reprodutivos são passíveis de movimentações discursivas, uma vez que, quando enquadrados no controle populacional e na segurança nacional, esses direitos foram legitimados como política urgente, justificando intervenções em populações específicas. Porém, quando enquadrados na emancipação feminina e autonomia corporal, tornaram-se ameaças à ordem social, sofrendo forte contestação. Assim, a efetivação desses direitos depende do enquadramento que estabiliza seus significados. O capítulo finaliza o caminho argumentativo destacando o quanto essa estrutura discursiva é essencial para a legitimação de políticas promovidas pela Direita Radical que desmantelam os direitos conquistados a partir de Teerã, Cairo e Pequim.

A trajetória histórica mapeada por este capítulo documenta, portanto, o surgimento da direita cristã e a sua mobilização junto ao Vaticano para a criação do termo ‘ideologia de gênero’ e sua disseminação como grande ameaça às famílias ditas tradicionais e ideais. Ademais, buscamos destacar, por meio da argumentação de Louise Chappell (2006), que alianças transnacionais conservadoras entre países

autoritários também foram estabelecidas e são atores tão influentes quanto a direita cristã neste momento. Nesse sentido, o objetivo central do capítulo é entender como os direitos sexuais e reprodutivos foram se inserindo na pauta internacional ao mesmo tempo em que reações conservadoras foram sendo identificadas ao longo desses avanços. Ademais, os entendimentos feministas pós-estruturalistas de Judith Butler serão mobilizados para investigar como os movimentos conservadores exploram os medos de destruição — do poder patriarcal, da unidade familiar heteronormativa — em favor dos seus próprios objetivos políticos e sociais.

## 2.1 Uma gênese do desejo de decidir

A história demonstra, de forma contundente, que o desejo das mulheres de exercer controle sobre seus corpos e sua reprodução é uma luta ancestral, que precede em séculos os métodos modernos e seguros. O fato de os recursos disponíveis no passado serem ineficazes ou baseados em superstição reitera a vontade dessa parcela da população de exercer o direito de decidir. A exemplo disso, mulheres chinesas que, séculos atrás, ingeriam metais tóxicos como chumbo e mercúrio para evitar a gravidez, com risco de esterilização permanente ou morte, é um exemplo do caminho árduo que essas mulheres percorriam para tentar gerir sua reprodução e exercer livremente sua sexualidade (Skuy, 1995 *apud* PPFA, 2012).

Além disso, na Europa Medieval, essa busca de gestão sobre a própria reprodução se manifestava em rituais e amuletos, como o uso de partes de animais (testículos de doninha, pés amputados, fígados de gatos pretos) ou realizar ações específicas, como circular em volta do local onde uma loba grávida teria urinado (Lieberman, 1973 *apud* PPFA, 2012). A trajetória não é da inexistência do desejo para a sua aparição recente, mas sim de uma busca arriscada e desesperada no passado para a conquista de métodos seguros e acessíveis para o controle e autonomia da reprodução e sexualidade femininas. Isso demonstra que a demanda pelo exercício dos direitos sexuais e reprodutivos faz parte de uma necessidade humana fundamental que as mulheres sempre tentaram suprir, com os meios que tinham à disposição.

Aqui, é válido retratar o quanto a falta da presença de mulheres nas ciências médicas e biológicas resultou em uma ciência masculinizada que pouco se

preocupava com as especificidades e necessidades do corpo feminino. Oya Care (2022) disserta em seu artigo de opinião sobre como o fato de a medicina ter sido pensada e exercida tendo o corpo masculino como referência é responsável pelo atraso no desenvolvimento de pesquisas para pensar o corpo feminino, inclusive questões acerca dos direitos sexuais e reprodutivos. Além disso, as ciências médicas, especialmente nas áreas de ginecologia e obstetrícia, apresentam lacunas significativas ao abordar os corpos de mulheres racializadas em suas pesquisas, uma realidade ainda evidente hoje, como demonstra o alarmante índice de violência obstétrica contra mulheres negras: mães negras e com baixa escolaridade são as principais vítimas em casos de violência obstétrica (Graell *et al.*, 2024)

Tendo isso em mente, é interessante analisarmos o movimento que culminou em um dos medicamentos que revolucionou a sexualidade e os direitos sexuais e reprodutivos: a pílula anticoncepcional. Desde o seu surgimento, o movimento pelos direitos sexuais e reprodutivos tem sido objeto de operacionalizações discursivas, sendo possível identificar sua intersecção com questões controversas — como controle de natalidade e esterilização forçada — nos anos que antecederam a criação da pílula anticoncepcional nos anos 1960.

Ângela Badore (2012) descreve que, antes do movimento dos direitos reprodutivos chegar ao protagonismo da luta feminista em meados dos anos 1950, Margareth Sanger, idealizadora da pílula anticoncepcional, descreveu em seus diários o cotidiano da busca por contracepção à época. Por conta da sua inicial aproximação com a classe trabalhadora, Sanger destaca que, nos distritos da classe trabalhadora de Nova York, onde atuava profissionalmente como enfermeira nos anos 1930, presenciou buscas desesperadas de mulheres por conhecimento sobre contracepção. Portanto, nesse momento, a luta por direitos reprodutivos era conhecida apenas nos círculos da comunidade médica, a portas fechadas, devido à recusa social e moral associada à contracepção (*Ibid.*).

Em 1914, Sanger publicou o livro *The Woman Rebel*, que defendia abertamente o controle de natalidade, virando alvo do sistema jurídico estadunidense e, principalmente, da Igreja Católica. Nesse contexto, Sanger mudou-se para a Inglaterra, onde foi fortemente influenciada pelos ideais neomalthusianos, defendendo o autocontrole sexual e o adiamento do casamento, por exemplo, e adotando uma narrativa que, ao focar na necessidade de controle populacional,

negligenciava as experiências femininas e focava na dita necessidade de controlar o número de nascimentos para a preservação dos recursos (BBC News, 2023).

Com isso, Sanger começou a pensar em um método contraceptivo eficaz para ser possível controlar a natalidade da população, afastando-se completamente da narrativa feminista sufragista com a qual havia se encantado em um primeiro momento. Assim sendo, Sanger propôs a criação da pílula anticoncepcional e, com a ajuda e financiamento de magnatas estadunidenses — como a Fundação Rockefeller, que destinou US\$ 1 milhão ao longo de dez anos —, avançou-se no desenvolvimento do medicamento (BBC News, 2023).

Dessa forma, segundo Ângela Davis (1981), foi nesse momento que Sanger subestimou a centralidade da exploração capitalista e passou a adotar um discurso que visava argumentar que ter muitos filhos era o principal motivo da miserável situação em que estavam muitas mulheres. Não obstante, ao cortar completamente os laços com o Partido Socialista, Sanger e outras feministas se viram mobilizadas pelos discursos racistas de “suicídio de raça” e atrelaram a necessidade de contracepção às práticas eugenistas (Davis, 1981).

Nos ensaios clínicos para a criação da pílula, surgiram problemas significativos, já que mulheres em Porto Rico e no Haiti não sabiam que estavam sendo testadas, resultando em cenários antiéticos, incluindo casos de estupro e outras violações. Essas práticas geraram críticas intensas durante os estágios de pesquisa da pílula (BBC News, 2023). Posteriormente, Sanger criou o “Projeto Negro”, um projeto de cunho eugenista que visava construir clínicas de controle de natalidade nas comunidades negras nos Estados Unidos (Davis, 1981).

Tendo em mente o controverso legado da criação da pílula, é interessante pensar sobre essa necessidade que o projeto pró-desenvolvimentista tem de salvar ou levar conhecimento e ciência a determinadas populações por meio de diversos pretextos. O caso controverso da pílula anticoncepcional é essencial para pensar sobre o pretexto pelo qual a pílula foi disseminada — aquele que garantiria liberdades sexuais e emancipação reprodutiva para as mulheres — em um contexto em que a Guerra Fria estava se consolidando no sistema internacional. Isso é relevante, por ser essencial pensar no papel dos Estados Unidos — e no seu projeto de consolidação de sua segurança nacional — no financiamento dessas pesquisas e na implementação de programas de planejamento familiar voltados às populações “em desenvolvimento”.

Com o surgimento controverso das primeiras movimentações relacionadas à criação de métodos contraceptivos eficientes e práticos, Seltzer (2002) aponta que, a partir do sucesso dos métodos contraceptivos modernos na segunda metade do século XX, a comunidade internacional se entusiasmou para que essas tecnologias de contracepção estivessem disponíveis no mundo todo. Tal entusiasmo tem raízes em duas principais premissas: a primeira era que mulheres e casais adotariam métodos modernos de controle de natalidade para evitar gravidezes indesejadas e atingir o número de filhos; e a segunda premissa era que os programas de planejamento familiar tornariam a contracepção amplamente disponível para essas mulheres e casais, ajudando a atender à demanda por regulação da fertilidade (Seltzer, 2002).

Ou seja, de uma maneira ou de outra, o entusiasmo pelo desenvolvimento de um método contraceptivo eficaz e democrático se respaldava no controle populacional, uma vez que a segunda premissa visava democratizar o acesso a esses métodos em prol da regulação da fertilidade<sup>9</sup>. Nota-se que, até aqui, por mais que o corpo da mulher seja elemento catalisador de todas essas ações, seu bem-estar, poder de escolha e emancipação sexual e reprodutiva não foram colocados em pauta nessas mobilizações.

A dinâmica de controle populacional, cujas raízes são expostas na trajetória eugenista e colonial da anticoncepção moderna, ressoa profundamente nos discursos da direita radical contemporânea, embora com uma inversão aparente de finalidade. Se, no contexto descrito, o controle era justificado por um “projeto de desenvolvimento” que visava regular a fertilidade de populações pobres e não brancas em nome do progresso, hoje, setores da direita radical frequentemente adotam uma retórica natalista e anti-imigratória, que também é um projeto de controle demográfico, principalmente no Norte Global. Nesta nova roupagem, o foco recai sobre o “suicídio populacional” ou a “substituição étnica”, onde baixas taxas de natalidade entre populações consideradas “nativas” ou “ocidentais” são apresentadas como uma ameaça à soberania e à cultura.

---

<sup>9</sup> É importante ressaltar que a literatura aborda as problemáticas dessa linearização do desenvolvimento em relação aos DSR, principalmente na atuação de entidades estadunidenses no financiamento de programas de planejamento familiar em países ditos “em desenvolvimento”, sobretudo na América Latina e entre populações racializadas, tidas como subdesenvolvidas; porém, este não é o foco da presente pesquisa.

O corpo feminino, novamente, torna-se um campo de batalha onde antes era um alvo a ser esterilizado; agora, um objeto a ser mobilizado para a reprodução da nação. Assim, o controle se mantém, alternando entre a contenção e o incentivo coercitivo da natalidade, sempre em função de um projeto político embranquecedor e hierárquico. A análise de Lene Hansen (2006) sobre enquadramentos discursivos demonstra como “fatos de primeira ordem” não são neutros, mas são produzidos e estabilizados por narrativas específicas que geram consequências políticas concretas. A história da pílula anticoncepcional ilustra esse poder do enquadramento: quando os direitos reprodutivos foram discursivamente enquadrados na lógica do controle populacional, da eugenia e da segurança nacional durante a Guerra Fria, eles se tornaram “fatos” urgentes e legitimados. Esse enquadramento estabilizou significados que associaram fertilidade desregulada a ameaças ao desenvolvimento e à ordem, resultando em um agressivo conjunto de políticas e financiamentos milionários para pesquisa e implementação, como visto nos projetos dirigidos a populações negras e em “desenvolvimento”, fazendo com que o discurso criasse uma verdade aparente que justificava a intervenção.

Por outro lado, quando o mesmo objeto — o controle da fertilidade — foi enquadrado nos significantes da emancipação feminina, da autonomia corporal e da liberdade sexual — como Sanger inicialmente propôs —, ele deixou de ser um “fato” técnico ou de segurança e se tornou uma ameaça política à ordem de gênero e às hierarquias sociais. Esse enquadramento concorrente, ao desafiar estruturas patriarcais, gerou fortes retaliações morais e políticas, estabilizando uma contra narrativa que associava esses direitos ao caos moral. Como Hansen (2006) sugere, a contestação só se torna possível mediante um questionamento de segunda ordem, que desnaturaliza o enquadramento hegemônico e oferece dados alternativos. Assim, a receptividade e disseminação de um discurso não dependem de seu conteúdo objetivo, mas do quadro político que o articula e dos significados que estabiliza, definindo quais políticas se tornam agressivamente possíveis e quais são violentamente contestadas.

Sendo assim, é possível traçar uma linha discursiva entre os momentos históricos da criação da pílula e da expansão da direita radical, pois ambos partilham de uma lógica fundamental que instrumentaliza a reprodução para fins políticos e econômicos. O fio condutor é a percepção do corpo, especialmente o corpo feminino e de populações marginalizadas, como um recurso a ser gerido pelo

Estado ou por forças hegemônicas. No passado, sob a lógica do desenvolvimento e da eugenia, a narrativa era de “conter os excessos” das populações consideradas inferiores ou perigosas. No presente, sob a lógica do nacionalismo étnico e do conservadorismo, a narrativa é de “reproduzir a pureza” e assegurar a força da população considerada legítima. Em ambos os casos, a autonomia reprodutiva individual é sacrificada em nome de um suposto bem coletivo, definido por elites políticas. A retórica muda, mas o objetivo de governar a vida e a morte, a reprodução e a sexualidade permanece intocado.

Portanto, o legado histórico dos direitos sexuais e reprodutivos revela uma continuidade alarmante: eles são raramente tratados como fins em si, como direitos à autodeterminação. Seja no desenvolvimento de métodos contraceptivos ou na promoção de políticas natalistas, o bem-estar e a emancipação das mulheres não são os protagonistas, mas sim variáveis secundárias em um cálculo maior. Esse cálculo pode ser o do controle populacional eugênico, da segurança nacional durante a Guerra Fria, do crescimento econômico neoliberal ou da preservação de uma identidade nacional homogênea. Quando desvinculados de uma luta intransigente por justiça social e igualdade, os mecanismos de regulação da fertilidade podem facilmente ser cooptados para servir a projetos de poder que reforçam hierarquias, sejam elas de raça, classe ou gênero.

Após a disseminação da pílula anticoncepcional na década de 1960, que se tornou um símbolo material e político da emancipação feminina ao permitir o desvinculamento entre sexualidade e reprodução, e após a radicalização da luta pela descriminalização e legalização do aborto — bandeiras centrais que definiram a agenda da Segunda Onda do feminismo —, os direitos sexuais e reprodutivos começaram a ser abordados nas conferências internacionais, atrelados aos direitos das mulheres, apenas nos anos 1990. Essa inserção formal no direito internacional foi uma conquista direta da persistente influência e *advocacy* desses movimentos feministas, que, desde a Segunda Onda, deslocaram a narrativa do mero controle populacional para enquadrar essas questões como fundamentais para a autonomia corporal, a cidadania plena e a justiça de gênero.

Um aspecto discursivo importante nesse contexto foi a tentativa de ressignificar os debates sobre direitos reprodutivos. A partir da popularização da pílula anticoncepcional, percebe-se que o movimento pelos direitos reprodutivos precisou promover o uso do termo “controle de natalidade” (*birth control*) junto à

sociedade no início do século XX. Esse termo buscava substituir o termo contracepção (*contraception*), que enfrentava forte resistência de setores conservadores, especialmente de igrejas católicas e protestantes nos Estados Unidos. Para esses grupos, a noção de contracepção era associada a pecado mortal, conforme determinados segmentos da moral cristã e conservadora, o que dificultava sua aceitação social.

Conforme aponta Badore (2012), o termo “controle de natalidade” seria útil para a democratização dos direitos sexuais e reprodutivos por remeter apenas ao controle dentro do casamento, ou seja, dentro da relação de um casal sexualmente ativo, e o movimento precisava mudar a visão da sociedade sobre a contracepção:

O próprio termo “controle de natalidade” [*birth control*] foi um conceito revolucionário inventado por Margaret Sanger. Ao inventar o termo “controle de natalidade” [*birth control*], Sanger e seus aliados identificaram, em um único termo, um grande problema para as pessoas — a gravidez indesejada — e propuseram uma solução que lhes permitia evitar que esse problema ocorresse. [...] Com esse termo, o problema e a solução são colocados com o casal sexualmente ativo, particularmente com a mulher. O controle de natalidade é algo que as pessoas usam, algo pelo qual assumem a responsabilidade, controlando a si mesmas. Em vez da visão de Comstock da contracepção como uma obscenidade que “levava à degradação da juventude”, o termo “controle de natalidade” era assertivo, um termo que envolvia as pessoas assumindo o controle sobre seus corpos.” (Badore, 2012, p 5-6, tradução nossa<sup>10</sup>)

A partir dessa mudança de terminologia, o movimento pelos direitos reprodutivos foi ganhando força nos Estados Unidos. Esse exemplo nos mostra que, desde o seu surgimento, mobilizações discursivas em torno dos DSR têm sido feitas. No caso evidenciado, a criação de um termo foi feita para driblar retaliações aos estudos que culminariam, mais tarde, na criação da pílula anticoncepcional,

---

<sup>10</sup> No original: “The main goal of the birth control movement was to allow women access to birth control, but in order to truly achieve this goal, proponents had to essentially change the view of society on contraception. The term ‘birth control’ itself was a revolutionary concept invented by Margaret Sanger and the other radicals behind *The Woman Rebel*. By inventing the term “birth control,” Sanger and her allies had in one term identified a major problem for people—unwanted pregnancies—and proposed a solution that allowed them to prevent that problem from occurring. [...] With this term, the problem and solution are placed with the sexually active couple, particularly with the woman. Birth control is something people use, something they take responsibility for, controlling themselves. Instead of Comstock’s vision of contraception as an obscenity that “led to ‘the degradation of youth,’” the term “birth control was assertive, a term that involved people taking control over their bodies”

medicamento amplamente utilizado por mulheres em todo o mundo ainda hodiernamente<sup>11</sup>.

A partir dessa análise sobre a terminologia pensada nos discursos no contexto do movimento para a pílula anticoncepcional e, em consonância com a perspectiva discursiva apresentada por Hansen (2006), torna-se evidente como os discursos não apenas descrevem o mundo, mas produzem realidades políticas e sociais. Um movimento inicialmente pensado por Sanger para permitir o poder de exercer autonomia reprodutiva das mulheres acabou sendo, a partir das reações das igrejas cristãs e de entidades conservadoras, gradualmente reinscrito em discursos que deslocaram seu sentido original. Esse deslocamento discursivo transformou a pílula de um recurso de emancipação feminina em um artefato para o controle populacional de populações não brancas. Apesar dessas variações, esse processo discursivo tem como núcleo a disputa pelo significado da autonomia reprodutiva feminina.

Tendo em mente que o objetivo da presente pesquisa se pauta em traçar o lugar dos direitos sexuais e reprodutivos nas reações neoconservadoras, é interessante destacar também que, à época da mobilização e disseminação da pílula anticoncepcional, reações de grupos contrários a esses progressos conseguiram moldar muito do que atualmente se conhece por direitos sexuais e reprodutivos. Badore (2012) destaca que a Planned Parenthood, entidade que atualmente oferece cuidados de saúde sexual e reprodutiva acessíveis, acesso à educação sexual e defesa dos direitos reprodutivos nos Estados Unidos, carrega essa nomenclatura que remete à *parentalidade* [*parenthood*] e à família por um motivo:

Para se alinhar aos valores sociais vigentes, a antiga *Birth Control League of America* tornou-se *Planned Parenthood* em 1942, porque soava mais respeitosa com a família e não carregava todas as conotações radicais e feministas que o *birth control* ainda carregava. “Paternidade” ainda enfatizava a família, onde haveria filhos em breve, mesmo que não houvesse agora, e “planejada” ainda carregava a antiga conotação de responsabilidade individual que havia sido tão bem-sucedida anteriormente, mas de forma descontraída e a longo prazo. (Badore, 2012, p. 7, tradução nossa<sup>12</sup>).

<sup>11</sup> “Hoje, mais de 100 milhões de mulheres tomam pílula — é a forma mais comum de contracepção na Europa, Austrália e Nova Zelândia. É o segundo método anticoncepcional mais popular na África, América Latina e América do Norte, e o terceiro mais popular na Ásia.” (BBC, 2019, online).

<sup>12</sup> No original: “In order to align itself with the current social values, the long-standing Birth Control League of America became “Planned Parenthood” in 1942, because it sounded more respectful of the family and didn’t carry all the radical, feminist connotations that ‘birth control’ did.

As reações neoconservadoras, portanto, não se configuraram como meras oposições externas, mas como forças com efeito constitutivo que moldaram o próprio campo dos direitos sexuais e reprodutivos desde sua origem. A mudança estratégica da “Birth Control League” para “Planned Parenthood” constitui um exemplo paradigmático de como a pressão social conservadora induziu o movimento a adotar um enquadramento discursivo compatível com os valores hegemônicos da época, reformulando suas demandas por autonomia corporal em uma linguagem de responsabilidade familiar e planejamento racional. Esse processo evidencia que a disputa pelo significado social da reprodução sempre foi uma batalha retórica e política, na qual a possibilidade de avanço progressista dependeu frequentemente de negociações e adaptações estratégicas.

Dessa forma, a reação conservadora atuou como um fator condicionante que delimitou os contornos do politicamente viável, fazendo com que a própria concepção de “direitos reprodutivos” emergisse historicamente permeada por uma tensão estrutural entre a afirmação da autonomia individual e a acomodação a estruturas sociais tradicionais. Esse legado é fundamental para a análise das dinâmicas atuais: as estratégias do neoconservadorismo contemporâneo, ao contestar esses direitos, não apenas reagem a conquistas recentes, mas rearticulam e potencializam uma contradição latente presente na formação histórica dessa agenda.

Tendo isso em mente, observa-se que, desde sua origem, os direitos sexuais e reprodutivos são passíveis de enquadramentos por diversos atores. Seja na ausência de retaliação por parte de igrejas cristãs quando o movimento se alinhou a políticas eugênicas, seja na necessidade de reformulação de nomenclaturas associadas à pílula diante da possibilidade de reações de natureza cristã e conservadora, evidencia-se a centralidade da disputa discursiva nesse campo. Uma vez consolidados enquanto vetores de uma luta política, torna-se necessário compreender como os direitos sexuais e reprodutivos passaram a integrar a pauta internacional.

---

“Parenthood” still emphasized the family, where there would be children soon, even if there weren’t now, and “planned” still carried the old connotation of individual responsibility that had been so successful earlier, but in a long-term, laid-back fashion.”

## 2.2 Os direitos sexuais e reprodutivos no internacional

A partir da retomada feita anteriormente, agora é interessante nos atentarmos a como os direitos sexuais e reprodutivos começaram a aparecer na agenda internacional. Para isso, será analisada, por literatura secundária, a Conferência de Teerã de 1968 e a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento do Cairo, em 1994, onde os DSR primeiro emergiram na pauta internacional. Ademais, partiremos para a mais emblemática conferência quando falamos de direitos sexuais e reprodutivos: a IV Conferência Mundial da Mulher, em Pequim, no ano de 1995. Tendo esses momentos-chave em mente, será possível refletir sobre as resistências a esses avanços, buscando identificar como essas movimentações se deram à época.

A Conferência de Teerã de 1968 é um marco relevante para a reconfiguração discursiva dos direitos humanos, protagonizada por diplomatas do “Terceiro Mundo”, que os empregaram como linguagem normativa para denunciar o colonialismo e o *apartheid* e para afirmar agendas coletivas, como o direito ao desenvolvimento e a indivisibilidade dos direitos (Roriz, 2021; Burke, 2008). Nesse contexto de disputa pelos significados dos direitos humanos, um achado central para o objetivo desta pesquisa é que a conferência transcendeu o campo das lutas anticoloniais e desenvolvimentistas para marcar uma virada normativa crucial na esfera dos direitos reprodutivos. Conforme documentado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), a Conferência de Teerã transformou o planejamento familiar de uma “luta privada” das mulheres e meninas em uma “obrigação de direitos humanos de cada país, governo e formulador de políticas” (UNFPA, 2018, online). Esse enquadramento legal e público representa uma inovação substantiva no arcabouço dos direitos humanos.

As conquistas de Teerã tangem à problemática abordada na primeira seção deste capítulo acerca dos limites entre a imposição de políticas de planejamento familiar e a cooptação dessa pauta feminista por projetos desenvolvimentistas excludentes. É válido ressaltar a relevância da extensão lógica do direito à saúde e do princípio da indivisibilidade, refletindo uma preocupação com o bem-estar social e econômico das populações, temas caros ao bloco do chamado “Terceiro Mundo”. Por outro lado, essa consagração ocorreu em um fórum onde, como demonstram Burke (2008) e Roriz (2021), mais de dois terços das delegações representavam

regimes autoritários, que frequentemente privilegiavam metas coletivas de desenvolvimento e controle estatal sobre as autonomias individuais. Isso suscita uma tensão supracitada: a declaração do planejamento familiar como direito humano em Teerã pode ser lida tanto como uma conquista emancipatória, que retira a questão da esfera privada e a coloca como dever público de garantia, quanto como um instrumento potencialmente cooptável por agendas estatais, nas quais o controle da reprodução populacional poderia ser subordinado a objetivos nacionais de planejamento econômico, em detrimento da liberdade e autonomia individuais das mulheres.

Tendo em mente o objetivo da pesquisa, é importante discutir a importância fundacional do marco estabelecido em Teerã. A proclamação do planejamento familiar como uma obrigação de direitos humanos em 1968 representou um avanço seminal para a saúde reprodutiva global, criando o alicerce normativo indispensável para as conquistas históricas das décadas seguintes. Foi esse compromisso inicial, assumido no nível internacional, que pavimentou o caminho e forneceu a linguagem jurídica para os progressos alcançados na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento do Cairo (1994) e na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim (1995).

Como será discutido a seguir, nessas conferências, a agenda evoluiu de um foco no planejamento familiar para uma concepção mais ampla de saúde e direitos sexuais e reprodutivos, centrada na autonomia e no empoderamento das mulheres. Sem a inovação normativa consagrada em Teerã, que, pela primeira vez, elevou a matéria ao patamar de obrigação estatal no âmbito dos direitos humanos, o avanço conceitual e programático posterior seria inconcebível. Portanto, Teerã emerge como um ponto de inflexão crucial, o momento fundacional em que a saúde reprodutiva ingressou definitivamente na agenda obrigatória da governança global de direitos humanos.

A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), realizada no Cairo em 1994, constituiu um marco paradigmático na abordagem das questões populacionais no âmbito das Nações Unidas. O encontro, que reuniu representantes de mais de 180 Estados, deslocou o eixo das políticas globais de uma perspectiva centrada exclusivamente na meta demográfica de redução das taxas de crescimento populacional para uma abordagem ancorada nos direitos humanos, no desenvolvimento sustentável e na autonomia individual.

A conferência foi marcada por debates intensos e tensões geopolíticas, culturais e religiosas, especialmente em torno de temas como saúde sexual e reprodutiva, direitos das mulheres, igualdade de gênero e acesso universal a serviços de planejamento familiar. Um dos seus principais resultados foi a adoção de um Programa de Ação que, de forma inovadora, definiu a saúde reprodutiva como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças. O documento reconheceu os direitos reprodutivos como direitos humanos, baseados no direito de todos os indivíduos de decidirem livre e responsabilmente sobre o número, o espaçamento e o momento de ter filhos, e de terem a informação e os meios para tal.

A principal tensão e conquista simultânea residiu justamente nessa reconfiguração conceitual: a meta de modificar tendências populacionais deixou de ser um fim em si, alcançável por meio de metas demográficas coercitivas, e passou a ser entendida como uma consequência natural da realização dos direitos individuais, especialmente das mulheres, por meio do acesso à educação, saúde e empoderamento econômico. Assim, a CIPD consagrou um modelo no qual o desenvolvimento é condição para a transição demográfica, e os direitos humanos são seu fundamento ético e operacional.

Assim, a conferência formulou uma nova definição de políticas populacionais que enfatizava o empoderamento das mulheres e minimizou a racionalidade demográfica que tanto circundava a pauta de autonomia reprodutiva, como demonstramos na seção anterior (Higer, 1999). Ademais, o encontro é destaque pela articulação das ativistas do *International Women's Health Movement* enquanto organização feminista, pois:

Eles se distanciaram de visões “radicais” que julgavam ter poucas chances de aprovação, trabalharam intensamente com membros simpatizantes da população para encontrar uma linguagem que pudesse ser aceitável para ambos os lados e garantiram um número significativo de vagas em delegações nacionais. Mais importante ainda, eles endossaram a ideia de que as taxas de crescimento populacional deveriam ser reduzidas e que suas diferenças com os grupos populacionais eram sobre meios e não sobre fins. (Higer, 1999, p. 136, tradução nossa<sup>13</sup>).

---

<sup>13</sup> No original: They distanced themselves from radical views that they judged to have little chance of winning approval, worked intensively with sympathetic population insiders to find language that might be acceptable to both sides, and secured a significant number of places on national

É importante destacar que as “visões radicais” supracitadas diziam respeito ao intuito dos esforços dos ativismos feministas à época de se articularem politicamente pela segurança de métodos contraceptivos eficazes e pelo aborto seguro. Aqui, é possível notar também a manobra linguística necessária para que as resoluções pudessem chegar a algum tipo de consenso. Conforme explicita a citação acima, as ativistas do *International Women's Health Movement* operaram uma dupla manobra: primeiro, por um distanciamento de posições consideradas muito “radicais” e com baixa viabilidade política; e, segundo, um engajamento propositivo na busca de formulações passíveis de consenso.

Como descreve Higer (1999, p. 136), elas “trabalharam intensamente com membros simpatizantes da população para encontrar uma linguagem que pudesse ser aceitável para ambos os lados”. O elemento-chave desse acordo linguístico foi o endosso formal de um objetivo comum: a redução das taxas de crescimento populacional, ao mesmo tempo em que se afirmava que as divergências residiam “sobre meios e não sobre fins” (Higer, 1999, p. 136). Dessa forma, a linguagem do consenso no Cairo ancorou-se em um compromisso que permitia leituras complementares: para os grupos populacionistas, mantinha-se o fim último da estabilização demográfica; para os movimentos feministas, a inovação radical estava nos meios, agora redefinidos como o “empoderamento das mulheres” e a “saúde e direitos sexuais e reprodutivos”, e não em metas demográficas coercitivas. Foi essa ponte semântica que transformou direitos em instrumentos de política populacional e objetivos demográficos em resultados indiretos do desenvolvimento que permitiu a convergência histórica do Programa de Ação do Cairo.

Nesse sentido, a conferência no Cairo teve um Plano de Ação que dedicava um capítulo completo aos “Direitos reprodutivos, [saúde sexual e reprodutiva] e planejamento familiar” (Alves, 2001, p. 167). Foi neste documento que a temática do aborto foi abordada. Alves (2001) demonstra que menções a “aborto legal” ou “aborto inseguro” foram rejeitadas por pressão da Santa Sé e de algumas delegações latino-americanas que eram alinhadas à visão católica. Nesse momento, foi necessária mais uma alteração na redação do texto para que a temática do aborto pudesse ser abordada, sendo a redação aprovada apenas em uma nota de rodapé que

---

delegations. Most important, they endorsed the idea that population growth rates should be lowered and that their differences with population groups were over means and not ends.

se referia à questão como “procedimento para terminar com uma gravidez indesejada seja por pessoas sem as necessárias qualificações, seja em condições desprovidas dos mínimos padrões sanitários, ou envolvendo os dois casos” (Alves, 2001, p. 166).

Ademais, o autor também menciona o quanto a abordagem de ações de planejamento familiar de “casais e indivíduos” também foi um impasse nas negociações, já que para algumas delegações a referência a indivíduos e não apenas a casais matrimoniais soava profana e promíscua (Alves, 2001). Apesar disso, a consolidação dos direitos sexuais e reprodutivos nos textos finais do Cairo foi um marco justamente por ampliar a compreensão sobre quem são os sujeitos dos DSR para além dos indivíduos que estão em uma união conjugal tradicional: adolescentes, mulheres solteiras, homens e pessoas idosas foram incorporados no Plano de Ação da Conferência (Corrêa; Petchesky, 1996). Nota-se, portanto, o rompimento de uma lógica que atrela os DSR à reprodução e à atividade sexual no âmbito do matrimônio cis heteronormativo. Esses aspectos ressaltam o papel da Conferência de Cairo como um momento importante no avanço nas pautas feministas e de gênero dentro de sua concretização em termos institucionais.

Tendo em vista a relevância do encontro no Cairo, é pertinente analisar as reações conservadoras aos avanços feministas mencionados, uma vez que essa conferência ficou conhecida como “o local de nascimento da direita cristã na ONU”, conforme destacam Buss e Herman (2003, p. 61). Uma das primeiras reações diz respeito à atuação do Vaticano, detentor da posição de observador permanente, que, no contexto da documentação preparatória do encontro, manifestou repulsa em relação à temática do aborto. Ademais, o Vaticano estabeleceu alianças com delegações de países islâmicos de orientação fundamentalista, como Irã e Líbia, que representaram obstáculos ao consenso e pressionaram por alterações na redação do texto final, conforme demonstrado anteriormente (*Ibid.*).

Buss e Herman (2003) afirmam que tal movimentação política foi terreno fértil para a consolidação da direita cristã como um ator no âmbito da ONU. Para além de pressões diplomáticas, as ações do Vaticano no encontro chamaram a atenção da mídia, que disseminava a ideia de que a conferência era um campo de batalha entre o Vaticano, feministas e governos ocidentais (Buss; Herman, 2003). Aqui, é visível o quanto a temática da religião é uma das bases para o surgimento e

consolidação de atores que promovem normas excludentes que aludem ao patriarcado.

Tendo isso em vista, é pertinente destacar as motivações por trás das reações conservadoras, a partir da ênfase nos direitos sexuais e reprodutivos durante a conferência sobre população. Nesse contexto, essas motivações podem ser compreendidas como uma retórica destinada a consolidar a atuação desses atores na ONU e, posteriormente, a legitimar suas posições na Plataforma de Ação de Pequim, em 1995. Buss e Herman (2003) afirmam que as ações do que viria a se consolidar como a direita cristã na ONU interpretavam a abordagem dos direitos sexuais e reprodutivos naquele contexto como parte de um grande projeto cujo objetivo seria transformar o aborto em um direito humano universal. Essa visão era pautada em três principais argumentos que aludiam ao entendimento de que os direitos sexuais e reprodutivos estariam sendo usados como um pretexto para atacar a maternidade e a “família natural” (*Ibid.*).

Em primeiro lugar, esses atores compreendiam que a força motriz por trás dos direitos reprodutivos derivava de uma vertente do feminismo que buscava libertar a mulher das suas características biológicas. Nesse contexto, o foco no direito de escolher o momento, o espaçamento e o número de filhos passou a ser interpretado como uma rejeição e uma desvalorização da maternidade. Conseqüentemente, para esses atores, o objetivo último desse debate não era ampliar escolhas, mas sim minar a instituição social da maternidade, considerada um pilar essencial para a continuidade e estabilidade da sociedade (*Ibid.*).

Neste momento, já é possível perceber o quanto a ideia de família enquanto um lugar tradicional, seguro e representante da sociedade é idealizada e colocada em destaque nos discursos desses atores. Além disso, é possível notar uma correlação entre essa atuação e a atuação da Direita Radical contemporânea, quando reiteram a importância da mulher para a manutenção dessa família, desde que ela cumpra seu papel com a maternidade. Scrinzi (2023) argumenta como o protagonismo da figura feminina na proteção e manutenção do ideal de família é essencial para a disseminação e legitimação de normas familistas excludentes e cis-heteronormativas, estratégia usada pelos neoconservadores hodiernamente.

Os autores também analisam as reações conservadoras da época, que difundiam a ideia de que a defesa dos direitos da mulher — segundo essa perspectiva — priorizava os direitos individuais femininos em detrimento de outros

valores, como a liberdade religiosa ou a autodeterminação cultural das comunidades. Nesse sentido, a agenda dos direitos reprodutivos, no contexto da conferência sobre população, era interpretada como uma força homogeneizadora e destrutiva das tradições culturais que honram a família como célula da sociedade (Buss; Herman, 2003).

Por fim, a reação conservadora sustentava que a lógica dos direitos sexuais e reprodutivos abre um caminho inevitável para a aceitação da homossexualidade, vista como um ataque direto à “família natural”. Essa conexão foi estabelecida por atores religiosos na ONU por meio da linguagem de direitos sexuais e reprodutivos na conferência, especialmente pelo uso do termo “famílias” no plural, que, ao substituir a referência singular a “a família”, é interpretado como uma tentativa de desconstruir e redefinir a instituição familiar, abrindo espaço para modelos não heteronormativos (*Ibid.*).

Além disso, a linguagem empregada nos documentos da conferência, em especial o uso do conceito de “gênero”, desencadeou uma forte reação conservadora. Ao distinguir entre sexo biológico e papel social, o conceito foi interpretado por setores da direita cristã como uma negação da particularidade biológica de homens e mulheres. Segundo essa visão, a dissociação entre biologia e identidade sexual levaria à erosão da complementaridade natural entre os sexos, sendo a homossexualidade entendida como um resultado direto e previsível desse processo de dissolução (*Ibid.*).

Tendo em mente o papel da linguagem como mote para uma movimentação de atores conservadores no contexto da ONU, é interessante nos atentarmos também para a importância de analisar os DSR, pois a reação conservadora em torno desses direitos também afeta a população LGBTQIAPN+. Assim, a retaliação à consolidação dos DSR enquanto direitos humanos fez com que possibilidades de modelos parentais não heteronormativos também fossem discutidas no âmbito da ONU, sendo interpretadas por atores conservadores como tentativa de destruição da família.

Neste cenário, em *Desfazendo o Gênero*, Judith Butler (2022) reflete sobre como os direitos ao casamento e ao parentesco de populações não heteronormativas são distribuídos de forma desigual — incluindo barreiras a tecnologias e normas para o direito à reprodução não heteronormativa —, atuando na preservação do modelo familiar normativo, limitando a possibilidade de existência de famílias não

heteronormativas. Segundo a autora, o acesso aos direitos reprodutivos — como adoção e tecnologias de reprodução assistida — é a fronteira real onde se define um modelo não heteronormativo de família. Para além do direito ao matrimônio, a abordagem dos DSR enquanto intrínsecos ao exercício de outros modelos de parentalidade e família é percebida como uma ameaça profunda às “leis naturais e culturais” (Butler, 2022).

Nesse sentido, ao ampliar a análise sobre os direitos sexuais e reprodutivos para além dos direitos da mulher e à luz do exemplo de Butler (2022), é possível perceber o quanto os DSR são basilares para a sobrevivência de populações não heteronormativas e vão além do direito das mulheres. Isso ocorre a partir do momento em que tais direitos são o ponto onde a teoria não normativa do gênero e do parentesco encontra a prática concreta da formação familiar. Nesse sentido, sem as condições de possibilidade para formar famílias dos mais diversos tipos, os direitos da população LGBTQIAPN+ arriscam permanecer no campo da ideia, sem conseguir efetivamente rearranjar as estruturas de poder que definem o que é e o que não é uma família legítima. A luta pelo direito à parentalidade é a luta pela capacidade material de criar formas de vida, de cuidado e de linhagem que desafiem radicalmente o modelo heteronormativo.

A partir da ameaça ao modelo de família dita tradicional, é possível ver na Conferência do Cairo, em 1994, o início de uma formação de uma coligação conservadora atrelada à cristandade como legitimadora moral de retaliações e alianças antigênero no âmbito da ONU. Além de demonstrar que a mobilização das grandes ameaças aos direitos sexuais e reprodutivos na ONU não se formou apenas pela oposição conservadora — que tratava feministas e outros atores como inimigos da unidade familiar tradicional —, é interessante olhar para essa movimentação a partir do que Hansen (2006) argumenta sobre sentidos que tornam possíveis políticas excludentes.

Os atores conservadores na Conferência do Cairo não apenas reagiram às propostas feministas, mas produziram ativamente sua retórica conservadora, legitimada por meio de uma afirmação de superioridade moral. Esse processo foi amplificado pelo aspecto midiático do evento, que transformou o debate em uma luta pública entre visões de mundo. Com base na análise de Doris Buss e Didi Herman (2003), a moral cristã serviu como alicerce para a legitimação e consolidação da direita conservadora e suas alianças na ONU, construindo uma

retórica política fundamentalmente em oposição aos direitos sexuais e reprodutivos (DSR).

Assim, a partir da argumentação das autoras, é possível inferir que a participação conservadora é justificada pela defesa de princípios cristãos contra uma agenda secular percebida como hostil. Essa posição é legitimada por um discurso que se afirma na “virtude própria” e em uma “superioridade moral” inerente, em contraste com os outros atores. No contexto do Cairo, o Vaticano lançou uma campanha de alto nível concomitante às negociações para a redação do documento final da conferência:

Todos os embaixadores junto à Santa Sé em Roma foram convocados para que a posição do Vaticano lhes fosse explicada pela Secretaria de Estado. O Papa também escreveu a cada chefe de Estado. Cada repartição da Cúria Romana foi instruída a enfatizar as questões familiares, visto que 1994 também foi o ano internacional da família. [...] As conferências episcopais de todo o mundo foram solicitadas a pressionar seus governos para que se opusessem à linguagem pró-aborto no documento do Cairo. Os núncios [representantes do Vaticano no exterior] também trabalharam para desenvolver alianças com países muçulmanos e católicos que se opunham ao aborto. (Reese, 1996 *apud* Buss; Herman, 2003, p. 144<sup>14</sup>)

Assim, a racionalidade antigênero, neste momento, constituiu a retórica política dos atores conservadores na ONU, uma vez que os ativistas conservadores enxergam os DSR, frequentemente rotulados como “direitos reprodutivos”, como o núcleo de uma agenda “antifamília”. À luz das ferramentas de análise pós-estruturalista de Hansen (2006), é possível inferir que a retórica dos ativistas conservadores, construída a partir de seu entendimento como defensores da “família natural”, se consolida em oposição a um inimigo comum construído: as forças “antifamília”, ressignificando os ativistas pelos direitos sexuais e reprodutivos, como mostra um dos textos de suas campanhas no sistema ONU:

---

<sup>14</sup> No original: [A]ll of the ambassadors to the Holy See in Rome were called in to have the Vatican’s position explained to them by the Secretariat of State. The pope also wrote each head of state. Each office of the Roman Curia was told to emphasize family issues since 1994 was also the international year of the family. . . . Bishops’ conferences around the world were asked to pressure their governments to oppose pro- abortion language in the Cairo document. Nuncios [Vatican representatives abroad] also worked at developing alliances with Muslim and Catholic countries that opposed abortion.

Parece que... o mais importante para elas [feministas radicais] é a completa liberdade de seus sistemas reprodutivos, que algumas feministas referiram à gravidez como uma espécie de escravidão sexual... Então, no fim das contas, talvez elas estejam buscando uma transformação completa na humanidade, mas ao longo do caminho, acho que elas querem se libertar das limitações da natureza. (Ruse, 1999 *apud* Buss; Herman, 2003, p. 81, tradução nossa<sup>15</sup>).

Respaldados por um discurso moral-religioso e pelo apoio da Santa Sé, esses atores construíram um respaldo discursivo que se define internamente pela virtude própria e por uma suposta estatura moral elevada. Portanto, a moral cristã foi princípio organizador ativo que permitiu à direita conservadora se consolidar na ONU, fornecendo linguagem para legitimar sua entrada e presença contínua no sistema ONU como defensores morais da virtude, ao construir uma retórica coesa de “vítima/defensora” da família natural em contraste com um “Outro” secularista poderoso e ameaçador dessa estrutura.

Dessa forma, a ontologia flexível dessas identidades, que vai desde a colocação de certas categorias como ameaça, através do processo de diferenciação, até a construção de uma moral superior, é aqui entendida como o ponto-chave em Cairo que permitiu, conseqüentemente, a atuação formal dos atores conservadores na conferência no ano seguinte, em Pequim. Toda essa movimentação, portanto, foi possível a partir do papel central que a abordagem dos direitos sexuais e reprodutivos na conferência em 1994 desempenhou.

Tendo isso em mente, agora partiremos para a análise da atuação da direita cristã, agora consolidada internacionalmente, na IV Conferência da Mulher em Pequim, no ano de 1995, no âmbito das Nações Unidas. A IV Conferência Mundial da Mulher, no âmbito da ONU, ocorreu em 1995, em Pequim, na China. Alves (2001) destaca que, desde seu documento preparatório, a conferência visava adentrar na discussão sobre os direitos sexuais e reprodutivos enquanto direitos humanos, visando reconhecer os avanços da conferência do Cairo no ano anterior.

As reações conservadoras ao debate sobre os direitos sexuais e reprodutivos no âmbito da conferência começaram antes mesmo do próprio encontro. O Vaticano divulgou a Encíclica *Evangelium Vitae* durante o comitê preparatório da

---

<sup>15</sup> No original: [I]t seems . . . the most important thing to them [radical feminists] is complete freedom from their reproductive systems, which some feminists have referred to pregnancy as a kind of sexual slavery. . . . So at the end of the day, perhaps they are looking for complete transformation in mankind, but along the way, I think they want to be freed from the constraints of nature.

conferência. No documento, o então Papa João Paulo II, em seu item 13, refuta a ideia de que a contracepção — direito inerente aos DSR — seja a solução para o aborto, argumentando que a “mentalidade contraceptiva” e a cultura do aborto nascem de uma visão imoral a respeito da sexualidade, como mostra o trecho:

Mas os pseudovalores inerentes à « **mentalidade contraceptiva** » — muito diversa do exercício responsável da paternidade e maternidade, actuada no respeito pela verdade plena do acto conjugal — são tais que tornam ainda mais forte essa tentação, na eventualidade de ser concebida uma vida não desejada. De facto, a **cultura pro-aborto** aparece sobretudo desenvolvida nos mesmos ambientes que recusam o ensinamento da Igreja sobre a contracepção. Certo é que a contracepção e o aborto são *males especificamente diversos* do ponto de vista moral: uma contradiz a verdade integral do acto sexual enquanto expressão própria do amor conjugal, o outro destrói a vida de um ser humano; a primeira opõe-se à virtude da castidade matrimonial, o segundo opõe-se à virtude da justiça e viola directamente o preceito divino « não matarás ». (Papa João Paulo II, 1995, online, **grifo nosso**)

No trecho, é evidente que a visão do Vaticano e do então Papa versa sobre a colocação tanto da contracepção quanto da prática do aborto enquanto produtos de males morais. Esses males seriam, portanto, uma cultura que separa o sexo da responsabilidade cristã. Como vimos até aqui, é necessário destacar o impacto do envolvimento da Santa Sé nas conferências e a proatividade em divulgar documentos como a Encíclica em um contexto em que esses eventos eram mobilizados pela mídia, como vimos nesta mesma seção. Buss e Herman (2003) dissertam sobre a atuação do Papa João Paulo II junto à ONU nesse contexto, em que ele “descreve o papel do Vaticano na ONU como uma missão especificamente espiritual, que o torna preocupado com o bem integral de cada ser humano” (Papa João Paulo II, 1996 *apud* Buss; Herman, 2003, p. 143, tradução nossa).

Ainda antes da conferência, o documento preparatório e sua preocupação com os direitos sexuais e reprodutivos foram também motivo para que o assessor de imprensa do Vaticano dissesse que a Conferência em Pequim estava sob ameaça de um imperialismo ocidental, uma vez que foi dada uma “atenção desproporcional à saúde sexual e reprodutiva”. Aqui, é interessante notar que a mobilização conservadora se pautava em uma necessidade de proteger a sociedade de uma suposta ameaça que desafiaria os modos de vida tradicionais.

Nesse sentido, a Conferência em Pequim é essencial para os propósitos do presente trabalho, ao evidenciar como o Vaticano e, conseqüentemente, a direita cristã delinearão, no âmbito das Nações Unidas, suas visões sobre o papel das mulheres e da família na ordem internacional. Neste momento, é interessante analisarmos como Vaticano e Direita Cristã, respectivamente, agiram no contexto de Pequim. Buss e Herman (2003) destacam, também, que a atuação do Vaticano em Pequim se deu por meio de uma tentativa de construção de um discurso inclusivo em que mobilizava visões de mundo progressistas, destacando o papel da mulher no contexto de lutas contra a pobreza e a desigualdade global no sistema ONU.

Dessa forma, ao invés da adoção de uma postura antifeminista evidente, o Vaticano propunha uma “visão mais ampla” e verdadeira do bem-estar feminino. Nesse sentido, os discursos giravam em torno de uma suposta qualidade inerente ao ser mulher, que gira em torno da vocação e do cuidado, sendo elas marcadas pelo princípio da ajuda, que, mesmo inseridas no mercado de trabalho, devem ter em destaque a centralidade do papel de mãe e esposa. Além disso, as autoras também destacam que o Vaticano promovia uma visão muito clara sobre os direitos para as mulheres — ao invés dos direitos das mulheres —, em que esses só podem ser realizados dentro de um contexto que não enfraquecesse a família (como com divórcios, aceitação de outras estruturas familiares ou os direitos reprodutivos que separam a sexualidade da procriação), pois isso seria prejudicial à própria mulher, uma vez que a família tem uma centralidade na construção dessa identidade feminina promovida pelo Vaticano (Buss; Herman, 2003).

Nesse momento, é possível identificar um jogo linguístico claro a partir do momento em que o Vaticano coopta a linguagem dos direitos e da igualdade, tanto falados em Cairo e Pequim, e redefine seu papel dentro de um enquadramento conservador que tem como pretexto a celebração da imagem feminina a partir da aceitação de seus papéis tradicionais, naturais a ela e fundamentais para a ordem social. Assim, em 1995, no contexto do encontro em Pequim, o Vaticano divulgou uma carta do Papa João Paulo II dirigida às mulheres do mundo. Na carta, o Pontífice simultaneamente agradecia às mulheres e pedia desculpas se a Igreja Católica havia contribuído para sua opressão histórica. No entanto, o agradecimento era categorizado e limitado aos papéis sociais tradicionais: ele agradecia especificamente às mulheres como “mães”, “esposas”, “filhas e irmãs”, incluindo

aquelas “que trabalham”, são “consagradas” ou simplesmente “mulheres”, por sua contribuição à humanidade:

Obrigado, mulheres que são esposas! Vocês unem irrevogavelmente o seu futuro ao de seus maridos, numa relação de doação mútua, a serviço do amor e da vida. [...] Obrigado, mulheres que são filhas e mulheres que são irmãs! No coração da família, e depois de toda a sociedade, vocês trazem a riqueza da sua sensibilidade, da sua intuição, da sua generosidade e da sua fidelidade. [...] Basta pensarmos em como o dom da maternidade é frequentemente penalizado em vez de recompensado, embora a humanidade deva a sua própria sobrevivência a esse dom. Certamente, muito ainda precisa ser feito para evitar a discriminação contra aquelas que escolheram ser esposas e mães. (Papa João Paulo II, 1995, online, tradução nossa<sup>16</sup>)

Neste momento, é interessante notar como esses discursos mobilizam o gênero como ameaçador aos modos de vida e de existência (Butler, 2024). Nesse sentido, concomitante às posições do Vaticano, a direita cristã estava consolidada enquanto um tomador de decisão no contexto de Pequim. Buss e Herman (2003) se referem à direita cristã como um lobby coletivo que promovia a atuação de grupos conservadores cristãos, como o *Concerned Women for America*, *Focus on the Family* e *World Family Policy Center*, junto às Nações Unidas. Assim, esses grupos formam o que chamamos aqui de direita cristã, que visava influenciar políticas internacionais, formando uma frente comum com aliados como o Vaticano, por exemplo.

Assim, o texto da Plataforma de Ação de Pequim, documento oriundo da conferência, destacava os direitos sexuais e o tratamento das mulheres que haviam recorrido ao aborto:

97. Ademais, a saúde das mulheres está exposta a riscos especiais de saúde, devido à inexistência ou inadequação de serviços para atender às necessidades relativas à sexualidade e à saúde. [...] O aborto inseguro põe em risco a vida de um grande número de mulheres e representa um grave problema de saúde pública, porquanto são as mulheres mais pobres e jovens as que correm

---

<sup>16</sup> No original: Thank you, women who are wives! You irrevocably join your future to that of your husbands, in a relationship of mutual giving, at the service of love and life. [...] Thank you, women who are daughters and women who are sisters! Into the heart of the family, and then of all society, you bring the richness of your sensitivity, your intuitiveness, your generosity and fidelity. [...] We need only think of how the gift of motherhood is often penalized rather than rewarded, even though humanity owes its very survival to this gift. Certainly, much remains to be done to prevent discrimination against those who have chosen to be wives and mothers.

os maiores riscos. [...] Na maior parte dos países, a falta de atenção aos direitos reprodutivos da mulher limita gravemente suas oportunidades de educação e o pleno exercício de seus direitos econômicos e políticos. A capacitação das mulheres para controlar sua própria fertilidade constitui uma base fundamental para o gozo de outros direitos (IV Conferência Mundial da Mulher, 1995, online).

Ademais, o documento foi aprovado contemplando um dos pontos que haviam ficado de fora na discussão no Cairo: a abordagem do aborto inseguro enquanto um problema real e recorrente no âmbito da saúde pública, e não como um método de planejamento familiar, como evidenciam os trechos a seguir dos parágrafos 97 e 106:

[§97] O aborto inseguro ameaça a vida de um grande número de mulheres, representando um grave problema de saúde pública, na medida em que são em primeiro lugar as mais pobres e as mais jovens que correm o mais alto risco.

[§106] na alínea j) - Reconhecer e enfrentar as consequências que têm para a saúde os abortos perigosos, por se tratar de questão de grande importância para a saúde pública, tal como acordado no parágrafo 8.25 do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. na alínea (k), após nova referência ao parágrafo 8.25 do Programa de Ação do Cairo, e sua reprodução integral - “considerar a possibilidade de rever as leis que preveem medidas punitivas contra as mulheres que se tenham submetido a abortos ilegais.” (Plataforma de Ação de Pequim, 1995, online)

Dessa forma, a conferência em Pequim significou uma das primeiras vezes em que esses grupos, consolidados enquanto tomadores de decisão, tiveram uma participação significativa no evento. Alinhada ao Vaticano, a direita cristã também fazia uma diferenciação entre os direitos humanos aceitáveis para eles e os direitos das mulheres que estavam sendo discutidos na conferência. Em Pequim, a direita cristã fez voz à proteção da pessoa e da família heteronormativa e argumentava que os direitos ali discutidos, como os próprios direitos sexuais e reprodutivos, faziam parte de uma empreitada feminista que visava infiltrar na ONU uma agenda radical (Buss; Herman, 2003).

Nesse momento, é possível perceber a centralidade que os direitos sexuais e reprodutivos têm na mobilização de discursos contrários àqueles avanços à época. A direita cristã argumentava, portanto, que, uma vez consolidados, os DSR abrem brecha para modelos de família não heteronormativos, além de verem esses direitos

como um eufemismo para a prática do aborto. Além disso, tais atores não compreendem a prática do aborto legal como dentro do escopo da saúde da mulher, deslocando a prática para que ela se torne uma ameaça circunstancial ao entendimento tradicional e conservador da saúde da mulher.

Ademais, os argumentos da direita cristã reiteravam que essa agenda radical tiraria a educação e a moral da tutela dos pais e das igrejas e as transferiria para o Estado, invadindo, assim, a esfera privada com a promoção de um dos pilares dos direitos sexuais e reprodutivos: a educação sexual. Segundo as autoras, isso foi afirmado por Katherine Balmforth, líder da World Family Policy Center, uma entidade conservadora mórmon.

Para além das reações supracitadas, a Plataforma de Ação de Pequim de 1995 também gerou uma contraofensiva católica e, posteriormente, de todo o conservadorismo religioso às “perspectivas de gênero” que foram resultado da conferência (Misckolci; Campana, 2017). Os direitos sexuais e reprodutivos foram mobilizados nos escritos<sup>17</sup> de Ratzinger, que, enquanto cardeal, denunciava a emancipação sexual e reprodutiva por ser o mote de afastamento do ser humano de sua biologia. Assim, essa movimentação “começou a desenhar uma contraofensiva político-discursiva poderosa contra o feminismo e sua proposta de reconhecimento e avanço em matéria de direitos sexuais e reprodutivos” (*Ibid.*).

É válido argumentar, também, que, apesar do papel da direita cristã ter sido essencial para a construção da retórica antigênero, Louise Chappell (2006) demonstra que a retórica antigênero que emergiu nas conferências da ONU nos anos 1990 e 2000 foi impulsionada por uma ampla coalizão transcultural, na qual atores cristãos desempenharam um papel fundamental, mas não exclusivo. Nesse sentido, houve a formação de uma rede transnacional conservadora patriarcal, cujo núcleo doutrinário se unifica sob a rubrica “pró-família” (Chappell, 2006, p. 4). Nesse contexto, grupos da Direita Cristã nas Nações Unidas, como o *Catholic Family and Rights Institute (C-FAM)*, *Focus on the Family* e o *Family Research Council*, foram

---

<sup>17</sup> “Atualmente se considera a mulher como um ser oprimido; assim que a liberação da mulher serve de centro nuclear para qualquer atividade de liberação tanto política como antropológica com o objetivo de liberar o ser humano de sua biologia. Se distingue então o fenômeno biológico da sexualidade de suas formas históricas, às quais se denomina “gender”, mas a pretendida revolução contra as formas históricas da sexualidade culmina em uma revolução contra os pressupostos biológicos.” (Ratzinger, 1997, p. 142).

atores cruciais, fornecendo estrutura organizacional e táticas de *lobby* intensivo (Chappell, 2006, p. 4, 16-18).

No entanto, a eficácia e a própria existência dessa rede dependiam de alianças estratégicas com atores estatais não cristãos, uma vez que Chappell (2006) identifica governos com base em doutrinas fundamentalistas islâmicas, como Irã, Egito, Líbia, Paquistão, Síria e os representados pela Organização da Conferência Islâmica (OIC) e pela Liga dos Estados Árabes, como parceiros consistentes na oposição aos direitos das mulheres, especialmente os sexuais e reprodutivos. Esses governos compartilhavam com o Vaticano e a direita cristã da ONU a defesa da soberania estatal contra normas internacionais de direitos humanos e a rejeição a conceitos como gênero como construção social e direitos à orientação sexual (Chappell, 2006).

Um terceiro e decisivo vetor de aliança não religiosa identificado por Chappell (2006) foi o apoio de governos seculares por razões políticas. A eleição do governo conservador de George W. Bush nos EUA, em 2000, forneceu um aliado estatal de enorme peso à rede conservadora. Delegações oficiais norte-americanas, muitas com ligações diretas com grupos da direita cristã na ONU, passaram a atuar em sintonia com o Vaticano e governos islâmicos para tentar reabrir e esvaziar documentos consagrados, como a Plataforma de Ação de Pequim (*Ibid.*). Além disso, governos de países com forte herança católica, como Argentina, Nicarágua e El Salvador, periodicamente aliaram-se ao bloco conservador em questões específicas (*Ibid.*).

Portanto, a retórica antigênero se consolidou não apenas pela mobilização cristã, mas por uma convergência pragmática de interesses entre os atores religiosos cristãos organizados, os Estados que se utilizam do fundamentalismo religioso islâmico e as potências seculares (como os EUA pós-2000), que, por cálculo político-ideológico, adotaram a agenda “pró-família” como bandeira na arena internacional. Essa aliança impura demonstra que a ofensiva conservadora transcendeu diferenças civilizacionais, unindo-se em torno do objetivo de bloquear a expansão dos direitos das mulheres e defender uma visão patriarcal da família e da sexualidade como status quo internacional (Chappell, 2006).

Percebe-se, portanto, que o protagonismo dos DSR na agenda internacional voltada para a promoção da equidade de gênero gera uma profunda reação dessas forças reacionárias ao clamarem por liberdade sexual e reprodutiva, por exemplo.

Nesse sentido, a conquista desses direitos passa a ser posicionada como mote da mobilização discursiva em torno da chamada “ideologia de gênero”, como será discutido a seguir.

### **2.3 “Ideologia? Eu quero uma para viver” - a criação da ideologia de gênero**

Para que seja possível entender o papel dos direitos sexuais e reprodutivos nos discursos antigênero pela Direita Radical, é mais que essencial entendermos o contexto do surgimento do termo “ideologia de gênero”, uma vez que esse é um dos medos mais mobilizados por esses atores em seus discursos. Como alega Graff (2016, p. 1, tradução nossa), ele “é simplesmente um ótimo nome para tudo o que os católicos conservadores desprezam, muito melhor do que ‘liberalismo’ ou ‘cultura da morte’”. Nesta seção, será destacado o papel central dos direitos sexuais e reprodutivos não só na formação das entidades de direita na ONU — como abordado anteriormente —, mas também como uma das principais motivações das organizações conservadoras para cunhar um termo que é tão usado pela Direita Radical desde o começo dos anos 2000.

A trajetória do conceito de “ideologia de gênero” como um operador político central pode ser rastreada a partir de ações concretas e da circulação estratégica de materiais. Relatos de experiência no âmbito dos comitês preparatórios para a IV Conferência Mundial da Mulher, em 1995, indicam uma prática organizada de distribuição de panfletos que se opunham ao conceito de “gênero” (Corrêa, 2018). Esses materiais eram direcionados principalmente a delegados do Sul Global por uma organização católica estadunidense, a Coalizão das Mulheres pela Família, conforme documentado por ativistas e pesquisadoras presentes. Essa campanha inicial encontrou um poderoso vetor de amplificação com a publicação do livro *The Gender Agenda: Redefining Equality* (1997), de autoria da jornalista Dale O’Leary, líder da mesma coalizão. Como analisa Machado (2018), esta obra tornou-se uma referência fundamental, catalisando e dando forma escrita ao pânico moral em torno da “ideologia de gênero”, facilitando sua disseminação para a Europa e, sobretudo, para a América Latina.

Na recepção latino-americana, a figura do autor argentino Jorge Scala adquiriu importância singular. Seu livro *La ideología del género — el género como*

*herramienta de poder* (2010) desempenhou um papel crucial ao adaptar e articular a narrativa no contexto regional. Scala construiu uma definição operativa e alarmista, caracterizando a “ideologia de gênero” como um instrumento político-discursivo de alienação que buscava impor uma nova antropologia, alterar fundamentos morais e destruir a sociedade. Essa formulação, ao ser traduzida e amplamente divulgada, forneceu um repertório comum e uma base teórica aparente para grupos conservadores e religiosos em diversos países, permitindo a coordenação de ações contra políticas públicas e legislações sobre gênero e sexualidade. Dessa forma, a obra de Scala funcionou como um manual estratégico, transformando um conceito difuso em uma ameaça concreta e mobilizadora para setores específicos da política latino-americana.

A publicação de *La ideología del género* (2010), de Jorge Scala, convergiu com um processo mais amplo de articulação institucional conservadora na região. Conforme observado por Miskolci e Campana (2017), a obra de Scala dialogava diretamente e reforçava o discurso que ganhava corpo em fóruns eclesiais de alto nível. O ponto de inflexão crucial nesse processo foi a V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe (CELAM), em 2007, que produziu o chamado “Documento de Aparecida”. Neste documento, a hierarquia católica oficializou sua oposição ao que nomeou como “ideologia de gênero”, caracterizando-a como um conjunto de pressões internacionais e modificações legais que feriam a “dignidade do matrimônio”, o “direito à vida” e a “identidade da família”:

Se Ratzinger começa a mencionar os perigos da “perspectiva de gênero” em 1997, é possível reconhecer no Documento de Aparecida (2007) a disseminação da noção entre os bispos católicos latino-americanos até tornar-se tema de textos leigos como o citado livro do ativista católico argentino Jorge Scala (2010). [...] as aprovações do casamento entre pessoas do mesmo sexo em países como Argentina (2010) e Brasil (2011) foram o ponto de inflexão para que **a noção de “ideologia de gênero” passasse progressivamente a delimitar uma gramática política na batalha de empreendedores morais contra o avanço dos direitos sexuais e reprodutivos.** (Miskolci; Campana, 2017, p. 743, grifo nosso)

Tal convergência é significativa para o presente estudo, uma vez que demonstra que o pânico moral em torno dos direitos sexuais e reprodutivos deixou

o espaço da militância leiga e das publicações pontuais (como os panfletos de 1995 e o livro de O'Leary) para se tornar um discurso autorizado e institucionalizado. O documento eclesial forneceu uma cobertura doutrinária e uma plataforma de legitimidade para a narrativa construída por autores como Scala. Enquanto o livro de Scala operava como um manual tático e teórico para ativistas e grupos leigos, o Documento de Aparecida funcionava como uma diretriz pastoral e política para toda a Igreja na América Latina.

Juntos, esses documentos criaram uma poderosa sinergia discursiva ao traduzirem a oposição a políticas específicas de saúde reprodutiva, educação sexual e reconhecimento de diversidade familiar — tópicos centrais nas agendas internacionais de direitos sexuais e reprodutivos pós-Cairo (1994) e Pequim (1995) — em uma grande narrativa de defesa civilizacional. A “ideologia de gênero” tornou-se, assim, o termo unificador que amalgamava preocupações diversas (sobre aborto, divórcio, homossexualidade, educação) em uma única ameaça abstrata, facilitando a mobilização política transfronteiriça e a inserção desse tema no cerne do debate público e legislativo na região. Portanto, essa institucionalização disseminou o termo e, principalmente, o operacionalizou como uma ferramenta política eficaz para contrapor e bloquear os avanços concretos dos direitos sexuais e reprodutivos no plano regional.

Tendo em vista o poder de consolidação da “ideologia de gênero” como um termo que concentra os medos morais conservadores, é interessante recuperar a perspectiva analítica de Graff (2016). A autora sustenta que a expressão opera como uma ferramenta teórico-prática fundamental para a atuação estratégica da Direita Radical contemporânea. Em seu plano teórico, ela funciona como um significante vazio capaz de aglutinar e simbolizar todos os males atribuídos ao liberalismo no campo da sexualidade humana, sendo uma forma de classificar tudo que as alas conservadoras e, naquele momento, os católicos conservadores veem como problemas morais modernos relacionados ao sexo, ao gênero e à família (*Ibid.*).

Isso significa que, em vez de se referir a uma doutrina ou teoria específica, o termo atua como um guarda-chuva semântico sob o qual são reunidas — e igualmente condenadas — questões tão diversas como a autonomia reprodutiva, o reconhecimento de identidades LGBTQIA+, a educação sexual nas escolas, a dissociação entre sexo biológico e papel social e a redefinição das estruturas familiares. Ao condensar essas questões sob o rótulo único de “ideologia”, o

discurso conservador as apresenta como sintomas de um projeto político deliberado e coercitivo, supostamente promovido por elites globais. Dessa forma, a “ideologia de gênero” se torna o inimigo totalizante que unifica e justifica uma reação igualmente ampla, permitindo que pautas morais específicas sejam traduzidas em uma guerra cultural contra o liberalismo secular em sua totalidade (Graff, 2016).

Assim, a ideologia de gênero é um termo útil justamente por deter uma flexibilidade estratégica em seu significado, pois, para um grupo, pode significar o “fim da família tradicional”; para outro, a “doutrinação de crianças nas escolas”; e, para um terceiro, uma “ameaça à heteronormatividade”, e assim por diante. Essa maleabilidade permite que diversas pessoas se identifiquem com a causa, mesmo que por motivos diferentes, tornando-se uma teoria conspiratória organizada em torno do gênero e que é eficaz em pintar o oponente como um grupo coeso e mal-intencionado que precisa ser combatido (*Ibid.*).

Para Judith Butler (2024), a retórica antigênero, respaldada no combate à ideologia de gênero, faz parte de uma estratégia política autoritária que usa o medo para justificar o controle estatal na opressão de minorias ligadas aos direitos de gênero e sexualidade. Como exemplo, a autora relembra quando o Papa Francisco, em 2015, mesmo anos após a mobilização citada anteriormente no início dos anos 2000, descreveu a ideologia de gênero como uma “bomba nuclear a ser desativada” e o “próprio diabo”, evocando uma linguagem que incita a guerra como uma luta cósmica do bem contra o mal.

Assim, o “gênero” assume formas assustadoras, o que acaba fazendo com que a sociedade pare de debater e discutir o real significado do gênero enquanto um conceito social ou até mesmo no cotidiano das pessoas. Ao concentrar os diferentes medos dentro do “gênero” e ao consolidar a “ideologia de gênero” enquanto uma manobra a fim de consolidar a destruição da família, da economia, entre outros, é possível que diferentes grupos se unam contra a mesma ameaça. Nesse sentido, Corrêa e Prado (2018) argumentam que as ofensivas antigênero foram originadas em berço católico, mas que se articulam com outros grupos cristãos conservadores e, a depender do país, há movimentações que se articulam com as mais diferentes nuances da sociedade:

há movimentações que se articulam com outros grupos e organizações reacionárias e ultraconservadoras como partidos de

extrema-direita, colégio de pediatras anti-direitos LGBTI, grupos de psiquiatras e psicólogos/as que defendem as chamadas terapias de reversão da homossexualidade e a manutenção de categorias patologizantes para nomear a experiência de pessoas trans e intersexuais, ginecologistas que são contra o aborto, pedagogos que repudiam a educação sexual, juristas e operadores de justiça que preconizam concepções ortodoxas do direito (Prado; Corrêa, 2018, p. 445)

Uma vez entendida a complexidade em torno da ideologia de gênero, agora é interessante nos voltarmos para como o termo se concretizou como uma manobra autoritária da Direita Radical. Judith Butler (2024) argumenta que, uma vez concentrados na ideologia de gênero, os medos profundos sobre o futuro da sociedade e da família são mobilizados para que líderes e movimentos políticos se apresentem como os únicos capazes de dar um fim a esses medos ao prometerem a restauração de uma ordem supostamente segura. Assim, para que a retomada a essa ordem aconteça, o Estado é legitimado a aplicar medidas baseadas na força e no autoritarismo, por meio da mobilização da sociedade que apoie essa destruição de, por exemplo, políticas públicas ou movimentos sociais que agora são identificados e nomeados como os disseminadores do mal da ideologia de gênero.

Assim, Butler (2024) converge com Graff (2016) ao argumentar que o ataque ao gênero, por meio da mobilização da ideologia de gênero, tem de ser identificado pelo receptor do discurso como uma ameaça à vida como um todo e, por isso, a utilização do termo é ideal ao carregar ao extremo todos os tipos de medos sociais, sendo capaz de absorver as ansiedades da sociedade e nomear um causador desse sentimento de insegurança. Esse combate ao mal é extremamente visceral, pois está ligado ao corpo e à vida, uma vez que Butler (2024) argumenta que, ao atacar o gênero, os proponentes desse movimento afirmam estar defendendo a vida e os valores em si, o que torna o debate impossível de ser negociado, pois se torna uma luta pela própria existência.

O combate à ideologia de gênero foi se abastecendo de medos e ansiedades ao longo dos anos, de tal maneira que Butler (2024) argumenta que o conceito se tornou base para uma formação psíquica e cultural que explora medos inconscientes, sendo um sistema que conecta essas ansiedades a um alvo político específico: o gênero. Nesse sentido, a autora argumenta, a partir de Freud e Laplanche, que, por mais que a ideologia de gênero tenha sido criada para dar nome a um conjunto de medos, a sua utilização torna-se uma ideologia de fato ao mesclar

códigos culturais com as fantasias mais primitivas e inconscientes em um nível de associação tão profundo que não é possível distinguir o que vem do inconsciente do indivíduo e o que seria uma imposição.

Assim, analisar o processo que transforma “gênero” na chamada “ideologia de gênero” exige reconhecer sua dupla natureza ideológica. Primeiramente, opera-se uma reificação do conceito: a categoria analítica “gênero”, utilizada nas ciências sociais para entender construções históricas e culturais, é propositalmente convertida em uma “ideologia” monolítica e conspiratória. Esse ato de reificação é, em si, um potente mecanismo ideológico, pois cria uma rede de pressupostos, vocabulário e enquadramentos que passam a organizar a percepção da realidade.

A força desta operação reside precisamente em sua capacidade de interpelação e mobilização. Ao nomear e personificar uma ameaça difusa (ideologia de gênero), o discurso não apenas descreve um inimigo, mas constitui ativamente o sujeito que deve combatê-lo. Esse sujeito é convocado a se reconhecer como defensor de uma ordem natural, familiar e moral supostamente ameaçada. A “ideologia de gênero” torna-se, portanto, o signo central de um pânico moral que unifica ansiedades dispersas sobre mudanças sociais, autonomia corporal e transformações nos costumes. A estabilidade identitária desse sujeito recém-formado depende, paradoxalmente, da constante afirmação da existência e do perigo desse inimigo. Dessa forma, a própria narrativa que denuncia uma suposta ideologia se revela como uma estrutura ideológica, pois ela fabrica o problema que diz combater, legitimando, assim, ações políticas concretas em nome da defesa da sociedade contra sua própria dissolução imaginada.

A dinâmica retórica dos movimentos antigênero configura-se, na prática, através da criação de uma gramática emocional específica (Butler, 2024). Essa linguagem opera com uma sintaxe de alta carga afetiva, estruturada para transformar conceitos acadêmicos, como a teoria de gênero, em símbolos palpáveis de perigo coletivo. Assim, o termo condensa ansiedades difusas e complexas da vida contemporânea — como a precariedade econômica, a instabilidade social ou a crise ecológica — que são canalizadas e projetadas sobre um alvo preciso e tangível. Assim, a figura da pessoa trans ou a noção abstrata de “ideologia de gênero” passa a corporificar, de forma simplificada, ameaças primordiais à ordem percebida (*Ibid.*).

Com isso, Butler (2024) argumenta que esse processo desempenha uma função emocional. Ao deslocar o foco de ameaças sistêmicas e de difícil solução para um inimigo culturalmente construído, a narrativa antigênero oferece uma explicação e um objeto de ação aparentemente claros diante de todo o contexto. Por exemplo, a desconstrução das fronteiras binárias entre homens e mulheres é apresentada como o sintoma primordial de uma fragilização total, uma suposta rachadura na fundação da vida, da identidade individual e da coesão social. Na prática, essa sintaxe inflamada materializa-se em campanhas que vinculam pautas de igualdade de gênero ao colapso da família, à corrupção da infância e à dissolução da nação, convertendo debates sobre políticas públicas em cenários de defesa existencial. Dessa forma, o movimento constrói sua base de mobilização em argumentos e na gestão e no direcionamento do medo, transformando um pânico moral em força política organizada.

Sendo assim, Yoshida e Demelius (2025) argumentam como os movimentos de direita radical são capazes de construir uma percepção de superioridade moral entre seus seguidores, para a continuidade do movimento. Nesse sentido, tais articuladores são capazes de desenvolver uma aura de autenticidade em seus discursos, através da simplicidade de seus argumentos francos e diretos, ao mesmo tempo que evocam um passado seguro e idealizado — onde muitos direitos sequer eram discutidos — para criticar as normas sociais estabelecidas. Assim, os discursos conservadores evocam em seus simpatizantes sentimentos de coragem ao desafiar a norma vigente e disseminam um prazer em perturbar as expectativas que advêm da concretização de pautas progressistas, construindo uma percepção de estarem em um estado acima das convenções (*Ibid.*).

A partir do que os autores argumentam, é possível perceber que, ao construir a ideologia de gênero enquanto uma ameaça a partir da consolidação dos DSR no âmbito internacional, tais atores conservadores, através de uma construção estratégica, foram capazes de se colocarem moralmente acima do debate sobre esses direitos. É interessante pensar, entretanto, no papel central dos direitos sexuais e reprodutivos como motores da articulação para a criação da ideologia de gênero. É possível argumentar que, ao dizerem respeito a temáticas ditas sensíveis para a estrutura de moral tradicional da sociedade, os direitos sexuais e reprodutivos foram um grande ponto de incômodo desses atores, por justamente tratarem dos mais diversos âmbitos da vida sexual e reprodutiva dos indivíduos. Ao serem

revisitados, os DSR demonstram a importância do acesso ao conhecimento sobre a intimidade, que vai desde a educação sexual até as possibilidades de poder de escolha contraceptiva, temáticas que a estrutura patriarcal sustentada por conservadores se esforça para que sejam negligenciadas em nome da moral e dos costumes religiosos.

Tendo isso em mente, argumentamos que a Direita Radical constrói seu discurso sobre direitos sexuais e reprodutivos e “ideologia de gênero” a partir de um processo que transforma essas temáticas em uma alteridade radical. Ela constitui essa alteridade em oposição direta a um “eu” coletivo intrinsecamente atrelado aos valores, identidades e tradições que esses atores procuram defender. A partir do que Hansen (2006) entende no escopo teórico como a perspectiva pós-estruturalista sobre a linguagem e o discurso, é interessante compreender essa movimentação a partir do entendimento de que a linguagem não apenas descreve a realidade, mas a constitui, entendendo o discurso como não neutro, uma vez que detém a capacidade de produzir e reproduzir significados, problemas e identidades.

Dessa forma, é interessante pensar que o fantasma da ideologia de gênero, que carrega em si a demonizada prática do aborto e liberdades sexuais e reprodutivas, constitui-se como uma produção de realidades por meio de discursos que não são neutros. Nesse sentido, a ideologia de gênero e outras construções sobre os DSR são definidas pelo que os grupos conservadores entendem a partir do que elas não são, do que elas se diferenciam. A partir do momento em que a ideologia de gênero é construída como um “outro” diferente do “eu” dos enunciadores conservadores, ou seja, é a aglutinação de tudo aquilo com que esses atores não se identificam moralmente: segurança, racionalismo e um certo modelo de família e de escolha reprodutiva e liberdade sexual, como é demonstrado neste exemplo no contexto do Documento de Aparecida, em 2007:

Entre os pressupostos que enfraquecem e menosprezam a vida familiar, encontramos a ideologia de gênero, segundo a qual cada um pode escolher sua orientação sexual, sem levar em consideração as diferenças dadas pela natureza humana. Isso tem provocado modificações legais que ferem gravemente a dignidade do matrimônio, o respeito ao direito à vida e a identidade da família. (Celam, 2007 *apud* Miskolci e Campana, 2017, p. 8)

Dessa forma, a ideologia de gênero se constrói a partir da consolidação dos DSR para dar nome a esse processo de diferenciação. Nos termos da presente pesquisa, essa diferenciação pode aparecer em menor grau a partir do momento em que alguns líderes conservadores se referem à questão do aborto como fora do escopo de entendimento da saúde da mulher.

Dessa forma, o enunciador demonstra que, ao negar a prática do aborto, não o faz por questões de cunho moral ou religioso, como foi argumentado ao longo deste capítulo, mas sim, pois se preocupa com a saúde da mulher, construindo um pretexto para legitimação de políticas violentas e excludentes em torno dos DSR. A diferença mais radical pode ser exemplificada com a própria criação da ideologia de gênero enquanto uma ameaça existencial àquela ordem vigente, sendo definidos, nesse movimento, tanto a identidade do enunciador como protetor dessa ordem quanto a construção da ameaça existencial.

Hansen (2006) argumenta que a constituição dessas realidades é o alicerce que torna legítimas as mais diversas ações políticas. Nesse sentido, a presente pesquisa visa elucidar, nos capítulos a seguir, que as políticas oriundas de discursos que visam deslegitimar os avanços da pauta feminista e LGBTQIAPN+ obtidos através dos DSR não são neutras e nem são uma resposta automática à concretização desses direitos enquanto direitos humanos.

Nesse sentido, a legitimação de políticas da Direita Radical que visam dismantelar as conquistas em torno dos direitos sexuais e reprodutivos é constitutiva de uma representação específica dessa conquista; nesse caso, representam o avanço dos DSR como a ameaça existencial da ideologia de gênero. É neste momento que as políticas aqui estudadas se tornam lógicas e legitimadas, pois, dentro da estrutura de significado supracitada, a luta contra a ameaça existencial da ideologia de gênero é, portanto, necessária.

## **2.4 Conclusão**

O presente capítulo buscou introduzir o debate em torno dos direitos sexuais e reprodutivos, desde as primeiras movimentações pela consolidação do direito de decidir sobre a própria sexualidade e reprodução até a criação da ameaça existencial e simbólica da ideologia de gênero pelos atores conservadores. Nesse sentido, a

primeira seção do capítulo destacou o quanto o campo dos DSR vem sendo disputado desde o começo do século XX. A idealização da pílula anticoncepcional por feministas, em um primeiro momento, demonstrou o quanto essa era uma demanda latente das mulheres e meninas naquele contexto. Porém, foi perceptível que, a partir das contraofensivas religiosas, o discurso em torno dos DSR foi cooptado para que se tornasse uma pauta de controle populacional de populações marginalizadas, ao invés de uma demanda de autonomia reprodutiva. Esse processo custou a liberdade reprodutiva de muitas que foram utilizadas para os testes da pílula sem consentimento, além de políticas de esterilização forçada para com essa parcela da população feminina.

Tendo em mente o lugar dos direitos sexuais e reprodutivos como um campo de disputas discursivas para diversos interesses, a segunda seção buscou elucidar os avanços dos movimentos feministas e LGBTQIAPN+ em levar a pauta para o debate internacional, na década de 1990. É nesse momento que é demonstrado o clamor em torno do debate à luz das conferências internacionais citadas. Em Cairo, conferência sobre população e desenvolvimento, os DSR se tornaram ponto-chave da discussão acerca da urgência da autonomia sexual e reprodutiva como ponto essencial da elaboração de políticas populacionais. No ano seguinte, em Pequim, a consolidação dos direitos sexuais e reprodutivos enquanto direitos humanos fundamentais para a equidade de gênero foi trazida e discutida no âmbito da conferência. A partir da análise de Alves (2001), foram demonstradas as dificuldades de consenso quando temáticas acerca dos DSR, bem como o debate sobre o aborto e o uso da palavra gênero, eram mobilizadas nessas conferências. Sendo assim, a seção demonstra que, a partir da consolidação dos direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos básicos na esfera internacional, uma ofensiva conservadora foi sendo construída nos bastidores da ONU.

A partir do destaque da importância de olhar para a conquista dos direitos sexuais e reprodutivos em âmbito internacional como ponto de inflexão para o surgimento de uma ofensiva conservadora e cristã naquele contexto, a terceira seção busca finalizar a argumentação construída ao longo do capítulo, destacando a criação da ameaça existencial e simbólica da ideologia de gênero. Nesse sentido, a argumentação se dá em torno da reiteração do papel central dos direitos sexuais e reprodutivos na criação da ideologia de gênero, uma das bases da consolidação do que se tornaria a Direita Radical. A partir do aparato teórico de Hansen (2006),

argumentou-se que a ideologia de gênero foi constituída discursivamente a partir de um processo de diferenciação para a construção dela enquanto uma ameaça existencial simbólica, capaz de canalizar medos em torno da moral cristã e conservadora. Nesse sentido, tem-se o papel central dos direitos sexuais e reprodutivos na análise da estratégia discursiva da Direita Radical.

### 3 A Agenda Antigênero: Os direitos sexuais e reprodutivos e a Ascensão da Direita Radical no Brasil

“e quando falamos nós temos medo  
nossas palavras não serão ouvidas  
nem bem-vindas  
mas quando estamos em silêncio  
nós ainda temos medo” – **Audre Lorde**

Partindo das perguntas norteadoras desta pesquisa, que questionam sobre a estratégia discursiva da Direita Radical na consolidação da agenda antigênero no Brasil, o presente capítulo busca analisar o papel dos direitos sexuais e reprodutivos nesse projeto político. Para tanto, a pesquisa propõe uma leitura do processo de consolidação da agenda antigênero na América Latina articulada à discussão sobre a ofensiva conservadora que constrói a ideologia de gênero como uma ameaça existencial, em resposta à consolidação dos direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos.

Para compreender a ascensão da Direita Radical no Brasil, é fundamental analisar como a agenda antigênero foi implementada e difundida na região sul-americana. Esta análise se concentra em um processo discursivo específico: a apropriação e reconfiguração metalinguística do termo “ideologia de gênero”, que foi transformado de um conceito acadêmico em um significante político central do pânico moral. Esse processo ocorreu no contexto de uma profunda reconfiguração do campo religioso latino-americano. As igrejas neopentecostais emergiram como atores fundamentais, assumindo e até mesmo superando o papel historicamente desempenhado pela Igreja Católica na difusão da retórica antigênero. Ao operar com uma lógica empresarial, uma forte presença midiática e uma teologia que frequentemente instrumentaliza questões morais para o engajamento político, essas igrejas tornaram-se veículos eficientes para popularizar a narrativa da “ideologia de gênero” como uma ameaça existencial à família e à nação (Barifouse, 2024).

Dessa forma, a cruzada contra os direitos sexuais e reprodutivos — que incluem o acesso ao aborto, à educação sexual integral e ao reconhecimento de identidades LGBTQIAPN+ — transformou-se em uma das principais bases de mobilização e unificação para o projeto político da Direita Radical na região. A defesa de “valores

tradicionais” serviu como uma plataforma comum, permitindo uma articulação poderosa entre líderes neopentecostais, políticos conservadores e movimentos sociais de base, consolidando uma frente ampla cuja força eleitoral e capacidade de influenciar políticas públicas estão diretamente ligadas a essa empreitada conservadora.

Esse contexto, conforme será apontado adiante, foi central para legitimar a ascensão de Jair Bolsonaro em 2018. Para melhor compreender essa dinâmica, o capítulo se debruçará sobre a literatura secundária que demonstra como o começo dos anos 2010 no Brasil representou a “hegemonia da noção da ideologia de gênero” (Miskolci; Campana, 2017) enquanto ameaça moral, especialmente a partir do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), de 2009, que incorporou em seu escopo a temática dos direitos sexuais e reprodutivos. Nesse sentido, será possível investigar a conexão entre o PNDH e as retaliações discursivas sobre debates e políticas relacionados à igualdade de gênero.

O último momento do capítulo será destinado à investigação da consolidação da figura de Jair Bolsonaro como líder moral e ideológico da Direita Radical no Brasil. Nesse momento, busca-se entender as bases para a consolidação do governo eleito em 2018, procurando identificar os momentos em que os direitos sexuais e reprodutivos foram mobilizados discursivamente por esses atores, a fim de compreender as nuances dessa manobra metalinguística e seu impacto na consolidação do projeto político proposto por Bolsonaro.

### **3.1 Agenda Antigênero na América Latina**

A agenda antigênero é caracterizada por Corrêa e Serrano (2021, p. 7) como uma ação estratégica nas disputas de poder, destacando também seu papel articulador entre diversos atores sociais na busca de projetos coletivos. Tais ações e reações, nesse caso, se direcionam às transformações nas ordenações de gênero e sexualidade. Essa agenda pode assumir diferentes formas e manifestações, a depender do contexto social e político em disputa (Graff; Korolczuk, 2021). Ademais, os autores também compreendem as movimentações conservadoras nas conferências de Cairo e Pequim – vide capítulo 1 – como expressões da agenda antigênero, pois, naquele contexto, houve a articulação de diversos atores sociais

em torno de projetos voltados a reagir a propostas de mudança nas ordenações de gênero e sexualidade.

Corredor (2019), nesse sentido, enquadra a agenda antigênero como um “contramovimento”. Esse enquadramento é relevante, uma vez que revela que os movimentos antigênero fazem parte de uma estrutura organizada de retaliação às conquistas dos movimentos feministas e LGBTQIAPN+. A autora argumenta que essa reação vem de uma campanha coordenada, organizada e financiada por diferentes atores conservadores, incluindo igrejas, think tanks e partidos políticos interessados na preservação de valores tradicionais. Dessa forma, a agenda antigênero não é uma simples reação, mas possui papel ativo tanto na contestação de pautas progressistas quanto na articulação política voltada à aprovação de leis e à formação de alianças (*Ibid.*).

No contexto sul-americano, esse movimento não pode ser dissociado de um fator religioso. Conforme aponta Serrano (2021), a Igreja Católica — como discutido no capítulo anterior —, juntamente com a ascensão das igrejas evangélicas ao longo do último século na região, não se encontra separada do aparato estatal, pois ambas constituem forças estruturais e continuamente entrelaçadas. Esse entrelaçamento entre Estado e religião molda percepções sobre leis que envolvem questões de gênero, como o aborto e o casamento homoafetivo. Assim, questões de gênero e sexualidade se tornam relevantes para a definição do que constitui a nação, funcionando como uma lente através da qual todos os temas políticos passam a ser interpretados, conforme elaborado a seguir.

### **3.1.1 Do catolicismo ao neopentecostalismo: a correlação entre os cristãos e o ataque ao gênero pela Direita Radical**

Como herança de séculos de colonização, o imaginário latino-americano e brasileiro se baseia em preceitos cristãos. Ao dissertar sobre o sistema moderno-colonial, Aníbal Quijano (2000) destaca o papel central da religião no processo de dominação colonial:

Forçaram- se - também em medidas variáveis em cada caso— os colonizados a aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação, seja no campo da atividade material, tecnológica, como da subjetiva,

especialmente religiosa. **É este o caso da religiosidade judaico-cristã.** Todo esse acidentado processo implicou no longo prazo uma colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo; em suma, da cultura (Quijano, 2000, p. 6, grifo nosso)

Com isso, é necessário destacar que esses religiosos viam na colonização uma oportunidade de ampliar a sua prática evangelizadora (Oliveira, 2021). A partir disso, reiteramos a proposição de Lugones sobre um sistema moderno-colonial de gênero, que explicita o ponto de vista da experiência feminina nesse processo de dominação e reforça que as hierarquias também eram constituídas a partir de uma percepção patriarcal respaldada na moral cristã, mas negligenciadas na teoria de Quijano. Nesse sentido, Lugones argumenta:

Quijano parece dar como certo que a disputa pelo controle do sexo é uma disputa entre homens, competindo entre si pelo controle de recursos que são entendidos como femininos. Parece que ele não entende os homens como “recursos” nos encontros sexuais. Assim como parece que as mulheres não disputam em nenhum nível o controle do acesso ao sexo. As diferenças são pensadas nos mesmos termos em que a sociedade entende a biologia reprodutiva. (Lugones, 2020, p. 59)

Tendo em mente a crítica de Lugones, a presente subseção busca destacar como a imposição colonial da moral cristã pôde moldar as percepções da sociedade latina, mais especificamente, a brasileira, sobre sua relação com o gênero, sexo e, mais especificamente, os direitos sexuais e reprodutivos. Posteriormente, será necessário compreender como a Igreja Católica deixou de ser uma das principais protagonistas na empreitada conservadora e como as igrejas neopentecostais se tornaram destaque não somente desse movimento, mas também passaram a representar uma base ideológica importante para a constituição da Direita Radical enquanto um ator político relevante no contexto brasileiro.

As contribuições do feminismo decolonial de Lugones (2020) nos dão alicerces para argumentar como a colonização das Américas não apenas impôs uma organização econômica e política, mas também uma ontologia dicotômica e hierárquica que separou o humano do não humano, o homem da mulher, e classificou os povos indígenas e africanos como não humanos, bestiais e “não

generificados”. Nesse sentido, a moral cristã foi instrumentalizada para legitimar esta missão civilizatória, sendo instrumento para a socialização e racialização de corpos colonizados, estabelecendo um regime de controle moral sobre a sexualidade, a reprodução e as relações de gênero (Lugones, 2020).

Nesse sentido, a autora argentina destaca que a imposição da moral cristã, por meio da catequização durante a colonização da região latino-americana, disciplinou os corpos e as subjetividades por meio de uma lógica que associava a humanidade e a civilização à heterossexualidade normativa, à pureza sexual feminina e à reprodução controlada. Dessa forma, destacamos aqui que a colonialidade de gênero operou através da regulação da sexualidade, mas também operou por meio de uma reconfiguração das estruturas do saber e do ser, ao impor a moral cristã como universal e superior (Lugones, 2010). Assim, ao suprimir os sistemas de conhecimento indígenas e africanos, que entendiam o corpo, a sexualidade e a reprodução de formas não hierárquicas, um epistemicídio foi então estabelecido, sendo fundamental para naturalizar a separação entre humano e não humano, homem e mulher, sagrado e profano, reprodução legítima e sexualidade desviante daquela estrutura.

Nos países colonizados da região sul-americana, esse processo discursivo moldou uma percepção da sexualidade e da reprodução que as reduz a questões de moral individual, pecado e controle social, em detrimento de entendê-las como dimensões da vida coletiva, do bem-estar integral e da autonomia corporal. Apesar dos vários avanços e conquistas da autonomia e emancipação femininas, como demonstramos no capítulo anterior, esse imaginário de sexualidade e reprodução, baseado em uma moral excludente, ainda permeia as sociedades latino-americanas, como uma cicatriz da invasão colonial. A partir disso, buscamos aqui identificar como a Direita Radical brasileira tem sucesso em resgatar esse imaginário por meio da retórica cristã.

No Brasil, a colonialidade de gênero se reflete na patologização histórica das sexualidades não reprodutivas, na criminalização do aborto como herança do direito canônico. Biroli (2020), ao buscar entender as raízes do neoconservadorismo brasileiro e sua relação com o gênero, aponta que setores católicos e pentecostais — apesar de diferenças históricas e doutrinárias — convergem hoje na agenda antigênero, utilizando uma gramática de direitos para defender a imposição de princípios morais cristãos no Estado e na sociedade. Assim, essa coalizão

conservadora reatualiza a lógica colonial de controle sobre os corpos, especialmente os de mulheres, populações negras, indígenas e LGBTQIA+, por meio da narrativa da “ideologia de gênero”, que associa a desconstrução das normas de gênero à “degeneração moral” e à “cultura da morte”, ecoando a antiga retórica colonial que vinculava a sexualidade não normativa ao pecado, ao satânico e ao desumano.

Assim, é essencial entender a correlação entre a resistência histórica à ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos e a presença de atores religiosos cristãos no aparato político brasileiro. Nesse sentido, buscamos agora compreender como o cenário religioso opera no Brasil. De acordo com Netto (2022), a América Latina apresenta crescentes multidões de adeptos ao cristianismo e, mais especificamente, ao braço evangélico da religião cristã, especialmente entre a população mais pobre. No que tange ao caso brasileiro, segundo o IBGE, no Censo de 2022, 56,7% da população brasileira se declara católica, enquanto 26,9% são evangélicos, sendo importante destacar que o catolicismo ainda é a religião predominante. Nota-se, contudo, uma queda de 8,4 pontos percentuais entre 2010 e 2022, enquanto o número de evangélicos cresceu de 21,6% para 26,9% no mesmo período (Folha de São Paulo, 2022, online). É sobre esse aumento da aderência à moral evangélica, mais especificamente neopentecostal, que vamos tratar aqui.

Para isso, é válido nos atentarmos aos conceitos que rondam a nomenclatura das ideologias evangélicas brasileiras. Mariano (2014) chama atenção para o quanto o campo evangélico no Brasil tem se diversificado ao longo dos anos e o divide em duas principais vertentes: Igrejas Protestantes históricas e as Igrejas Pentecostais. Chamamos atenção aqui para o fato de que o último grupo se diferencia do primeiro por crer que Deus opera de maneira direta em conversa com seus seguidores ao operar milagres e exorcizar demônios, por exemplo. Assim, chamamos atenção aqui para o neopentecostalismo, última onda pentecostal<sup>18</sup> que crê em uma atuação divina contínua e intervencionista, semelhante ao cristianismo primitivo, onde milagres, exorcismos e uma comunicação direta com os fiéis são entendidos como realidades cotidianas. Esta terceira onda, consolidada a partir dos anos 1970,

---

<sup>18</sup> As outras duas ondas se referem ao Pentecostalismo Clássico nos anos 1910, exemplificado pela igreja Congregação Cristã do Brasil, onde predominam os seguidores de baixa renda e se caracteriza pelo anticatolicismo e na ênfase ao dom das línguas. A segunda onda nos anos 1950, do Deuteropentecostalismo, exemplificado pela Igreja Pentecostal Deus é Amor, que têm ênfase na cura divina e utiliza as mídias sociais para a propagação desta doutrina (Mariano, 2014 *apud* Araújo, 2025).

rompeu com o sectarismo e o ascetismo dos movimentos clássicos, adotando uma teologia de “afirmação do mundo” (Mariano, 2014). Seus pilares, como a guerra espiritual, a Teologia da Prosperidade e uma gestão empresarial, promoveram uma flexibilização relativa dos códigos morais tradicionais e uma busca ativa por poder político, visibilidade midiática e inserção social (*Ibid.*).

A escolha por focar no neopentecostalismo para analisar a Direita Radical brasileira e os direitos sexuais e reprodutivos justifica-se precisamente por esse caráter de inserção mundana e projeção de poder. Diferentemente de seus antecessores, que mantinham um distanciamento da esfera pública, as igrejas neopentecostais construíram um projeto hegemônico que combina influência eleitoral, presença nos meios de comunicação e uma agenda moral ativa. É por meio da relativa adaptação comportamental em alguns aspectos, aliada a um militantismo político conservador, que se tornam atores centrais na ofensiva contra os direitos sexuais e reprodutivos, articulando discursos religiosos com ações no Legislativo e no Judiciário para impor uma visão específica de família e sexualidade à sociedade brasileira.

A priori, é importante destacar que, com o passar dos anos, a chamada Teologia da Libertação foi ganhando força na América Latina, em especial no Brasil, no século XX. Fruto de uma interpretação da doutrina católica, a Igreja Católica passou a protagonizar um movimento que abrangia atores não religiosos engajados com a sociedade civil, que foi capaz de organizar pessoas de diferentes culturas e crenças em torno de objetivos comuns (Lowy, 2000 apud Oliveira, 2021). Nesse sentido, tem-se o seguinte entendimento da Teologia da Libertação:

Sua dedicação à causa dos explorados tem como motivos razões espirituais e morais inspiradas pela cultura religiosa, pela fé cristã e pela tradição católica. Além disso, essa dimensão moral e religiosa é um fator essencial na motivação de milhares de ativistas cristãos nos sindicatos, nas associações de moradores, nas comunidades de base e nas frentes revolucionárias. Os próprios pobres se conscientizam de sua condição e se organizam para lutar como cristãos que pertencem a uma Igreja e são inspirados por uma fé (Lowy, 2000, *apud* Oliveira, 2021, p. 4)

No contexto da Guerra Fria, a Teologia da Libertação católica foi vista pelo governo dos Estados Unidos como um avanço da ideologia comunista entre os latino-americanos (Netto, 2022). Nesse sentido, o governo estadunidense construiu uma política externa capaz de promover uma campanha de guerra psicológica e

propaganda contra a chamada dominação ideológica do comunismo dentro do pretexto da Teologia da Libertação.

Em 1952, durante a administração de Truman, foi formulado um Programa Doutrinário dos Estados Unidos, documento que organizava diversas atividades com objetivos de curto, médio e longo prazo, a fim de defender a “filosofia básica” norte-americana (Netto, 2022). Com o interesse estadunidense de incluir o mundo religioso em seus planos hegemônicos, agentes estadunidenses deveriam, a partir do documento supracitado:

estimular a associação entre comunismo e subversão no ambiente ideológico desses países e convencer suas administrações de que tal ameaça punha em risco não apenas os Estados Unidos, mas toda a região, incentivando, ainda, pontos de vistas favoráveis aos valores norte-americanos, sobretudo no que concerne seus altos padrões morais e avançado nível democrático e tecnológico (Silva, 2020 *apud* Netto, 2022, p. 125)

A partir disso, essa movimentação passou a atuar no Brasil a partir da década de 1950, fazendo crescentes esforços para se aproximar do aparelho estatal em uma ação combinada que visava o adestramento das camadas populares frente às necessidades do capital e a contenção do movimento socialista para alavancar políticas públicas interessantes ao empresariado (Netto, 2022). Todas essas características eram também comuns às ideologias evangélicas promovidas pelos Estados Unidos nesse período.

Foi também durante a Ditadura Militar (1964-1985) que várias organizações religiosas estrangeiras se alinharam aos ditadores para avançar a legitimação ideológica do governo frente ao público religioso. Por sua vez, os ditadores auxiliaram financeiramente a expansão e consolidação dessas igrejas (Netto, 2022). Nesse sentido, o crescimento astronômico do neopentecostalismo nos anos 1960 no Brasil se deve ao clima político favorável criado pelo regime militar e seu embate com o catolicismo, fortificando o pentecostalismo, com o qual foi firmada uma “aliança tácita” contra “inimigos comuns” (*Ibid.*).

Tal dinâmica se relaciona com a oposição estadunidense às correntes da Teologia da Libertação em nosso território, a partir do momento em que, neste período, formou-se uma complexa e poderosa rede de interesses convergentes entre o Estado autoritário, a potência estadunidense e certos segmentos religiosos, em oposição a um inimigo comum percebido: a Teologia da Libertação. Para os

militares e para a política externa norte-americana, a Teologia da Libertação, com sua ênfase na justiça social, na opção preferencial pelos pobres e sua análise crítica das estruturas capitalistas a partir de uma leitura que incorporava elementos marxistas, representava a infiltração do “comunismo ateu” no sagrado terreno da fé católica, majoritária no país. Era uma força de mobilização popular e crítica estrutural que desafiava diretamente a ordem autoritária e os interesses geopolíticos dos EUA na América Latina, vista como um campo de batalha crucial contra a influência soviética.

Paralelamente, para muitas das organizações religiosas protestantes históricas de origem norte-americana e para os novos movimentos neopentecostais que começavam a se estruturar, a Igreja Católica, enquanto instituição hegemônica, era a grande concorrente no “mercado religioso” brasileiro. A Teologia da Libertação, ao renovar o compromisso social da Igreja e aproximá-la das bases, potencializava essa concorrência. Foi neste cenário de confluência de temores que se forjou o que Netto (2022) chama de uma “aliança tácita”. Nesse sentido, o regime militar brasileiro, necessitado de legitimação ideológica perante um público profundamente religioso, encontrou nas igrejas evangélicas conservadoras — e principalmente nas neopentecostais, que enfatizavam uma teologia individualista, da prosperidade e avessa ao engajamento político crítico — parceiros ideais (*Ibid.*).

As igrejas neopentecostais que emergiram a partir da influência estadunidense no território brasileiro ofereciam um discurso de ordem, moralidade tradicional e apologia dos valores capitalistas que ecoava a retórica do governo. Em troca, como aponta Netto (2022), os ditadores auxiliaram financeiramente a expansão e consolidação dessas igrejas. Esse apoio podia se dar através de concessões de rádio e TV (cruciais para o modelo de comunicação neopentecostal), facilidades para aquisição de terrenos, isenções fiscais ou até apoio direto em campanhas evangelísticas de grande porte.

Tendo em mente o cenário durante a Ditadura Militar, Quadros e Madeira (2018) chamam atenção para o cenário do neoconservadorismo pautado em alianças cristãs no período da redemocratização. Nesse contexto, a crescente presença evangélica no cenário nacional, marcada pelo aumento expressivo de seu percentual populacional e pela concomitante diminuição de católicos, especialmente a partir dos anos 2010, encontrou um reflexo direto e ativo na arena política. Tal movimento representou uma ruptura com a dinâmica anterior, na qual vigorava uma “direita

envergonhada” (Quadros; Madeira, 2018). No contexto da redemocratização, esse termo designava setores conservadores que, embora existissem, buscavam moderar sua retórica em um ambiente público inicialmente dominado por valores progressistas e pela centralidade da esquerda na reconstrução democrática (*Ibid.*).

Com isso, a entrada massiva de evangélicos de origem pentecostal na política superou essa lógica do constrangimento ao se organizarem como um ator coletivo com uma performance militante e ativa, que transpôs para a esfera pública a mesma “energia apologetica” e o imperativo de conversão que caracterizam suas práticas religiosas (Quadros; Madeira, 2018, p. 9). Assim, tais atores passaram a defender seus ideais de modo assertivo e expansionista.

Neste cenário, os políticos evangélicos brasileiros ergueram um lema para conseguir o apoio daqueles de tradição católica, o chamado “irmão vota em irmão”, e, assim, transformam o contexto político em um campo de disputa legítimo dos interesses evangélicos, ao contrário do que esse ambiente antes representava: um lugar profano e do “mundo” (Quadros; Machado, 2018). Entendemos, assim, o caso brasileiro como paradigmático, ao testemunharmos a superação da “direita envergonhada” por uma direita ativa e militante, que forneceu uma base social organizada, um repertório discursivo moralmente carregado e uma infraestrutura de mobilização (igrejas, redes de mídia, lideranças) essenciais para a disseminação da retórica antigênero. Essa retórica, que ataca conceitos como a “ideologia de gênero” e diversidade sexual, funciona como uma ferramenta de conversão política, pois traduz valores religiosos conservadores em uma linguagem de pânico moral capaz de conquistar eleitorados, definir agendas e confrontar diretamente os avanços dos movimentos feministas e LGBTQIAPN+, posicionando-se, assim, no cerne do projeto da nova direita radical no contexto brasileiro.

Portanto, é essencial destacar que a busca da legitimidade da atuação por meio da religião se dava pela suposta urgência que este grupo tinha na defesa de seus interesses institucionais e, principalmente, morais, ou seja, contra a ideologia de gênero: a canalização de medos deste grupo em relação aos direitos sexuais e reprodutivos e pautas LGBTQIAPN+. A partir disso, os autores concluem que as lideranças evangélicas na política encontram na agenda moral de defesa dos seus interesses “o veículo a partir do qual tentam mobilizar a identidade de direita, instrumentalizando-a politicamente” (Quadros; Machado, 2018, p. 13).

É válido ressaltar, também, o papel dos católicos nessa movimentação, uma vez que eles foram protagonistas na consolidação da ideologia de gênero enquanto pânico moral. Barifouse (2024) ressalta que a aliança entre católicos e evangélicos na empreitada contra a ideologia de gênero no Brasil se deu após uma reformulação de parte dos católicos, que agora se identificaram com o chamado catolicismo carismático. Caracterizado por uma reação conservadora da Igreja Católica, o catolicismo carismático foi fundado nos Estados Unidos, indo contra a vertente da teologia da prosperidade e contra os setores moralmente progressistas, a fim de fazer uma frente contra a expansão do pentecostalismo nesse primeiro momento (*Ibid.*).

Assim, entender a emergência do catolicismo carismático é crucial para desvendar a arquitetura da Direita Radical no Brasil e sua íntima relação com os movimentos neopentecostais, uma vez que essa relação é o produto de uma trajetória histórica que transita da concorrência sectária para uma aliança estratégica, cimentada pela construção de um inimigo comum, a chamada “ideologia de gênero”. A rivalidade no campo religioso citada anteriormente se transformou em uma aliança política a partir do discurso antigênero, uma vez que, a partir dos anos 1990, e principalmente durante os debates sobre políticas públicas para a educação e direitos LGBTQIA+, setores conservadores de ambas as tradições religiosas identificaram no combate à “ideologia de gênero” uma causa mobilizadora e unificadora.

Assim, a Direita Radical, entendida como um projeto político-ideológico que vai além dos partidos tradicionais e se alimenta de guerras culturais, encontrou nessa aliança inter-religiosa seu principal motor de mobilização de massas no Brasil, a partir do momento em que os neopentecostais, com sua capilaridade e sua expertise em mídia eletrônica, forneceram a infraestrutura de mobilização, enquanto o catolicismo carismático, com seu histórico de institucionalidade, sua penetração em todas as classes sociais e sua autoridade moral tradicional, forneceu uma legitimidade cultural e respeitabilidade.

A partir da década de 1990, o catolicismo carismático se consolidou e viu nos evangélicos pentecostais uma oportunidade de aliança baseada na identidade cristã compartilhada. Essa aliança foi tomando conta do cenário político brasileiro, afirma Barifouse (2024, p. 68):

A mobilização em torno da ideologia de gênero no Brasil é produto desta aliança. A reação conjunta de evangélicos e católicos em anos recentes a mudanças culturais, legais e políticas em favor das mulheres e de minorias sociais busca pressionar o poder público a legislar e implantar políticas públicas conforme os dogmas cristãos.

Assim, a mobilização cristã contra a chamada “ideologia de gênero” ocorreu de maneira escalonada. No primeiro momento, houve a ressignificação das menções ao gênero na gramática da ameaça ideológica — vide capítulo 1 —, criando um pânico moral, pois colocava a família sob ameaça iminente, gerando um sentimento de urgência e necessidade de defesa. Com a tentativa de consolidação dessa retórica, a difusão massiva dessa narrativa foi viabilizada pela infraestrutura de comunicação da própria aliança cristã conservadora, em que pastores neopentecostais e padres carismáticos transformaram os cultos e missas em palcos para a denúncia da “ideologia de gênero”, ao mesmo tempo em que as grandes redes de rádio e TV evangélicas, além de canais católicos, reproduziram incessantemente essa narrativa em programas de entrevistas, noticiários e conteúdo de entretenimento.

A partir dessa retomada histórica, as próximas seções deste capítulo buscarão conectar a consolidação da Direita Radical na figura de Jair Bolsonaro a partir da mobilização que esses atores fazem dentro de seu projeto político, uma vez que “os pentecostais encontraram em Bolsonaro uma forma de impor suas pautas políticas contra o aborto, a união de pessoas do mesmo sexo, entre outras causas” (Valerio, 2020, p. 11).

### **3.2 A Ofensiva Conservadora: da Agenda Antigênero à Ascensão da Direita Radical no Brasil**

As temáticas sobre a agenda antigênero, ascensão do neopentecostalismo e da Direita Radical caminham juntas quando olhamos para a história dos direitos sexuais e reprodutivos no contexto brasileiro. A presente seção busca elucidar essa intersecção, explorando como a agenda antigênero se manifestou no Brasil, a partir dos direitos sexuais e reprodutivos, e, ainda, esclarecer como esse cenário foi basilar para o surgimento das primeiras movimentações da Direita Radical nesse contexto.

Para que seja possível compreender as bases para o início da mobilização antigênero no Brasil, é importante retomar como as pautas feministas e LGBTQIAPN+ vinham sendo abordadas em âmbito doméstico desde o início dos anos 2000, quando as primeiras movimentações antigênero surgiram na região latino-americana. A priori, é interessante destacar que, neste momento, a América Latina era testemunha de um fenômeno chamado de Onda Rosa, ou seja:

ascensão de partidos, movimentos e lideranças de esquerda a governos nacionais [...] constitui em si mesma um processo sócio-político único, que pode ser compreendido em seu conjunto [...] com diversas características coincidentes – mas com suas especificidades locais. (Silva, 2010, p. 2).

Nesse sentido, a eleição de Luís Inácio Lula da Silva em 2002 foi essencial para consolidar a entrada das pautas dos movimentos feminista e LGBTQIAPN+ no aparato estatal, pois foi um momento marcado pela institucionalização das reivindicações desses grupos (Barifouse, 2024). A exemplo disso, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com status de ministério e ligada à Presidência, com o objetivo de promover políticas públicas específicas e coordenar ações sobre as questões de gênero (*Ibid.*).

Nesse mesmo período, é notável outro marco histórico para a pauta feminista: a Lei Maria da Penha, de 2006<sup>19</sup>, criada para combater a violência doméstica e familiar contra a mulher. Em relação às pautas do movimento LGBTQIAPN+, o governo Lula representou uma era de avanços com a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, em 2004, ligada ao Ministério da Educação (MEC), que propôs políticas em prol da igualdade sexual e de gênero e que foram transformadas em leis posteriormente. Ainda no ano de 2004, o governo federal lançou o programa “Brasil sem Homofobia” em prol do combate à discriminação e à violência contra essa parcela da população (Barifouse, 2024).

---

<sup>19</sup> Lei nº 11.340 “Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera os Decretos-Lei nºs 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal); e dá outras providências (Lei Maria da Penha).” (Brasil, 2026, online)

No que tange ao campo dos direitos sexuais e reprodutivos de forma mais específica, destaca-se, nesse contexto, o lançamento da terceira edição do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), em 2009. Essa nova edição foi uma resposta às demandas de diversas conferências temáticas organizadas desde 2003 e da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada em 2008 (Barifouse, 2024). Enquanto no 2º PNDH a questão do aborto foi tratada sob o termo ‘direitos reprodutivos’, enquanto uma pauta de saúde pública, propondo o desenvolvimento de programas de planejamento familiar e distribuição de métodos contraceptivos no SUS, o 3º PNDH merece destaque ao modificar esse enquadramento. Nele, o aborto é tratado na diretriz sobre combate “às desigualdades estruturais”, transferindo a temática do escopo da saúde pública para a esfera da decisão individual. Nesse sentido, Adorno (2010) destaca que o PNDH apresenta uma “linguagem direta e isenta do pudor político de que se costumam cercar os formuladores de políticas públicas em áreas sensíveis da vida associativa” (Adorno, 2010, p. 10). É dessa forma que os governos Lula I (2003–2006) e Lula II (2007–2010) se despediram do cenário político brasileiro: com grandes avanços políticos e institucionais no que tange às igualdades de gênero e discussões sobre direitos sexuais e reprodutivos, porém, tendo esses avanços como um terreno fértil para o fortalecimento da reação conservadora e da Direita Radical brasileiras.

Dessa forma, ao transferir explicitamente a discussão sobre o aborto do âmbito restrito da saúde pública para a esfera mais ampla da decisão individual e do combate às desigualdades estruturais, o plano operou uma mudança paradigmática crucial ao colocar o Estado como garantidor da autonomia corporal. No entanto, tais avanços criaram um terreno fértil para reações conservadoras a partir do momento em que o 3º PNDH, ao declarar o direito à decisão individual, rompeu com o consenso de que o tema era restrito ao âmbito da saúde pública, retirando o debate da zona cinzenta dos programas de governo e o colocando no centro do embate de valores, explicitando um conflito que setores conservadores preferiam manter sob o véu da moralidade inquestionável, o que forçou uma reação igualmente explícita e organizada.

Assim, os grupos conservadores alinhados à Direita Radical mobilizaram uma reação pautada em uma resistência urgente a uma política de Estado concreta. A menção a questões de gênero e, principalmente, aos direitos sexuais e reprodutivos tornou-se o pretexto perfeito para unir diferentes matizes

conservadores (religiosos, morais, políticos) em um projeto de poder comum, galvanizando bases e captando recursos. Com a reconfiguração do campo político, junto a um processo mais amplo de ampliação de direitos (como o reconhecimento de uniões estáveis homoafetivas), que redefiniu as linhas de conflito na sociedade brasileira, a reação conservadora, portanto, se pautou em uma resposta estratégica e moderna a essa redefinição. Ela aprendeu a usar os instrumentos da democracia (lobby no Congresso, mídia, redes sociais, judicialização) para travar uma guerra cultural.

Por mais que Dilma Rousseff (2011–2016) tenha se afastado dos debates em torno dos direitos sexuais e reprodutivos durante sua campanha eleitoral, a então presidenta tentou implementar uma agenda em torno dessa discussão durante seu mandato (Barifouse, 2024). O programa “Escola Sem Homofobia”, proveniente do projeto “Brasil Sem Homofobia”, foi alvo de críticas justamente em função das reações conservadoras por ele suscitadas.

Em 2011, o Ministério da Educação lançou o programa “Escola Sem Homofobia”, que destacava o apoio do Estado a uma política educacional que abordasse o gênero e a diversidade sexual nas escolas. Segundo o MEC, o programa “era nada mais que um material técnico para formação de professores, com o objetivo de habilitá-los a cuidar de questões de diversidade que eventualmente surgissem em sala de aula” (Godoy, 2017, online). Porém, a iniciativa gerou uma resposta negativa por parte de setores conservadores, que iniciaram uma campanha de ataque ao programa ao considerarem que ele seria uma ameaça à infância. Segundo esses atores, a infância é idealizada como um período de pureza e inocência, que deve ser protegido de influências consideradas desviantes. A simples menção à homossexualidade ou à diversidade de gênero nas escolas é interpretada como doutrinação ou sexualização precoce. A lógica operante é a de que falar sobre essas questões equivaleria a induzir ou promover comportamentos, corrompendo um desenvolvimento considerado natural e heteronormativo. O programa, ao propor que a escola reconheça e aborde positivamente a existência de diferentes orientações sexuais e identidades de gênero, é visto como um agente de interferência nesse suposto processo natural, retirando da família o monopólio sobre a educação moral das crianças.

O campo educacional também era disputado pelas narrativas conservadoras, uma vez que, para eles, a escola deve ser uma extensão do núcleo familiar

tradicional, reforçando seus valores. Ao introduzir perspectivas que relativizam o modelo heterossexual e cisgênero como único válido, o Estado, através do MEC, estaria usurpando a autoridade familiar e impondo uma ideologia (frequentemente denominada como “ideologia de gênero”). Isso é percebido como um ataque à soberania dos pais sobre a educação dos filhos e como uma tentativa de reengenharia social, minando a família heteronormativa como instituição fundamental. Além disso, a oposição ao “Escola Sem Homofobia” refletia o pânico moral diante da desestabilização da heteronormatividade como princípio organizador invisível da sociedade.

A aceitação da diversidade sexual e de gênero, especialmente quando promovida pelo Estado desde a infância, é vista como o primeiro passo para a dissolução de hierarquias sociais tradicionais baseadas no binarismo de gênero e na heterossexualidade compulsória. O programa simbolizava, para a ala conservadora, portanto, a materialização institucional de uma agenda mais ampla de direitos LGBTQIAPN+, que ameaçava deslocar a moralidade conservadora de seu lugar de hegemonia, fazendo com que a campanha contra o programa combatesse uma visão de mundo que entendia a diversidade como um valor positivo.

Essa postura iniciou uma série de embates entre o Executivo e políticos cristãos (Barifouse, 2024). Foi nesse contexto que o então deputado federal da Direita Radical Jair Bolsonaro começa a ganhar destaque a partir da iniciativa de levar uma campanha contra o chamado “kit gay”, como denominava o programa, para as ruas do Rio de Janeiro em maio de 2011, distribuindo panfletos e cartazes que acusavam a iniciativa de ser um estímulo à homossexualidade (*Ibid.*).

Neste momento, chama atenção a iniciativa de Bolsonaro de impulsionar sua carreira parlamentar através da mobilização do ‘kit gay’ em seus discursos. Assim como foi demonstrado no capítulo anterior sobre a ideologia de gênero, é interessante para a Direita Radical o esvaziamento do projeto Escola Sem Homofobia<sup>20</sup> para o termo “kit gay”, uma vez que canaliza os medos e inseguranças em relação ao progresso dos ordenamentos de gênero da sociedade. Essa dinâmica se dá na capacidade que o termo tem de sintetizar e materializar o medo abstrato da transformação social em um objeto concreto e assustador, supostamente financiado pelo Estado e destinado às crianças. Assim, o “kit gay” transforma uma política de

---

<sup>20</sup> Dilma Rousseff acabou vetando a implementação do projeto após forte oposição.

reconhecimento e combate à violência (o Escola Sem Homofobia) em seu oposto absoluto na percepção pública: um instrumento de violência simbólica contra a infância e a família naturalizada. Dessa forma, o termo reage ao progresso dos ordenamentos de gênero e o instrumentaliza ativamente para construir uma base de poder político para a Direita Radical, fundamentando seu projeto em uma política identitária conservadora que se alimenta da defesa reativa de hierarquias sociais percebidas como sob ataque.

Além disso, as declarações de Bolsonaro sobre iniciativas como essas foram protagonistas de sua popularidade nacional enquanto deputado federal, uma vez que, exercendo o cargo durante 6 anos, não foi capaz de assumir cargos de liderança nem propor projetos de lei eficazes. Dessa forma, o “kit gay” foi o principal impulsionador da popularidade de Jair Bolsonaro em escala nacional, contribuindo de maneira sistemática para o sucesso de sua campanha presidencial em 2018. Abaixo, é possível notar o alcance da temática em suas redes sociais, mais tarde, em 2016, o que evidencia o sucesso da pauta em seus discursos desde 2011:

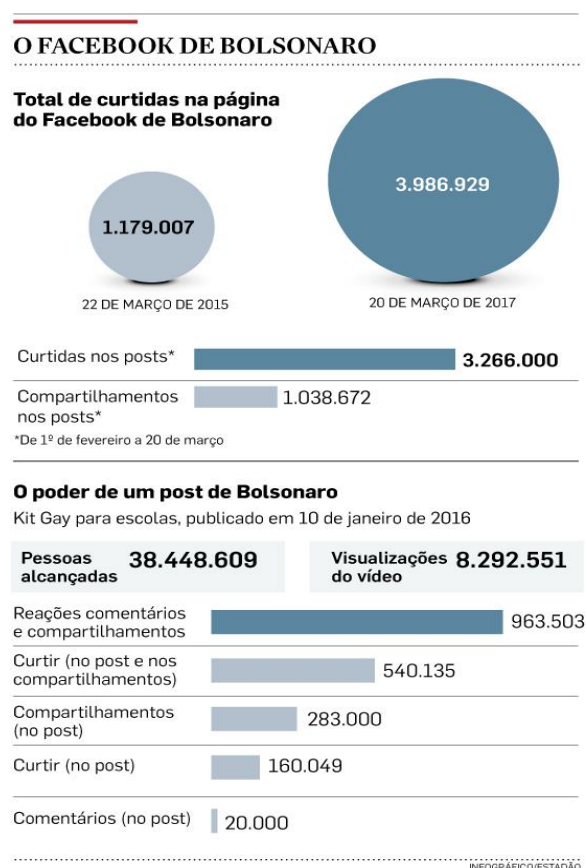


Figura 1 - O poder de um post de Bolsonaro. Fonte: Godoy (2017)

A partir dos elementos supracitados, é possível argumentar a centralidade dos direitos sexuais e reprodutivos no impulso de reações conservadoras que consolidam o sucesso de líderes de Direita Radical, como foi o caso de Jair Bolsonaro. Os direitos sexuais e reprodutivos — especialmente questões como aborto, identidade de gênero, educação sexual e reconhecimento de famílias LGBTQIAPN+ — tocam em núcleos profundos da ordem simbólica tradicional: sexualidade, família, reprodução e papéis de gênero. Esses temas são facilmente convertidos em símbolos de uma invasão cultural que ameaçaria valores naturais ou divinos. Para a Direita Radical, a defesa desses valores é o cerne de uma guerra cultural que permite construir uma identidade política clara e mobilizadora. Ao se apresentar como guardiões da família tradicional e da moral cristã, figuras como Bolsonaro conseguem criar um inimigo tangível, como a “ideologia de gênero”, o “kit gay” e o aborto legal, que se tornam metonímias de um projeto global de esquerda. Além disso, esses atores conseguem também oferecer uma narrativa de restauração ao prometerem uma recuperação de uma ordem moral perdida, apelando ao saudosismo e ao medo da mudança acelerada.

Tendo em mente que o presente estudo entende os direitos sexuais e reprodutivos como passíveis de usufruto de todo e qualquer indivíduo, não somente pela categoria das mulheres cis, mas também pela população LGBTQIAPN+, o projeto “Escola Sem Homofobia” estava intrinsecamente alinhado à pauta dos direitos sexuais e reprodutivos, pois abordava desde a crítica às normativas patriarcais que estruturam as desigualdades até a capacitação prática de educadores para acolher estudantes com expressões de sexualidade e identidade não normativas.

Para além disso, Miskolci e Campana (2017, p. 14) identificam outra movimentação fundamental para o estabelecimento da guerra contra a ideologia de gênero no Brasil: “o reconhecimento do Supremo Tribunal Federal da união entre pessoas do mesmo sexo com o mesmo status do casamento heterossexual”. Sendo a decisão do mesmo mês em que a polêmica sobre o programa Escola Sem Homofobia ganhou notoriedade, é interessante notar como a Frente Parlamentar Evangélica se mobilizou contra o programa seis dias depois da aprovação do casamento homoafetivo pelo STF (*Ibid.*). Essa mobilização se deu pela distribuição de panfletos, como o elaborado por Jair Bolsonaro à época, que vulgarizava e resignificava o respeito à identidade de gênero em casas estudantis e a adaptação

pedagógica no sistema carcerário em termos como “batalhões gays”, “repúblicas gays” e “presídios especiais LGBT”, como parte de uma retórica que visava transformar políticas de proteção e inclusão em supostos privilégios ou “incentivos à homossexualidade” (Vital; Lopes, 2013).

Tendo em mente tais acontecimentos, o governo presenciou, em meados de 2010, uma reinstalação das frentes parlamentares antiaborto, que começaram a despontar em nosso Congresso ainda no governo Lula, mas que só então passaram a ganhar mais notoriedade (Barifouse, 2024). Foi nesse contexto que o projeto de lei conhecido como “Estatuto do Nascituro” avançou, prevendo a proteção jurídica do embrião desde a concepção, considerando-o um ser humano ainda não nascido e demandando à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar seu direito à vida (Barifouse, 2024). O aumento da retaliação em relação a essa temática, uma das mais debatidas nas discussões sobre direitos sexuais e reprodutivos, deve-se à mobilização contrária da bancada evangélica, a partir da retórica do “kit gay”, bem como à decisão do STF, em 2012, que descriminalizou a interrupção da gravidez em casos de anencefalia do feto (*Ibid.*).

Nesse sentido, Barifouse (2024) argumenta que, a partir de 1º de junho de 2011, com a Marcha da Família em Brasília, ficou evidente como os avanços institucionais em favor dos DSR no Brasil começaram a gerar reações organizadas. O evento, que reuniu dezenas de milhares de pessoas em frente ao Congresso Nacional, foi uma resposta direta à proposta de criminalização da homofobia. Liderada pelo pastor Silas Malafaia e apoiada por parlamentares evangélicos e católicos, a manifestação marcou o surgimento de uma contramobilização antigênero articulada, que se opunha a mudanças legislativas em nome da “família tradicional”. Declarações como a do senador Magno Malta — “Se Deus criou macho e fêmea, não vai ser o Senado que vai criar um terceiro sexo” — simbolizavam esse discurso de resistência. A presença de figuras como Jair Bolsonaro, já então aliado dessas pautas, reforçava a convergência entre setores religiosos, políticos conservadores e movimentos sociais contrários às agendas de gênero e sexualidade, configurando um ator político coletivo que ganharia força nos anos seguintes.

A partir disso, é possível identificar que as ações que visam limitar os direitos conquistados nos campos do gênero e da sexualidade começaram a adentrar com mais notoriedade no debate político brasileiro. Com isso, é possível

argumentar que este representa um momento-chave para a consolidação da agenda antigênero no Brasil, uma vez que essas mobilizações tornaram as pautas conservadoras centrais, seja por meio da atuação da bancada evangélica, seja pelo destaque dado à figura de Jair Bolsonaro, protagonista do debate.

Nesse sentido, é importante afirmar que a empreitada antigênero foi, portanto, articulada por uma série de atores respaldados em uma articulação discursiva que remete à ameaça da ideologia de gênero a partir de alguma inferência sobre os direitos sexuais e reprodutivos, como demonstrado ao longo do capítulo 1. Ou seja, a articulação da mobilização antigênero no Brasil, como evidenciado no caso da Marcha da Família de 2011, demonstra uma construção discursiva estratégica e multifacetada. Seus atores — lideranças evangélicas neopentecostais, políticos conservadores e setores católicos — unificaram-se por uma interpretação específica e alarmista dos direitos sexuais e reprodutivos, traduzindo avanços institucionais, como a criminalização da homofobia, em uma "ameaça" concreta: a suposta imposição de uma "ideologia de gênero" que destruiria a ordem natural (binária) e a instituição familiar. Barifouse (2024) disserta sobre a consolidação dessa movimentação neste momento:

O “kit gay” de Bolsonaro pode ser considerado um marco na emergência de um contramovimento contra os direitos sexuais e reprodutivos exatamente porque o deputado não estava sozinho. Lideranças e parlamentares católicos e evangélicos, como o próprio deputado Jair Bolsonaro, o pastor Silas Malafaia, o senador e pastor Magno Malta (PR-ES) e o pastor e deputado Marco Feliciano (PSC-SP), também passaram a organizar a partir desse momento, assim como seus adversários, grandes manifestações em defesa da família tradicional e contra o casamento gay e o aborto para deixar claro, por meio de demonstrações de valor, unidade, número e compromisso, que também havia um apoio massivo a este lado da disputa. (Barifouse, 2024, p. 77).

Assim, é evidente que a construção discursiva de uma suposta “ideologia de gênero” foi uma estratégia central para o movimento conservador. Da mesma forma, a invenção da ameaça do “kit gay” funcionou como outra manobra retórica decisiva, gerando um pânico moral que constituiu a oposição aos direitos sexuais e reprodutivos e consolidou a agenda antigênero no Brasil. Tendo compreendido esse processo de mobilização, que transformou conquistas sociais em ameaças fabricadas, podemos agora analisar como esse contexto foi crucial para o

surgimento e ascensão da Direita Radical no país, cujo projeto político se alimentou diretamente dessas mesmas narrativas.

### **3.3A Direita Radical no Brasil: um processo generificado**

Numa época de suspiros furtivos  
Chegadas alegres e despedidas tristes  
Meias verdades e mentiras inteiras  
- **Maya Angelou**

Com o objetivo de compreender como a agenda antigênero vem sendo articulada a partir da Direita Radical no Brasil, a presente pesquisa vem argumentando o papel central dos direitos sexuais e reprodutivos nessa movimentação. A seção anterior demonstrou como o protagonismo pelas pautas associadas aos direitos sexuais e reprodutivos nos governos petistas levou a uma articulação conservadora no contexto brasileiro. Agora, é necessário compreender a consolidação da Direita Radical brasileira nos momentos que antecedem a eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

Nesse sentido, a presente seção busca compreender o papel da bancada evangélica no Congresso, juntamente com seus aliados, e os principais acontecimentos no contexto doméstico que contribuíram para a consolidação da Direita Radical brasileira. Com isso, buscamos argumentar que o processo de consolidação desses atores no Brasil é um processo generificado, tendo em mente o papel central dos direitos sexuais e reprodutivos como pivôs das reações conservadoras citadas até então.

Quadros e Machado (2018) argumentam que, a partir das eleições presidenciais de 2014, a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) — ou simplesmente bancada evangélica ou da bíblia — dilatou-se no parlamento brasileiro, especialmente na Câmara dos Deputados. Embora uma análise meramente quantitativa do número de políticos que se autodeclaram cristãos seja útil, ela está sujeita a limitações. Isso porque não se pode assumir que todos esses parlamentares atuem em uníssono com suas bancadas em questões doutrinárias ou de fé, tornando a correlação entre autodeclaração e voto um aspecto subjetivo. Com isso, depois das eleições de 2014, o número de deputados nessa frente parlamentar chegou a 74 (*Ibid.*).

Para que seja possível compreender o cenário de 2014, é importante nos atentarmos a como o Plano Nacional de Educação (PNE), em 2011, desencadeou uma forte reação conservadora no Congresso Nacional, liderada por grupos religiosos. No ano de 2010, contemporâneo aos debates sobre o programa Escola Sem Homofobia e a criação do pânico moral por meio da retórica do “kit gay”, o governo federal propôs um novo Plano Nacional de Educação (PNE) para a década de 2011–2020. Dentro dos objetivos da proposta, um artigo específico (artigo 2º) propunha superar desigualdades educacionais com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual, sendo um dos fatores que intensificou a luta contra a agenda feminista no Congresso (Machado, 2018).

A reação conservadora, mobilizada por parlamentares católicos e evangélicos no Congresso e, na sociedade civil, lideranças como bispos, sacerdotes e pastores, não hesitou em enxergar essa proposta como a imposição de uma “ideologia de gênero”, acusando uma doutrinação que nega a diferença biológica entre homens e mulheres e ameaça os valores familiares tradicionais. Com isso, o PNE teve uma tramitação longa e conturbada: foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 2012, ainda com as menções a gênero e orientação sexual; foi ao Senado, quando essas menções foram retiradas; novamente, o projeto voltou para a Câmara, que, em 2014, aprovou a versão sem as referências a gênero e orientação sexual, fazendo com que, no mesmo ano, a presidente Dilma Rousseff sancionasse o PNE sem esses termos. Ou seja, neste momento, presenciamos a vitória do movimento conservador em remover a linguagem específica sobre gênero e orientação sexual do plano educacional.

Machado (2018) analisa que, durante o processo de tramitação do PNE, o movimento conservador foi oportuno em fazer movimentações que difundiam o discurso contra a “ideologia de gênero” entre os parlamentares, fornecendo a base legal para projetos de lei que impedissem a adoção da perspectiva de gênero nas escolas, uma vez que:

o fortalecimento político dos pentecostais na Câmara de Deputados, primeiro com a indicação do deputado e pastor Marco Feliciano para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e, depois, com a eleição de Eduardo Cunha para o cargo mais importante daquela casa, favoreceu também os grupos católicos comprometidos com a cruzada à ideologia de

gênero no Brasil que passaram a ser convidados a expor suas ideias em diferentes situações (Machado, 2018, p. 7)

Assim, essa base legal pode ser identificada quando, em 2013, na sessão da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, o padre católico Paulo Ricardo Azevedo, então convidado pelo deputado Pastor Marco Feliciano, posicionou-se contrário à chamada “ideologia de gênero”. Em sua argumentação, ele alertou que o PNE era apenas parte de um conjunto mais amplo de proposições legislativas que, segundo ele, buscavam inserir o conceito de gênero no ordenamento jurídico “como um vírus”. Azevedo definiu essa ideologia como uma visão que reduz o ser humano a uma “massa de modelar” completamente maleável, cujo propósito final seria a destruição da instituição familiar.

Em contrapartida, o ano de 2013 foi significativo para conquistas regionais em torno dos direitos sexuais e reprodutivos. A Primeira Reunião da Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento da América Latina e Caribe, realizada em Montevideu em 2013, foi de fundamental importância para o Brasil, pois permitiu que o país reafirmasse seu compromisso com a agenda de direitos sexuais e reprodutivos em um palco internacional e contribuísse para a construção do que viria a ser o Consenso de Montevideu, um dos documentos mais progressistas do mundo na área (CEPAL, 2024, online).

Em Montevideu, a diplomacia brasileira foi ativa e determinante nesse processo, com a participação direta da então ministra Eleonora Menicucci, que fez a intervenção oficial do país. Em seu discurso, a ministra destacou avanços concretos da política interna, como a sanção presidencial da lei que garante atendimento integral e contraceptivos de emergência para vítimas de violência sexual e a decisão do Supremo Tribunal Federal que ampliou o direito ao aborto em casos de anencefalia, demonstrando como o Brasil usou o fórum para apresentar suas conquistas e alinhar-se às diretrizes do Cairo, ao mesmo tempo em que se comprometia com o enfrentamento à violência de gênero e à promoção da igualdade (Brasil, 2013, online).

Avanços e continuidades dos marcos firmados em Cairo e Pequim (vide capítulo 1) também podem ser vistos na participação ativa do Brasil na assinatura da Agenda 2030 com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), no ano de 2015. A promoção dos direitos sexuais e reprodutivos como parte dos direitos

humanos a serem alcançados com essa agenda de desenvolvimento aparece nos ODS 3 e 5. O primeiro visa “Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades” (ONU Brasil, 2026, online) e tem, em seu objetivo específico 3.7, o compromisso de “assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais” (ONU Brasil, 2026, online).

Além disso, no objetivo de número 5, que busca “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (ONU Brasil, 2026, online) destaca, em seu objetivo específico 5.6, a necessidade de:

Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão (ONU Brasil, 2026, online).

Tendo situado os esforços de Montevideu e da Agenda 2030, que demonstram avanços e continuidade do processo histórico iniciado em Cairo e Pequim no reconhecimento dos DSR, é interessante destacar, no entanto, o cenário da política doméstica antigênero que iria rondar o Brasil nos próximos anos. No mesmo ano da assinatura da Agenda 2030, testemunhamos a indicação do deputado e pastor Marco Feliciano para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias — um cargo simbolicamente importante para pautas progressistas (*Ibid.*). Nessa condição, Marco Feliciano deu a seguinte declaração no ano de 2015:

O Brasil, na sua grande maioria, é conservador. Só que é feito de conservadores silenciosos. Talvez falte a eles oportunidade de ter vez e voz porque trabalham muito, porque têm que cuidar da sua família, porque não cuidam da vida dos outros. Como eles não têm tempo, não se envolvem. Mas as urnas provaram isso. Eu, Jair Bolsonaro, Celso Russomano, somos três políticos de ala conservadora que tiveram uma votação expressiva. O que falta no país hoje, e eu acho que as pessoas buscam isso, são políticos de posicionamento. O político não pode ser *maria-vai-com-as-outras*, não pode ficar em cima do muro e chutar com os dois pés, não pode ser um político-prostituto, que se vende. Tem que saber o que quer ser [...] (Feliciano, 2015, *apud* Quadros; Machado, 2018, p. 12).

Com isso, é perceptível como um embate discursivo e ideológico sobre como a educação deve abordar questões de identidade de gênero e sexualidade foi travado no campo político. A aliança entre parlamentares católicos e evangélicos, fortalecida politicamente, conseguiu remover do PNE qualquer menção direta a “gênero” e “orientação sexual”, marcando uma significativa vitória conservadora e um retrocesso para as pautas de diversidade e igualdade na educação.

Nesse sentido, Quadros e Machado (2018) argumentam que, após um período de baixo perfil da “direita envergonhada” durante a redemocratização, os líderes de direita, nos anos 2010, encontraram na agenda moral (valores, família, costumes) uma bandeira poderosa para se reorganizar e mobilizar politicamente. Esse novo fenômeno é chamado de “nova direita brasileira”, que, apesar de se diferenciar da “velha direita” — por apoiar a democracia em vez da ditadura —, mantém uma defesa radical da família tradicional como um de seus pilares (*Ibid.*).

Dessa forma, é válido entender a consolidação da figura de Jair Bolsonaro como representação dos interesses conservadores religiosos a partir da participação ativa do pastor Silas Malafaia<sup>21</sup> nos momentos que antecederam a campanha eleitoral em 2018. Petra Costa, no documentário *Apocalypse nos Trópicos* (2025), acompanha a participação de Malafaia nos bastidores da campanha desde 2018 até durante este governo. Na produção, a diretora demonstra como o universo evangélico neopentecostal se fundiu de forma irreversível ao projeto da Direita Radical no Brasil, com Silas Malafaia como figura central, evidenciando como narrativas apocalípticas migraram dos templos para o centro do poder, moldando decisões políticas nas últimas três décadas e legitimando o caos — evidenciado de forma chocante na gestão da pandemia, onde a escassez de oxigênio e a negação da ciência aparecem em simbiose com pregações tocantes, (má) fé e irresponsabilidade.

A migração de narrativas apocalípticas para o centro do poder ocorre, conforme demonstrado no documentário, a partir do momento em que, ao longo das

---

<sup>21</sup> “O líder religioso se formou em teologia no ano de 1980 pelo Instituto Bíblico Pentecostal, época em que começou sua carreira como pastor da igreja. Mais tarde, em 2006, formou-se em psicologia pela Universidade Gama Filho. Em seu site oficial conta que além de palestrante, conferencista e produtor de conteúdo como livros, CDs e DVDs, também possui a segunda maior editora evangélica do país, a Central Gospel. Malafaia também foi um dos precursores como apresentador de programas evangélicos na televisão brasileira, que atualmente chamado de “Vitória em Cristo” e é veiculado pela AVEC (Associação Vitória em Cristo), uma associação gospel fundada pelo líder religioso, a qual não só transmite o programa aos sábados em três emissoras nacionais (traduzido para alguns países), como também atende pessoas por meio de projetos sociais.” (Franco, 2022, p. 84).

últimas três décadas, essa visão maniqueísta de um mundo em guerra espiritual final foi apropriada e instrumentalizada por lideranças políticas, transformando a fé em um projeto de poder. Essa cosmovisão, que enxerga o caos como um sinal profético e um campo de batalha, encontrou sua expressão mais letal na gestão da pandemia, como é exemplificado por Petra Costa. No exemplo, a diretora demonstra que a combinação entre a escassez de oxigênio em Manaus e a negação oficial da ciência não foi mera incompetência; foi a manifestação concreta de uma lógica que abraça o sofrimento como parte de um roteiro divino, em que pregações tocantes serviam para anestesiar a responsabilidade governamental, legitimando a irresponsabilidade por meio de uma (má) fé institucionalizada.

Nesse sentido, Franco (2022) disserta sobre a estratégia e a evolução do ativismo político do pastor Silas Malafaia, mostrando como Malafaia se consolidou como uma influente voz de direita no cenário brasileiro, ressaltando que o apoio de Malafaia a candidatos de direita não é recente, tendo em mente o apoio a Aécio Neves em 2014 e a campanha contra Dilma Rousseff em 2010, indicando uma longa trajetória de engajamento político partidário, sempre alinhado com a centro-direita ou direita. Nesse contexto, ao utilizar a retórica da defesa dos valores cristãos, Malafaia usa, desde os anos 2010, pautas de oposição ao aborto e ao casamento homoafetivo para orientar o voto de seus fiéis, emoldurando as eleições como uma batalha moral, e não apenas política (*Ibid.*). Aqui é perceptível o papel generificado da consolidação da Direita Radical no campo moral por meio do apelo religioso conservador, ao mobilizar um inimigo comum no discurso marcado pelo antagonismo à esquerda, criando uma narrativa de “nós contra eles” e mobilizando seus seguidores.

Tal retórica é percebida a partir do momento em que o papel de lideranças religiosas como Silas Malafaia na consolidação da Direita Radical foi fundamental ao generificar o conflito político, transformando disputas eleitorais em uma guerra cultural pelo campo moral. Ao enquadrar sistematicamente as eleições como uma batalha entre os valores cristãos e uma suposta agenda de esquerda antifamília, seu discurso criou um inimigo comum representado pelo aborto e pelo casamento homoafetivo, que unificou e mobilizou seus fiéis para além das questões políticas tradicionais. Essa retórica, marcada por esse antagonismo, construiu uma narrativa poderosa de “nós contra eles”, na qual votar na direita tornou-se um ato de fé, e defender a família significava combater a esquerda. Dessa forma, a Direita Radical

se consolidou como um projeto moral de sociedade, no qual o apelo religioso conservador ativou eleitoralmente uma base ampla, convertendo pautas de costumes em eixos centrais de identidade política e legitimando uma visão de mundo que entende o poder político como um campo de batalha espiritual.

Ademais, é relevante destacar Malafaia como exemplo da aliança moral e discursiva da Direita Radical com figuras políticas alinhadas à frente conservadora religiosa, especialmente quando o pastor se apresenta como um guia necessário. Ele se vale do estereótipo de que o público evangélico é “ingênuo” e precisa de sua orientação para não ser enganado por políticos que ameaçam seus valores, colocando-se, assim, na posição de profeta (Franco, 2022). Além disso, Malafaia também atua como um cabo eleitoral, pedindo votos para candidatos específicos (como Bolsonaro) abertamente a seus fiéis, tanto em suas igrejas quanto nas redes sociais, mesclando ensinamentos bíblicos com palestras motivacionais e conteúdo político, uma forma de proselitismo (conversão) que engloba tanto a fé quanto o posicionamento ideológico (*Ibid.*).

Tendo em mente a construção da influência política de Malafaia junto à Direita Radical, a partir da colocação do aborto e do casamento homoafetivo dentro da ameaça da ideologia de gênero, é válido argumentar o quanto temas relativos à família, sexo e sexualidade movem seus discursos e são capazes de consolidar sua agenda moral. Berlant (1998) aponta que as instituições de intimidade, especialmente a família e o casal heterossexual, são promovidas como zonas de familiaridade e conforto que sustentam uma narrativa normativa de uma vida. Essa idealização, no entanto, mascara as instabilidades da sexualidade, dinheiro, expectativa e exaustão, criando uma demanda social para que a promessa de felicidade íntima seja cumprida, o que abre espaço para o controle moral sobre os corpos e afetos. Quando essa norma é ameaçada, surge uma sensação de ansiedade sobre como manter a “confortabilidade hegemônica” (Berlant, 1998, p. 8), ansiedade essa que, neste trabalho, entendemos que é instrumentalizada pela Direita Radical para estigmatizar desvios.

Ademais, Berlant e Warner (1998) detalham como medidas como as oriundas da agenda antigênero aqui estudadas fazem parte de uma tentativa de purificação sexual através de leis de zoneamento. Assim, o pânico moral em torno do sexo público e das dissidências sexuais é mobilizado para reprimir culturas queer, consolidando uma retórica antigênero que equipara a defesa da “família

tradicional” à própria civilização. Assim, a regulação da intimidade torna-se um mecanismo central para a imposição de uma ordem social excludente e hierárquica.

A partir disso, percebemos a centralidade do ideal da família dita tradicional na retórica discursiva da Direita Radical. Assim, a ideologia familista emerge como protagonista do discurso da Direita Radical brasileira em 2018, sendo a defesa de um modelo específico de família o núcleo que articulou sua plataforma moral e política, a qual se construiu, em grande medida, sobre a regulação e o cerceamento dos direitos sexuais e reprodutivos.

A ideologia familista ou familismo (Mioto *et al.*, 2018; Corrêa; Prado, 2024) diz respeito à insistência na colocação da família dita tradicional no papel de protagonista nas pautas políticas e nos sistemas de proteção social, com o intuito de sustentar que “as unidades familiares devem assumir a principal responsabilidade pelo bem-estar de seus membros” (Mioto *et al.*, 2018). A conexão entre o chamado familismo e a luta contra a ideologia de gênero é central nesse processo, na medida em que posiciona a família como um ator central a ser cuidado e protegido pelo governo. Aqui, é essencial destacar que a família referenciada nesses contextos faz alusão ao modelo de família patriarcal cis-heteronormativo, no qual os papéis de gênero são desempenhados de modo a reforçar as normas excludentes da estrutura patriarcal. A noção de ideologia familista contribui para o entendimento de como a colocação discursiva dos direitos sexuais e reprodutivos, enquanto ameaça aos interesses da Direita Radical, mobiliza o constrangimento de políticas que visam tratar das mais diversas faces da equidade de gênero e de demandas relacionadas ao tema, inclusive os próprios direitos sexuais e reprodutivos, como será demonstrado adiante.

Colocada a centralidade da família na consolidação da Direita Radical, mobilizamos o que Amaral (2023) disserta acerca da centralidade do termo como ferramenta para construir uma identidade nacional específica e justificar suas políticas antigênero. Assim, a autora estabelece que, nesse discurso, a família é vista como a base da nação em um duplo aspecto: biológico, como unidade reprodutora, e moral, como guardiã dos valores sociais. Consequentemente, qualquer ameaça à família é imediatamente traduzida como uma ameaça à própria ideia de nação (*Ibid.*).

Dessa forma, o conceito é passível de instrumentalização por meio da referência a outros conceitos — como “tradição”, “Deus”, “pátria” e “contra a

ideologia de gênero” (Amaral, 2023). Nesse sentido, assim como argumentado no capítulo anterior acerca da construção da ameaça da ideologia de gênero, a família torna-se um termo-chave que é flexível e carregado de emoção, fazendo com que esses atores o preencham com o conteúdo que desejarem para unir diferentes grupos sob uma mesma bandeira (*Ibid.*). Portanto, desde que foram mobilizados nas conferências nos anos 1990, os direitos sexuais e reprodutivos são entendidos aqui como a canalização de movimentações que são executadas com o pretexto de ameaça à construção desse modelo de família.

Assim, uma das maneiras mais visíveis de retaliação ao gênero nos discursos da Direita Radical aparece na defesa de tradições morais em que a família tradicional é dada como algo a ser protegido, pois a desnaturalização dos papéis sexuais que a igualdade de gênero trouxe estaria imbricada em um suposto declínio da ordem moral (Biroli, 2020). Nota-se, portanto, que o discurso de “proteção da infância” e “fortalecimento familiar”, mobilizado pela Direita Radical brasileira, não está limitado a uma mera retórica conservadora. Trata-se de uma racionalidade neoconservadora predatória, traduzida em projeto político-ideológico ativo, que não apenas combate conquistas progressistas, mas também produz sentidos e realidades sociais baseados no pânico moral, com efeitos políticos concretos (Corrêa; Prado, 2024).

Ademais, a correlação entre a necessidade de proteção da família e seu apelo moral também é abordada por Wendy Brown (2021), que remonta como a família tem um papel essencial na liberdade autoritária de alguns governos do século XXI. Assim, ela destaca:

O procedimento democrático e a legitimidade são também deslocados pelos valores da família e do mercado: não é a negociação, a deliberação ou mesmo o império da lei, mas sim o *ditame* é a base da autoridade familiar, e a força é a maneira como se defende legitimamente contra os invasores externos. Assegurar uma vasta extensão do privado e da liberdade desregulados, inaugura assim novos espaços e a valorização do policiamento, da autoridade e da securitização, cuja necessidade foi intensificada pelas energias sociais desinibidas (Brown, 2021, p. 117).

Agora, é necessário destacar a centralidade do gênero e da sexualidade no processo de consolidação da Direita Radical no contexto brasileiro. A partir da retomada histórica dos ataques às pautas feministas e LGBTQIAPN+, é possível

observar que, sobretudo a partir da segunda década dos anos 2000, atores conservadores passaram a colocar a oposição ao conceito de gênero no centro das plataformas dos movimentos conservadores, fazendo com que o gênero se tornasse um eixo central do debate político desses grupos (Drummond; Sandrín, 2024).

A compreensão da ascensão da Direita Radical por meio de uma análise feminista revela chaves de discussão relevantes, pois esses atores se alimentam de construções sociais de gênero, reforçando desigualdades estruturais e instrumentalizando corpos e sexualidades dentro do projeto neoliberal (Dietze; Roth, 2020). Ou seja, esses atores não manejam o gênero apenas como um tema a ser debatido ou questionado, mas sim como uma ferramenta base para discussões sobre preservação da família e políticas anti-imigração, quando se referem a atuações da Direita Radical na Europa e nos Estados Unidos, por exemplo.

Para além disso, a retaliação ao gênero pela direita radical, dentro do contexto latino-americano, revela que:

De fato, os desafios levantados por esses grupos têm consequências políticas abertas, uma vez que buscam deslegitimar um fundamento básico das políticas nacionais e internacionais desde a década de 1990: a de que gênero é uma constelação socialmente construída de estruturas e significados que criam hierarquias e desigualdades de poder. (Biroli; Caminotti, 2020, p. 2, tradução nossa).

Sendo assim, a relação entre a Direita Radical e o gênero tem sido analisada por Dietze e Roth (2020), que discutem como a categoria de gênero, além de crucial para entender a ascensão da Direita Radical no mundo, é indispensável para analisar os conteúdos e objetivos da mobilização neoconservadora, entendendo sua retórica dentro da construção de uma ferramenta de coalizão. Nesse sentido, argumenta-se que é um desafio imaginar a consolidação desses atores em diversas faces da política e da sociedade brasileiras sem a mobilização do gênero por eles.

Essa correlação se revela a partir do momento em que a oposição ao gênero pela Direita Radical está presente em muitas dimensões da atuação política desses atores, fazendo com que essa movimentação seja bem-sucedida em consolidar discursivamente o gênero e tudo o que se relaciona com esse termo enquanto uma ameaça. Nesse sentido, Graff e Korolczuk (2022) demonstram que a oposição ao

gênero pelos conservadores existe em duas dimensões principais, sendo elas a dimensão conceitual e a dimensão teórica/ideológica.

No que tange à dimensão conceitual, segundo os autores, é possível trazer para o contexto brasileiro a análise de que o elemento de resgate da chamada “ordem natural” foi a base da chamada “pauta moral” ou “agenda de costumes”, que mobilizou a base eleitoral de Bolsonaro. Como demonstrado ao longo desta seção, a bancada evangélica, um dos pilares de sustentação de Bolsonaro, foi a principal força política a traduzir o dogma cristão em projetos de lei e retórica de governo. A defesa da “família tradicional” era incessantemente evocada como o alicerce natural da sociedade, contra o que chamavam de “ideologia de gênero” ou “kit gay”.

A Direita Radical brasileira também se baseou na dimensão teórica/ideológica para a construção de uma narrativa que colocava o Brasil como uma nação a ser salva das influências marxistas da modernidade. A exemplo disso, Olavo de Carvalho, o guru intelectual do bolsonarismo, foi essencial em popularizar a conspiração que ligava os movimentos feministas e as pautas que defendem como herdeiros e continuadores de um marxismo cultural que visava destruir a moral cristã e a família (Pen, 2022). Assim, essa conspiração foi popularizada entre a direita brasileira, que argumentava que esses pensadores e ativistas queriam destruir a cultura ocidental cristã por dentro.

Nessa narrativa, a campanha eleitoral de Bolsonaro, em 2018, sustentava-se na necessidade de colocar o Brasil, com sua suposta vocação cristã e tradição familiar forte, como um dos últimos redutos capazes de resistir a essa onda global de degeneração. No que tange à dimensão prática, demonstraremos, no último capítulo desta pesquisa, como, durante o governo Bolsonaro, o gênero foi mobilizado discursivamente, com o objetivo de destacar o papel central dos direitos sexuais e reprodutivos nessa movimentação, tendo em mente a centralidade da pauta do aborto e da liberdade sexual e reprodutiva nos discursos desses grupos.

A literatura brasileira que abarca a discussão sobre a centralidade do gênero na consolidação da Direita Radical no Brasil retoma como o termo ideologia de gênero emergiu como estratégia do Vaticano no contexto de colocação dos direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos (Vaggione, 2020), como demonstrado no primeiro capítulo da pesquisa. Além disso, o autor apresenta as

apropriações e usos da luta contra a ideologia de gênero na América Latina como parte imprescindível do movimento neoconservador na região, argumentando como

luta contra a ideologia de gênero tornou-se uma das facetas mais visíveis da politização moral conservadora e, por meio de sua observação, diferentes seções da articulação entre o conservadorismo religioso e a política contemporânea podem ser compreendidas. (Vaggione, 2022, p. 1, tradução nossa<sup>22</sup>).

A utilização discursiva da ideologia de gênero como pilar fundamental do movimento neoconservador na América Latina ocorre, segundo o autor, primeiramente, a partir da instrumentalização de um “regime de verificação” que opõe uma suposta verdade científica e natural à falsidade ideológica dos movimentos feministas e LGBTQIAPN+. Ao promover narrativas que apresentam a ciência (muitas vezes produzida por instituições confessionais) como guardiã de uma moral objetiva baseada na biologia, o discurso neoconservador busca despolitizar o debate e cristianizar a ordem jurídica e social. Essa construção opera uma dicotomia estratégica: de um lado, a natureza e a verdade; de outro, a ideologia e a distorção (*Ibid.*).

Em seguida, os atores neoconservadores mobilizam uma “política do medo” que enquadra as liberdades religiosas, de consciência e dos pais como valores sob ameaça. A defesa dessas liberdades é articulada para obstruir direitos sexuais e reprodutivos, seja por meio da objeção de consciência de profissionais da saúde, seja reforçando um paradigma adultocêntrico na família. Dessa forma, a retórica da liberdade é convertida em ferramenta para limitar direitos e manter hierarquias sociais tradicionais (Vaggione, 2022).

Por fim, o autor conclui que a efetividade dessa luta, contudo, deve-se à sua crescente partidização, que a transforma em plataforma política eleitoral. Como destaca Vaggione (2022), partidos de direita tradicional, partidos confessionais (especialmente evangélicos) e agremiações de causa única passaram a incorporar sistematicamente o combate à “ideologia de gênero” em seus programas, capitalizando o desencanto popular com a democracia e apresentando-se como defensores de valores morais inalteráveis, como visto ao longo deste capítulo. Esse

---

<sup>22</sup> No original: La lucha contra la *ideología de género* se consolidó como una de las facetas más visibles de la politización moral conservadora y a través de su observación pueden comprenderse distintos tramos de la articulación entre el conservadurismo religioso y la política contemporánea

processo transcende a sociedade civil e ingressa na arena estatal, onde se materializa em propostas legislativas que buscam proibir termos como gênero ou identidade de gênero em políticas públicas e materiais educacionais, visando à forclusão do gênero do espaço público. Desse modo, a utilização do conceito revela a sofisticação do neoconservadorismo latino-americano, que articula atores religiosos e seculares em uma frente ampla, cujo objetivo último é reconfigurar o Estado e a sociedade mediante a imposição de uma ordem moral cristã e a neutralização de qualquer agenda emancipatória ligada ao gênero e à sexualidade (*Ibid.*).

Ademais, Castro e Morais (2025) dissertam sobre a produção e reprodução da ordem conservadora patriarcal no discurso político da Direita Radical no Brasil. Os autores argumentam — por meio de um debate sobre memória, mito e imaginários históricos do corpo feminino no Brasil — que a reprodução dessa ordem conservadora e patriarcal é baseada na necessidade de controle das questões reprodutivas das mulheres, fazendo com que haja a mobilização de questões acerca da reprodução na atualização do discurso neoliberal sobre seus pressupostos acerca da função da reprodução da mulher na sociedade. Dessa forma, percebe-se o papel central da mobilização de temas como a reprodução e a sexualidade na consolidação da Direita Radical brasileira, uma vez que esses temas estão intrinsecamente ligados à perpetuação dos discursos morais cristãos que orientam a percepção desses atores sobre essas temáticas.

Aqui, argumenta-se que, por mais que temas acerca do direito ao aborto e das liberdades reprodutivas sejam basilares para o exercício pleno dos direitos humanos — como pensado nas conferências da década de 1990 —, para esses atores, esses temas representam a perda do controle sobre as questões reprodutivas das mulheres. Nesse sentido, Castro e Morais (2025) partem desse pressuposto para argumentar que o patriarcado e suas estruturas se consolidaram a partir do controle da reprodução feminina e destacam a continuidade que a Direita Radical brasileira deu a esse processo.

A Direita Radical brasileira, ainda antes da eleição presidencial de Jair Bolsonaro, em 2018, manejava o controle reprodutivo a partir da fusão discursiva entre a imagem cristã da mulher submissa e inferior à figura masculina (Castro; Morais, 2025). Assim, os autores argumentam que esses atores (re)produzem uma percepção da reprodução feminina baseada na religião — em que, na tradição cristã, é aludida a Eva, introduzindo a ideia da mulher como tentadora, pecaminosa e fonte

de erro — e na redução do papel social da mulher à sua capacidade reprodutiva, tomada como destino natural. Com isso, os atores da Direita Radical, nesse momento, são eficientes em atualizar essas percepções ao realizar a junção do discurso neoliberal ao religioso e argumentar que a mulher detentora de sua liberdade reprodutiva representa um empecilho para a produtividade, fazendo referência a temas como a lei de licença-maternidade enquanto problemática para a rentabilidade, por exemplo.

Para além disso, ao analisarem comportamentos de Jair Bolsonaro enquanto deputado federal, os autores argumentam que, no discurso de Bolsonaro, a palavra “mulher” não existe sozinha, sendo sempre associada a outras ideias que a definem de forma negativa em comparação com o homem, sendo definida não pelo que é, mas pelo que lhe falta em relação ao masculino, que é tomado como padrão universal (Castro; Morais, 2025). Dessa forma, é interessante reiterar que, uma vez no poder, a Direita Radical no Brasil efetiva sua agenda antigênero a partir dos direitos em torno da reprodução, como o direito ao aborto, por exemplo. Nesse sentido, Sanders (2018) chama atenção para os impactos diretos da atuação neoconservadora na manutenção da agenda internacional dos direitos das mulheres, destacando a necessidade de atenção à oposição à manutenção dessa agenda para que direitos já estabelecidos não retrocedam:

Os desafios à agenda internacional dos direitos das mulheres na ONU são importantes porque as normas internacionais, expressas em tratados formais, mas também por meio de declarações de direito não vinculante, documentos finais de conferências, programas de ação e declarações diplomáticas, são relevantes. [...] Embora as críticas ao universalismo dos direitos humanos possam ser legítimas, elas também podem ser mobilizadas em apoio à sabotagem das normas. Não há nada de inevitável na vitória dos direitos humanos na política global. É necessária maior atenção à dinâmica da oposição para proteger as conquistas progressistas. (Sanders, 2018, p. 291, tradução nossa<sup>23</sup>)

---

<sup>23</sup> No original: Challenges to the international women’s rights agenda at the UN matter because international norms, expressed in formal treaties but also through soft law declarations, conference outcome documents, programmes of action and diplomatic statements matter. [...] While critiques of human rights universalism may be legitimate, they may also be mobilized in support of norm spoiling. There is nothing inevitable about the victory of human rights in global politics. Greater attention to the dynamics of opposition is required to protect progressive gains.

A partir disso, é evidente a correlação entre o manejo dos direitos sexuais e reprodutivos e a agenda antigênero no projeto político de consolidação da Direita Radical brasileira.

### **3.4 O Governo Bolsonaro e o discurso antigênero: uma análise generificada da estrutura político-institucional**

Até o momento, destacamos como a Direita Radical brasileira se consolidou a partir da sua relação com o neopentecostalismo e como esses atores, alinhados com outros setores conservadores, foram capazes de estruturar manobras discursivas com o objetivo de colocar os direitos sexuais e reprodutivos na gama de ameaças da inventada ideologia de gênero. Assim, mostramos o quanto essa movimentação foi essencial para a guinada da popularidade de Bolsonaro e seus aliados antes e durante as eleições presidenciais de 2018. Tendo isso em mente, torna-se relevante compreender as mobilizações políticas em torno dos direitos sexuais e reprodutivos a partir de 2018, ano da campanha eleitoral, para que seja possível analisar como o discurso antigênero operou na legitimação não apenas de políticas, mas também de outros discursos que contribuíram para a manutenção dos atores neoconservadores no poder.

As eleições presidenciais de 2018 foram marcadas pelo protagonismo das notícias falsas na campanha da Direita Radical, que tinha Jair Bolsonaro como candidato a presidente. Segundo Maranhão Filho *et al.* (2018), houve um resgate discursivo de termos inventados, como “kit gay” e “ideologia de gênero”, que foram consolidados no debate público. Um episódio relatado pela revista *Veja*, dois dias antes do segundo turno das eleições presidenciais de 2018, ilustra, conforme os autores, como a desinformação serviu como pilar estratégico para a construção de uma hegemonia política conservadora (*Ibid.*). Na ocasião, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou a remoção de fake news divulgadas pelo então candidato Jair Bolsonaro sobre o chamado “kit gay”. Para os autores, essa determinação não representou apenas um caso isolado de mentira eleitoral, mas sim um componente discursivo operacional fundamental na disputa política daquele contexto (Maranhão Filho *et al.*, 2018).

Na ocasião, Bolsonaro associou, de maneira fraudulenta, o livro *Aparelho Sexual e Cia.*, publicado pela editora Companhia das Letras, ao projeto “Escola

Sem Homofobia”, o qual, por sua vez, é um programa que sequer foi executado pelo Ministério da Educação (MEC), como abordamos no capítulo anterior. Ao fazer essa vinculação falsa e repeti-la sistematicamente por mais de dois anos, inclusive em rede nacional de televisão, a campanha não buscava apenas desinformar, mas sim cristalizar uma racionalidade antigênero. A narrativa, centrada na falsa distribuição de um material que “estimularia a pedofilia”, foi minuciosamente arquitetada para gerar pânico moral e apresentar a discussão sobre gênero e sexualidade nas escolas como uma ameaça corruptora à infância e à família.

Assim, conforme elucidado por Maranhão Filho et al. (2018), esse caso demonstra que as fake news não foram apenas intencionais, mas também ferramentas estratégicas centrais de um projeto político. Elas funcionaram como mecanismo narrativo para popularizar e legitimar um discurso antigênero, transformando-o de um nicho ideológico em uma bandeira eleitoral massiva e emocionalmente carregada. Os autores argumentam que a insistência na mentira, mesmo após desmentidos oficiais do MEC e decisões judiciais, revela o propósito desses atores de consolidar, no imaginário público, uma visão de mundo na qual qualquer política educacional relacionada a gênero é, por definição, perversa e deve ser combatida. Portanto, a desinformação sobre o “kit gay” foi um elemento constitutivo da estratégia que buscou e conseguiu consolidar uma nova racionalidade política no Brasil, ancorada no antifeminismo e na oposição aos direitos LGBTQIAPN+.

Segundo Guazina et al. (2021), a cobertura jornalística das falas antigênero de Jair Bolsonaro durante o pleito de 2018 revela uma dinâmica crítica. Ao priorizar critérios de noticiabilidade — como escândalo e polêmica —, a mídia tradicional não apenas noticiou, mas também funcionou como vetor de amplificação e legitimação dessa agenda. As autoras sustentam que, nesse processo, inverteu-se a lógica tradicional de circulação da informação: não é mais a imprensa que protagoniza a disseminação, mas as próprias publicações do político em redes sociais, como o antigo Twitter, hoje X, que passam a ser incorporadas e repercutidas pela cobertura jornalística, reforçando, assim, sua visibilidade e enquadramento público.

Assim, a partir de uma análise de conteúdo, as autoras argumentam que a cobertura jornalística da *Folha de S. Paulo* e do *Estado de S. Paulo* desempenhou

um papel fundamental na normalização e consolidação da agenda antigênero de Bolsonaro, atuando como caixa de ressonância desses discursos excludentes. Os dados apontam para uma cobertura predominantemente reprodutiva e acrítica, evidenciando que a ampla maioria dos textos (76,6%) reproduziu diretamente o pensamento ou a fala do político, sendo que 72,5% deles tiveram origem em uma declaração ou ação decorrente dela. Ademais, o artigo mostra que, em 34,9% dos casos, não houve qualquer contraponto ao discurso que foi noticiado, e essa prática jornalística — marcada pelo uso frequente de aspas — acabou por operacionalizar a racionalidade antigênero do próprio Bolsonaro. Ao priorizar a fala polêmica como evento noticioso em si, sem submetê-la a um crivo interpretativo ou à devida contextualização, a mídia abdicou de seu papel clássico de noticiar, baseando-se em algum tipo de análise ou demonstrando contrapontos, normalizando enunciados que rompiam com os padrões democráticos esperados de um representante eleito (Guazina *et al.*, 2021).

Além disso, Guazina *et al.* (2021) destacam que os jornais foram um vetor essencial para converter um deputado federal de baixo perfil nacional em uma figura pública conhecida, já que muitas de suas falas mais agressivas, anteriores ao contexto de 2018, proferidas no plenário da Câmara e com audiência restrita, ganharam circulação massiva por meio da imprensa. No entanto, essa amplificação não foi acompanhada por profundidade analítica: 69,8% dos textos trataram a temática de gênero de forma superficial, contra apenas 13,8% que a aprofundaram. As matérias, curtas e objetivas, falharam sistematicamente em desmontar falsificações (como a associação entre homoafetividade e “doença” ou a acusação infundada da “ideologia de gênero” nas escolas) e em oferecer perspectivas qualificadas divergentes. Dessa forma, o jornalismo estrategicamente estendeu o alcance do discurso bolsonarista para além de seu nicho eleitoral original, inserindo-o no debate público *mainstream* sem as devidas salvaguardas críticas (*Ibid.*).

Por fim, as autoras concluem que, ao conceder espaço constante e não crítico às polêmicas de Bolsonaro, mesmo quando seus conteúdos atacavam direitos fundamentais, os jornais legitimaram seus pontos de vista extremistas ao inseri-los na esfera de controvérsias legítimas, uma espécie de normalização do que era dito, por mais controverso e ofensivo que seja (Guazina *et al.*, 2021). Essa normalização midiática, somada à participação frequente de Bolsonaro em programas de

entretenimento televisivo (foram 33 aparições entre 2010 e 2018), construiu uma presença pública nacional para o político antes mesmo da explosão das redes sociais nas campanhas presidenciais em 2018. Portanto, as autoras concluem que a postura editorial desses veículos, posteriormente contrária ao governo Bolsonaro, não apaga o fato de que, nos anos que antecederam o ano eleitoral de 2018 e no próprio ano de 2018, esses veículos foram amplificadores de sua agenda populista antigênero, permitindo que ataques a direitos relacionados ao gênero, incluindo os direitos sexuais e reprodutivos, fossem tratados como mera controvérsia política e, assim, pavimentando sua trajetória até a Presidência.

A partir dos dados expostos anteriormente, é possível inferir que, para além dos discursos disseminados nas redes sociais dos atores ligados à Direita Radical e de esforços nos âmbitos político e institucional, a racionalidade antigênero foi construída e consolidada somada aos esforços da mídia na maneira como a veiculação de notícias acerca do gênero era executada. Nesse contexto, mesmo veículos de imprensa bem consolidados e confiáveis não abordaram criticamente a postura de Bolsonaro quando as temáticas de gênero eram abordadas, contribuindo para a construção da legitimidade desses discursos.

Nesse sentido, a presente pesquisa reitera o papel central dos direitos sexuais e reprodutivos na consolidação dessa estrutura discursiva antigênero. Como demonstrado ao longo deste estudo, a obsessão da Direita Radical com as temáticas que giram em torno da sexualidade materializou-se precisamente a partir do surgimento e consolidação dos direitos sexuais e reprodutivos como pauta política legítima, como aborda a análise histórica ao longo do capítulo 1: desde as primeiras menções aos DSR no âmbito internacional, particularmente nas conferências do Cairo (1994) e de Pequim (1995), uma contraofensiva discursiva foi articulada por coalizões conservadoras (Buss; Herman, 2003). Dessa forma, a formulação de direitos que visavam à autonomia sobre o corpo, à contracepção e à interrupção da gravidez foi imediatamente interpretada por atores conservadores, em especial o Vaticano, coalizões cristãs e outros atores conservadores alinhados com governos extremistas, não como expansão de liberdades individuais, mas como uma ameaça existencial à “família natural”, à maternidade e à ordem moral tradicional.

O momento fundacional em que a emancipação sexual e reprodutiva começou a ser enquadrada discursivamente como um problema conecta-se ao início do Governo Bolsonaro a partir da seguinte lógica: a estrutura discursiva antigênero,

consolidada no Brasil, foi construída como reação aos direitos sexuais e reprodutivos a partir de avanços nos âmbitos internacional e doméstico. Assim, o discurso antigênero atua simultaneamente no ataque aos DSR já conquistados, bem como a outras políticas sobre o ordenamento do gênero e da sexualidade, como as pautas LGBTQIAPN+. Essa relação se estabelece a partir do momento em que o avanço dos DSR foi capaz de gerar reações conservadoras que articularam retóricas antigênero por meio do pânico moral. Tais reações, portanto, ao serem legitimadas no campo político-institucional, tornam-se terreno fértil para a consolidação de políticas antigênero que visam não apenas retroceder as conquistas dos DSR, mas também minar pautas que mencionem direitos de gênero e sexualidades não normativas.

Esses direitos foram apresentados como uma ameaça concreta, um argumento que serviu para unificar diferentes setores conservadores, permitir a conquista de espaços institucionais e, por fim, viabilizar a implementação de uma agenda política específica, o que nos leva a argumentar que não existe uma racionalidade e uma intencionalidade no uso de retóricas como a da “ideologia de gênero”, por exemplo. Por outro lado, os DSR, assim, funcionaram simultaneamente como motor de uma racionalidade antigênero, demonstrando que a disputa pelo controle do corpo, da sexualidade e da reprodução permanece no cerne dos projetos autoritários e neoconservadores

É fundamental, portanto, compreender como essa racionalidade antigênero foi construída e articulada no Governo Bolsonaro de maneira institucional e política. Para isso, abordaremos as condutas desse governo nos âmbitos doméstico e internacional, para que seja possível compreender o papel dos direitos sexuais e reprodutivos na consolidação da estrutura discursiva antigênero articulada por esse governo. A análise da estrutura discursiva antigênero exige uma leitura que articule, de forma indissociável, os âmbitos doméstico e internacional, pois foi na interface entre essas duas esferas que ela se constituiu como um fenômeno político eficaz. O caso brasileiro demonstra que essa estrutura não é um produto puramente nacional, mas o resultado de um processo de tradução e (re)contextualização de uma narrativa transnacional, no qual os direitos sexuais e reprodutivos são elemento central nesse processo.

Dessa forma, isolar a análise apenas ao contexto nacional levaria a uma compreensão incompleta, desprezando a origem e a circulação transnacional do

próprio arcabouço discursivo. Ignorar a dimensão doméstica, por outro lado, obscureceria os mecanismos específicos de adaptação, os atores locais envolvidos e os conflitos políticos concretos que deram potência social à narrativa. A estrutura discursiva antigênero se consolida precisamente na ponte entre essas duas dimensões: ela é alimentada por uma gramática global, mas adquire força mobilizadora ao ser aplicada a disputas nacionais específicas, nas quais os DSR funcionam como o elo material que conecta o abstrato (“ideologia de gênero”, como abordado no capítulo 1) ao concreto (uma cartilha escolar, uma lei, uma política de saúde, como mencionado no capítulo 2). Portanto, compreender a centralidade dos DSR nesse processo exige um olhar que transborde a fronteira entre o doméstico e o internacional, revelando como um é constitutivo do outro na formação do projeto político antigênero.

Na tentativa de entender essa complexidade, iniciaremos a análise do governo Bolsonaro a partir da escolha de ministros e outros atores-chave no aparato institucional doméstico, para que depois seja possível entender como os direitos sexuais e reprodutivos despontam na condução da política externa desse governo.

### **3.4.1 Estrutura institucional antigênero e a política doméstica antigênero do Governo Bolsonaro**

Selis, Mateo e Souza (2025), ao argumentarem que, a partir dos dados sobre as intenções de voto durante a corrida presidencial em 2018 (69% dos evangélicos apoiavam Bolsonaro), é possível inferir que sua candidatura recebeu um suporte massivo de inúmeras denominações evangélicas que foram articuladas a partir da retórica ideológica do nacionalismo religioso e da defesa do Brasil cristão. Nesse sentido, o presente estudo abarca a argumentação das autoras ao afirmarem que esse governo foi, portanto, caracterizado pela consolidação de uma agenda conservadora religiosa (Selis; Mateo; Souza, 2025).

Líder do Poder Executivo, Jair Messias Bolsonaro teve sua trajetória política distante da figura de um homem de fé tradicional, mas sim a de um político que calculadamente forjou uma persona piedosa para ressoar com uma das forças políticas mais dinâmicas do Brasil do século XXI: a comunidade evangélica (Barbosa; Casarões, 2022). Assim, como demonstra o caso da candidatura fracassada do pastor Everaldo em 2014, Bolsonaro manteve sua identidade católica

pública para não alienar o eleitorado conservador católico, frequentando missas e formando alianças com grupos tradicionais da Igreja. Ao mesmo tempo, cultivava sua imagem de “cristão genérico”, batizado no rio Jordão, um símbolo poderoso para os evangélicos (*Ibid.*).

Tendo isso em mente, a agenda conservadora religiosa testemunhada ao longo do Governo Bolsonaro se deu nas frentes do Executivo e do Judiciário. No que tange à ala executiva de Bolsonaro, essa implementação se deu, em primeiro lugar, por meio da ocupação sistemática de postos-chave da máquina estatal por figuras ligadas a igrejas evangélicas, como pastores e indivíduos identificados com essa agenda. Assumiram o comando de ministérios fundamentais para as políticas sociais e de direitos, como o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (Mariano, 2022). A nomeação da pastora Damares Alves para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) tornou-se o símbolo mais visível dessa política: pastora da igreja Bola de Neve e ex-assessora parlamentar da Frente Parlamentar Evangélica, Damares Alves dirigiu uma pasta essencial para a temática de gênero, a partir da qual promoveu uma agenda declaradamente antigênero e “pró-família”.

Além do MMFDH, a gestão de Bolsonaro incluiu em sua pasta o pastor Milton Ribeiro no Ministério da Educação (MEC), nomeado sob indicação de líderes religiosos, e, no Ministério da Justiça, após a exoneração de Sérgio Moro, Bolsonaro nomeou o pastor André Mendonça como Ministro da Justiça e Segurança Pública e, posteriormente, o indicou para o Supremo Tribunal Federal (STF). Mendonça era conhecido por sua atuação como advogado da Associação Nacional dos Juristas Evangélicos (ANAJURE). Ademais, pastas centrais como a Casa Civil e a Advocacia-Geral da União foram ocupadas por figuras ligadas à Direita Radical evangélica, como o general Luiz Eduardo Ramos. Essa gestão, que incluía também o general Braga Netto, combinou militarização e influência religiosa na administração federal.

Essa influência não se limitou aos ministérios, uma vez que a Associação Nacional dos Juristas Evangélicos (ANAJURE), sob a liderança de seu fundador e então presidente, Dr. Uziel Santana, também atuou como um ator decisivo, sendo formalmente consultada para sabatar e selecionar nomes para cargos em ministérios e na Defensoria Pública da União. Essa entidade funcionou como um

canal orgânico de ligação entre o pastorado e o Estado, profissionalizando a influência religiosa sobre a máquina pública (Mariano, 2022).

Assim, a agenda antigênero foi executada por agentes concretos: pastores como Damares Alves e Milton Ribeiro, juristas evangélicos organizados na ANAJURE e figuras públicas que atuavam como ponte com essa base. A fusão entre autoridade pastoral e autoridade estatal tornou-se uma marca distintiva da gestão, com o Palácio do Planalto sendo frequentado por pastores e a agenda presidencial sendo permeada por compromissos religiosos, materializando a instrumentalização do Executivo para um projeto político-ideológico conservador, respaldado na moral cristã.

No âmbito do Poder Judiciário, Mariano (2022) argumenta que este sofreu uma influência direta e ofensiva do conservadorismo evangélico durante o governo Bolsonaro, manifestada por uma estratégia de pressão, deslegitimação e ocupação institucional. Essa influência se deu, em primeiro lugar, por meio de ataques sistemáticos e manifestações golpistas promovidos por integrantes do governo e apoiadores, com participação de setores evangélicos, contra o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Cumprindo uma promessa de nomear um candidato “terrivelmente evangélico”, o presidente Bolsonaro indicou o pastor André Mendonça para o STF. Mendonça não era apenas um evangélico praticante, mas um agente político que havia servido ao lobby evangélico como Ministro da Justiça e da Advocacia-Geral da União (AGU), sendo reconhecidamente submisso ao governo ao se posicionar a favor da retirada de igrejas e cultos das restrições sanitárias da pandemia de COVID-19, em 2020, em concordância com pastores e pela defesa da liberdade religiosa. Sua posse, em dezembro de 2021, materializou a infiltração do projeto conservador-religioso no núcleo do sistema de Justiça (Ibid.).

A partir disso, Barbosa e Casarões (2022) reiteram que:

Os evangélicos, [...] consideraram Bolsonaro não apenas como uma oportunidade para promover agendas específicas, mas também como o reconhecimento de sua maturidade social e política. Eles se dedicaram diligentemente a assumir cargos no governo. Ao contrário de outras administrações, que deram espaço para que políticos evangélicos conquistassem apoio legislativo, a rejeição de Bolsonaro à política partidária e às coligações partidárias o levou a nomear diversos ministros e

funcionários públicos por motivos religiosos (Barbosa; Casarões, 2022, p. 688, tradução nossa<sup>24</sup>).

Ao argumentarem sobre a manobra política da camada evangélica junto à Direita Radical a partir do governo Bolsonaro, os autores chamam atenção para a importância da análise a partir da lente de gênero, uma vez que esta gestão

têm buscado influenciar o Estado para alterar leis e políticas sobre temas como aborto, direitos LGBTQIAPN+, abstinência sexual e “ideologia de gênero”. Seu objetivo é aumentar o controle religioso sobre os corpos, particularmente os femininos. (Barbosa; Casarões, 2022, p. 689, tradução nossa).

Nesse sentido, a análise empreendida no último momento da dissertação dará destaque para a influência de Damares Alves e para seus discursos antigênero, que foram protagonistas da metamorfose do MMFDH, segundo Mariano (2022). Assim, no cerne dessa atuação, os direitos sexuais e reprodutivos foram alvo direto e reiterado, conforme evidenciam ações concretas como a aprovação da Lei nº 13.798/2019, que instituiu a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência. Embora essa legislação pudesse ter sido utilizada como um instrumento voltado para a promoção da saúde sexual e reprodutiva, pois tinha “o objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência” (Brasil, 2019, online), isso não se concretizou. Conforme demonstra Silva (2023), essa expectativa se mostra contraditória quando confrontada com a prática da gestão, especialmente sob a liderança da ministra Damares Alves, uma vez que, embora a lei tenha sido sancionada nos primeiros dias do governo, sua implementação foi marcada por negligência e, posteriormente, pela distorção de seu propósito original.

Assim, a realização da Semana, em 2020, revelou o verdadeiro alinhamento do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) com uma agenda neoconservadora. Sob a liderança de Damares Alves, a campanha oficial abandonou uma abordagem baseada em direitos e evidências científicas para

---

<sup>24</sup> No original: Evangelicals, [...] have regarded Bolsonaro not only as an opportunity to advance specific agendas, but also as the recognition of their social and political coming of age. They have diligently dedicated themselves to taking over government positions. Unlike other administrations, which have given room to Evangelical politicians to secure legislative support, Bolsonaro’s rejection of party politics and partisan coalitions have led him to nominate several ministers and public officials on religious grounds.

promover a abstinência sexual como método principal de prevenção. Essa postura é criticada por ser ineficaz e potencialmente prejudicial, pois priva adolescentes de informações essenciais, aumentando os riscos de gravidez não planejada e infecções sexualmente transmissíveis, além de negligenciar a realidade da violência sexual como causa de gestações (Biernath, 2021 apud Silva, 2023). Tal postura contribuiu para o esvaziamento de políticas públicas de direitos sexuais e reprodutivos a partir da promoção da abstinência, que não representou um apoio genuíno à lei, mas uma tentativa de substituir a educação sexual integral por uma doutrina moral, alinhando a ação estatal aos preceitos religiosos ultraconservadores que caracterizaram a agenda antigênero do governo.

Para além da atuação de Damares no MMFDH, Medeiros e Araújo Júnior (2024) denunciam a contribuição da Direita Radical no desmantelamento de políticas de saúde da mulher com o ataque aos direitos sexuais e reprodutivos. Os autores denunciam o apoio do então conselheiro do Conselho Federal de Medicina (CFM) e secretário de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde, Raphael Câmara, ao projeto de abstinência como principal método de prevenção da gravidez na adolescência. Ademais, Câmara coadunava com o discurso antiaborto de Damares e do senador Flávio Bolsonaro, como escreveu em uma rede social: “Ministra Damares e senador Flávio Bolsonaro reconhecem publicamente nossa luta contra o aborto” (Martins, 2021, *apud* Medeiros; Araújo Júnior, 2024, p. 8). Como consequência direta do alinhamento político-ideológico do médico, os autores descrevem a sua atuação na relatoria da Resolução n. 296, de 16 de julho de 2019, do Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro (Cremerj), que obriga a notificação dos estupros atendidos por médicos aos órgãos policiais, dificultando o acesso ao aborto legal (*Ibid.*).

Ainda sobre a temática do aborto, o governo federal editou a Portaria nº 2.561, em setembro de 2020, estabelecendo regras extremamente burocráticas e invasivas para o acesso ao aborto legal nos casos previstos em lei no Sistema Único de Saúde (SUS). A norma, revogada apenas em 2023, impunha exigências que, segundo os autores, configuravam uma violência institucional. Ela obrigava os profissionais de saúde a notificarem a polícia sobre casos de estupro sem necessariamente obter o consentimento da mulher, bem como a coletar e entregar evidências materiais, como fragmentos do embrião ou do feto, para fins de identificação genética do agressor. Ademais, exigia que fosse oferecida à gestante

a visualização do feto via ultrassom, registrando sua decisão final (Medeiros; Araújo Júnior, 2024).

Para Medeiros e Araujo Junior (2024), tais dispositivos iam além de uma regulamentação administrativa e funcionavam como um mecanismo de obstrução ao direito. A obrigatoriedade de envolvimento policial e a coleta de provas criavam um ambiente hostil e intimidatório, podendo afastar as vítimas dos serviços de saúde por medo de revitimização ou exposição. É válido reiterar que a publicação dessa portaria não foi um ato isolado e ocorreu em meio à intensa polêmica gerada pelo caso de uma menina de dez anos, vítima de estupro, que enfrentou uma peregrinação interestadual e ataques de grupos fundamentalistas para realizar o procedimento legal (Leal, 2020 *apud* Medeiros; Araújo Júnior, 2024). Isso evidencia a conexão direta entre a retórica antigênero do alto escalão do governo e a implementação de barreiras concretas que transformavam a garantia de um direito em um processo traumático e violador.

Alinhadas a essas ações, houve também um esforço discursivo por parte do Governo Bolsonaro em construir o direito ao aborto como uma ameaça. Publicada em 2020, a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031 estabeleceu como diretriz a defesa da vida “desde a concepção” e dos “direitos do nascituro” (Coletta, 2020). Uma matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo* denuncia a orientação dada no item que disserta sobre a efetivação dos direitos humanos fundamentais e cidadania: “promover o direito à vida, desde a concepção até a morte natural, observando os direitos do nascituro, por meio de políticas de paternidade responsável, planejamento familiar e atenção às gestantes” (Coletta, 2020, p. 2). Assim, a reportagem argumenta que os termos “direito à vida desde a concepção” e “direitos do nascituro” são frequentemente utilizados por ativistas que querem restringir as possibilidades previstas em lei para o aborto. Nesse sentido, é possível perceber um esforço por parte do Governo Bolsonaro de dismantelar o debate acerca do aborto.

Nessa conjuntura, Mariano (2022) também denuncia a instrumentalização da máquina estatal contra a saúde pública quando, em 2022, a ministra disponibilizou o Disque 100 – canal oficial de denúncias de violações de direitos humanos – para receber denúncias de suposta discriminação contra pessoas não vacinadas. Ao fazer isso, Damares Alves ressignificou um instrumento crucial de proteção a grupos vulneráveis, transformando-o em uma ferramenta para acolher

demandas de um grupo que optava por não aderir a uma medida coletiva de saúde. Essa manobra concedeu uma aura de legitimidade oficial e um aparato estatal aos movimentos negacionistas e antivacina, tratando-os como “vítimas de discriminação”, em vez de agentes que colocavam a coletividade em risco (*Ibid.*).

Isso se conecta à pauta dos direitos sexuais e reprodutivos, pois ressignifica mecanismos estatais de proteção para servir a uma agenda ideológica específica. Ao converter um canal de defesa de grupos vulneráveis em uma ferramenta para atender demandas de um movimento negacionista, a gestão do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos na época demonstrou a predisposição de redirecionar a máquina pública para causas alinhadas a setores conservadores, em detrimento de políticas baseadas em evidências científicas. O episódio revela, assim, como a estrutura estatal pode ser mobilizada para corroer direitos já consolidados e para obstruir o avanço de agendas fundamentais para a autonomia corporal e a saúde pública.

Portanto, as estratégias implementadas pelo governo Bolsonaro evidenciam que os direitos sexuais e reprodutivos (DSR) não foram um tema periférico, mas o eixo central e operacional da agenda antigênero, que buscou reafirmar o Estado sob uma ordem excludente e normativa patriarcal. Essa agenda materializou-se na ocupação e no aparelhamento das instituições, com a nomeação de figuras como a pastora Damares Alves para o MMFDH e do pastor André Mendonça para o STF, transformando pastas e cortes em instrumentos de guerra cultural. Assim, a ofensiva antigênero constituiu um projeto político orgânico que vai além de uma simples reação conservadora a direitos conquistados.

### **3.4.2 Estrutura institucional antigênero e a política externa antigênero do Governo Bolsonaro**

Tendo em mente o aparato institucional da política doméstica, agora é relevante dissertar sobre a estrutura discursiva antigênero do Governo Bolsonaro, olhando para a condução de sua política externa e destacando o papel dos direitos sexuais e reprodutivos nessa dinâmica. Nesse sentido, é pertinente considerar o argumento de Drumond e Rebelo (2024), que traçam um panorama no qual se evidencia uma abordagem de política externa de mão dupla, articulando práticas de

*norm spoiling* (Sanders, 2018)<sup>25</sup> com o chamado *gender washing* como uma estratégia para consolidar uma imagem internacional conservadora, porém legítima, por meio da adoção seletiva de normas pró-gênero. Essa adoção seletiva consistia, simultaneamente, no ataque e na adoção de algumas normas relacionadas à igualdade de gênero, desde que elas reforçassem distinções biológicas e promovessem valores familiares tradicionais. Dessa forma, preservava-se, por exemplo, a representação simbólica e afetiva das mulheres como mães (Drumond; Rebelo, 2024)

Nesse sentido, as autoras destacam a reorientação da política externa brasileira, agora liderada por uma compreensão da Direita Radical, mas que, historicamente, foi protagonista na defesa de pautas progressistas que abarcavam os direitos LGBTQIAPN+ e das mulheres nos fóruns internacionais. Assim, houve uma reformulação dos discursos de política externa no Governo Bolsonaro, que agora seriam construídos com base na oposição da chamada “ideologia de gênero”. Ademais, a política externa brasileira testemunhou uma presença significativa da retórica moral e conservadora, legitimada pela incorporação dos valores cristãos à condução de sua agenda política (Drumond; Rebelo, 2024). Assim, a retórica religiosa dotou de sentido e coerência a ofensiva contra a igualdade de gênero, integrando-a a uma visão de mundo que buscava redefinir o lugar do Brasil na ordem internacional com base em preceitos morais conservadores.

Tendo isso em mente, Barbosa e Casarões (2022) argumentam que a retórica religiosa, ancorada em um conservadorismo moral que tinha como pilar a defesa da “família tradicional”, foi o elemento catalisador que permitiu um alinhamento estratégico com outros atores e governos autoritários. A nomeação de Ernesto Araújo para o Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi a materialização prática e simbólica dessa visão, uma vez que Araújo não era apenas um diplomata convencional, mas também um ideólogo militante que enxergava a chancelaria como uma trincheira na luta cosmológica que descrevia. Sua gestão foi marcada pelo alinhamento automático com governos que compartilhavam dessa perspectiva “antiglobalista”, mesmo que autoritários, e pelo distanciamento de democracias liberais tradicionais.

---

<sup>25</sup> Definida como o ato de desafiar diretamente as normas existentes com a intenção de enfraquecer sua influência. Isso envolve esforços para deslegitimar padrões de comportamento estabelecidos que são reconhecidos dentro de uma determinada identidade (Sanders, 2018)

Assim como no contexto da criação da ameaça da “ideologia de gênero” a partir da aliança internacional entre conservadores e religiosos, os autores argumentam que a primeira dimensão de cooperação da Direita Radical fundamenta-se na identificação de inimigos comuns, a partir da colocação do “globalismo” e do “marxismo cultural”, que passaram a ser descritos como forças intrinsecamente anticristãs e destruidoras da nação (Barbosa; Casarões, 2022).

Assim, os autores argumentam que essa construção foi explicitada por Ernesto Araújo em seu blog, onde definiu o globalismo como um “sistema anti-humano e anticristão”, cujo objetivo era romper o vínculo entre Deus e a humanidade (Barbosa; Casarões, 2022). Ao traduzir disputas geopolíticas e ideológicas para uma linguagem de guerra espiritual, o governo brasileiro criou uma ponte discursiva poderosa com regimes como os da Hungria, liderada por Viktor Orbán, Polônia e até setores do primeiro governo Trump, que igualmente mobilizavam o cristianismo como legitimador de ações contra uma suposta agenda globalista e progressista (*Ibid.*).

Além disso, Selis e Prado (2021) argumentam, a partir de uma reportagem da *Folha de S. Paulo*, que a chancelaria, sob o comando de Ernesto Araújo, transformou conceitos fundamentais de direitos humanos em campos de batalha ideológica. No contexto, as autoras lembram que a ordem dada aos diplomatas para ressaltarem a “visão do governo brasileiro sobre gênero” em fóruns multilaterais revela uma postura deliberadamente revisionista e de confronto como parte de uma ação ofensiva para deslegitimar consensos internacionais construídos ao longo de décadas, a partir do veto sistemático ao termo “igualdade de gênero” e à “educação sexual” em documentos da ONU e da OEA (*Ibid.*).

Nesse cenário, essa ação tinha o objetivo de apagar uma linguagem de direitos e substituí-la por uma perspectiva restritiva, biologicamente determinista — pautada no dimorfismo sexual — e binária, que nega a complexidade das identidades e reforça hierarquias sociais tradicionais (Selis; Prado, 2021). As autoras também chamam atenção para o alinhamento automático do Brasil com governos notoriamente conservadores e autoritários, como Rússia, Paquistão e Arábia Saudita, a partir da instrumentalização do gênero, que funcionou como um potente vetor de aliança geopolítica alternativa. Ao se colocar como paladino global contra uma suposta “ideologia de gênero”, o Brasil de Araújo buscava ingressar e

liderar um bloco de nações que rejeitam a chamada “agenda progressista” ocidental (Chade, 2019 *apud* Selis; Prado, 2021).

É importante destacar que, para além das ações de Araújo no MRE de Bolsonaro, a então ministra Damares Alves foi elencada para participar do Conselho de Direitos Humanos da ONU e de outras ações internacionais como ministra. Do Monte e Hernandez (2022) argumentam que, no plano internacional, Damares encontrou um terreno ainda mais fértil e menos contestado para promover sua agenda, canalizando as demandas do círculo conservador doméstico para fóruns globais. Seu papel-chave na liderança do Consenso de Genebra, em 2020, é um exemplo desse movimento.

O Consenso de Genebra, lançado em 2020, pautou-se como uma espécie de manifesto político-diplomático que serviu como ferramenta de alinhamento ideológico internacional. Ao copatrocinar a iniciativa ao lado de Estados Unidos (de Trump), Egito, Hungria, Indonésia e Uganda, o Brasil, por meio da figura de Damares, posicionou-se no núcleo de uma coalizão transnacional antiliberal. Essa coalizão unia regimes com características distintas — de autocracias religiosas a democracias iliberais<sup>26</sup> — em torno de um inimigo comum: a agenda progressista de direitos sexuais e reprodutivos, especialmente o direito ao aborto. A omissão deliberada da palavra “direitos” no documento, como apontado por Do Monte e Hernandez (2022), revela o propósito de erodir o consenso internacional em torno dos direitos das mulheres, especialmente os direitos sexuais e reprodutivos, e criar uma contranarrativa baseada em “valores familiares” heteronormativos.

Assim, com a saída dos Estados Unidos do Consenso de Genebra após a eleição de Biden, a assumida liderança brasileira na busca por novos signatários para o Consenso demonstra um esforço ativo em construir uma frente conservadora global pautada na racionalidade antigênero. A diplomacia brasileira, liderada por Damares e pelo Itamaraty ideologizado de Ernesto Araújo, tornou-se agente proativo na mobilização de outros países contra normas internacionais de direitos humanos e, especificamente, contra o direito ao aborto. Essa iniciativa buscava

---

<sup>26</sup> Uma democracia iliberal seria, a partir de Mudde (2019), um regime que mantém uma fachada democrática (eleições regulares), mas subverte sistematicamente os princípios liberais que tradicionalmente sustentam as democracias consolidadas. Ainda, a democracia iliberal promovida pela direita populista radical é uma democracia majoritária étnica, que mantém eleições para legitimar o poder, mas abandona o liberalismo constitucional (proteção de minorias, imprensa livre, justiça independente) em favor de um projeto de poder que privilegia um grupo étnico-cultural dominante. (Do Monte; Hernandez, 2022).

reconfigurar a governança global em matéria de gênero e família, estabelecendo um polo de poder alternativo aos princípios da ONU (Do Monte; Hernandez, 2022).

Ademais, a participação brasileira na III Cúpula Demográfica de Budapeste, em 2019, é relevante para a consolidação da retórica antigênero baseada no discurso antiaborto. Esse encontro internacional, realizado bienalmente em Budapeste, Hungria, ocorre desde 2015, reunindo políticos, líderes religiosos, ativistas e especialistas para debater temas relacionados à demografia, à família, aos valores tradicionais e às políticas públicas para enfrentar o declínio demográfico em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Com a liderança de Damares Alves, a participação do Brasil na terceira edição da Cúpula foi marcada pela pauta antiaborto, como evidenciam trechos do discurso da ministra na ocasião:

[...] Brasil, que hoje é liderada por um incrível líder, um incrível homem, que quer trazer o Brasil para o cenário mundial como um país pró-família, um país próspera. [...] O Governo do presidente Bolsonaro, por sua vez, defende o direito à vida desde a concepção e condena a prática do aborto como método contraceptivo ou de controle de natalidade. (Alves, 2019 *apud* Santos, 2024, p. 49).

Ademais, é importante destacar que a ausência de registros de participação do Brasil nas edições anteriores da Cúpula confere um caráter deliberado à política externa brasileira. Essa mudança é um sintoma claro do realinhamento ideológico da política externa do governo Bolsonaro, que passou a buscar ativamente a proximidade com coalizões internacionais antigênero. Como analisam Drumond e Rebelo (2023), a participação funcionou como um instrumento que projetou internacionalmente o Brasil como um defensor dos valores familiares tradicionais perante uma comunidade transnacional conservadora e, ao mesmo tempo, reforçou seletivamente espaços que legitimavam sua agenda doméstica, em nítido contraste com a tradição diplomática anterior, que promovia os direitos humanos e reprodutivos em fóruns multilaterais consolidados.

A partir disso, a retórica antigênero pautada na retaliação aos direitos sexuais e reprodutivos transbordou para outros organismos internacionais, como apontam Selis e Prado (2021, p. 11):

O engajamento do governo brasileiro nesta pauta também expande para outras organizações internacionais, além da OMS e ONU. Autoridades do governo brasileiro passaram a defender

uma campanha antiaborto liderada por ONGs cristãs. Em outubro de 2020, a própria Ministra Damares Alves divulgou em suas redes sociais mensagens de apoio à ideia de uma “OEA pró-Vida”.

Dessa forma, Marina Santos (2024) destaca que a política externa antigênero deste governo foi enunciada por três principais atores: o próprio ex-presidente Jair Bolsonaro, Ernesto Araújo e Damares Alves. No que tange à atuação de Jair Bolsonaro, a autora elenca os discursos de abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), e aqui destacamos sua participação na 77ª Assembleia Geral da ONU, quando defendeu a pauta antiaborto como basilar para a sociedade brasileira: “Outros valores fundamentais para a sociedade brasileira, com reflexo na pauta dos direitos humanos, são a defesa da família, do direito à vida desde a concepção, à legítima defesa e o repúdio à ideologia de gênero.” (Santos, 2024, p. 43).

A partir disso, é possível identificar que a consolidação da racionalidade antigênero durante o governo Bolsonaro (2019-2022) teve nos direitos sexuais e reprodutivos seu eixo estruturador e operacional na política externa. Conforme analisado, a ofensiva configurou um projeto político orgânico, materializado na ocupação sistemática do aparato estatal por atores vinculados a setores religiosos conservadores e na reorientação da diplomacia brasileira. Essa ofensiva buscou reafirmar uma ordem social excludente e patriarcal, transformando os DSR — especialmente o direito ao aborto e o acesso à educação sexual — no principal alvo discursivo e prático para a construção de uma ameaça, a suposta “ideologia de gênero” (Guazina *et al.*, 2021; Maranhão Filho *et al.*, 2019).

Assim, tais ações revelam uma ruptura profunda com o histórico progressista do país nos fóruns multilaterais, como abordam Selis e Prado (2021). As autoras também chamam atenção para o quanto o radicalismo dos posicionamentos adotados pelo governo Bolsonaro cumpria uma função estratégica dupla: consolidar uma identidade internacional antissistema que ressoava com sua base doméstica e servir como “cola simbólica” para novas alianças internacionais antiglobalistas e ultraconservadoras.

### **3.5 Conclusão**

O presente capítulo teve como principal objetivo compreender como a agenda antigênero se conecta com a ascensão da Direita Radical no contexto brasileiro, destacando como os direitos sexuais e reprodutivos foram mobilizados nesses momentos-chave. Assim, no primeiro momento do capítulo, buscamos argumentar a influência cristã no sucesso da implementação da agenda antigênero na região. Dessa forma, foi possível perceber a correlação entre os atores católicos que cunharam a ideologia de gênero enquanto ameaça e os atores neopentecostais, figuras presentes no período de ascensão da Direita Radical na região.

O segundo momento do capítulo foi essencial para destacar a relevância dos governos petistas no Brasil nos anos 2010 para que, a partir de algumas conquistas nos campos do gênero e da sexualidade, reações conservadoras começassem a despontar na região. É nesse momento que evidenciamos a atuação de Jair Bolsonaro enquanto deputado federal e sua empreitada discursiva contra o que ele chamou e popularizou como “kit gay”, o que, na verdade, dizia respeito a uma cartilha educacional que orientava educadores acerca de temáticas sobre sexualidade, ou seja, um avanço no campo dos direitos reprodutivos. A retirada de menções sobre gênero e sexualidade da cartilha pela então presidenta Dilma Rousseff, por pressão da frente parlamentar evangélica e de suas coalizões na sociedade civil, representou uma das primeiras vitórias que consolidariam esses atores no protagonismo da política brasileira.

Por fim, o último momento do capítulo foi dedicado à argumentação sobre o quanto a obsessão com o gênero e a sexualidade, principalmente a partir de conquistas no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, foi essencial para a consolidação da Direita Radical no contexto brasileiro. Essa argumentação se sustenta a partir do momento em que demonstramos o quanto temáticas acerca da sexualidade e da reprodução são recorrentes nas reações conservadoras desde o começo dos anos 2000, quando a noção de ideologia de gênero começa a se popularizar em nossa região.

A partir disso, a análise da atuação do governo Bolsonaro demonstra que os direitos sexuais e reprodutivos foram o núcleo operacional e estratégico da ofensiva antigênero, servindo tanto como alvo discursivo quanto como instrumento prático para a consolidação de um projeto político neoconservador. Uma vez no poder, essa racionalidade antigênero se materializou estruturalmente por meio do aparelhamento do Estado, com a nomeação de figuras como Damares Alves para

pastas-chave e de André Mendonça para o STF, transformando ministérios e o sistema de Justiça em trincheiras de uma guerra cultural. Na política doméstica, essa agenda se traduziu em ações concretas de desmonte, como a promoção da abstinência sexual, a imposição de barreiras ao aborto legal e a ressignificação de canais de direitos humanos para atacar políticas de saúde pública. Na esfera internacional, o governo realizou um deliberado realinhamento ideológico, abandonando a tradição brasileira de promoção dos direitos humanos para assumir a vanguarda de uma coalizão transnacional antigênero.

#### **4. A consolidação discursiva da agenda antigênero durante o Governo Bolsonaro (2019-2022)**

“Não digas onde acaba o dia.  
Onde começa a noite.  
Não fales palavras vãs.  
As palavras do mundo.  
Não digas onde começa a Terra,  
Onde termina o céu  
Não digas até onde és tu.  
Não digas desde onde és Deus.  
Não fales palavras vãs.” – **Cecília Meireles**

O presente capítulo tem como principal objetivo compreender como os discursos antigênero durante o governo Bolsonaro (2019-2022) foram pautados a partir dos direitos sexuais e reprodutivos, sendo mobilizados principalmente por meio da narrativa antiaborto e de lógicas conservadoras de controle da sexualidade e da reprodução. Neste momento, é válido destacar não somente a política antigênero em âmbito doméstico, mas também evidenciar as alianças transnacionais da direita radical que legitimaram e fortaleceram tais manobras discursivas. Dessa forma, será possível compreender como a racionalidade antigênero, que permanece mesmo após 2022, foi pautada e pensada a partir dos direitos sexuais e reprodutivos, sendo uma das principais manobras discursivas para a manutenção da Direita Radical na política brasileira.

Dessa forma, a partir da reflexão empreendida no marco metodológico desta dissertação (vide introdução) acerca da relevância que os discursos têm na constituição de racionalidades políticas conservadoras e excludentes, argumentaremos o quanto a empreitada antigênero, pautada na racionalidade antiaborto a partir dos direitos sexuais e reprodutivos, vai muito além de uma simples reação conservadora e, sim, corresponde a um projeto de nação alinhado a políticas conservadoras e excludentes, que abrange estratégias políticas e institucionais que minam os direitos de gênero a partir da legitimidade adquirida pela normalização de discursos excludentes.

Com isso, será elaborada a análise de discurso de 11 momentos do governo Bolsonaro, vindos de diversos enunciadores que vão desde o próprio presidente à

época até integrantes de sua pasta. O momento inaugural ocorreu em janeiro de 2019, com o discurso de posse do presidente Jair Bolsonaro, que estabeleceu a proteção da família como pilar fundamental. Imediatamente, essa visão foi resgatada na política externa com a posse do chanceler Ernesto Araújo, que, em seu discurso, já atacou a “ideologia de gênero” e se posicionou contra o aborto.

Essa agenda ganhou projeção internacional já em fevereiro de 2019, primeiro na 40ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, com a então ministra Damares Alves reiterando a oposição à “ideologia de gênero” e ao aborto, e, depois, no plano doméstico, durante a Semana Nacional de Prevenção à Gravidez na Adolescência, quando a ministra promoveu a abstinência sexual como política de prevenção a gravidezes indesejadas. O tema foi persistentemente reforçado em fóruns legislativos, como no debate na Comissão da Família da Câmara dos Deputados, em agosto de 2019, novamente pelo chanceler Araújo.

A internacionalização da pauta teve momentos emblemáticos, como a participação da ministra Damares Alves na III Cúpula Demográfica de Budapeste, em setembro de 2019, e o lançamento dos compromissos do Brasil para a candidatura ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, em outubro, quando a oposição ao aborto foi formalizada como posição de Estado por Ernesto Araújo. Em 2020, a orientação antiaborto materializou-se em uma portaria do Ministério da Saúde, assinada pelo ministro Eduardo Pazuello, restringindo o aborto legal.

A continuidade da agenda após mudanças ministeriais foi assegurada em 2021, com a secretária nacional da Família, Ângela Gandra, discursando na plataforma *Political Network for Values* sobre os perigos da “ideologia de gênero”. Por fim, será analisado como, na 77ª Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2022, o próprio presidente Jair Bolsonaro reafirmou, em seu último discurso no evento, a oposição à “ideologia de gênero” e ao aborto, consolidando esses temas como marcas de sua política externa e de costumes ao longo de todo o mandato. Por fim, será feita uma reflexão acerca das consequências após o fim do governo Bolsonaro, destacando a importância de olhar para as nuances da direita radical no Brasil e no mundo por meio de uma lente de gênero.

#### **4.1 Identificando o papel dos DSR na consolidação da agenda antigênero da Direita Radical brasileira: a análise dos discursos**

Com o objetivo de identificar o papel dos direitos sexuais e reprodutivos na consolidação da agenda antigênero da Direita Radical brasileira, o presente estudo agora se propõe a analisar os discursos desse contexto. Parte-se da premissa de que tais discursos funcionavam como instrumentos para disputar os significados de conceitos como “gênero”, especialmente no âmbito da política externa e dos fóruns multilaterais, visando bloquear e retroceder agendas progressistas. Mais especificamente, os direitos sexuais e reprodutivos eram tratados não como garantias fundamentais, mas como símbolos de um inimigo comum a ser combatido: a chamada “agenda globalista”.

No que tange ao âmbito doméstico, ações concretas – legitimadas pelos discursos – como a promoção da abstinência sexual como política oficial de prevenção à gravidez na adolescência, em detrimento de uma educação sexual abrangente, e a edição da Portaria do Ministério da Saúde nº 2.561/2020, que impunha barreiras burocráticas e traumáticas ao aborto legal, evidenciam que a retórica antigênero se materializou em mecanismos institucionais de obstrução de direitos, a partir da reação à consolidação dos direitos sexuais e reprodutivos. Assim, a análise dos discursos é crucial para compreender como essa racionalidade foi consolidada nesse contexto.

#### **4.1.1 Discurso de posse de Jair Bolsonaro**

Após as eleições presidenciais de 2018, em janeiro de 2019, Jair Bolsonaro toma posse como presidente do Brasil. Na ocasião, testemunhamos uma amostra da conduta deste governo acerca dos temas relacionados ao gênero e à sexualidade. Neste momento, analisaremos, a princípio, como o discurso de Bolsonaro pode ser entendido como uma ode a uma nova ordem social, ao legitimar práticas políticas e estabelecer fronteiras identitárias bem definidas. Assim, argumentamos, com base no arcabouço proposto por Milliken (2001), que o discurso em questão opera por meio de uma estratégia dual: primeiro, constrói um mundo social baseado em oposições binárias hierarquizadas e, segundo, posiciona seu emissor como o único agente capaz de redimir essa sociedade de um estado de suposta corrupção e decadência.

A priori, a Análise de Discurso aqui empreendida busca entender como os significados podem ser construídos discursivamente a partir da identificação de

pares antagônicos, em que um polo é sistematicamente privilegiado e associado ao bem, enquanto o outro é estigmatizado e ligado ao mal, à opressão ou à degeneração. No momento do discurso de posse, Bolsonaro começa a construir uma racionalidade que posiciona os governos anteriores e suas conquistas – inclusive as relacionadas ao gênero e à sexualidade – em uma posição hierarquicamente desfavorável ao início de seu governo. Ao declarar que “diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, se libertar da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto” (Bolsonaro, 2019, online), ele estabelece um contraste entre passado e presente, apresentando-se como o responsável por uma ruptura simbólica e política.

A lógica de hierarquização é vista a partir do momento em que “libertar-se” só adquire sentido em oposição a um conjunto de elementos negativos, como o “socialismo” e a “inversão”, criando, desde o início, uma narrativa de redenção contra um inimigo que está sendo construído a partir da enunciação deste discurso. Ademais, os predicados atribuídos ao governo e ao seu projeto são positivos e ativos: um governo “honesto e eficiente”, formado por um “time de ministros técnicos e capazes”, que vai “promover transformações”, “desburocratizar, simplificar” e “pavimentar o caminho”:

Graças a vocês conseguimos montar um governo sem conchavos ou acertos políticos, formamos um time de ministros técnicos e capazes para transformar o nosso Brasil. Mas ainda há muitos desafios pela frente. Não podemos deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, *destroem nossas famílias, alicerces da nossa sociedade* (Bolsonaro, 2019, online – ênfase adicionada).

Em contraste, os agentes associados à ordem anterior ou à oposição são descritos com predicados de degeneração: são forças que “dividem”, “destroem”, “criminalizam” e criam “pedágios e barreiras”. A produtividade deste discurso pode ser vista mais adiante, quando afirma: “Temos o grande desafio de enfrentar os efeitos da crise econômica, do desemprego recorde, *da ideologização de nossas crianças, do desvirtuamento dos direitos humanos e da desconstrução da família*” (Bolsonaro, 2019, online – ênfase adicionada). Assim, ao definir a “ideologização de nossas crianças” e a “desconstrução da família” como grandes desafios, o discurso pavimenta uma justificativa para reformas educacionais e sociais de caráter conservador e excludente.

Além disso, a centralização discursiva na família como objeto de proteção é aqui entendida como uma estratégia ofensiva de enquadramento político. Ao construir a família e as crianças como entidades ameaçadas pela “ideologização” e pela “desconstrução”, o discurso realiza uma manobra de captura afetiva e moral que disfarça seu caráter regulador. A família se torna um símbolo vulnerável, um ícone de pureza a ser resguardado de contaminantes externos. Esse enquadramento justifica uma intervenção estatal na esfera privada, pois, se a ameaça é existencial, a resposta deve ser proporcionalmente intrusiva e abrangente. Ao se posicionar como o guardião fronteiro dessa família idealizada, Jair Bolsonaro se legitima como protetor, mas também se autoriza a definir, a partir do Estado, o que constitui uma família legítima e quais práticas sociais são permitidas em seu nome. O enfrentamento anunciado é, portanto, um projeto de homogeneização social, em que a defesa da família serve como narrativa fundante para uma lógica estatal conservadora que busca administrar a vida íntima, os corpos e as subjetividades em nome de uma ordem social pretensamente natural e sob ataque.

Por fim, no campo da ação prática, é possível identificar que o discurso clama à união (“trabalhar juntos”) ao mesmo tempo em que institui divisões radicais; celebra a democracia das urnas para, em seguida, desqualificar como ilegítimas todas as visões que contestam seu projeto, quando afirma:

As eleições deram voz a quem não era ouvido. E a voz das ruas e das urnas foi muito clara. E eu estou aqui para responder e, mais uma vez, me comprometer com esse desejo de mudança. Também estou aqui para renovar nossas esperanças e lembrar que, se trabalharmos juntos, essa mudança será possível. (Bolsonaro, 2019, online).

Por fim, o exercício de justaposição de Milliken (2001) nos permite expor exclusões. Em outro momento do discurso, Bolsonaro menciona “família” e “tradições” como unidades homogêneas e incontestadas, silenciando as múltiplas configurações familiares existentes, como as com mulheres chefes de família e as próprias famílias não heteronormativas. Assim, essas configurações colidem com o modelo único e conservador proposto por Bolsonaro: “Não podemos deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerce da nossa sociedade.” (Bolsonaro, 2019, online).

Ademais, Bolsonaro propõe “retirar o viés ideológico” da educação e da política externa, afirmando: “Temos que nos espelhar em nações que são exemplos para o mundo que por meio da educação encontraram o caminho da prosperidade. Vamos retirar o viés ideológico de nossas relações internacionais” (Bolsonaro, 2019, online). É possível identificar, a partir da justaposição um paradoxo: o discurso, profundamente ideologizado, transforma conceitos como direitos humanos, políticas de identidade e justiça social em termos pejorativos. Isso revela que o que se propõe não é uma neutralidade impossível, mas a substituição de um conjunto de ideias por outro.

Como argumentado ao longo do capítulo 1, a própria ideia de criticar a ideologização, assim como ocorreu com a consolidação da ameaça da ideologia de gênero, é um processo de ideologização. Butler (2024) argumenta que, embora o termo “ideologia de gênero” tenha surgido para nomear um conjunto de medos sociais, ele se concretiza como uma verdadeira ideologia ao fundir códigos culturais com fantasias primitivas e inconscientes. Essa fusão ocorre em um nível tão profundo de associação psíquica que se torna impossível separar o que é uma produção do inconsciente individual do que seria uma mera imposição externa.

Logo nas primeiras horas do governo Bolsonaro, o discurso serviu para declarar guerras culturais e consolidar um projeto de poder nacionalista. A ênfase do presidente no combate à “ideologização de nossas crianças” e na defesa da família contra a “desconstrução” é o ponto central que conecta a retórica abstrata a uma agenda antigênero. Estas formulações, no contexto do debate político brasileiro, são associadas à chamada “ideologia de gênero” e à restrição dos direitos sexuais e reprodutivos, evidenciando como certos termos mobilizam sentidos ambíguos e cumprem um papel performativo no discurso.

Ao posicionar o Estado como protetor de uma infância supostamente ameaçada por “ideologias nefastas” e a família tradicional como “alicerce” a ser preservado, o discurso constrói esses temas como um campo de batalha moral sem relacioná-los com questões de saúde pública ou de autonomia individual. Dessa forma, Bolsonaro inicia sua gestão mobilizando um pânico moral que justifica e legitima a intervenção estatal para regulamentar corpos, sexualidades e curricular escolares, criminalizando discursos e práticas dissidentes.

#### 4.1.2 Discurso de posse do Ministro das Relações Exteriores

Ainda em janeiro de 2019, testemunhamos também a posse de Ernesto Araújo como Ministro das Relações Exteriores do Governo Bolsonaro. O discurso analisado a seguir, proferido no Itamaraty, opera como um sistema de significação que constrói ativamente os sentidos da prática do aborto e da “ideologia de gênero”. Seguindo a perspectiva de Milliken (2001), não se trata de descrever conceitos preexistentes, mas de revelar como o enunciador os produz discursivamente, imbricando-os em uma rede de oposições binárias e predicados que naturalizam uma visão de mundo específica e legitimam ações políticas.

A priori, é interessante notar que o discurso não menciona diretamente os termos “aborto” ou “ideologia de gênero”. Em vez disso, ele os constrói indiretamente por meio de uma cadeia de oposições binárias (Milliken, 2001), que estabelecem uma hierarquia moral absoluta. Nesse sentido, o significado de aborto é construído por oposição ao que é definido como “vida”, “nascimento” e “natureza humana”. O enunciador afirma que os inimigos do projeto nacional são “contrários ao próprio nascimento humano” e propagam que “um feto humano é um amontoado de células descartável”:

Além da oikofobia, o ódio contra o próprio lar, deveria preocupar-nos, também, cada vez mais, a teofobia, o ódio contra Deus. Há uma teofobia horrenda, gritante, na nossa cultura. Não só no Brasil, em todo o mundo. Um ódio contra Deus, proveniente sabe-se lá de onde, canalizado por todos os códigos de pensamento e de não-pensamento que perfazem a agenda global. [...] O globalismo se constitui no ódio, através das suas várias ramificações ideológicas e seus instrumentos contrários à nação, contrários à natureza humana, e contrários ao próprio nascimento humano. Nação, natureza e nascimento, todos provém da mesma raiz etimológica e isso se dá porque possuem entre si uma conexão profunda. Aqueles que dizem que não existem homens e mulheres são os mesmos que pregam que os países não têm direito a guardar suas fronteiras, *são os mesmos que propalam que um feto humano é um amontoado de células descartável, são os mesmos que dizem que a espécie humana é uma doença e que deveria desaparecer para salvar o planeta. Por isso a luta pela nação é a mesma luta pela família e a mesma luta pela vida, a mesma luta pela humanidade em sua dignidade infinita de criatura.* (Araújo, 2019, online – ênfase adicionada).

A partir do discurso citado, é possível identificar que Ernesto Araújo opera uma estratégia discursiva a partir de uma oposição binária que coloca “a luta pela vida” em contraponto à “cultura da morte”. Neste momento, o aborto deixa de ser um tema complexo de saúde pública e autonomia corporal para se tornar o símbolo máximo de uma “teofobia horrenda” e de um projeto globalista que busca “destruir a humanidade”. O predicado atribuído àqueles que o defendem é “aqueles que odeiam a vida, a nação e Deus”.

Assim como a questão do aborto, a “ideologia de gênero” é construída e retomada de maneira discreta no trecho, por meio da negação de um suposto natural biológico e de sua conexão com um ataque à soberania. O enunciador declara que “aqueles que dizem que não existem homens e mulheres são os mesmos que pregam que os países não têm direito a guardar suas fronteiras”. Primeiro, estabelece-se uma verdade biológica (“existência de homens e mulheres”) como fundamento da realidade. Em seguida, associa-se qualquer questionamento desse binário (ou seja, “ideologia de gênero” e seu conjunto de significantes que canalizam esses medos) a outro ataque percebido contra uma fronteira natural: a soberania nacional.

Tais construções são produtivas (Milliken, 2001), pois criam a realidade na qual a ação política se justifica. Ao conectar o aborto e a “ideologia de gênero” a um macrodiscurso de “luta civilizacional” – entre o Brasil autêntico/divino/livre e o globalismo ateu/antivida/antinação –, o discurso retira os temas do campo da discussão política e os eleva ao nível de uma guerra metafísica, em que a negociação é impossível, pois o “outro” não é um adversário com visão diferente, mas um agente de um “ódio contra Deus” (teofobia) e contra a vida. Neste cenário, é possível perceber o quanto o alinhamento ideológico com os cristãos conservadores foi produtivo para que essa construção discursiva fosse viável neste contexto, uma vez evidenciada a recorrência da menção à teologia cristã no discurso:

*Aletheia*. A tradução mais literal dessa palavra grega seria “desvelamento”, ou, melhor ainda, “desesquecimento”. *Lethe* é esquecimento. *Lethe* é o rio do esquecimento que, na tradição grega, os mortos cruzavam para ir para o outro lado. Então *Aletheia* é cruzar o rio de volta para cá. *Aletheia* é a superação do esquecimento. Algo que está esquecido e escondido e que de repente se recupera. *Aletheia* envolve uma experiência autêntica, individual, sentimental, de tal maneira que o nosso conceito atual de “verdade” é muito pobre diante desse conceito original. Nosso conceito de verdade normalmente se refere apenas à verdade factual, é um conceito um pouco técnico e frio,

quando deveria ser algo orgânico e vivido. [...] O Brasil estava preso fora de si mesmo. E eu arriscaria dizer que a política externa brasileira estava presa fora do Brasil. *Eleuthería, eleutherosei humas*. *Eleuthería* é outra palavra genial criada pelos gregos. Eu não conheço nenhuma outra língua antiga, não conheço tantas, enfim, não conheço hitita, não conheço sânscrito, mas não conheço nenhuma outra língua antiga que possua esse conceito, exceto o latim *libertas*, mas que já é uma tradução tardia do grego. [...] Somente com a literatura cristã, e, especialmente com esse trecho de São João, *eleutheria* se tornou algo mais completo, mais profundo e mais elevado. [...] A palavra liberdade ainda é uma palavra que acende o coração das pessoas. A pessoa pode estar lá, desanimada, no seu canto, mas quando escuta a palavra “liberdade”, não há quem não levante a cabeça, subitamente alerta, e pergunte: liberdade? Onde? Eu quero. (Araújo, 2019, online).

Ademais, a partir da aplicação do método desconstrutivo de Milliken (2001), é possível perceber as contradições nesta argumentação. O discurso apela à “liberdade” (*Eleuthería*) como valor supremo, mas define essa liberdade de maneira tão específica e transcendente que ela nega a liberdade individual de consciência, de crença (se não for a cristã) e de autonomia sobre o próprio corpo. A “verdade” (*Aletheia*) que liberta é, na prática, uma verdade única, dogmática, que não admite a pluralidade de experiências e interpretações sobre gênero e início da vida.

Assim, ao pensar acerca dos conhecimentos subjugados, o discurso exclui e negligencia vozes das mulheres que pleiteiam autonomia reprodutiva, os estudos das ciências sociais sobre gênero, as perspectivas de saúde pública sobre o aborto seguro, as vivências de pessoas trans – todas são silenciadas e reenquadradas. Nesse enquadramento discursivo (Hansen, 2006), tais vozes são sintomatizadas como manifestações da “agenda global”, da “oikofobia” (ódio ao próprio lar) ou da “teofobia”.

Conclui-se, portanto, que os temas acerca dos direitos sexuais e reprodutivos, bem como os entendimentos sobre a chamada “ideologia de gênero”, não são discutidos diretamente pelo enunciador. Em contrapartida, por meio de oposições binárias rígidas e predicados carregados de moralidade transcendente, ele os esvazia de sua complexidade sociopolítica e os recarrega como sinais de lealdade em uma guerra cultural. Dessa forma, o discurso deixa de ser sobre políticas específicas e se torna um ato que reafirma os ideais antigênero, em que rejeitar essas construções significa, na lógica interna do texto, rejeitar o próprio Brasil, Deus e a vida.

#### **4.1.3 Discurso de abertura do Segmento de Alto Nível da 40ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas**

Tendo em mente a ativa participação da Ministra Damares Alves em ações do MRE de Bolsonaro, agora partiremos para a análise de seu discurso no âmbito das Nações Unidas. Ainda no começo da gestão Bolsonaro, em fevereiro de 2019, Damares representou sua pasta na abertura do Segmento de Alto Nível da 40ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Na ocasião, é possível perceber que a construção dos significantes que norteiam a questão do aborto são direitos e inseridos em uma cadeia de oposições:

A nova pasta tem competências ampliadas e estrutura unificada, o que permitirá desenvolver políticas públicas abrangentes em direitos humanos. Defenderemos tenazmente o pleno exercício por todos do direito à vida desde a concepção e à segurança da pessoa, em linha com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos, bem como, no âmbito regional, com o Pacto de São Jose da Costa Rica. (Alves, 2019, online).

Assim, é perceptível uma manobra discursiva que naturaliza e universaliza o “direito à vida” como um direito universal (“por todos”) e absoluto (“desde a concepção”). A expressão “desde a concepção” é inserida como se fosse uma evidência autoexplicativa, um predicado natural da “vida”. Ao defender essa ideia com o respaldo de “em linha com a Declaração Universal dos Direitos Humanos”, o discurso constrói uma oposição que implica que os defensores do direito ao aborto seriam, portanto, violadores dos Direitos Humanos. Assim, o direito ao aborto, uma das principais pautas em torno dos direitos sexuais e reprodutivos, é deslocado para fora do campo legítimo dos direitos humanos.

Tendo em mente a produtividade do discurso, ou seja, o quanto é eficaz para criar uma racionalidade antigênero por trás de ações políticas, ao mencionar, logo em seguida, a “Constituição Federal como nosso guia” (Alves, 2019, online), o discurso costura uma teia de significados na qual “vida desde a concepção” e “família” são alicerces da própria nação. A defesa desta visão específica torna-se, portanto, um ato patriótico e constitucional. A “ideologia de gênero” (implícita) e o aborto (explícito) são, nessa lógica, ameaças não apenas morais, mas à própria ordem nacional. Ademais, por mais que a enumeração de grupos (“mulheres

indígenas, quilombolas...”, “pessoas com deficiência”, “pessoas LGBT”) seja notável, essa inclusão é condicionada à adesão ao marco pré-estabelecido da “família” e da “vida desde a concepção”. Assim, ao afirmar que “reiteramos nossa determinação de combater a violência e a discriminação contra pessoas LGBT” (Alves, 2019, online), mas fazê-lo imediatamente após reafirmar o compromisso com a “família” e sem nunca mencionar identidade de gênero ou direitos reprodutivos dessa população, o discurso se apresenta como inclusivo. É possível inferir, portanto, que a luta contra a violência é aceitável desde que não questione o núcleo familiar heteronormativo e ideias fixas sobre sexualidade e reprodução.

Ao partirmos para a AD como ação da prática, como propõe Milliken (2001), o método desconstrutivo nos ajuda a revelar as contradições inseridas nos discursos em questão. Ao introduzir o Brasil de Bolsonaro como defensor dos “mais altos padrões de direitos humanos” de forma universal, mas ao definir “vida” de maneira tão específica e absoluta (“desde a concepção”), exclui e viola outros direitos humanos igualmente reconhecidos, como os direitos sexuais e reprodutivos, a autonomia corporal da mulher e o princípio da laicidade do Estado, como demonstra a seguinte afirmação:

Somos um país laico, mas isso não significa que somos um país laicista. No Brasil, todas as expressões religiosas são igualmente respeitadas e protegidas, assim como a opção de não ter nenhuma religião. Em um dos seus primeiros atos, o presidente Jair Bolsonaro promulgou legislação que garante ao estudante o direito de ausentar-se de prova ou de aula em dia que seja vedado o exercício de tais atividades, segundo seus preceitos religiosos. (Alves, 2019, online)

Assim, a contradição se apresenta ao tentar criar uma oposição binária e hierárquica (“laico bom” contra “laicista ruim”) para justificar a imposição de uma visão moral religiosa específica, neste caso, a visão cristã que prega a defesa da vida desde a concepção como política de Estado, o que é, em sua essência, um ato laicista. No que se refere aos conhecimentos subjugados, é possível inferir que o discurso silencia e reenquadra os direitos sexuais e reprodutivos, bem como ideias sobre a sexualidade como externos à agenda de direitos humanos.

No trecho exposto, o discurso sequestra a linguagem do sistema internacional de direitos humanos (“Declaração Universal”, “Pacto de São José”) para dar roupagem universal a uma agenda particular. O “direito à vida desde a

concepção” é apresentado como a verdadeira interpretação dos direitos humanos, o que contradiz os movimentos no âmbito internacional que incluíram a gama de direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos (vide capítulo 1). Dessa forma, as vozes que defendem os direitos sexuais e reprodutivos dentro desse mesmo sistema são posicionadas, paradoxalmente, como contrárias aos direitos humanos.

Conclui-se, portanto, que o discurso de Damares Alves se afasta de um tom confrontativo em comparação a outros pronunciamentos do Governo Bolsonaro, mas opera em torno de associações e silenciamentos estratégicos. Assim, o discurso constrói o direito ao aborto como a negação antagônica do direito à vida. Ao fazê-lo dentro do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, utilizando sua linguagem e performando uma retórica de inclusão abrangente, o discurso busca reconfigurar o próprio significado de direitos humanos a partir de uma perspectiva conservadora, ao mesmo tempo em que exclui, de forma velada, os direitos sexuais e reprodutivos, revelando o caráter seletivo e performativo de sua argumentação.

#### **4.1.4 Semana Nacional de Prevenção à Gravidez na Adolescência**

Apesar de sancionar a Lei nº 13.798/2019, que institui a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, o governo de Jair Bolsonaro demonstrou uma postura contraditória e, muitas vezes, negligente em sua implementação. Como observa Silva (2023), a adoção de uma legislação com esse objetivo parecia discordar dos princípios neoconservadores que pautavam o discurso oficial, o que se refletiu na condução prática da política. A proposta, originalmente de 2010, só foi aprovada quase uma década depois, e sua recepção inicial pelo governo foi de baixo perfil. Contradições tornaram-se mais evidentes quando a então ministra Damares Alves, responsável pela pasta, adotou um discurso publicamente focado na abstinência sexual durante a Semana, em 2020, em detrimento de uma abordagem abrangente de educação sexual.

Nesse sentido, ao analisar o discurso, fruto de uma entrevista da Ministra para o jornal *Gazeta do Povo*, no contexto da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, pelas lentes de Milliken (2001), percebe-se como ele fabrica significados e hierarquiza práticas sociais, utilizando-se de oposições

binárias e estratégias de naturalização para deslocar políticas públicas de saúde sexual para o campo da moralidade e do controle. Assim, é interessante ressaltar, no que tange aos sistemas de significação, que o discurso não menciona o aborto ou outros direitos sexuais e reprodutivos diretamente, mas ataca os alicerces sobre os quais essas questões se apoiam: a autonomia sexual e a educação sexual abrangente:

(0:29) Esse é um assunto também da área da saúde, mas é um assunto também da educação. (0:35) Então os três Ministérios estão juntos para fazer o combate à gravidez na adolescência, (0:41) à gravidez precoce. (0:43) E por muitos anos, e o tempo todo, o Brasil se ofereceu para o jovem alguns metros de (0:49) prevenção à gravidez, que era camisinha, preservativo, ou anticoncepcional, às (0:55) vezes outros métodos [...] (1:00) Mas tem um método muito eficaz, esse método, eu vou falar abstinência, que eu termo certo, (1:08) mas esse método eu posso chamar também de retardar o início da relação sexual. (1:14) E trazer para a relação sexual, conversar com os jovens sobre sexo e afeto. (1:20) As nossas adolescentes, em sua grande maioria, estão tendo relações sexuais por uma pressão (1:26) social. (Alves, 2019, online)

Dameres Alves, então, opera uma ressignificação do que se entende por abstinência sexual, enquadrando-a na gama de métodos contraceptivos (e vice-versa). Ao usar o termo “método”, emprestado do léxico técnico da saúde pública, a ministra tenta transplantar a abstinência para o campo da racionalidade e da eficácia científica, esvaziando-o de suas conotações confessionais e posicionando-o como superior aos demais. A frase “esse método, eu vou falar abstinência, que é o termo certo” demonstra que há um reconhecimento tácito de que o termo é carregado, e sua associação com “eficiência” busca neutralizar essa carga e apresentá-lo como uma escolha lógica, não moral. Essa posição, aliada a declarações anteriores que simplificavam problemas complexos – como associar a exploração sexual de meninas à falta de calcinhas (Cordeiro, 2019) – revela um descompasso entre a existência da lei e a efetiva promoção de uma política de saúde sexual e reprodutiva baseada em evidências e direitos, conforme disposto por normas de organismos internacionais.

Além disso, constrói-se uma racionalidade de antídoto à pressão social associada aos termos “afeto” e “alma gêmea”, criando um predicado negativo sobre a sexualidade das meninas adolescentes. Com isso, o discurso transfere para os

espectadores uma aura romantizada e moralizadora das relações sexuais, o que é o oposto do que a pauta feminista defende há décadas: o entendimento do sexo como condizente com a autonomia e a emancipação feminina. Na frase “As nossas adolescentes... estão tendo relações sexuais por uma pressão social”, a relação sexual, nessa enunciação, não é fruto de desejo, curiosidade ou autonomia, mas de uma patologia social que torna a jovem passiva e corrompida pelas ameaças sociais, as mesmas que ameaçam a família e a infância. Em oposição, oferecem-se o “afeto” e a busca pela “alma gêmea”, predicados como experiências autênticas e superiores. Dessa forma, a sexualidade e, principalmente, a questão da autonomia e do autoconhecimento sobre esses temas são tidas como os vilões que causam as gravidezes na adolescência.

Com isso, a produtividade deste discurso reside em como ele busca criar uma “verdade” sobre prevenção e, conseqüentemente, reconfigurar as subjetividades juvenis. Trata-se, portanto, de um projeto que transcende a esfera do indivíduo, constituindo uma proposta de reengenharia da sociedade. Nele, a sexualidade é transformada em objeto de regulação e normatização estatal, forçando-a a aderir a um padrão moral único, definido pelo governo. Esse movimento está intrinsecamente vinculado ao ataque discursivo à inventada “ideologia de gênero” e à conseqüente retaliação aos direitos sexuais e reprodutivos, visando substituir a pluralidade e a autonomia por um controle político sobre os corpos e as escolhas íntimas.

Assim, ao patologizar a experiência sexual, em vez de debater autonomia, autoconhecimento e consentimento, a ação é equiparada a um processo de desgaste, esgotamento e descarte. O sujeito que vive sua sexualidade de forma não monogâmica ou exploratória é construído como alguém que se torna incapaz de amar:

A gente vai poder falar no Brasil de alma gêmea. (2:48) Claro que existe alma gêmea, vamos falar com os adolescentes sobre isso? (2:52) Olha, a gente inclusive tem usado uma técnica com os adolescentes, eu queria sugerir aí (2:57) os professores que fizessem, pega uma fita adesiva, colar no braço do adolescente, (3:01) faz uma roda, manda ele tirar e colar no braço do outro, ele tira com o braço (3:05) do outro. (3:05) No outro, daqui a pouco, na quinta, sexta pessoa, a fita não gruda mais. (3:10) Assim a nossa alma fica larga, fica larga, tem uma hora que a menina não cola com ninguém, (3:17) sua alma não cola com ninguém, o menino não vai encontrar seu amor porque

fica cola, (3:21) daqui a pouco é normal ser descartado e descartar. (3:26) Nós queremos falar sobre amor, sobre afeto. (3:29) Então é um assunto legal, isso não quer dizer que nós não vamos falar dos preservativos, (3:35) não vamos falar dos outros métodos, mas a gente quer trazer o método mais eficaz para (3:40) não engravidar e não ter a relação. (Alves, 2019, online)

Assim, o discurso produz uma racionalidade antigênero a partir do momento em que coloca o ato sexual fora de um modelo idealizado de “alma gêmea”, sendo um dano espiritual irreparável à própria capacidade de amar, deslocando a prevenção mais para a salvação da alma do que para o corpo. Partindo dessa lógica, o discurso constrói uma racionalidade antigênero que associa a prática sexual fora do modelo idealizado do casamento – entendido como sacramento central para a formação da família tradicional – a um risco biológico e a uma corrupção espiritual que inviabilizaria a capacidade futura de amar plenamente. Dessa forma, a ministra articula um controle moral da sexualidade disfarçado de cuidado, em que o verdadeiro objetivo não é informar para a autonomia, mas disciplinar para a futura vida conjugal.

A educação sexual, portanto, é subvertida e deixa de ser uma ferramenta de conhecimento e autodeterminação para se tornar um rito de preparação moral, que prioriza a “salvação da alma” e a preservação de um ideal sacralizado de família em detrimento da saúde, do prazer e da liberdade individual. Assim, o inimigo último não é a gravidez precoce, como infere a campanha da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, mas a sexualidade autônoma que escapa ao controle do casamento heteronormativo.

No que tange à análise como ação da prática, é interessante repensar a eficácia da abstinência sexual e o papel dos direitos sexuais e reprodutivos neste discurso. O método desconstrutivo nos dá alicerce para argumentar que apresentar a abstinência como “o método mais eficaz” é uma falácia, uma vez que pode ser eficaz por definição, pois sua eficácia se mede pela não prática. No mundo real, em que os adolescentes são seres sexuais, a abstinência como única ou principal política pública tem se mostrado pouco eficaz na redução de gravidezes e ISTs, pois falha em preparar aqueles que, inevitavelmente, terão relações sexuais. A “eficiência” discursiva esconde a ineficácia prática e os riscos reais. A tabela da Federação

Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO) expõe a ineficácia da contracepção por abstinência em períodos férteis:

ANTICONCEPCIONAL	USO		
	Perfeito ou correto	Habitual ou comum	Continuidade (%)
<b>MUITO EFETIVOS</b>			
Implante	0,05	0,05	78
Vasectomia	0,1	0,15	100
Sistema intrauterino de LNG	0,2	0,2	81
Esterilização feminina	0,5	0,5	100
DIU de Cobre	0,6	0,8	78
<b>EFETIVOS</b>			
Lactação e Amenorréia	0,9	2,0	(*)
Injetáveis mensais	0,3	3	56
Pílulas combinadas	0,3	3	68
Pílulas progestagênicos	0,3	3	68
Anel vaginal	0,3	3	68
Adesivo	0,3	3	68
<b>MODERADAMENTE EFETIVOS</b>			
Condom masculino	2	16,0	53
Abstinência períodos férteis	2 a 5	(*)	51
Diagrama c/ espermicida	6	16	(*)
<b>POUCO EFETIVOS</b>			
Coito interrompido	4	27	42
Espermicida isolado	18	29	

Figura 2 – Tabela de eficácias dos métodos contraceptivos modernos

Nesse sentido, é interessante ressaltar que, para se abster sexualmente em períodos férteis, é necessária uma educação sexual eficaz que promova as bases para o autoconhecimento que essas meninas têm de deter para identificar seus períodos férteis, o que é uma realidade distante do Brasil liderado pela gestão conservadora de Bolsonaro. Além disso, a afirmação da Ministra de que “isso não quer dizer que nós não vamos falar dos preservativos” acaba por se autodesconstruir, uma vez que a própria hierarquia que ela estabelece – ao apresentar a abstinência como “o método mais eficaz” – implica, por consequência lógica, que todos os demais métodos são inferiores ou menos eficazes. O discurso, portanto, marginaliza e descredibiliza os métodos cientificamente comprovados, criando um ambiente de desinformação e dúvida.

No que tange aos conhecimentos subjogados, tem-se um apagamento do conhecimento da saúde pública, da sexologia e da pedagogia sobre a importância de uma educação sexual que aborde positivamente o prazer, o consentimento, a diversidade de corpos e orientações e o uso correto de métodos contraceptivos de barreira e hormonais. Assim, a sexualidade é reduzida à consequência da gravidez na adolescência e torna-se um problema a ser evitado. Ademais, o conhecimento médico sobre a eficácia contraceptiva de preservativos e anticoncepcionais é

substituído por um conhecimento moral sobre a “pureza” da alma e a preservação do afeto, em que a política pública deixa o campo da saúde e da autonomia e migra para o campo do controle moral e da gestão das subjetividades. Ao finalizar o discurso, é anunciada uma “revolução” na imposição de um modelo normativo único de sexualidade, que é apresentado como “cuidado” e “afeto” para mascarar seu caráter profundamente regulador.

Ademais, a proposta pedagógica da ministra Damares Alves constitui uma ação prática que materializa, em gesto concreto, uma visão específica e normativa sobre sexualidade, valor pessoal e afeto. Nesse contexto, é possível inferir que a fita adesiva opera como um significante do corpo, da alma ou da “capacidade de amar” do indivíduo, em que esse valor é uma coisa finita, tangível e quantificável a partir do momento em que cada troca – cada relação sexual, na analogia – consome irreversivelmente uma parte dessa coisa. Assim, a “cola” que se esgota é a metáfora perfeita para a noção de depreciação por uso, transferindo para a esfera humana uma lógica de mercadoria ou de objeto, em que o corpo, especialmente o feminino, é simbolicamente transformado em um bem que se desgasta.

Nesse sentido, o discurso remete à idealização da virgindade ao criar uma oposição binária hierárquica entre o que é “puro” e o que é “gasto”. Historicamente, a ênfase na virgindade feminina serviu e ainda serve a propósitos de ordem patrimonial, de honra familiar e de controle da reprodução. A ideia de que a mulher “perde valor” após a primeira relação sexual é uma construção que visa regular sua sexualidade, garantir a legítima paternidade dos herdeiros e mantê-la sob a tutela masculina, do pai, depois do marido. A dinâmica da fita, ao focar na menina que não cola mais, atualiza esse controle de forma moderna, trocando a “honra” pela “capacidade de amar”, mas mantendo a lógica da depreciação da mulher sexualmente experienciada.

É possível concluir, portanto, que o discurso acerca da Semana Nacional da Prevenção da Gravidez na Adolescência do Governo Bolsonaro preparou o terreno discursivo para a deslegitimação de políticas baseadas em evidências. Damares Alves busca produzir uma nova verdade sobre os corpos e os desejos jovens, que, embora vestida com a roupagem da prevenção e do cuidado, tem como efeito real a produção de culpa, a limitação da autonomia e a criação de uma geração despreparada para gerir sua sexualidade de forma saudável e prazerosa.

Dessa forma, com o pretexto do cuidado, promoveu-se a deslegitimação discursiva de políticas públicas baseadas em evidência científica e no marco dos direitos humanos, substituindo-as por uma normatividade moral disfarçada de técnica. Esse movimento é indissociável do ataque frontal à chamada “ideologia de gênero”, pois ambos compartilham um mesmo núcleo: o controle político sobre a autonomia corporal e a vida íntima. Ao ressignificar a educação sexual como um projeto de “salvação da alma” e de preservação de um modelo único de família, o discurso de Damares Alves buscou fabricar uma subjetividade juvenil temerosa e culpada, na qual a exploração prazerosa e responsável da sexualidade é criminalizada como um dano espiritual.

Dessa forma, a ofensiva contra os direitos reprodutivos, por meio da promoção da abstinência como único método eficaz e da cruzada contra a “ideologia de gênero”, converge em um mesmo projeto de nação do governo analisado: esvaziar a noção de direitos sexuais como direitos humanos fundamentais, reduzindo-os a privilégios condicionais a um comportamento moralmente aprovado pelo Estado. O resultado é a produção sistemática de vulnerabilidade, desinformação e uma profunda violação do direito de jovens – especialmente meninas e populações LGBTQIA+ – a conhecerem seus corpos, gerirem seu futuro reprodutivo e viverem sua sexualidade com liberdade e dignidade.

#### **4.1.5 Discurso do Ministro Ernesto Araújo na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados**

A gestão de Bolsonaro, ao declarar uma guerra contra a chamada “ideologia de gênero”, focou em instrumentalizar seus esforços antigênero em uma contestação de normas em relação aos direitos das mulheres e da população LGBTQIAPN+ que era centrada, principalmente, na linguagem (Drumond e Rebelo, 2024). Assim, o discurso de Ernesto Araújo na Comissão de Seguridade Social e Família, ainda no ano de 2019, revela como a apropriação discursiva dos direitos sexuais e reprodutivos foi crucial para a consolidação da racionalidade antigênero da Direita Radical gerida por Bolsonaro. A discussão, no âmbito da Câmara dos Deputados, tinha como objetivo discutir as recentes instruções dadas

ao corpo diplomático no sentido de vetar, nos textos e resoluções da ONU, expressões relativas a gênero, feminismo e saúde reprodutiva.

A partir das ferramentas propostas por Milliken (2001), é possível identificar sistemas de significação baseados em uma oposição binária que predica, ou seja, cria significados para os termos relacionados aos DSR, inclusive o aborto:

Então, o que nós queremos (0:45) é que fique claro que quando se fala disso, não se está falando de aborto. É isso as (0:50) pessoas que defendem os desses conceitos não se prestam a isso. Então, se a gente conseguisse (0:56) um consenso de que quando está falando de saúde da mulher você não está falando necessariamente (1:00) de aborto, que aborto é uma outra discussão, aí está tudo bem. Então, a minha imagem basicamente (1:06) é a seguinte. Você tem um bolo e dentro desse bolo tem uma Gillette. Então, eu (1:13) quero assim, abrir esse bolo e tirar a Gillette, porque o bolo, o bolo é a saúde da (1:18) mulher, os direitos da mulher. Agora, tem uma Gillette lá dentro, que é um aborto, (1:21) que tem que ser discutida numa outra discussão, de acordo com a legislação nacional que pune (1:25) o aborto. Então, as pessoas falam, não, você tem que comer o bolo, mas tem um bilhete (1:28) dentro. Tem uma Gillette dentro desse bolo. Então, eu quero simplesmente abrir e (1:34) tentamos abrir isso, pelo menos chamar a atenção das pessoas para que existe uma Gillette (1:37) dentro desse bolo. Então, isso é um truque que as pessoas dessa ideologia abortista (1:43) estão usando. É pegar um conceito nobre, que é o que a esquerda faz muito, é pegar um (1:50) conceito nobre, sequestrar esse conceito, perverter e distorcer. (Araújo, 2019, online)

Dessa forma, ao colocar o aborto necessariamente como sinônimo de algo perigoso e cortante (Gillette), e a saúde reprodutiva como sinônimo do bolo – algo palatável e agradável –, na posição de envolver essa navalha, há a mobilização do aborto como uma surpresa desagradável e perigosa dentro do debate sobre saúde reprodutiva. Ademais, nesse exemplo, percebe-se a mobilização de uma estrutura hierárquica de pautas dentro daquele contexto: para se justificar perante uma audiência pública, o então Ministro coloca o debate sobre o aborto em uma posição de desimportância dentro daquele contexto, como algo a ser discutido mais tarde e com mais “cuidado”, mesmo que a convocação da audiência tenha se dado justamente pela retirada desses e de outros termos em discursos e documentos oficiais.

Dessa forma, a retórica utilizada por Araújo revela uma movimentação de justificar o ato de endereçar a discussão sobre saúde reprodutiva a temáticas meramente biológicas, sob o pretexto de promoção dos direitos e da saúde da mulher. Assim, a fala do então Ministro reproduz uma narrativa que se distancia de uma discussão ampla e democrática sobre os direitos sexuais e reprodutivos. Além disso, defensores da gama dos direitos reprodutivos, que inclui a defesa do aborto legal, são tidos como sabotadores que embutem um instrumento de mutilação dentro de uma proposta de cuidado. A metáfora sugere uma intenção de ferir o corpo social que consome o bolo, ou seja, a agenda de saúde da mulher.

Outrossim, há a produção de um discurso que emana um estado de alerta ao evocar a sensação física de quem, ao mastigar um alimento macio, sente uma lâmina, sendo uma figura de linguagem que produz medo e repulsa em relação ao debate sobre o aborto legal. Com isso, é possível inferir que o receptor é interpelado a não ser ingênuo: “Eu não vou comer bolo com navalha. E o povo brasileiro não quer comer bolo com navalha dentro.” (Araújo, 2019, online).

No que tange à produtividade deste discurso, há uma legitimação de uma política de exclusão dos termos relacionados aos DSR, bem como ao gênero e a outras pautas feministas, dos documentos e discursos brasileiros em fóruns internacionais. O intuito de abrir o “bolo” e neutralizar, combater a Gillette que está oculta serve para fundamentar a retórica de que, se a linguagem internacional pode carregar “navalhas”, o Estado nacional deve agir como um filtro de segurança, um corpo que rejeita esse mal. Ao afirmar que “o povo brasileiro tem direito de saber também aquilo que está dentro dessas resoluções” (Araújo, 2019, online), há a enunciação de um tom de alerta em relação ao debate sobre o aborto legal.

Além disso, um caso de castração infantil é trazido à tona para legitimar o discurso contra a ameaça da “ideologia de gênero”:

Ideologia de gênero (3:54) claramente é o caso, porque nós temos a experiência milenar da humanidade, (3:58) nós temos o bom senso e nós temos a ciência dizendo que existem homens e mulheres e existe uma ideologia dizendo que não existe que (4:05) isso é uma construção social, sem nenhuma base, sem nenhuma prova e quando (4:10) a realidade confronta, prevalece a ideologia para aqueles que espaçam a (4:13) ideologia. Então, a nossa intenção nesse debate é desideologizar. Tirar essa (4:20) ideologia. Ideologia de gênero é extremamente nocivo, porque a nossa (4:26) preocupação não é simplesmente uma questão de lógica ou terminológica que (4:29) também é

importante, mas aqui eu me permito trazer esse caso (4:33) trágico do menino Rhuan. O que que motivou esse caso? O que que digamos fez com que (4:39) a própria mãe e a companhia da mãe se sentissem empoderadas a ponto de (4:44) castrar o menino e matar o menino? A ideologia de gênero. A ideologia de gênero. (4:49) Elas ouviram falar que não existe homem e mulher e que se você castrando um (4:53) menino eles tornam uma mulher. Elas entenderam isso e porque isso está sendo (4:56) dito por aí. Então, o menino Rhuan é... Então, a senhora, a senhora sempre (5:02) tem uma personagem. Eu queria saber de que história que o menino Rhuan é uma (5:05) personagem agora. (Araújo, 2019, online)

Assim, a retórica contra a chamada “ideologia de gênero” se baseia em uma realidade constituída por uma tríade “a experiência milenar da humanidade... o bom senso e... a ciência”, que se apresenta como a realidade sólida que a “navalha” ideológica tenta cortar. O caso trágico do menino Rhuan é mobilizado como a prova concreta do corte que a ideologia realiza na carne real, contrastando com a abstração dos debates internacionais, fazendo com que a defesa da “realidade” (binária, essencialista) se torne, assim, um ato de proteção contra a violência ideológica. O caso, na verdade, consiste no assassinato de Rhuan, de 9 anos, pela própria mãe, o que caracteriza extrema violência doméstica e um infanticídio, que não teve qualquer relação comprovada com questões de identidade de gênero (Zambon, 2019, online). Assim, a narrativa construída por Ernesto Araújo, que atribuiu o crime à “ideologia de gênero”, desconsiderou por completo os complexos fatores sociais, psicológicos e criminais documentados pela polícia. A utilização discursiva do caso foi uma deturpação dos fatos, que serviu para transformar uma tragédia familiar em um símbolo de pânico moral, criando uma falsa ligação causal para justificar uma agenda política específica contra os direitos de gênero.

No que se refere à análise deste discurso como ação da prática, o método desconstrutivo de Milliken (2001) nos ajuda a detectar outras nuances acerca da metáfora da navalha dentro do bolo. A violência relacionada à correlação do aborto com a navalha que estaria dentro do bolo – os direitos da mulher – na verdade ocorre quando os próprios direitos reprodutivos, incluindo o aborto legal, são minados. Assim, o discurso projeta no outro a violência que sua própria política de restrição ajuda a perpetuar.

Ademais, ao caracterizar a incorporação de linguagem consagrada em direitos humanos como “contrabando de navalhas”, o discurso busca invalidar a própria gramática do direito internacional progressista. O método de conhecimentos

subjugados expõe que o enunciador subjuga o conhecimento jurídico e diplomático que entende os direitos sexuais e reprodutivos como parte indissociável dos direitos humanos. Assim, a metáfora da navalha no bolo é o cerne de um discurso que governa por meio da produção de um medo específico: o medo de que conceitos aparentemente bons escondam um mal ativo e cortante.

Ernesto Araújo se posiciona, assim, como o detector de lâminas em bolos da política externa, aquele que protege o corpo nacional da contaminação por ideias que ele define como mutiladoras. Conclui-se, portanto, que, para além da contestação de normas e conceitos, o discurso de Ernesto Araújo tem a capacidade de definir, metaforicamente, o que é realidade/legítimo e o que é uma ideologia perigosa que merece ser desarmada.

#### **4.1.6 III Cúpula Demográfica de Budapeste**

A análise da participação brasileira na Cúpula de Budapeste, em 2019, é central, conforme exposto anteriormente. Cabe ressaltar que o encontro foi uma das primeiras movimentações no âmbito da política externa do alinhamento brasileiro com países conservadores na discussão sobre mudança na estrutura familiar, redução do crescimento populacional, envelhecimento da população e aumento dos movimentos migratórios, sendo estes elementos centrais da atuação da Direita Radical no Norte Global (Soares; Ricoldi, 2022).

No discurso proferido na Cúpula, a então Ministra da Mulher e dos Direitos Humanos, Damares Alves percebe-se, novamente, a mobilização da temática do aborto e da ideologia de gênero:

Não há como priorizar a família sem investir nas nossas crianças (8:02) respeitando sua integridade, tratando-as como crianças que estão (8:07) e dizemos um não bem grande sonoro à ideologia de gênero. [...] (8:45) O governo do presidente Bolsonaro por sua vez (8:48) vendendo o direito à vida desde a concepção e condena (8:52) a prática do aborto como método contraceptivo (8:55) ou de controles de natalidade. (8:58). (Alves, 2019, online)

Assim, o discurso Ministra Damares Alves na Cúpula Demográfica de Budapeste constitui um artefato discursivo sofisticado que opera uma ressignificação de conceitos-chave, deslocando-os do campo dos direitos

individuais para o da segurança nacional e da engenharia social. Seguindo a estrutura de Milliken (2001), é perceptível como a enunciadora constrói uma narrativa onde “família”, “vida” e “nação” se fundem em um único projeto antigênero utilizando-se de oposições binárias e uma produtividade discursiva que visa legitimar políticas específicas em âmbito global.

Nesse cenário, é possível identificar uma oposição binária e hierárquica quando, ao longo do discurso, é construído um polo positivo de significação que detém os conceitos de família, vida (desde a concepção), demografia saudável, juventude, segurança, prosperidade e Deus em oposição ao polo negativo que detém os conceitos de “Ideologia de gênero”, aborto, redução populacional (ou “inverno demográfico”), violência, lideranças anteriores (implícito como fracassadas). No caso da temática do aborto, é possível perceber que o tema é realocado como um ataque a soberania demográfica:

(3:50) Estamos de facto no auge da nossa juventude. (3:53) O governo brasileiro deve aproveitar esse bolo demográfico para implementar políticas (3:58) com o objetivo de preparar-se para essa nova realidade. (4:02) A taxa de profundidade do Brasil atualmente é de 1,7%. [...] (8:37) *A Constituição brasileira defende a maternidade responsável, (8:41) respeita a sexualidade humana e percebe a vida como uma riqueza.* (Alves, 2019, online – ênfase adicionada)

Ao apresentar dados sobre a queda da taxa de fecundidade (1,7%) e o envelhecimento populacional como desafios urgentes, a menção ao aborto o ressignifica, ao mencioná-lo como uma prática contraproducente, um luxo suicida que uma nação que quer crescer não pode permitir. A frase “condena a prática do aborto como método contraceptivo ou de controle de natalidade” desloca a discussão do direito da mulher para a gestão populacional, enquadrando o aborto como uma ferramenta de controle antinacional.

Ademais, a enunciadora afirma: “A conjuntura brasileira depende da maternidade responsável, respeita a sexualidade humana e percebe a vida como uma riqueza.” Aqui, “maternidade responsável” é o predicado positivo, fazendo com que o aborto, por oposição, torne-se “irresponsável”, um desrespeito à sexualidade (apenas legítima quando procriativa), atribuindo toda a carga de responsabilidade reprodutiva às mulheres e uma rejeição da riqueza que é a vida. Assim, o sujeito que aborta é, portanto, construído como um mau administrador do

patrimônio biológico da nação. Ainda, “respeitar a sexualidade humana” adquire um significado muito específico, que se refere a respeitar a sexualidade apenas em sua função reprodutiva e dentro de um quadro moral pré-definido. A sexualidade que é respeitada é aquela que não se dissocia do potencial de maternidade e que, portanto, deve ser contida até o momento considerado “adequado”: o casamento heteronormativo.

Seguindo para a identificação da produtividade deste discurso, é perceptível que a apresentação de dados demográficos, como o crescimento populacional em queda e o envelhecimento em alta, não é neutra. O discurso faz uma conexão causal explícita:

(6:46) Isso não significa que não tenhamos muito a corrigir nas rotas de caminhos (6:50) que vêm sendo trilhadas pela nossa nação com lideranças anteriores. (6:55) Um dos nossos principais desafios (6:57) é resolver os nossos problemas relacionados com a segurança pública (7:02) que tem impedido o maior florescimento das nossas famílias (7:06) e dos nossos grandes potenciais humanos. (7:09) Sobre o tema, é com satisfação que anuncio (7:12) que nos seis primeiros meses do governo do presidente Jair Bolsonaro (7:16) já tivemos uma redução na ordem 22% de mortes violentas, investindo em famílias. (7:24) Em comparação ao mesmo período do ano passado, (7:28) é o objetivo do nosso governo garantir que nossas famílias possam (7:31) conduzir seus projetos de vida livres do fantasma da violência estão no caminho certo. (7:38) Outra iniciativa que podemos destacar é a criação do observatório da família (7:43) que tem personalidade de coletar e copilar dados (7:46) que nos permitam formular e executar com bases em evidências sólidas (7:51) políticas públicas para o enfrentamento dos problemas (7:54) que afetam bem-estar das famílias brasileiras. (Alves, 2019, online)

Aqui, a política familiar é sobre controle social e segurança pública, ao ressignificar a família como um antídoto contra a violência, um mecanismo de pacificação e ordem. Com isso, o “Observatório da Família” é a materialização dessa lógica, ao propor um aparato estatal para coletar dados e formular políticas que regulem a vida íntima em nome da segurança e do “bem-estar”. Além disso, é possível observar a mobilização para a criação de uma aliança transnacional antigênero:

Por fim, eu não poderia deixar de aproveitar (10:05) para convidar todos os estados aqui representados (10:09) para juntar-

se a nós na formação de um grupo de países, (10:14) amigos da família, para no âmbito da Organização das Nações Unidas (10:19) depender e resgatar os valores que alguns setores tendem (10:25) muitas vezes a ignorar. (Alves, 2019, online).

Aqui, a aliança é baseada em um dogma moral conservador sobre família e vida, sendo a institucionalização da guerra cultural em fóruns multilaterais. Ademais, constrói-se um inimigo comum ao mencionar que “setores que tendem a ignorar” esses valores, reescrevendo a gramática dos direitos humanos, substituindo a linguagem de direitos individuais e igualdade de gênero por uma linguagem de valores familiares que, na prática, serve para excluir e silenciar demandas feministas e LGBTQIAPN+.

Dessa forma, ao analisar o discurso pensando nas ações da prática propostas por Milliken (2001), é interessante notar que o discurso celebra a diversidade étnica e linguística:

Nossa nação fala muitas línguas. (0:21) O Brasil conta hoje com 305 povos indígenas diferentes que falam 274 línguas diferentes. (0:31) O Brasil conta hoje com mais de um milhão de ciganos que falam três idiomas diferentes (0:37) divididos em trinta dialetas diferentes. (0:41) Este é o país que estou representando, um país com uma cultura diversa, um país de (0:48) uma pluralidade cultural incrível, com grandes desafios. (0:53) E essa mistura de raça com língua, que tem essa extraordinária nação chamada Brasil, (1:00) que hoje é liberado por um incrível líder, um incrível homem, que quer trazer o Brasil (1:06) para o cenário mundial, como um país para a família, um país para a vida. (Alves, 2019, online).

No que tange às menções sobre a chamada “ideologia de gênero”, é perceptível que o conceito é mencionado como ameaça externa e abstrata à unidade familiar natural. Dessa forma, em um discurso que celebra a família como núcleo natural e a diversidade cultural como folclore (povos indígenas e ciganos são citados como parte da paisagem, não como sujeitos de direitos que podem contestar o modelo familiar heteronormativo), a “ideologia de gênero” funciona como um termo que condensa todos os medos de desestabilização dessa ordem: a dissolução dos papéis de gênero, a contestação da heteronormatividade, a autonomia das mulheres. É perceptível que a menção a configurações culturais distintas é manejada como um adorno cultural que suprime a diversidade familiar e de gênero

ao aceitar a pluralidade como folclore, mas não como projeto de sociedade. Assim, a “família” que se defende é heteronormativa, procriativa e unidade de controle, o que também é visto quando a ministra mobiliza os termos sobre autonomia e interferência:

Para lidar com esses desafios foi criado o Ministério da Mulher (4:58) da Família e dos Direitos Humanos, que conta no seu cronograma entre outras áreas (5:05) com a Secretaria Nacional da Família e a Secretaria Nacional de Promoção (5:10) e Proteção dos Direitos da Pessoa Idosa. (5:12) O Foco Especial na Família pretende fortalecer sua estrutura e as relações intrafamiliares, (5:19) sempre mantendo sua liberdade de autonomia. (Alves, 2019, online).

Assim, por mais que o projeto esteja sendo descrito como uma ação de pouca interferência nas dinâmicas familiares, são percebidas iniciativas como a mudança do nome do ministério, bem como a criação de observatórios e campanhas contra a ideologia de gênero, mobilizando inverdades como a ode conservadora à abstinência sexual. Com isso, o que se chama de “proteção” é, na verdade, a imposição de um modelo único familiar em nome da defesa contra pautas feministas sobre os DSR, agora transformadas em ameaças externas.

A partir disso, é possível argumentar que a ministra negligencia o saber acumulado pelos movimentos de mulheres, que entendem o aborto como uma questão de justiça social, saúde pública e autodeterminação sobre o próprio corpo e projeto de vida, inclusive incorporados na norma de organismos internacionais na década de 1990, como argumentamos no capítulo 1. Assim, a figura da mulher é reduzida a um vetor demográfico (por meio da “maternidade responsável”).

Além disso, Damares Alves também sugere as seguintes práticas como alternativas à prática do aborto:

Nesse caso, buscamos promover uma política (9:27) de fortalecimento da maternidade e de incentivo à adoção, (9:32) bem como prestar o necessário apoio às famílias uni parentais, (9:36) geralmente chefiadas por mulheres, que são muito comuns no Brasil. (Alves, 2019, online)

O discurso, então, negligencia e silencia a complexa e frequentemente traumática realidade material e psíquica que essas “alternativas” representam para as mulheres. Ao apresentar a maternidade como “responsável” e a vida como

“riqueza” em oposição ao aborto, o discurso apaga as condições concretas para que a maternidade seja, de fato, uma escolha livre e segura. Dessa forma, a menção à adoção diz respeito a uma solução simplista e objetifica as crianças em situação de vulnerabilidade, uma vez que o aborto diz respeito à autonomia corporal e ao projeto de vida de uma pessoa gestante, e a adoção diz respeito ao destino de uma criança já nascida.

Assim, ao emparelhar a condenação do aborto com o incentivo à maternidade e à adoção, o discurso não oferece alternativas, mas engendra um circuito de controle, produzindo uma falsa dicotomia em que a única saída moral para uma gravidez não planejada é ou assumir a maternidade sem as condições adequadas ou o sacrifício gestacional (passar por uma gravidez e parto para entregar a criança). Ambas as vias demandam um alto custo físico, emocional e econômico pago exclusivamente pela mulher, enquanto o Estado se exime de garantir os direitos sexuais e reprodutivos que permitiriam a ela evitar essa encruzilhada forçada. Portanto, há a negligência da dinâmica em que a verdadeira “política pró-família” e “pró-vida” começaria por garantir que toda gravidez fosse desejada, fruto de autonomia, e não de coação social, econômica ou moral.

Conclui-se, portanto, que, ao situar o aborto como “controle de natalidade” antinacional e a “ideologia de gênero” como uma ameaça abstrata à ordem natural, o discurso converte questões de direitos e justiça em problemas de segurança e administração populacional. Assim, o discurso contribui com a construção do entendimento de que o Estado tem a capacidade de definir o que é uma “vida valiosa” (a potencial, desde a concepção), o que é uma “família legítima” (a heteronormativa) e qual é o futuro desejável para a nação. Dessa forma, a proposta dos “Amigos da Família” na ONU é a tentativa de elevar essa racionalidade antigênero ao nível de uma norma global, criando uma aliança de Estados comprometidos em governar os corpos e os afetos de seus cidadãos em nome de uma demografia saudável e de uma ordem social imutável.

#### **4.1.7 Discurso do Ministro Ernesto Araújo no lançamento dos compromissos voluntários do Brasil no contexto da candidatura do país ao Conselho de Direitos Humanos da ONU**

Ainda no ano de 2019, o então ministro das Relações Exteriores discursou no lançamento dos compromissos voluntários do Brasil no contexto da candidatura do país ao Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU. Tal participação nos leva a interpretar este momento como mais uma ocasião em que há a construção de uma racionalidade antiaborto na gramática dos Direitos Humanos.

A priori, é perceptível que o ministro evita mencionar diretamente a questão do aborto, realizando uma manobra que atribui um significado positivo à proibição da prática do aborto, construindo um arcabouço conceitual em que o aborto se torna uma impossibilidade lógica:

Entre as prioridades do governo brasileiro nessa área, não se pode deixar de destacar a proteção da vida desde a concepção, o fortalecimento dos vínculos familiares, o combate à violência religiosa e o enfrentamento da discriminação e da violência contra as mulheres, sobretudo o feminicídio (Araújo, 2019, online).

Aqui, o ministro estabelece uma hierarquia discursiva ao afirmar que a expressão “desde a concepção” é inserida não como um debate, mas como um qualificador natural e óbvio do direito à vida. Assim, ele ressignifica o “direito à vida”, um conceito central nos direitos humanos, anexando-lhe um marco biológico específico que não é consenso no direito internacional. Ademais, ao citar que “os direitos humanos são direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988 e também reconhecidos internacionalmente pela Declaração Universal de 1948” (Araújo, 2019, online) e incluir a “proteção da vida desde a concepção” como prioridade governamental nesse mesmo contexto, ele busca naturalizar essa visão como parte orgânica do arcabouço jurídico nacional e internacional, colocando o debate sobre o aborto como uma violação do princípio constitucional e humano mais fundamental.

Além disso, é possível inferir que o aborto é o conceito que abarca tais afirmações. Ao nunca nomear o debate, mas apenas afirmar o princípio absoluto da “vida desde a concepção”, o discurso torna a discussão sobre direitos reprodutivos inviável, uma vez que não há espaço para negociar “saúde da mulher” ou “autonomia” quando o oposto é colocado como a defesa do direito humano primordial. Assim, a análise identifica uma oposição binária fundamentada em Milliken (2001). Nessa estrutura, o princípio da “proteção da vida desde a

concepção” é alinhado e legitimado como sinônimo da própria defesa dos direitos humanos. Por consequência, qualquer prática que conteste esse princípio – como a defesa do aborto legal – é posicionada discursivamente não como um debate legítimo, mas como uma ação que deslegitima os direitos humanos.

No que se refere à produtividade do discurso, é perceptível que há uma tentativa de instalação de uma lógica de governança que permeia todas as ações do Estado no cenário dos direitos humanos, incluindo a retaliação às pautas feministas e dos direitos sexuais e reprodutivos. Assim, a posição antiaborto transborda do campo da moral religiosa para o da racionalidade de Estado e aparece ao lado de outras “prioridades do governo brasileiro”, como o combate à corrupção, ao feminicídio e à discriminação LGBTQIAPN+. Isso equipara a racionalidade antigênero, pautada na negação do debate sobre o aborto, a políticas de gestão pública e a insere na linguagem técnica da governança, esvaziando-a de seu conteúdo confessional e apresentando-a como um imperativo de administração responsável da população.

Outrossim, o discurso enfatiza a defesa da vida “desde a concepção” como a exportação de um princípio jurídico soberanamente construído, ao citar que esta faz parte da vontade popular traduzida nos “anseios do povo brasileiro, refletidos nas eleições” (Araújo, 2019, online). Assim, a candidatura ao CDH torna-se, então, uma plataforma para defender essa redefinição do direito à vida perante o mundo. Dessa forma, ao citar que “continuaremos apoiando medidas em prol da abolição da pena de morte, em linha com o que estabelece a Constituição brasileira e com a prioridade atribuída ao direito à vida” (Araújo, 2019, online), o ministro coloca a oposição à pena de morte e à interrupção da gravidez sob o mesmo guarda-chuva lógico do “direito à vida”, criando uma coerência discursiva que associa a imagem progressista (antipena de morte) à conservadora (antiaborto).

No que tange à análise do discurso como ação da prática, é perceptível que a menção à “proteção da vida desde a concepção” silencia completamente a vida, a saúde e a autonomia da pessoa gestante. O discurso menciona o combate ao feminicídio e à violência contra a mulher, mas se recusa a reconhecer que a negação do aborto seguro é, ela mesma, uma forma de violência institucional que coloca em risco a vida e a saúde de milhares de mulheres: de acordo com o Conselho Federal de Enfermagem, uma mulher morre a cada 2 dias por aborto inseguro, e a

criminalização não impede que 1 milhão de abortos induzidos ocorram todos os anos no Brasil (COFEN, 2018).

Ademais, o método dos conhecimentos subjugados nos permite afirmar que todo o consenso científico da Organização Mundial da Saúde e da medicina sobre o aborto inseguro como um grave problema de saúde pública é suprimido a partir do momento em que a evidência de que a criminalização não reduz os abortos, apenas os torna mais letais, é ignorada, fazendo com que o saber que entende a saúde reprodutiva como integral, incluindo a prevenção da gravidez indesejada e o cuidado pós-aborto, seja silenciado.

Além disso, o discurso se apropria da linguagem dos Direitos Humanos, mas suprime as interpretações progressistas desses mesmos documentos e de encontros posteriores que reformaram progressivamente a gramática dos direitos humanos, inclusive incluindo os direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos fundamentais. Assim, o discurso ignora os comitês de tratados, as conferências (como as do Cairo e de Pequim) e os relatores especiais da ONU que há décadas vêm construindo uma interpretação dos direitos humanos que inclui os direitos sexuais e reprodutivos e o acesso ao aborto seguro em certas circunstâncias, como parte dos direitos da mulher.

Conclui-se, portanto, que o discurso de Ernesto Araújo é uma tentativa de instituir uma racionalidade antigênero pautada na defesa da criminalização do aborto no cerne do sistema global de direitos humanos. Dessa forma, a “proteção da vida desde a concepção” é apresentada como a expressão máxima da razão de Estado brasileira, alinhada com a democracia, a Constituição e uma suposta verdade científica e moral universal, buscando reconfigurar o próprio campo dos direitos humanos, deslocando-o de uma tradição que gradualmente incorporou a autonomia reprodutiva para uma tradição que a vê como uma antinomia do direito fundamental à vida.

#### **4.1.8 Cerimônia de assinatura do Consenso de Genebra em 2020**

O Consenso de Genebra, estabelecido em 2020, atuou como uma ferramenta central para a coordenação política e ideológica entre países conservadores. Sob a liderança de Damares Alves e Ernesto Araújo, o Brasil assumiu um papel

protagonista ao se juntar a nações como Estados Unidos (na era Trump), Egito, Hungria, Indonésia e Uganda como um dos principais signatários. Essa aliança transnacional reuniu uma diversidade de governos, como autocracias religiosas e democracias iliberais, com um objetivo em comum: combater avanços progressistas em direitos sexuais e reprodutivos, com foco especial na oposição ao aborto.

O discurso constrói sua inteligibilidade a partir de uma série de oposições binárias que estabelecem uma relação de poder e hierarquia prévia, tal como discutido por Milliken (2001). A fala de Ernesto Araújo e Damares Alves constitui tal hierarquização sobre pares como família/indivíduo, vida/aborto, soberania internacional/pressão externa e direitos consensuais/direitos hipotéticos. Em cada dupla, um polo é privilegiado e naturalizado, enquanto o outro é ressignificado a uma posição de ameaça ou ilegitimidade.

A família é apresentada como “unidade fundamental”, “elemento natural”, “central” e “sólida”:

[...] em que nós reafirmamos (41:55) o nosso mais alto compromisso (41:57) de promover a saúde e assegurar (41:59) o bem-estar das mulheres, (42:01) ao mesmo tempo em que defendemos a centralidade (42:03) da família como unidade fundamental (42:06) da sociedade, tal como estipula (42:08) a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, (42:10) do seu antigo décimo sexto, (42:12) quando diz que a família é o elemento (42:14) natural e fundamental da sociedade (42:16) e tem o direito à proteção (42:18) desta, ou seja, da sociedade e do Estado. (42:21) Em linha (42:22) com os ideais que inspiram essa declaração (42:24) e com os valores compartilhados (42:26) pelos nossos povos, nós reafirmamos (42:28) também nosso dever de proteger a vida humana (42:30) desde a sua concepção (Araújo, 2020, online).

Este conjunto de predicados positivos constitui a família como o sujeito ideal e fundamental da sociedade, portador de um direito à proteção, representando um ideal da ideologia familista (Corrêa, 2018). Em oposição binária implícita, o indivíduo (especificamente a mulher) só é significativo quando “compreendida dentro de um contexto geral de bem-estar familiar”:

Então nós nos reunimos (42:58) hoje aqui em defesa da saúde da (43:00) mulher, do fortalecimento da família (43:02) e da proteção da vida. (43:04) O Brasil está comprometido a trabalhar junto (43:06) com os demais países signatários (43:07) nesta declaração, no âmbito das Nações Unidas (43:10) e outros fóruns internacionais (43:11) pela promoção dessas mais

altas (43:13) aspirações e comunidades. (43:16) Acreditamos que é para isso que existem (43:17) os organismos internacionais das (43:19) Nações Unidas, para que nações soberanas (43:21) possam discutir e defender os seus (43:24) valores de maneira aberta, (43:26) franca e transparente. Obrigado. [Damares] (43:29) Cumprimentando a todos, (43:30) afirmo na linha (43:32) do que disse o ministro Ernesto Araújo, (43:35) que investir na (43:36) família é medida indispensável (43:38) para o desenvolvimento sustentável (43:40) e a erradicação da (43:42) pobreza. E o fortalecimento (43:44) de vínculos é um meio (43:46) sólido de contribuir para a saúde (43:48) física e mental dos membros (43:50) da família. Neste sentido, (43:52) o Brasil reitera o seu compromisso (43:54) com a proteção integral (43:56) e a promoção da saúde (43:57) de todas as mulheres e meninas, (44:00) inclusive a saúde (44:01) sexual reprodutiva, (44:03) desde que é compreendida (44:05) dentro de um contexto geral (44:07) de bem-estar familiar, (44:09) com a devida proteção, tanto (44:11) às grávidas, quanto (44:13) aos nascituros. (Araújo e Alves, 2020, online).

Assim, a identidade autônoma da mulher, especialmente em suas decisões reprodutivas, é apagada pela centralidade discursiva da família. Além disso, a saúde da mulher é um termo que só adquire significado sob a sombra do “fortalecimento da família” e da “proteção da vida”, revelando como o discurso opera para esvaziar um termo (mulher) em favor de outro (família/vida).

Partindo para a identificação da produtividade do discurso, é notável o quanto tal pronunciamento pretende gerar um impacto significativo em seus expectadores. Ao “reafirmar” e “rejeitar categoricamente” a prática do aborto, o discurso institui discursivamente a retórica antiaborto no plano internacional. A enunciação “não existe um direito à interrupção voluntária da gravidez” é um ato de poder que busca criar o fato discursivo que nomeia:

Portanto, (44:16) celebramos que o texto (44:17) da declaração, ora assinada, (44:20) consagre a inexistência (44:22) de um direito à interrupção (44:24) voluntária da gravidez, (44:26) como às vezes se (44:28) afirma em determinados (44:30) fóruns internacionais. (44:31) Que se diga abertamente, nada (44:34) no direito internacional dos direitos (44:36) humanos fundamenta (44:38) esse hipotético direito de (44:40) valer-se do aborto como (44:42) opção do planejamento (44:44) familiar. Neste contexto, (44:46) conclamamos os Estados (44:48) a promover o bem-estar (44:50) da família e a saúde (44:52) da mulher, seja ela da (44:54) cidade, do campo (44:55) e da floresta, com ênfase (44:57) nos direitos humanos (45:00) consensualmente reconhecidos (45:02) pela sociedade internacional. (Alves, 2020, online)

Essa produção de realidade tem consequências materiais diretas, ligando-se ao que a autora menciona sobre como os discursos modificam e legitimam ações políticas (Milliken, 2001). Ao vincular a saúde sexual e reprodutiva a um “contexto geral de bem-estar familiar” e à “devida proteção aos nascituros”, o discurso legitima políticas que restringem o acesso ao aborto legal e seguro. Ele transforma uma visão moral particular em um princípio de governança, apresentando a negação de direitos como uma forma superior de proteção. Ao fazer isso, o discurso trabalha para consolidar essa visão como senso comum (“direitos humanos consensualmente reconhecidos”), excluindo interpretações feministas dos direitos sexuais e reprodutivos como meras “iniciativas de determinados fóruns internacionais”. A produtividade aqui é excludente, pois produz uma realidade social em que a autonomia corporal da mulher é um “hipotético direito” e a restrição é a norma protetora.

No que diz respeito aos métodos de crítica ao discurso sugeridos por Milliken (2001), podemos identificar, a partir do método da desconstrução, que o discurso contém uma instabilidade interna, pois se coloca em defesa da “saúde das mulheres” enquanto rejeita um procedimento médico (o aborto) que, em condições inseguras, é uma das maiores causas de mortalidade materna. A “proteção integral de todas as mulheres” é colocada em contradição com a negação de um serviço de saúde essencial para muitas. Essa colocação discursiva expõe que a mulher é, na verdade, vazia de uma subjetividade autodeterminada, sendo preenchida pelo significado de “mãe em potencial” ou “membro da família”. Assim, contestamos aqui que a “verdade” apresentada como única e natural tem, na verdade, um caráter político e seletivo.

No que tange ao método da justaposição, o discurso negligencia aquelas meninas e mulheres brasileiras que morrem em condições de aborto inseguro no Brasil ou que carregam gravidezes resultantes de estupro ao clamar pela necessidade, ao final do discurso, de que “nenhuma menina e nenhuma mulher fique para trás” das ações excludentes propostas por Damares e Ernesto neste discurso: “Que possamos construir nações (45:07) em que, respeitadas as mais (45:10) diferentes tradições culturais, (45:12) nenhuma menina (45:13) e nenhuma mulher fique (45:15) para trás. Muito obrigada.” (Alves, 2020, online).

Além disso, é possível identificar que a ênfase na família como núcleo sólido justapõe-se à realidade da violência doméstica e do abuso sexual, que ocorre

precisamente nesse espaço protegido<sup>27</sup> e se concretiza, muitas vezes, pela falta de acesso à educação sexual que tais grupos conservadores tanto condenam. O discurso apresenta um mundo ordenado e consensual, mas a justaposição com experiências concretas revela suas exclusões violentas.

No que tange ao método dos conhecimentos subjugados, é possível identificar como o discurso analisado subjuga outros saberes a partir da referência a “determinados fóruns internacionais” e a “às vezes se afirma”, que são entendidos aqui como gestos pensados para marginalizar os vastos movimentos feministas, de direitos humanos e médicos que, com base em evidências e na defesa da autonomia, afirmam os direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos fundamentais. Ademais, a frase “que se diga abertamente”, ao final do discurso, é entendida aqui como um ato de poder que tenta encerrar o debate, declarando uma suposta falta de fundamento no direito internacional, ignorando deliberadamente as interpretações de tratados de direitos humanos feitas por comitês especializados da ONU que veem a criminalização do aborto como uma violação dos direitos das mulheres.

A análise pós-estruturalista demonstra que o pronunciamento ministerial é um discurso produtor de realidade que, por meio de oposições binárias hierárquicas, constrói identidades sociais específicas (a mulher como parte da família, o Estado como protetor da vida desde a concepção). Seguindo a provocação final de Milliken (2001), entender esse discurso como uma prática que constrói a realidade nos permite criticar sua lógica interna e, principalmente, vislumbrar as rupturas por onde é possível deslocar seus significados hegemônicos e insurgir com os conhecimentos e realidades que ele insiste em silenciar. A luta, portanto, também é discursiva, pela ressignificação de saúde da mulher, proteção e direitos em uma chave radicalmente mais inclusiva e emancipatória.

A análise do discurso revela, ainda, que os direitos sexuais e reprodutivos constituem o núcleo estratégico de implementação da agenda antigênero, funcionando como o campo discursivo onde se trava a batalha decisiva pela definição das identidades e da ordem social. Ao atacar diretamente a autonomia reprodutiva — simbolizada na rejeição categórica ao aborto e na subordinação da saúde da mulher ao “bem-estar familiar” —, o discurso reinstaura um regime de

---

<sup>27</sup> 76% dos casos de abusos a vulneráveis acontecem dentro de casa. (TV Senado, 2025, online).

verdade que fixa o gênero como destino biológico imutável e a família heteronormativa como célula tida como natural da sociedade. Essa negação opera como um mecanismo produtivo que transforma o corpo da mulher em território político a ser controlado, converte o direito ao aborto no termo que condensa todas as ameaças da suposta “ideologia de gênero” e mobiliza afetos conservadores sob a bandeira da “proteção da vida”. Desse modo, a ofensiva contra os direitos reprodutivos alavanca práticas por meio das quais a agenda antigênero estabiliza suas oposições binárias fundamentais, fabrica seu inimigo unificador e justifica intervenções estatais excludentes.

Assim, o discurso analisado articula a defesa da “soberania nacional” e dos “valores consensuais” como escudo contra um “direito internacional ao aborto” apresentado como imposição progressista. Essa manobra permite à agenda antigênero manejar a linguagem dos direitos humanos para esvaziá-la, posicionando “direitos da família” e do nascituro como mais legítimos e naturais. Assim, a batalha contra os direitos sexuais e reprodutivos torna-se o eixo para a formação de coalizões transnacionais conservadoras, que unem governos e movimentos religiosos em uma frente comum antigênero. O resultado material é a consolidação de um projeto de poder que, ao negar a autodeterminação reprodutiva, aprofunda desigualdades e violências de gênero e naturaliza um ordenamento social hierárquico.

#### **4.1.9 Portaria sobre aborto legal durante a pandemia em 2020**

A Portaria GM/MS nº 2.561, de 24 de setembro de 2020, emitida no auge da pandemia de COVID-19, constrói uma racionalidade administrativa antiaborto. Sob o comando do então ministro Eduardo Pazuello, o Ministério da Saúde articulou ações que tornaram o aborto legal no Brasil inacessível, desumanizante e traumático. A Portaria é aqui analisada como um discurso, uma vez que os predicados identificados, escritos ou falados, atuam na construção de realidades sociais e institucionais, conforme destacado na reflexão de Milliken (2001) sobre o poder performativo da linguagem.

Assim, a portaria do Ministério obriga a notificação à autoridade policial em todos os casos cobertos pela lei, mesmo nos de risco de morte à mãe, quando a

decisão médica, muitas vezes, é tomada dentro do centro cirúrgico. No país, o aborto é autorizado em caso de violência sexual ou quando o parto põe em risco a vida da mulher (Agência Senado, 2020). Tendo em mente a identificação de sistemas de significação, é possível identificar, na portaria, uma oposição binária que entende a ordem como a autoridade policial, os policiais e a equipe do hospital, enquanto coloca como suspeita a mulher vítima de estupro, como é evidenciado no artigo 7º, II:

Preservar possíveis evidências materiais do crime de estupro a serem entregues imediatamente à autoridade policial ou aos peritos oficiais, tais como fragmentos de embrião ou feto com vistas à realização de confrontos genéticos que poderão levar à identificação do respectivo autor do crime (Brasil, 2020, online)

Neste contexto, “fragmento de embrião ou feto” deixa de ser um tecido humano resultante de um procedimento médico privado, sendo ressignificado como “evidência material” de um crime, no qual o útero da mulher e o produto da interrupção da gravidez são transformados em uma cena do crime a ser preservada. Além disso, ao exigir a preservação do material para “confrontos genéticos”, a portaria institui a suspeita, pois parte do pressuposto de que a alegação de estupro pode ser falsa e que é dever do sistema de saúde atuar como extensão da polícia para verificá-la.

Com isso, há a inversão da lógica do atendimento à vítima, que deve ser de acolhimento e credibilidade inicial, para uma lógica de interrogatório e verificação. Tal conduta vai contra a norma técnica do Ministério da Saúde sobre o procedimento médico recomendado em caso de aborto enquanto fruto de violência sexual:

Quando houver indicação de um procedimento invasivo, como no caso do aborto, torna-se necessária a presença de um dos pais ou do responsável, excluindo-se as situações de urgência, quando há risco vida iminente, e em casos de violência sexual. Tal procedimento deve estar rigorosamente dentro das normas do Ministério da Saúde para a realização do aborto legal. [...] Para o atendimento às solicitantes ao aborto legal devem ser seguidas as orientações [...] i) menores de 18 anos grávidas com direito ao aborto legal, devem ser acolhidas e esclarecidas sobre o seu direito à escolha da opção do abortamento, sendo necessária a autorização de responsáveis ou tutores para a solicitação do procedimento ii) menores de 14 anos, necessitam adicionalmente de uma comunicação ao Conselho Tutelar e acompanhamento do

processo, com sua solicitação de agilização. (Brasil, 2012, online)

Indo contra as diretrizes supracitadas, é possível identificar a produtividade que esta portaria representa ao materializar barreiras ao aborto legal, sob o pretexto da racionalidade e do combate à fraude, ao estabelecer um processo de quatro etapas (Termo de Relato Circunstanciado, Parecer Técnico, Termo de Aprovação) para que o aborto legal, em caso de estupro, seja realizado:

Parágrafo único. O Termo de Relato Circunstanciado deverá ser assinado pela gestante ou, quando incapaz, também por seu representante legal, bem como por 2 (dois) profissionais de saúde do serviço, e conterá: I) local, dia e hora aproximada do fato; II - tipo e forma de violência; III - descrição dos agentes da conduta, se possível; e IV - identificação de testemunhas, se houver [...]

Art. 3º A segunda fase se dará com a intervenção do médico responsável que emitirá parecer técnico após detalhada anamnese, exame físico geral, exame ginecológico, avaliação do laudo ultrassonográfico e dos demais exames complementares que porventura houver. § 1º A gestante receberá atenção e avaliação especializada por parte da equipe de saúde multiprofissional, que anotará suas avaliações em documentos específicos. § 2º Três integrantes, no mínimo, da equipe de saúde multiprofissional subscreverão o Termo de Aprovação de Procedimento de Interrupção da Gravidez, não podendo haver desconformidade com a conclusão do parecer técnico. § 3º A equipe de saúde multiprofissional deve ser composta, no mínimo, por obstetra, anestesista, enfermeiro, assistente social e/ou psicólogo. Art. 4º A terceira fase se verifica com a assinatura da gestante no Termo de Responsabilidade ou, se for incapaz, também de seu representante legal, e esse termo conterá advertência expressa sobre a previsão dos crimes de falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e de aborto (art. 124 do Código Penal), caso não tenha sido vítima do crime de estupro. Art. 5º A quarta fase se encerra com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que obedecerá aos seguintes requisitos: I - o esclarecimento à mulher deve ser realizado em linguagem acessível, especialmente sobre: os desconfortos e riscos possíveis à sua saúde; [...] III - deverá conter declaração expressa sobre a decisão voluntária e consciente de interromper a gravidez. (Brasil, 2020, online).

Assim, a mulher já violentada é obrigada a detalhar o crime por escrito, submeter-se a uma análise que verifica a “compatibilidade” de seu relato (implicando que poderia ser incompatível) e obter a aprovação de uma “equipe multidisciplinar”. Além disso, promulgada durante a pandemia, a portaria explorou o caos e a sobrecarga do sistema de saúde em um momento em que hospitais

colapsavam; ela impôs um protocolo complexo, demandando a formação de comitês de aprovação e a coleta forense de “evidências”. Na prática, isso significava que pouquíssimos serviços teriam condições de implementá-la, tornando o aborto legal tecnicamente existente, mas materialmente inexistente.

A conduta do Ministério da Saúde serviu, portanto, a uma racionalidade antiaborto que operava pelo esvaziamento prático do direito ao aborto legal. É possível inferir que o objetivo da portaria era, então, dissuadir as mulheres de buscarem o serviço a partir do momento em que o procedimento foi apresentado como uma investigação criminal, com a preservação de “fragmentos” de sua gravidez como prova, agindo como um potente instrumento de terror psicológico.

Assim, ao se apresentar como uma mantenedora da saúde da mulher, a portaria dificulta o acesso à saúde reprodutiva. Ademais, é perceptível a lógica de que o Estado e a mulher vítima de estupro têm interesses antagônicos, uma vez que o Estado estaria interessado na verdade do crime, enquanto a mulher estaria interessada em um procedimento de saúde. A portaria constrói esse antagonismo e posiciona o aparato estatal como o fiscal da narrativa da vítima.

Outrossim, no que tange ao método dos conhecimentos subjogados, é possível inferir que o saber da saúde pública, da psicologia do trauma e dos direitos das vítimas, que prega a credibilidade inicial, o cuidado centrado na pessoa, a confidencialidade e a não revitimização, não são levados em consideração. Além disso, a portaria ignora a realidade de que a esmagadora maioria dos estupros não é denunciada à polícia e que o sistema judicial é lento e traumatizante.

É possível concluir, portanto, que a racionalidade antigênero, pautada na retaliação ao aborto — um direito sexual e reprodutivo —, permeava também o Ministério da Saúde. Com a portaria publicada, foi permitido que as mulheres vítimas de violência, na prática, não pudessem optar pelo aborto legal, o que mostra o transbordamento da lógica antigênero para o cotidiano das mulheres brasileiras. Assim, a portaria buscou efetivar, na prática cotidiana dos hospitais, o que os discursos de Araújo e Damares pregavam nos palcos internacionais: a subordinação absoluta do corpo da mulher e de seus direitos reprodutivos aos imperativos de uma ordem moral e policial estatal.

#### 4.1.10 Discurso de Ângela Gandra na *Political Network for Values* em 2021

De acordo com o informe do Sexuality Policy Watch de 2021 acerca da diplomacia paralela ultraconservadora do Governo Bolsonaro, a então Secretária Nacional da Família, Ângela Gandra, foi protagonista dessa trajetória diplomática. Nesse sentido, o observatório sistematizou eventos e relações realizados por Ângela durante o governo em questão, e foi percebido que a Secretária esteve muito ativa entre os anos de 2021 e 2022, principalmente quando Ernesto Araújo deixou o cargo de Ministro das Relações Exteriores. Para os propósitos desta pesquisa, selecionamos o discurso enfatizado por Corrêa e Prado (2024) no evento da plataforma transnacional conservadora *Political Network for Values*, uma vez que esse momento representa a estratégia da Direita Radical de recorrer:

à gramática já conhecida e de forte dimensão afetiva como laços familiares e proteção a crianças, o que facilitou a instalação desse 'novo paradigma'. O deslocamento de um ideal familista para o centro das políticas públicas de direitos humanos, assistência e educação esteve desde sempre vinculado ao combate contra 'ideologia de gênero'. (Corrêa; Prado, 2021, p. 6)

Recorrente em muitos discursos aqui estudados, o discurso de Ângela Gandra opera através de um sistema de significação que constrói a realidade em torno da "família" e da "vida" como conceitos carregados de valores específicos:

Gostaríamos também de estimular a participação responsável nas decisões sobre a parentalidade (32:08), que não devem ser tomadas unilateralmente. Portanto, estamos falando de uma dupla ação (32:21), tomar decisões com liberdade e com responsabilidade (32:25), envolvendo toda a responsabilidade que se supõe (32:38) para o melhor interesse da criança. E durante este (33:38) mês temos o dia nacional da adoção e gostaríamos de dar muito mais (33:45) informações para que as pessoas não escolham o aborto (33:55), mas deem à luz a criança e a entreguem para adoção. (34:06) E também iniciamos um novo projeto que gostaria de compartilhar com vocês. (34:14) "Adote o Amor" é o título deste projeto. Estamos falando de amor sem limites, (34:24) o que é realmente importante do ponto de vista da vida dos seres humanos. (34:33) E depois disso, outra boa notícia. Estamos finalizando (34:42) ou concluindo, já temos o produto pronto que podemos oferecer em conjunto com o (34:48) Tribunal Nacional de Justiça, uma espécie de preparação para o casamento civil. Porque para nós (35:00) para nós é realmente importante (35:04) que a prevenção forneça informações antecipadamente. (Grandra, 2021, online).

A argumentação de Ângela Gandra se estrutura em fortes oposições binárias. Partindo para a análise a partir dos sistemas de significação de Milliken (2001), é possível perceber que o polo “vida” é associado a direitos: “primeiro e mais importante direito humano” e “amor sem limites”. O aborto, por outro lado, é construído através de predicados negativos: “riscos e consequências” físicas e sociais, falta de informação, e é colocado como antagônico à vida. A oposição não é neutra; há uma hierarquia clara onde a vida deve sempre prevalecer (“não escolham o aborto, deem à luz”).

Ademais, outro conceito privilegiado é a família heteronormativa centrada na “paternidade/maternidade responsável” e no “casamento civil”. Este modelo é apresentado como o alicerce para o “melhor interesse da criança”. A oposição binária fica implícita: o que está fora desse modelo (famílias não heteronormativas, pais/mães solteiros, escolhas reprodutivas autônomas) é marginalizado ou invisibilizado, tornando-se o “outro” não nomeado, mas repellido. Além disso, o discurso posiciona o projeto como portador de “informação facilitada”, “informação profunda” e “prevenção através da informação”. Isso cria um binômio no qual o discurso hegemônico se apresenta como salvador da “pouquíssima informação” disponível, que estaria levando a decisões erradas, como o aborto.

Outrossim, aponta Milliken (2001), o discurso não apenas descreve, mas produz realidades. Aqui, vemos a construção de identidades políticas e sociais específicas a partir da construção do ideal de mulher no trecho:

Então, existem dois projetos de lei que foram solicitados pelo nosso presidente (29:42). O primeiro trata da criação de um dia nacional do nascimento e o outro (29:55) é um dia comemorativo do aborto. Este projeto visa conscientizar sobre a (30:05) vida como a primeira e mais importante vida humana, sobre os direitos dos bebês não nascidos (30:17), sobre os direitos das mulheres, oferecendo informações facilitadas sobre todos os riscos (30:23) e consequências do aborto, físicas, sociais (30:30) e também informativas, porque há muito pouca informação disponível (30:36). Em apenas 30 dias, alcançamos 73 pessoas (30:52) para este programa e, além disso, temos outro projeto quase concluído, outro projeto de lei (31:01) que visa criar o dia nacional de conscientização sobre a paternidade responsável (31:10). É realmente importante entender o significado da paternidade, a paternidade (31:25) responsável (31:32) (Gandra, 2021, online).

O direito da mulher mencionado está diretamente vinculado a receber informação sobre os riscos do aborto e a ser inserida num projeto de “paternidade/maternidade responsável”. A agência feminina é direcionada para a aceitação da gravidez e para a decisão compartilhada (“não deve ser tomada unilateralmente”), mas sempre dentro do quadro da família tradicional. A ação autônoma sobre o próprio corpo, ou seja, a prática do aborto, é discursivamente convertida em um risco físico e social a ser evitado.

No final da fala, Gandra naturaliza sua visão ao amarrá-la a conceitos aparentemente incontestáveis: “vida”, “família”, “amor”, “responsabilidade”, “igualdade entre homens e mulheres”:

E teremos algo como (35:22) o casamento é legal. Legal em português brasileiro significa legal por um lado e descolado por outro (35:34). Então, o casamento é legal significa que o casamento é descolado. E então daremos todas as informações legais (35:45) e também daremos apoio financeiro para o casamento a fim de (35:53) ajudar no nascimento de mais filhos. E também tudo será usado para fortalecer a (36:04) vida familiar (Gandra, 2021, online)

Assim, ao vincular políticas específicas (dias comemorativos, cursos pré-matrimoniais, apoio financeiro para casais) a esses significantes amplos, ele trabalha para transformar uma visão política particular em senso comum, um fundamento natural da ordem social que deve ser reforçado. Além disso, é possível perceber a tentativa de construção de um ideal conservador de que o casamento e, conseqüentemente, a relação sexual dentro desse molde devem servir obrigatoriamente à reprodução. Essa visão remete ao ideal dos fundamentalismos cristãos que buscam afastar a prática sexual sob o pretexto do prazer — principalmente o feminino — e deslocam a ação para a finalidade unicamente reprodutiva.

Partindo para os métodos de Milliken (2001), que buscam entender como o discurso é uma prática que busca consolidar uma ordem social, podemos desmontar a aparente neutralidade do discurso na frase “(33:03) homens e mulheres são iguais”, que é justaposta à promoção de um modelo familiar tradicional e à ênfase na paternidade/maternidade. Tal desconstrução revela uma tensão: que tipo de igualdade é essa, se inscrita num modelo com papéis potencialmente fixos? A

“liberdade” citada (32:21) é imediatamente qualificada pela responsabilidade, definida pelo próprio discurso.

Em adição, é crucial confrontar essa narrativa com realidades que ela ignora ou não consegue explicar. No caso da demonização da prática do aborto seguro, há o silenciamento e a ignorância de realidades como a violência obstétrica, a mortalidade materna por abortos inseguros, a carga desproporcional do cuidado sobre as mulheres, a existência de famílias LGBTQIAPN+, a pobreza que impede a criação “responsável” de filhos ou a demanda histórica dos movimentos feministas pela autodeterminação reprodutiva. Essa justaposição expõe como o discurso seleciona e silencia fatos para manter sua coerência interna e seu objetivo político.

Portanto, é possível perceber que, através de oposições binárias hierárquicas, o discurso constrói realidades e instaura uma verdade: que a vida começa na concepção, que a família tem uma forma específica e que o Estado deve usar sua máquina (leis, dias comemorativos, cortes de justiça, incentivos financeiros) para dirigir as escolhas reprodutivas e afetivas dos cidadãos rumo a esse modelo. Entender essa produtividade discursiva, como propõe Milliken (2001), é fundamental para desnaturalizar suas certezas e revelar as relações de poder e as exclusões que ela sustenta e legitima.

Em outro momento da mesma conferência, Chade e Trevisan (2021) remontam a fala de Ângela Gandra, que também resgata a luta contra a “ideologia de gênero”:

Estamos trabalhando muito nas políticas públicas contra a “ideologia de gênero”. Desde o primeiro momento, tiramos todas as cartilhas que tínhamos onde os pais eram preparados a ajudar seus filhos desde os dois anos [de idade] a escolher seu sexo. Como estamos fazendo? Em primeiro lugar, com um projeto que se chama “Famílias Fortes”. É um programa que estamos levando a todos os municípios do Brasil, que trata do fortalecimento de vínculos familiares. Porque muito acontece pelos abusos que há na família, a pedofilia e tudo, que depois as pessoas se confundem e vão para outro caminho. Pensamos que isso é a prevenção da prevenção: a família forte. (Chade, Trevisan *apud* Corrêa e Prado, 2024, p. 6).

Neste trecho, o termo “ideologia de gênero” funciona como um conceito carregado de sentidos negativos, permitindo aglutinar diversas pautas (como a discussão sobre identidade de gênero ou educação sexual) sob uma única ameaça

moral, assim como percebido em diversos discursos aqui analisados. A prática de identificar a oposição binária nos mostra uma hierarquia estabelecida entre a suposta “ideologia de gênero” (associada à confusão, abuso e desvio) e a “família forte” (sinônimo de vínculos saudáveis, prevenção e ordem natural). Essa oposição hierarquiza e patologiza qualquer experiência que escape ao modelo heteronormativo e binário de família, criando um inimigo discursivo a ser combatido. A ação concreta de retirar cartilhas é apresentada como proteção, deslocando o debate do campo dos direitos para o da segurança moral. A fala produz, assim, realidades em que os proponentes se constroem como guardiões da inocência infantil e da saúde social, enquanto os defensores das cartilhas são implicitamente posicionados como facilitadores da confusão e, de forma gravíssima, até da pedofilia, uma associação discursiva poderosa e perigosa.

Ademais, o discurso busca se colocar em um nível lógico anterior, como o fundamento que tornaria desnecessárias outras políticas de proteção. A “família forte” é apresentada como a solução originária e natural para problemas sociais complexos (como a violência sexual), simplificando causalidades e excluindo qualquer debate sobre estruturas de poder intrafamiliares ou diversidade humana. O destaque ao programa “Famílias Fortes”, portanto, é uma prática discursiva que busca constituir uma realidade que materializa e dissemina essa visão específica e excludente de família como única possível e desejável. A análise desconstrutiva do discurso nos permite expor as fissuras dessa narrativa: a contradição entre fortalecer vínculos e, ao mesmo tempo, vigiar e policiar formas de existência; e a violência simbólica de reduzir identidades de gênero não binárias a uma “escolha” induzida por cartilhas, ignorando todo o conhecimento científico e as narrativas subjugadas da comunidade LGBTQIAPN+. O discurso, portanto, é a arena onde se trava uma batalha pelo poder de definir o que é normal, natural e legítimo na vida social.

Para os propósitos desta pesquisa, é crucial argumentar que a retórica discursiva da “ideologia de gênero” articula, de forma estratégica, discursos morais e religiosos ancorados em uma suposta ordem natural e na sacralidade da família tradicional, posicionando os direitos sexuais e reprodutivos como os grandes vilões dessa ordem. Ao mobilizar um pânico moral contra o aborto e as liberdades sexuais, essa narrativa opera como uma reação conservadora organizada aos avanços conquistados pelas lutas feministas e LGBTQIAP+ em prol da igualdade de gênero, tanto no plano internacional quanto doméstico. Esse discurso associa os direitos

sexuais e reprodutivos a uma ameaça existencial aos valores tradicionais, convertendo demandas por autonomia corporal e reconhecimento em perigos a serem combatidos pelo Estado. Nesse sentido, argumenta-se que os direitos sexuais e reprodutivos se tornaram o catalisador simbólico de um projeto de nação conservador, que visa restaurar hierarquias patriarcais e cis-heteronormativas por meio do controle da sexualidade e da autonomia reprodutiva.

#### **4.1.11 Discurso de abertura da 77ª Assembleia Geral da ONU em 2022**

O discurso do Presidente Jair Bolsonaro na 77ª Assembleia Geral da ONU em 2022, no contexto da corrida eleitoral presidencial daquele ano, que seria o último de seu governo, é percebido como a normalização da agenda antigênero que pautou seu governo. É interessante notar que, assim como em discursos anteriores, o enunciador não argumenta sobre o aborto de maneira direta, mas enquadra o direito à vida desde a concepção como um elemento natural e incontestável de um pacote maior de valores fundamentais, dissolvendo sua controvérsia em meio a uma narrativa de soberania, eficiência administrativa e defesa da civilização. Buscando identificar os sistemas de significação presentes no discurso, a defesa do direito à vida desde a concepção é apresentada como a essência do Brasil:

É essencial garantir que todos tenham o direito de professar e praticar livremente sua orientação religiosa, sem discriminação. Quero aqui anunciar que o Brasil abre suas portas para acolher os padres e freiras católicos que tem sofrido perseguição do regime ditatorial da Nicarágua. O Brasil repudia a perseguição religiosa em qualquer lugar do mundo. Outros valores fundamentais para a sociedade brasileira, com reflexo na pauta dos direitos humanos, são a defesa da família, do direito à vida desde a concepção, à legítima defesa e o repúdio à ideologia de gênero. (G1, 2022, online).

Nesta afirmação, é possível identificar a fusão dos termos “família”, “vida” (com a qualificação desde a concepção) e “repúdio à ideologia de gênero” como valores naturais e consensuais inerentes ao Brasil. Outro ponto que chama atenção se refere à menção da ideologia de gênero como significante que condensa todas as ameaças à ordem tradicional. A falta de definição do termo, que aqui entendemos como proposital, pode se referir a estudos acadêmicos, políticas de igualdade, à existência de pessoas trans, à educação sexual ou à autonomia feminina, e o repúdio

a essa ameaça configura uma rejeição total a um inimigo difuso e corruptor que pretendia desconstruir a “família” e a “vida”.

Ademais, no início do discurso, quando menciona valores fundamentais da sociedade brasileira como reflexo dos direitos humanos, é possível inferir que Bolsonaro busca sequestrar a linguagem universal e progressista dos direitos humanos — historicamente associada à expansão de liberdades e proteções — para revestir uma agenda restritiva e moral, uma vez que a defesa da vida desde a concepção e o repúdio à ideologia de gênero são incluídos na gama desses valores.

No que tange à reflexão sobre a produtividade do discurso, é interessante notar que a fala de Bolsonaro é dotada de referências a um Brasil moderno e eficiente, citando, na maior parte do discurso, temas como gestão econômica, agronegócio tecnológico, transição energética, inovação digital:

No plano interno, também estamos batendo recordes em três áreas: arrecadação fiscal, lucros das empresas estatais e relação entre dívida pública e PIB. [...] É isso que vemos, por exemplo, na produção de alimentos. Há quatro décadas, o Brasil importava alimentos. [...] O nosso agronegócio é orgulho nacional. [...] Em matéria de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, o Brasil é parte da solução e referência para o mundo. (G1, 2022, online)

Assim, o tom de administrador racional e bem-sucedido cria um tom de credibilidade quando, ao final do discurso, Bolsonaro defende valores conservadores:

Neste 7 de setembro, o Brasil completou 200 anos de história como nação independente. Milhões de brasileiros foram às ruas, convocados pelo seu presidente, trajando as cores da nossa bandeira. Foi a maior demonstração cívica da história do nosso país, um povo que acredita em Deus, Pátria, família e liberdade. (G1, 2022, online)

Com isso, é possível identificar, nesses valores, credibilizados pela retórica de progresso, um pilar moral natural de uma nação que também é tecnologicamente avançada. É importante pontuar, também, que as manifestações em setembro daquele ano tiveram um teor antidemocrático, no qual muitos manifestantes, convocados por Bolsonaro, defendiam uma intervenção militar que é proibida pela

Constituição Federal de 1988, sob o pretexto de restauração da ordem (G1, 2022, online).

A defesa do “direito à vida desde a concepção” e o “repúdio à ideologia de gênero” são enunciados como decisões nacionais incontestáveis, símbolos da resistência contra uma suposta “ditadura ideológica” global, principalmente nas ênfases à autoridade do “plano interno” ao longo do discurso. Ao proferir estas palavras na AGNU, é implícito que a ONU não deve impor consensos e deve respeitar a soberania dos Estados em definir esses valores fundamentais. A retórica antiaborto e antigênero se torna, assim, uma ferramenta para aliança transnacional antigênero no sistema internacional.

Ao analisarmos o discurso dentro da lógica da ação prática proposta por Milliken (2001), o método desconstrutivo indica contradições na fala de Bolsonaro. Na menção da defesa da vida desde a concepção, seguida da narrativa de sucesso econômico, há uma dinâmica que esconde a mortalidade materna — inclusive causada por abortos inseguros —, a pobreza menstrual, a falta de creches e a violência obstétrica. Assim, a “vida” defendida se refere à vida do feto, e não a uma ética consistente de cuidado que garantisse às mulheres as condições para gerar e criar filhos com dignidade.

Conclui-se, portanto, que o discurso de Bolsonaro, mesmo em um dos últimos momentos de sua gestão, continua a erguer, no palco principal da governança global, uma luta contra-hegemônica baseada em “valores não negociáveis” que vão além de posições morais pontuais. Esses valores, como a sacralização da vida desde a concepção, a defesa da família heteronormativa como célula mater da sociedade e o repúdio à “ideologia de gênero”, constituem os pilares de um projeto político que visa reconfigurar o consenso internacional em matéria de direitos humanos. Assim, o então presidente busca mobilizar, inspirar e conferir legitimidade internacional a uma vasta rede de atores — de governos autoritários a movimentos religiosos transnacionais — que se veem em uma guerra cultural contra uma modernidade secular e progressista.

Essa atitude constrói um legado discursivo estratégico: ao transformar o debate sobre aborto e gênero em uma cruzada civilizacional, ele solidifica uma frente ideológica cujo objetivo último é deslocar o paradigma dos direitos individuais e da autonomia corporal, substituindo-o por uma ordem internacional

fundada na soberania moral de Estados que se autodeclaram guardiões de uma lei natural pretensamente universal.

## 4.2 Conclusão

As análises de discurso empreendidas, fundamentadas no arcabouço pós-estruturalista de Jennifer Milliken (2001) sobre oposições binárias, revelam um fenômeno político-discursivo que consiste na construção de uma racionalidade antigênero e tem a retórica antiaborto como eixo estruturador de uma nova proposta de ordem internacional pela direita radical. Esta conclusão demonstra que a temática do aborto, bem como toda a gama dos direitos sexuais e reprodutivos, é uma ferramenta analítica central para compreender a morfologia, a estratégia e os objetivos desta força política no cenário global.

Assim, é possível concluir que a investigação empreendida identifica como central o papel dos direitos sexuais e reprodutivos, uma vez que há a consolidação de uma racionalidade política específica, que opera pela retaliação discursiva a esses direitos. Como visto nos discursos de Ernesto Araújo, Damares Alves, Ângela Gandra e Jair Bolsonaro e na portaria do Ministério da Saúde à época, as argumentações propõem uma ressignificação no debate sobre políticas públicas. Através de estratégias como a metáfora da “navalha no bolo”, que enquadra o direito reprodutivo do aborto seguro como um “contrabando” perigoso, esses atores realizam uma operação de ressignificação semântica e projeção política.

A dinâmica se dá, a priori, quando os enunciadores, no plano interno, deslocam o debate do campo da saúde e da autonomia para o da soberania, da moralidade essencializada e da segurança civilizacional. Em segundo lugar, e crucial para as Relações Internacionais, os enunciadores projetam esse entendimento como modelo de soberania legítima no sistema internacional. As análises revelam que a retórica discursiva da “ideologia de gênero” constitui o núcleo de um projeto político articulado pela direita radical, tanto no Brasil quanto no cenário internacional. Ao articular discursos morais e religiosos que invocam uma ordem natural e a família tradicional, esse movimento posiciona os direitos sexuais e reprodutivos (DSR) — como o aborto seguro e o reconhecimento das liberdades sexuais — como ameaças centrais a essa ordem. Essa narrativa opera

como uma reação conservadora estratégica aos avanços conquistados pelas lutas feministas e pelos movimentos LGBTQIA+, buscando reverter a igualdade de gênero em construção. No plano doméstico, essa retórica justificou a elaboração de políticas públicas excludentes e o desmonte de estruturas de proteção social, catalisando um projeto de nação que visa restaurar hierarquias patriarcais e cis-heteronormativas por meio do controle da sexualidade e da autonomia reprodutiva.

Além disso, os discursos analisados mostram como a retórica pautada na racionalidade antigênero é projetada como modelo de soberania e alinhamento internacional. Os atores analisados deslocam semanticamente o debate dos DSR do campo da saúde e da autonomia individual para o da soberania nacional, da segurança civilizacional e de uma moralidade essencializada. Nesse processo, a defesa da “vida desde a concepção” transformou-se em um sinônimo de unificação política, permitindo a formação de uma aliança internacional conservadora. Essa aliança se consolida contra uma suposta “ditadura globalista” dos direitos humanos, conforme observado em fóruns como a Cúpula de Budapeste e a Assembleia Geral da ONU. Desse modo, a pesquisa demonstra que a mobilização dos DSR como ameaça continua a estruturar debates e políticas de gênero muito além do ciclo governamental analisado, configurando-se como um elemento duradouro de um projeto político transnacional excludente e reacionário.

Assim, a partir do arcabouço metodológico de Jennifer Milliken (2001), compreende-se que os discursos analisados não apenas descrevem uma realidade política preexistente, mas operam ativamente para construí-la e naturalizá-la. Ao criar oposições binárias hierarquizadas — como “família natural” contra a “ideologia de gênero” — e ao predicar identidades específicas aos atores, os enunciadores constituem a realidade que nomeiam. Assim, ao demarcar campos antagônicos, legitimando certas ações políticas como defensivas e necessárias e, fundamentalmente, produzindo o senso comum sobre o qual a tomada de decisões excludentes, baseadas numa lógica conservadora, se torna, assim, legítima.

## 5. Considerações finais

“Então, eu expunha minhas iras e procuras na poesia e declamava nas ruas e praças e palcos e bares e onde tivessem ouvidos atentos. As mulheres ouviam, e reconheciam-se nas suas desfortunas e nos clamores por nossa dignidade.”  
- **Marlene de Fáveri**

Esta dissertação buscou entender o papel dos direitos sexuais e reprodutivos na implementação da agenda antigênero pela Direita Radical brasileira por meio de um estudo sobre a correlação entre esses direitos e as reações conservadoras. No primeiro capítulo, a história do desejo de decidir foi abordada, com o objetivo de identificar como os direitos sexuais e reprodutivos chegaram às normativas e pautas internacionais sobre direitos humanos. Identificamos uma série de reações a essa movimentação, caracterizadas por entidades religiosas e por atores conservadores que se aliaram em prol da necessidade de questionar, com base em preceitos morais e ideológicos, os direitos sexuais e reprodutivos. A partir disso, buscamos entender como tal aliança conservadora foi capaz de criar, de maneira discursiva, o termo “ideologia de gênero”, que viria a condensar os medos e ansiedades da direita radical acerca dos temas de gênero e da sexualidade.

A partir do entendimento da invenção da “ideologia de gênero”, o segundo capítulo buscou compreender como a agenda antigênero se deu no contexto brasileiro. Para isso, foi necessário retomar reflexões acerca da influência cristã no nosso contexto, com o objetivo de demonstrar como o respaldo moral da agenda antigênero foi constituído discursivamente. Dessa forma, buscamos analisar o contexto dos governos petistas do início dos anos 2000, uma vez que tal período é relevante para avanços de políticas de gênero no Brasil. Em contrapartida, atestamos que, assim como nas conferências da década de 1990, o protagonismo de pautas feministas e LGBTQIAPN+ tornou-se terreno fértil para o fortalecimento e surgimento de uma nova face da direita brasileira e, conseqüentemente, da figura de Jair Bolsonaro enquanto líder desse projeto político respaldado na guerra contra a inventada “ideologia de gênero”.

O último momento da dissertação foi dedicado à análise de **onze** discursos do Governo Bolsonaro (2019–2022). Ela demonstrou que, por meio de oposições binárias hierarquizadas (como “família natural” vs. “ideologia de gênero”), os discursos de atores como Bolsonaro, Araújo e Alves ressignificam os direitos

sexuais e reprodutivos, deslocando-os do campo da autonomia e saúde para o da soberania e segurança moral e, no plano internacional, projetam essa visão como modelo de soberania legítima, servindo de cola para alianças transnacionais conservadoras. Desse modo, o ataque a esses direitos configura-se como a ferramenta analítica central para compreender a morfologia, a estratégia e os objetivos duradouros da direita radical, pois é através dessa disputa discursiva que ela constrói a realidade política que almeja naturalizar e governar.

Assim, foi esclarecida, a partir da retomada histórica feita ao longo dos capítulos, a pergunta que norteou a argumentação ao questionar como os discursos da Direita Radical brasileira mobilizaram os direitos sexuais e reprodutivos como estratégia de consolidação de uma agenda antigênero e de que forma essa mobilização contribuiu para o avanço dessa agenda. Ao resgatar a gênese dos direitos sexuais e reprodutivos, argumentamos que o marco fundacional que transformou a emancipação sexual e reprodutiva em um problema discursivo conecta-se diretamente à ascensão do Governo Bolsonaro. Isso ocorreu porque a estrutura discursiva antigênero, que se consolidou no Brasil, foi construída precisamente como uma reação conservadora aos avanços dos direitos sexuais e reprodutivos, tanto no cenário internacional quanto no doméstico.

Dessa forma, observamos que o discurso antigênero opera em duas frentes: ataca os DSR já conquistados e, simultaneamente, visa minar outras políticas relacionadas ao gênero e à sexualidade, como as pautas LGBTQIAPN+. Essa dinâmica se estabelece a partir do momento em que os progressos nos DSR geraram uma contraofensiva conservadora, que articulou retóricas antigênero por meio do pânico moral. Uma vez legitimadas no campo político-institucional, tais reações criam um terreno fértil para a consolidação de políticas que não apenas buscam reverter conquistas históricas, mas também deslegitimar qualquer agenda que afirme direitos de gênero e sexualidades não normativas.

Com o empreendimento das análises dos discursos, é possível inferir que a emancipação sexual e reprodutiva só pôde ser enquadrada como problema – e a estrutura antigênero, consolidada como reação – por meio de uma operação discursiva ativa e constitutiva. É nesse processo que a retórica antiaborto, como evidenciado nas falas de Araújo, Alves, Gandra e Bolsonaro, torna-se o eixo estruturante. Essa retórica funciona como uma ferramenta que permite deslocar semanticamente o debate dos DSR do campo da saúde e autonomia individual para

o da soberania nacional e da segurança moral da civilização. É a partir disso que a hipótese de que os DSR têm papel central no projeto político da Direita Radical brasileira se comprova.

Além disso, destaco que foi a partir da análise pautada na lente das Relações Internacionais que houve a possibilidade de adentrar a complexidade que ronda a pauta dos direitos sexuais e reprodutivos. Assim, foi possível perceber que os discursos da agenda antigênero no contexto brasileiro não constituíram uma mera reação a avanços conquistados: como demonstramos ao longo do capítulo 1, o desejo da mulher de decidir sobre sua sexualidade e reprodução sempre esteve passível de articulações, vindas de entidades e alianças internacionais, que visavam o controle do corpo e da reprodução em prol de projetos políticos que visam construir uma nação sobre pilares patriarcais e excludentes.

Outrossim, é possível identificar dois caminhos futuros para a presente pesquisa. O primeiro diz respeito ao período pós-Governo Bolsonaro, em que pode ser válido investigar as consequências e a continuidade de toda essa operação discursiva antigênero, uma vez que a saída de Bolsonaro como líder do Executivo não representa garantia de que esta lógica antigênero tenha terminado. Isso se justifica a partir do momento em que presenciamos projetos de lei como o PL 1904/2024, que buscou equiparar o aborto legal ao crime de homicídio (CFOAB, 2024). Essa movimentação é essencial para que os esforços de feministas dentro das Relações Internacionais se preocupem também com a manutenção dos direitos sexuais e reprodutivos que já detemos.

Outra possibilidade de teorização sobre a agenda antigênero dentro das Relações Internacionais diz respeito a como a consolidação de direitos da população LGBTQIAPN+ é sempre trazida à tona nos discursos antigênero. Como demonstramos ao longo do segundo capítulo, a conquista do casamento homoafetivo, bem como o programa Escola Sem Homofobia, foram destaque nas reações conservadoras que caracterizam a agenda antigênero naquele contexto. Assim, buscar entender a centralidade que os direitos LGBTQIAPN+ têm junto aos direitos sexuais e reprodutivos, por meio de reflexões oriundas das Teorias Queer das Relações Internacionais, mostra-se produtivo.

Por fim, destaco aqui a necessidade de esperar. Por mais que a temática aqui discutida tenha evidenciado feridas profundas no entendimento que o aparato político brasileiro tem acerca das questões de gênero, sexualidade e reprodução, é

mais do que essencial reiterar que a teorização sobre tais questões pode e deve ser traduzida como um motor para o esperançar feminista. Pois são *elas* que amam o passado e que não veem: o novo sempre vem.

## 6. Referências bibliográficas

ADORNO, S. História e desventura: o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. **Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 86, p. 5-20, mar. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000100001>. Acesso em: 13 jan. 2026.

ALVES, D. **Discurso da Ministra Damares Alves no Conselho de Direitos Humanos da ONU (Genebra, 25 de fevereiro de 2019)**. Genebra, 25 fev. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/discurso-da-ministra-damares-alves-no-conselho-de-direitos-humanos-da-onu>. Acesso em: 13 jan. 2026.

ALVES, J. A. **Relações Internacionais e Temas Sociais: A Década das Conferências**. Brasília: IBRI, 2001.

AMARAL, T. M. **Família forte, nação soberana: a "família" e a representação de identidade nacional na Política Externa do governo Bolsonaro**. Orientadora: P. D. R. Campos. 2023. 224 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Departamento de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

ARAÚJO, A. P. S. **Coalizão político-religiosa: a relação entre a direita bolsonarista e as igrejas neopentecostais no Brasil (2013-2022)**. 2025. Monografia (Licenciatura em História) – Curso de História, Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2025.

ARAÚJO, E.; ALVES, D. **Discurso na cerimônia de assinatura do Consenso de Genebra em 2020**. [S. l.], 2020. 1 vídeo (online). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rRPuJVozJz8>. Acesso em: 9 fev. 2026.

ARAÚJO, E. **Discurso de posse**. Brasília, 2 jan. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/ernesto-araujo-discurso-de-posse>. Acesso em: 13 jan. 2026.

ARAÚJO, E. **Discurso do Ministro Ernesto Araújo no lançamento dos compromissos voluntários do Brasil no contexto da candidatura do país ao Conselho de Direitos Humanos da ONU**. Brasília, 4 out. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/discursos-do-ministro-ernesto-araujo-1/discurso-do-ministro-ernesto-araujo-no-lancamento-dos-compromissos-voluntarios-do-brasil-no-contexto-da-candidatura-do-pais-ao-conselho-de-direitos-humanos-da-onu>. Acesso em: 13 jan. 2026.

BARBOSA, R.; CASARÕES, G. Statecraft under God: Radical Right Populism Meets Christian Nationalism in Bolsonaro's Brazil. **Millennium: Journal of International Studies**, Londres, v. 50, n. 3, p. 669–699, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/03058298221110922>. Acesso em: 13 jan. 2026.

BARIFOUSE, R. B. **A ameaça da ideologia de gênero: movimentos e contramovimento em torno de direitos reprodutivos e sexuais no Brasil do fim do governo Lula à eleição de Jair Bolsonaro (2009-2018)**. 2024. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

BBC NEWS BRASIL. **Margaret Sanger: o controverso legado da 'mãe' do controle de natalidade**. Londres, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-64235036>. Acesso em: 1 ago. 2024.

BERLANT, L. Intimacy: A Special Issue. **Critical Inquiry**, Chicago, v. 24, n. 2, p. 281–288, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/448875>. Acesso em: 13 jan. 2026.

BERLANT, L.; WARNER, M. There Is Nothing More Public Than Privacy. **Critical Inquiry**, Chicago, v. 24, n. 2, p. 547-577, 1998.

BIROLI, F.; CAMINOTTI, M. The Conservative Backlash against Gender in Latin America. **Politics & Gender**, Cambridge, v. 16, n. 1, E1, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1743923X20000045>. Acesso em: 13 jan. 2026.

BIROLI, F. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BOLSONARO, J. M. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de recebimento da faixa presidencial – Brasília, 1º de janeiro de 2019**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/jair-messias-bolsonaro-2019-2022/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial-brasilia-1-de-janeiro-de-2019>. Acesso em: 13 jan. 2026.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 4844, de 2023. Dispõe sobre a proibição da educação sexual nas escolas de educação básica. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2023]. In: **ELAS NO CONGRESSO**. São Paulo: AzMina, [2024]. Disponível em: [https://www.elasnocongresso.com.br/proposta/pl\\_48442023](https://www.elasnocongresso.com.br/proposta/pl_48442023). Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...]. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 151, p. 1-5, 8 ago. 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.798, de 3 de janeiro de 2019. Acrescenta art. 8º-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 4 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.561, de 23 de setembro de 2020. Dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 set. 2020. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2020/prt2561\\_24\\_09\\_2020.htm](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2020/prt2561_24_09_2020.htm)  
1. Acesso em: 13 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes**: norma técnica. 3. ed. atual. e ampl., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **14/08 – Direitos individuais têm destaque no discurso oficial do Brasil em conferência latino-americana e caribenha**. Brasília, 14 ago. 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas-1/acoes-e-programas-de-gestoes-antiores/politicas-para-mulheres/arquivo/area-imprensa/ultimas-noticias/2013/08/14-08-2013-direitos-individuais-temdestaque-no-discurso-oficial-do-brasil-em-conferencia-latino-americana-e-caribenha>.  
Acesso em: 13 fev. 2026.

BUSS, D.; HERMAN, D. **Globalizing family values**: the Christian right in international politics. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

BUTLER, J. **Desfazendo o gênero**. Tradução de Rogério Bettoni. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

CASTRO, A. R. **Memória mítica patriarcal e corpo feminino no discurso político da extrema direita brasileira**. 2025. (No prelo).

CHADE, J. STF intima Itamaraty a fornecer documentos sobre gênero, mulher e LGBT. **UOL**, São Paulo, 30 out. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2019/10/30/stf-intima-itamaraty-a-fornecer-documentos-sobre-genero-mulher-e-lgbt.htm>. Acesso em: 17 fev. 2026.

CHAPPELL, L. Contesting Women's Rights: Charting the Emergence of a Transnational Conservative Counter-Network. **Global Society**, Londres, v. 20, n. 4, p. 491–520, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13600820600929853>. Acesso em: 13 jan. 2026.

COFEN. Uma mulher morre a cada 2 dias por aborto inseguro, diz Ministério da Saúde. **Portal do Cofen**, Brasília, 3 ago. 2018. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/uma-mulher-morre-a-cada-2-dias-por-causa-do-aborto-inseguro-diz-ministerio-da-saude/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Consenso de Montevidéu sobre população e desenvolvimento**. Montevidéu: CELADE, 2013. 32 p.

CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. CFOAB conclui que PL 1904/2024 é inconstitucional, inconvençional e ilegal. **Notícias OAB**, Brasília, 17 jun. 2024. Disponível em: <https://www.oab.org.br/noticia/62346/cfoab-conclui-que-pl-1904-2024-e-inconstitucional-inconvençional-e-ilegal>. Acesso em: 23 mar. 2026.

CORDEIRO, F. Relembre as polêmicas da ministra Damares Alves. **Terra**, 26 dez. 2019. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/relembre-as-polemicasdaministradamaresalves,b03e9ebf3d7bf3603f54cf69b932fe5bt0wrhu7html>. Acesso em: 13 jan. 2026.

CORRÊA, S. A "política do gênero": um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, e185301, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201800530001>. Acesso em: 13 jan. 2026.

CORRÊA, S.; PETCHESKY, R. Direitos Sexuais e Reprodutivos: uma Perspectiva Feminista. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1/2, p. 147-177, 1996.

CÔRREA, S.; PRADO, M. A. M. A "ideologia familista" nas ofensivas contra gênero na educação: conexões conservadoras transnacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 45, e275372, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/es.275372>. Acesso em: 13 jan. 2026.

CORREDOR, E. S. Unpacking "Gender Ideology" and the Global Right's Antigender Countermovement. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, Chicago, v. 44, n. 3, p. 613–638, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/701171>. Acesso em: 13 jan. 2026.

COSTA, P. (Dir.). **Apocalipse nos Trópicos**. Direção: Petra Costa. Produção: Maria Carlota Bruno. Brasil: Grifa, 2024. 1 documentário (112 min.), son., color. Disponível em: Netflix. Acesso em: 24 nov. 2025.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. Nova York: Random House, 1981.

DO MONTE, D.; HERNANDEZ, M. "Terrivelmente Cristã": A política externa em direitos humanos do governo Bolsonaro. **International Journal on Human Rights**, São Paulo, v. 19, n. 32, p. 201-220, 2022. Disponível em: <https://sur.conectas.org/en/terribly-christian/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

DRUMOND, P.; REBELO, T. Norm Spoiling, Gender Washing and the Pushback against Women's Rights in Brazilian Foreign Policy. **Globalizations**, Londres, v. 21, n. 1, p. 20–38, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14747731.2023.2202106>. Acesso em: 13 jan. 2026.

DRUMOND, P.; SANDRIN, P. Gender and Populism in International Studies. In: **Oxford Research Encyclopedia of International Studies**. Oxford: Oxford University Press, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190846626.013.757>. Acesso em: 13 jan. 2026.

ENLOE, C. H. **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics**. 2. ed. Berkeley: University of California Press, 2014.

ENLOE, C. H. **The Curious Feminist: Searching for Women in a New Age of Empire**. Berkeley: University of California Press, 2004.

EPSTEIN, C. Who speaks? Discourse, the subject and the study of identity in international politics. **European Journal of International Relations**, Londres, v. 17, n. 2, p. 227-250, 2010. Disponível em: <http://ejt.sagepub.com/content/early/2010/04/28/1354066109350055>. Acesso em: 13 jan. 2026.

FINOTTI, M. **Manual de anticoncepção**. São Paulo: Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO), 2015.

FOLHA DE S. PAULO. Evangélicos são 26,9% da população e ritmo de crescimento diminui; católicos caem para menor nível. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 jun. 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2025/06/evangelicos-sao-269-da-populacao-e-ritmo-de-crescimento-diminui-catolicos-caem-para-menor-nivel.shtml>. Acesso em: 26 out. 2025.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FRANCO, B. M. **A atuação da frente parlamentar evangélica nas políticas de gênero e sexualidade no Brasil (2015-2020)**. 2022. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho" (UNESP), Bauru, 2022.

FURINI SOARES, F.; RICOLDI, A. M. A escalada neoconservadora e a agenda antigênero: o caso da participação do Brasil na Cúpula Demográfica de Budapeste. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 39, p. 1–22, e0183, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0183>. Acesso em: 13 jan. 2026.

G1. Leia a íntegra do discurso do presidente Jair Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU. **G1**, Brasília, 20 set. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/09/20/leia-a-integra-do-discurso-do-presidente-jair-bolsonaro-na-assembleia-geral-da-onu.ghtml>. Acesso em: 13 jan. 2026.

GAL, S. Gender and the Discursive Authority of Far Right Politics. **Gender and Language**, Londres, v. 15, n. 1, p. 96–103, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1558/genl.19526>. Acesso em: 13 jan. 2026.

GALVÃO, W. et al. Manifestantes a favor de Bolsonaro carregam faixas durante 7 de Setembro em Brasília. **G1**, Brasília, 7 set. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/09/07/manifestantes-a->

[favor-de-bolsonaro-carregam-faixas-durante-7-de-setembro-em-brasilia.ghtml](#).

Acesso em: 13 jan. 2026.

GAZETA DO POVO. Entrevista Damares: "Método mais eficaz para não engravidar é não ter relação" | #Gazetaentrevistas. [S. l.], 18 dez. 2020. 1 vídeo (online). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q7dT7WFtARY>.

Acesso em: 13 jan. 2026.

GODOY, M. Um fantasma ronda o Planalto. **Estadão**, São Paulo, 2 abr. 2017. Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/politica/bolsonaro-um-fantasma-ronda-o-planalto/>. Acesso em: 11 nov. 2025.

GRAELL, P. et al. Mães negras e com baixa escolaridade são maiores vítimas em casos de violência obstétrica, diz pesquisa da Fiocruz. **G1 Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 8 jul. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/07/08/maes-negras-e-com-baixa-escolaridade-sao-maiores-vitimas-em-casos-de-violencia-obstetrica-diz-pesquisa-da-fiocruz.ghtml>. Acesso em: 16 set. 2024.

GRAFF, A. 'Gender Ideology': Weak Concepts, Powerful Politics. **Religion and Gender**, Amsterdã, v. 6, n. 2, p. 268–272, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.18352/rg.10177>. Acesso em: 13 jan. 2026.

GRAFF, A.; KOROLCZUK, E. **Anti-Gender Politics in the Populist Moment**. 1. ed. Londres: Routledge, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781003133520>. Acesso em: 13 jan. 2026.

GUAZINA, L. S.; LEITE, G. G.; SANTOS, É. A normalização da agenda anti-gênero de Jair Bolsonaro: Uma análise dos jornais Folha de S. Paulo e Estado de São Paulo. **Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 44–61, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.25200/SLJ.v10.n1.2021.453>. Acesso em: 13 jan. 2026.

HOFFMANN, A.; CRUZ, A. A centralidade do gênero. In: SUMMA, G.; HERZ, M. (Org.). **Multilateralismo na mira: a direita radical no Brasil e na América Latina**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Hucitec, 2024.

JOÃO PAULO II, Papa. **Evangelium Vitae**: sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana. Tradução de Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). [S. l.], 25 mar. 1995. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf\\_jp-ii\\_enc\\_25031995\\_evangelium-vitae.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_25031995_evangelium-vitae.html).

Acesso em: 7 out. 2025.

KONDER, C.; KONDER, C. M. S. Autonomia reprodutiva e novas tecnologias no ordenamento brasileiro: violações e ameaças ao direito a gerar e a não gerar filhos. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, Belo Horizonte, n. 69, p. 113–138, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.12818/P.0304-2340.2016v69p113>.

Acesso em: 13 jan. 2026.

LUGONES, M. Colonialidade de Gênero. In: HOLLANDA, H. B, de. (org.). **Pensamento feminista: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 52-83.

LUGONES, M. Toward a Decolonial Feminism. **Hypatia**, Cambridge, v. 25, n. 4, p. 742–759, 2010.

MACHADO, M. D. C. O discurso cristão sobre a "ideologia de gênero". **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 2, e47463, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n247463>. Acesso em: 13 jan. 2026.

MAIO LARANJA: 76% dos casos de abusos à vulneráveis acontecem dentro de casa. **Notícias, TV Senado**, Brasília, 15 maio 2025. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/tv/programas/noticias-1/2025/05/maio-laranja-76-dos-casos-de-abusos-a-vulneraveis-acontecem-dentro-de-casa>. Acesso em: 10 fev. 2026.

MARANHÃO FILHO, E. M. A.; COELHO, F. M. F.; DIAS, T. B. "Fake news acima de tudo, fake news acima de todos": Bolsonaro e o "kit gay", "ideologia de gênero" e fim da "família tradicional". **Correlatio**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 65-90, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15603/1677-2644/correlatio.v17n2p65-90>. Acesso em: 13 jan. 2026.

MARIANO, R. Ativismo político de evangélicos conservadores rumo à extrema direita. In: INÁCIO, M.; OLIVEIRA, V. E. (Org.). **Democracia e eleições no Brasil: Para onde vamos?** São Paulo: Hucitec, 2022. p. 219-236.

MARIANO, R. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MEDEIROS, H. G. D.; ARAÚJO JÚNIOR, J. L. A. C. Os reflexos do bolsonarismo sobre políticas de saúde da mulher e os direitos sexuais e reprodutivos. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 22, e02811259, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs2811>. Acesso em: 13 jan. 2026.

METRÓPOLES. "Foi a solução", diz mãe após assassinar o filho de 9 anos. **Metrópoles**, Brasília, 1 jun. 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/videos-foi-a-solucao-diz-mae-apos-assassinar-o-filho-de-9-anos>. Acesso em: 13 jan. 2026.

MILLIKEN, J. Discourse Study: Bringing Rigor to Critical Theory. In: FIERKE, K. M.; JØRGENSEN, K. E. (Org.). **Constructing International Relations: The Next Generation**. Nova York: M. E. Sharpe, 2001. cap. 7, p. 136-159.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES — BRASIL. **Ministro Ernesto Araújo na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados**. Brasília, 7 ago. 2019. 1 vídeo (online). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WTh5nBEnJu0>. Acesso em: 13 jan. 2026.

MIOTO, R. C. T. et al. O familismo na política social: aproximações com as bases da formação sócio-histórica brasileira. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 5-23, 2016.

MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725–748, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>. Acesso em: 13 jan. 2026.

MUDDE, C. **The far right today**. Cambridge: Polity Press, 2019.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, DF, [2026]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 16 fev. 2026.

NETTO, R. S. **Partido da Fé Capitalista**. 2022. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

O GLOBO. Cronologia do terror: como golpistas promoveram um ataque histórico à República. **O Globo**, Rio de Janeiro, [2023]. Disponível em: <https://infograficos.oglobo.globo.com/politica/cronologia-golpistas-atacam-congresso-planalto-stf-brasilia.html>. Acesso em: 6 fev. 2026.

OLIVEIRA, R. A. Teologia da libertação e a resistência aos efeitos do colonialismo na América Latina. **Revista de Estudos Decoloniais**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.56814/red.v1i1.1832>. Acesso em: 13 jan. 2026.

OLIVEIRA, T. R. Deputado do PSL quer proibir anticoncepcionais no Brasil. **CartaCapital**, São Paulo, 6 fev. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/deputado-do-psl-quer-proibir-anticoncepcionais-no-brasil/>. Acesso em: 18 fev. 2026.

OYA CARE. **Opinião**: a medicina não foi pensada para o corpo feminino. 2022. Disponível em: <https://blog.oya.care/institucional/a-medicina-nao-foi-pensada-para-a-mulher/>. Acesso em: 23 set. 2025.

PEN, M. Para Olavo, fascismo era viés do socialismo e Beatles tinham ideais satanistas; veja polêmicas. **Estadão**, São Paulo, 25 jan. 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/para-olavo-fascismo-era-vies-do-socialismo-e-beatles-tinham-ideais-satanistas-veja-polemicas/>. Acesso em: 13 fev. 2026.

PLANNED PARENTHOOD FEDERATION OF AMERICA. **A History of Birth Control Methods**. Nova York: Katharine Dexter McCormick Library and the Education Division of Planned Parenthood Federation of America, 2012. Disponível em: <http://www.plannedparenthood.org>. Acesso em: 24 abr. 2023.

PODER360. **Dameres Alves discursa durante Cúpula da Demografia**. Brasília, 21 set. 2019. 1 vídeo (online). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=G2JRUBgAvco>. Acesso em: 13 jan. 2026.

PRADO, M.; CORRÊA, S. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 444-448, set./dez. 2018.

QUADROS, M. P. R.; MADEIRA, R. M. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 486–522, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912018243486>. Acesso em: 13 jan. 2026.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

SANDERS, R. Norm spoiling: undermining the international women's rights agenda. **International Affairs**, Oxford, v. 94, n. 2, p. 271–291, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ia/iyy023>. Acesso em: 13 jan. 2026.

SANTOS, M. B. A. A. **O Brasil e a nova direita global: um olhar sobre as questões de gênero na política externa brasileira entre 2019 e 2022**. 2024. 86 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Departamento de Relações Internacionais, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2024.

SELIS, L. M. R.; MATEO, L. R.; SOUZA, N. M. F. Beyond backlash: unpacking the dynamics of political conservatism in 21st-century Brazil. In: **Feminist Responses to Crises and Dehumanization**. 1. ed. [S. l.]: Routledge, 2025. p. 16.

SELIS, L. M. R.; PRADO, D. F. M. **Política Externa do Governo Bolsonaro e a Aliança Transnacional Antigênero**. São Paulo: Friedrich-Ebertstiftung, 2021. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf62files/bueros/brasilien/18425.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2026.

SELTZER, J. R. ORIGINS AND EVOLUTION OF FAMILY PLANNING PROGRAMS. In: **The Origins and Evolution of Family Planning Programs in Developing Countries**. 1. ed. Santa Monica: RAND Corporation, 2002. p. 9-44. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.7249/mr1276wfhf-dlpf-rf.9>. Acesso em: 13 jan. 2026.

SERRANO, F.; CORRÊA, S. **Políticas Antigênero en América Latina**. [S. l.]: Sexuality Policy Watch, 2021.

SEXUALITY POLICY WATCH, BRASIL. **Diplomacia paralela ultraconservadora: gênero, política moral, familismo e novas motivações para relações interestatais**. [Brasília, DF], [2022]. Documento interno. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2023/01/Informe-sobre->

[as-relac%CC%A7o%CC%83es-entre-o-MMFDH-e-redes-transnacionais-ultraconservadoras.pdf](#). Acesso em: 10 fev. 2026.

SILVA, D. 2023. Planejamento Familiar e Direitos Reprodutivos no Brasil e na Colômbia em uma Perspectiva Comparada. 2023. 75f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Curso de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2023.

SILVA, F. P. Até onde vai a "onda rosa"? **Análise de Conjuntura**, Rio de Janeiro, n. 2, fev. 2010. Observatório Político Sul-Americano, IUPERJ/UCAM. ISSN 1809-8924.

VAGGIONE, J. M. The Conservative Uses of Law: The Catholic Mobilization against Gender Ideology. **Social Compass**, Londres, v. 67, n. 2, p. 252–266, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0037768620907561>. Acesso em: 13 jan. 2026.

VAGGIONE, J. M. El entramado neoconservador en América Latina. La instrumentalización de la ideología de género en las democracias contemporáneas. **Las Torres de Lucca. International Journal of Political Philosophy**, Madri, v. 11, n. 1, p. 51–64, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5209/ltl.79437>. Acesso em: 13 jan. 2026.

VENTURA, M. **Direitos reprodutivos no Brasil**. Brasília, DF: Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA, 2009.

VITAL, C.; LOPES, P. V. L. **Religião e política**: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

YOSHIDA, Y.; DEMELIUS, Y. Seduction of Far-Right Actions: A Pathway to an Authentic Self? **Crime, Media, Culture: An International Journal**, Londres, v. 21, n. 2, p. 187–210, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/17416590241245380>. Acesso em: 13 jan. 2026.